

ISSN 1983-5086

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 5 • Número 2 • Julho - Dezembro 2013

Latinidade - Julho-Dezembro - 2013



DÔSSIE
Calentamiento Global

RESENHA
Godelier, Maurice - O Enigma do Dom

ISSN 1983-5086

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 5 • Número 2 • Julho-Dezembro 2013



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ricardo Vieira Alves de Castro

Vice-reitor

Paulo Roberto Volpato Dias

Sub-reitora de Graduação – SR1

Lená Medeiros de Menezes

Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa – SR2

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-reitora de Extensão e Cultura – SR3

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Centro de Ciências Sociais - CCS

Diretor

Léo da Rocha Ferreira

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

Diretora

Dirce Eleonora Nigro Solis

Faculdade de Direito

Diretor

Carlos Eduardo Guerra de Moraes

Núcleo de Estudos das Américas - NUCLEAS

Coordenadores

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Alexis T. Dantas

Paulo Roberto Gomes Seda

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

L357 Latinidade. - Julho-Dezembro (2013) - . – Rio de Janeiro : UERJ. IFCH. Nucleas, 2009 - .
v. : il.
240p.
Semestral.
Inclui bibliografia.
ISSN 1983-5086

1. América Latina - Periódicos. 2. Ciências sociais – Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.

CDU 3(05)



Linha Editorial

A Revista *Latinidade* se norteia para os estudos das sociedades americanas, priorizando as linhas de pesquisa política e cultura, política e sociedade e economia e relações internacionais. Entende que os estudos sobre cultura política atendem aos Gts do Núcleo de Estudos das Américas/Nucleas e dos latinoamericanistas do país e do exterior.

A Revista *Latinidade* é assessorada por parecerista, professores da UERJ e colaboradores de outras universidades do estado do Rio de Janeiro e do país, como professores da USS, UFRJ, UNIRIO, UFSM entre outras instituições de ensino superior. Destacam-se entre os parecerista os professores Helenice Sardenberg (Univ. Maria Thereza/Niterói), Eduardo Parga(UGF), Nilson Moraes (UNIRIO), Luiz Carlos Borges (MAST), Sul Brasil Pinto Rodrigues (UFRJ), Andre Luis Toribio Dantas (UERJ/FAETEC), entre outros professores. Também devem constar nos artigos entregues para publicação as datas de recebimento e aprovação dos textos.

Os volumes da Revista *Latinidade* publicados a partir de 2012 apresentam alterações em sua estrutura. Foram acrescentados à publicação: dossiê, resenha, comunicações e estudos de caso, além do Sistema de Editoração Eletrônica.



Editor Responsável:

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

Conselho Editorial:

Alexis T.Dantas –UERJ
 Carlos Juárez Centeno-Universidad Nacional de Córdoba/AR
 Dejan Mihailovic –TEC/Monterrey/México
 Katarzyna Dembicz – CESLA/Universidad de Varsóvia/Polonia
 Lená Medeiros de Menezes-UERJ
 Maria Luzia Landim-UESB/Jequié
 Mauricio Mota-UERJ
 Nilson Alves de Moraes-UNIRIO
 Tatyana de A. Maia-USS
 Zdzislaw Malczewskis-Scr. – Paraná

Conselho Consultivo:

Raimundo Lopes Matos – UESB/Jequié
 Paulo Roberto Gomes Seda – UERJ

Andre Luis Toribio Dantas – UERJ/FAETEC

Eduardo Antonio Parga – UGF
 Fernando Rodrigues - USS
 Alexandre Dumans – UCAM
 Maria Medianeira Padoin – UFSM
 Marianna Abramova – Academia Financeira /Governo de Moscou/UR
 Sergey V. Ryazantsev, Institute Socio-Politic Research RAS, Moscou
 Adalberto Santana – UNAM/ME
 Irina Vershinina – Academia Financeira /Governo de Moscou/UR
 Henrique Shaw – Universidad Nacional de Córdoba/AR

Programação Visual:

Ramon Moraes

Revisão:

A revisão dos textos é de responsabilidade dos autores.



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 Beneficiário de auxílio financeiro da CAPES – Brasil. Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (PRODOC)



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Sumário

Apresentação	7
DOSSIÊ:	
Calentamiento Global	9
<i>Por. Óscar Barboza Lizano</i>	
RESENHA:	
Godelier, Maurice - O Enigma do Dom	39
<i>Dantas, Andre Luis T.</i>	
Implicações econômicas e desafios das políticas sociais no Brasil	67
<i>Alexis Toríbio Dantas</i>	
Transition to Crisis-Free Development: A Myth or Reality?	77
<i>Bondarenko V. M.</i>	
Os Efeitos das Variáveis Macroeconômicas nas Exportações Brasileiras	95
<i>Carlos Alberto Gonçalves da Silva, Léo da Rocha Ferreira</i>	
O Uso da Discriminação na Construção do Poder Militar na America Latina: O Caso Brasileiro de Excluídos da História (1937-1945)	113
<i>Fernando da Silva Rodrigues</i>	
Problema de migración laboral en Rusia en el contexto de las tendencias demográficas negativas y cambios globales	131
<i>Vershinina Irina</i>	
Lembranças de Jó nos Tempos da Aids	147
<i>José Henrique Lobato Vianna</i>	

Relações Político-culturais entre Brasil e Europa: O Manto Tupinambá e a Questão da Repatriação	163
<i>Luiz Carlos Borges</i>	
Economia e Cultura no Contexto da Globalização, dos Paradigmas Energético-Ambientais e do Estado-Nação: A Ruptura com o Pensamento Econômico Dominante	179
<i>Fernando José Pereira da Costa, Manoel Gonçalves Rodrigues</i>	
Caminhar Brasileiro na Geração de Eletricidade na América Latina	195
<i>Elaine Cristina Silva Santos, Marcelo Micke Doti, Paulo Alves de Lima Filho, Sinclair Mallet Guy Guerra</i>	
A Narrativa da História da Educação Integral Brasileira: O Primeiro Período e seu Momento e a Escola Municipal Dom Aquino Correia no Rio de Janeiro	207
<i>Sul Brasil Pinto Rodrigues</i>	
Normas Editoriais	239

Apresentação

A Revista *Latinidade*, publicação semestral do Núcleo de Estudos das Américas/NUCLEAS, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ, reúne estudos apresentados durante as atividades realizadas durante aquele ano, mantendo-se dessa maneira a atualidade da publicação.

Os artigos revelam a preocupação dos organizadores em reunir estudos transdisciplinares com a finalidade de reforçar as múltiplas formas de pensar as questões que norteiam a América Latina. Assim, neste número são publicados temas que perpassam pela memória, imaginários e práticas culturais das sociedades tradicionais às questões econômicas e políticas das sociedades modernas. Os textos destacam a profundidade epistemológica e o caráter acadêmico das questões tratadas pelos autores e revelam a complexidade pluricultural das sociedades americanas.

O dossiê *Calentamiento Global*, do prof. Dr. Oscar Barboza Lizano, do Centro de Estudios Latinoamericanos da Universidad de Varsovia -UW, Polônia apresenta estudos científicos sobre questões do meio ambiente e transformações climáticas que ocasionaram as grandes catástrofes mundiais e ainda ameaçam a humanidade. A resenha sobre o livro *O enigma do Dom*, de Maurice Godelier, de autoria do prof. Dr. André Luis T. Dantas. O autor aponta as diferenças entre os grupos sociais e assinala a necessidade dos grupos interagirem, as normas do *dom e contra-dom*, formas sociais que contemplam as sociedades tradicionais e modernas.

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos



Dôssie

Calentamiento Global

Por. Óscar Barboza Lizano.¹

“La población que reside en la actualidad en las Ciudades constituye ya la mitad de la humanidad, dentro de 20 años, casi el 60% de la población mundial (5.000 millones de personas) vivirá en ciudad.” (ONU. Hábitat, 2012).

O Dossiê *Calentamiento Global: La Máxima Expresión de la Civilización* trabajo, busca abordar el tema como la consecuencia de una civilización que basa su desarrollo en el uso de los combustibles petro- fósiles, para lo cual se tocaron temas como la globalización, las ciudades, el ambiente, las acciones contra del calentamiento global, el protocolo de Kyoto, la negativa de los EE.UU., a suscribirlo., el retiró del Canadá, así como ejemplos específicos de los esfuerzos de reducir las emisiones de gases perjudiciales a la atmosfera por parte de algunos suscriptores. Se ejemplifican algunos efectos del calentamiento global en el área de la seguridad alimentaría, la salud, la biodiversidad y las contribuciones y aportes de America Latina en el problema.

El calentamiento global, el cual no se debe considerar como cambio climático, es un fenómeno reconocido hoy día como uno de los inconvenientes ambientales globales más complejos, es un desafío social de urgencia solución. El presente trabajo nos obliga primeramente definir ¿qué es el calentamiento global? En una idea inicial, el término es utilizado habitualmente en dos sentidos: Primero, es un fenómeno observado en las medidas de la temperatura, mostrando los promedios de aumento en la temperatura de la atmósfera terrestre y de los océanos en las últimas décadas. También se entiende, como una teoría que predice, a partir de proyecciones basadas en investigación científica (simulaciones computacionales) un crecimiento futuro de las temperaturas.

La denominación “calentamiento global” lleva implícito, la influencia de las actividades humanas. La opinión científica mayoritaria sobre el cambio

del clima habla que la mayor parte del calentamiento observado en los últimos 50 años, es atribuible a la actividad humana. (Nevel & Right, 1999). La principal causa del componente de calor inducido por los humanos se debería al aumento de dióxido de carbono. El clima está regulado por los cambios lentos del océano, la tierra y su órbita, así como la energía proveniente del sol. (Gallegos García, 2004). El clima se controla por un equilibrio a largo plazo entre la energía de la tierra y la de su atmósfera, es así como la radiación llega desde el sol, en forma de luz visible, que es absorbida por la superficie de la tierra y su atmósfera (Hamburg et al, 1999). Lo que convierte esta luz en calor en la superficie, esta energía calorífica infrarroja retorna a la atmósfera y al espacio por radiación. (Rueda Mangaña, 2004). Los vientos, corrientes oceánicas, evaporación, condensación, y precipitación del agua, redistribuyen el calor sobre y entre la superficie terrestre y atmosférica.

Los eventos naturales han producido cambios climáticos durante la historia que han ido desde etapas glaciares hasta eventos calidos. Las erupciones volcánicas generan partículas de suspensión, llamados gases de efecto invernadero, los cuales provocan que la parte de la energía calorífica infrarroja liberada al espacio no cruce y quede atrapada dentro de la atmósfera. (Ibíd.) Esto ayuda a que la tierra compense su temperatura, ya que si no existiesen estas condiciones atmosféricas la temperatura global promedio aproximada de 33° C, sería mucho menor de lo que es hoy en día (Mahalman, 1999), por ejemplo en la última glaciación hace 18000 años, las temperaturas eran de cinco grados menores a las actuales.

De esta manera el efecto invernadero, naturalmente beneficia permitiendo la vida en el planeta, pero ahora está siendo afectado por las actividades antrópicas. Cinco son los gases responsables del 97% del efecto invernadero antropocéntrico. Vapor de agua (H_2O), Dióxido de carbono (CO_2), Metano (CH_4), Óxidos de Nitrógeno (NO_x), Ozono (O_3) y Clorofluorocarburos (CFCs). El incremento de la emisión de estos y otros gases de efecto invernadero, son los que están modificando el grado de concentración en la atmósfera y generando los consecuentes efectos sobre el clima. ¿De dónde provienen las emisiones de estos gases? La mayoría se originan del uso de combustibles fósiles (carbón, petróleo y gas natural), cuyo carbono está almacenado en forma segura bajo la superficie de la Tierra. Es precisamente la extracción de enormes y crecientes volúmenes de combustible fósil la raíz del problema del calentamiento global.

Son los Petro-fósiles la base de nuestra civilización ya que todo lo que se utiliza es en base de aleaciones de petróleo y sus derivados para distribuirlos por las redes de comercio globales. Existen otras fuentes de emisiones de gases de efecto invernadero, como la deforestación (por la que se libera el carbono retenido en la biomasa de los bosques). De esta manera, quedan en evidencia las causas principales del calentamiento global y los efectos sobre el clima, que están provocando una serie de catástrofes naturales, materiales y humanas.

En resumen es la actividad humana con sus medios de producción, la proliferación de un mercado basado en políticas arbitrarias de producción, el consumo excesivo, el modelo de extracción irracional de recursos naturales y la indiferencia sobre la protección del ambiente, las causas principales del calentamiento global.

Tal argumento nos dio la tarea de plantear que: el deterioro ambiental pronunciado con los altos niveles de contaminación, deforestación, erosión del suelo, y los desastres naturales los han generado el cambio brusco de la temperatura en la tierra, y este ha sido gracias al resultado que el proceso de industrialización integrado a la globalización neoliberal ha traído consigo como la máxima expresión de un sistema económico y político, el cual destruye la aldea global donde habita nuestra civilización petrolífera.

Los seres humanos aún no despiertan ante los terribles resultados de su presión ante la naturaleza, para la obtención de ganancia que mueve los actuales mercados, originando una cultura dirigida a acaparar actividades comerciales que conllevan no solo a deterioros ambientales, sino a grandes problemas sociales como la pobreza, la hambruna, los desastres naturales, la pérdida de la biodiversidad y del equilibrio entre la sociedad humana y la naturaleza, donde ambos están inmersos en un mismo sistema ecológico planetario.

La solución para disminuir el calentamiento global, en teoría es sencilla: se trata de reducir sustancialmente las emisiones de gases de efecto invernadero, en especial de dióxido de carbono (CO₂). Tal solución es técnicamente viable, pero las fuerzas políticas y económicas poderosas como la industria del petróleo y un número de gobiernos de los países industrializados se oponen a este enfoque, sosteniendo los altos costos ambientales y sociales. Sin embargo, dado que la opinión pública y la sociedad civil organizada está cada vez más preocupada por el calentamiento global, se ejerce con multiplicidad una gran presión para reducir la producción de gases contaminantes. Son estas fuerzas y gobiernos quienes tienen que dar

al mundo soluciones prontas e inaplazables, se requiere de su compromiso para salvaguardar no solamente la reducción de emisiones de CO₂, sino la misma supervivencia de la humanidad.

El calentamiento global es una realidad abstracta como la sensación que se genera cuando se enfrenta la consciencia a temperaturas de más de 40 grados, sensación de un tiempo inexistente, como muchos que quiere que el tema sea inexistente en los círculos de debate y reflexión. El calentamiento desproporcionado del clima se convierte así en un gran problema del actual mundo globalizado, que requiere de más y mejores acciones tanto de la comunidad internacional como de la latinoamericana, independientemente que sus emisiones per cápita sean escasas, comparándolas con la de los países del hemisferio norte. Pero los efectos del cambio climático son ya evidentes en la región y cada día se intensifican los problemas en la salud humana y los desastres naturales, por ello deben orientarse las políticas públicas a generar los cambios estructurales que logren detener el calentamiento global, se deben ejercer acciones y responsabilidades conjuntas, ya que es un asunto de orden mundial: multidimensional, multicultural y multinacional.

Por lo tanto el tema del calentamiento global en sí, provoca el establecimiento de debates desde la multiinterdisciplinaridad, con tal diversidad de aristas a abordar, pero que por la naturaleza de este trabajo nos obliga solo a concretarnos en el estudio desde una perspectiva política, a partir del Protocolo de Kyoto y la posición de América Latina su comunidad científica, la exposición de algunos de sus efectos que consideramos importantes destacar, tales como: la salud, la biodiversidad, el clima y el sistema productivo.

El actual proceso de industrialización cuya hegemonía la ejerce la industria trasnacional, hace que esta controle las diversas economías del mundo y que se exprese tal dominio desde lo cultural, lo político, lo ideológico y lo social en su doctrina multidimensional llamada neoliberalismo, conocida también como la globalización. Tal doctrina nos da una idea muy clara, la cual se basa en que los actuales modelos económicos internacionales generan la destrucción de nuestro entorno. La globalización, en sí es definida por un lado como: “la disputa de todos contra todos donde se van quebrando fabricas, se destrozan empleos y aumentan la migraciones masivas y los enfrentamientos interétnicos y regionales” (García Canclini, 1999, p.10). Por otro lado el mismo Gracia Canclini, continua definiendo que para empresarios y políticos: “la globalización es la convergencia de la

humanidad hacia un futuro solidario” (Ibíd.). Muchos otros incluyendo a intelectuales dicen que la globalización es sinónimo de “americanización”, que es circular y tangencial. (García Canclini, 1999) por ultimo nos afirma que es “más que un orden social o un único proceso, es el resultado de múltiples procesos” (García Canclini, 1999, p.46.).

Para nuestros efectos entenderemos a la globalización como: una ramificación o evolución del sistema mundo capitalista y de las relaciones del mercado, donde imaginariamente trae más libertad a más lugares y a las actividades humanas, pero acentúa y perpetúa una crisis global² que destruyen la humanidad y la naturaleza.

Los problemas ambientales originados por el sistema económico, político y social son parte de la crisis global actual. Los problemas ambientales globales no han dejado de aumentar desde la revolución industrial, y se ponen de manifiesto en las constantes emergencias de desastres naturales, los cuales derivan de los cambios globales que suceden en la atmósfera, los océanos (calentamiento climático, destrucción de la capa de ozono y contaminación atmosférica) como los cambios estrictamente locales (el cambio de uso de la tierra la pérdida de la biodiversidad y las invasiones biológicas). Esta multidimensionalidad de cambios planetarios discrepa con la forma de abordar la situación ambiental de hace apenas unas décadas atrás, en que los problemas se miraban desde solo una perspectiva local.

El tiempo de la globalización es también el tiempo del “cambio global” en el ambiente mundial, estos cambios se ven reflejados en rubros específicos que nos permiten configurar la idea de la magnitud del problema. Las perturbaciones humanas de los ecosistemas mundiales se da por la sustitución de la vegetación primaria por otra secundaria, la extracción total de determinado recurso, los flujos de materia con un alto desequilibrio en el ciclo mundial del carbono y la lógica concentración de CO₂ en la atmósfera provocado por la quema de combustibles fósiles, lo cual decanta en un incremento acelerado del calentamiento global, con alteraciones del ciclo hidrológico, donde se triplica el consumo del agua preponderantemente por industria. La contaminación ambiental por la alteración humana de los flujos naturales de los elementos y compuestos, tienen como consecuencia el aumento de las concentraciones de sustancias peligrosas en el aire, el agua y el suelo, que provoca la disminución de los recursos alimenticios y un impacto en la biodiversidad, con en la extinción de unas 5.000 especies al año. (Rodríguez Murillo, 2007).

De esta manera se evidencia la influencia indirecta y directa de la globalización en la degradación ambiental: Por un lado el debilitamiento de las normas ambientales ante la preferencia del libre comercio, consagrada en los acuerdos de la Organización Mundial del comercio (OMC), como nos lo dice Retallack: “los conflictos entre normas ambientales y libre comercio se han saldado en su casi totalidad hasta la fecha en resonantes derrotas a favor del segundo” (1997, p. 6), la competitividad internacional del modelo del libre comercio global induce a que se sacrifiquen normas ambientales en aras de la libre competencia, así como para incentivar el modelo de Inversión Extranjera Directa de las empresas multinacionales, que es bien sabido son las mismas y las principales provocadoras de fuertes impactos ambientales.

La realidad dentro de la paridad del libre comercio global, nos da como respuesta que el crecimiento económico “limpio” es algo que aún está por demostrarse, y que la permanencia de la globalización no alivia el estado del ambiente mundial, sino, todo lo contrario. Es por esto, que las variadas “soluciones” que se proponen dentro del sistema global o sistema mundo capitalista para resolver la crisis ambiental son variablemente parciales, solo se quedan en los discursos de las millonarias e impactantes conferencias mundiales los foros gubernamentales³, como en los de las organizaciones sociales, que tratan de demostrar un ilusorio imaginario de un posible crecimiento económico, ambientalmente sano y equilibrado bajo un concepto de “desarrollo del sostenible” como mecanismo de legitimación de la globalización neoliberal.

La globalización, como modelo sociopolítico de hoy en día, es la responsable de una alteración de ciclos mundiales de elementos y compuestos básicos para la vida. Estos ciclos son los responsables de garantizar el funcionamiento de los procesos vitales del planeta Tierra, determinando sus características químicas y físicas, como en el caso del clima. Mucho se ha dicho sobre las posibles consecuencias de estos cambios globales, pero en realidad no sabemos las consecuencias de los cambios ambientales que estamos provocando, las alteraciones de los ciclos universales, deberían por sí, abrir el debate sobre la continuación de un sistema económico y sociopolítico global que es directamente el subsidiario de los cambios acontecidos.

Con lo que respecta a las grandes ciudades, se dan las máximas concentraciones de congestión, contaminación y generación de los gases que contribuyen al calentamiento global. Nuestro hábitat como civilización

petrolífera, responde a lo que Bauman denominó: “Hábitats de ofertas difusas y elecciones libres” (1992, p. 190), que realmente no son tan libres, ya que están influenciadas o condicionadas por las informaciones de otros sitios que transforman el hábitat humano en: “múltiple y flexible” (García Canclini, 1999, 165). Parafraseando a Amalia Signorelli citada por García Canclini, muchas de las ciudades se van transformando en constelaciones de guetos, miserables o de lujo, segregado y conectados a su vez, dirigidos por centrales de mando que no forman parte de la ciudad (García Canclini, 1999). Al segregarnos se construye un imaginario de seguridad, el cual nos permite estar siempre entre los nuestros, lo cual es una manifestación del miedo al otro: “por la mera razón de que es otro” (Bauman, 1999, p. 64). Lo cual hace que se construyan trincheras de seguridad entre los barrios de pobres y ricos siguiendo las interacciones del modelo globalizante.

García Canclini, nos dice que en el caso de los ricos elaboran: “barrios cerrados y bajo sistemas deslocalizados de vigilancia.”(1999, p.166). Sin embargo, la clase media y popular, suele interactuar más entre sí en las grandes ciudades, ya que estas se convierte en “el espacio donde se puede hacer circular la información.”(Ibíd.). Así surgen marchas de obreros, estudiantes, pobladores, que van articulándose entorno a su vivir cotidiano, donde se forman movimientos urbanos de forma circunstancial.

Para Saskia Sasen, quién definió las megalópolis globales y el concepto de Ciudad Global, estudiando New York, Londres, Tokio ó Castells y Borja quienes estudiaron las ciudades europeas, dentro de sus definiciones, los tres coinciden en que la mayoría de estas ciudades se caracteriza por los embotellamientos, algunas inseguras y otras enfrentan catástrofes, mientras a su vez el urbanismo globalizador destaca los avances económicos y grandes proyectos renovadores con el objetivo de regresar al centro. (García Canclini, 1999). Para entender mejor lo que caracteriza la Ciudad Global diversos autores establecen que debe cumplir con los cuatro requisitos siguientes:

- A. Un fuerte papel de empresas transnacionales, de gestión, consultoría e investigación.
- B. Mezcla multicultural de pobladores nacionales y extranjeras.
- C. Prestigio: que se obtiene, con una alta concentración de élite artística e intelectual.
- D. Alto numero de turismo internacional.

Por lo tanto parafraseando a Castells, afirmamos que la ciudad global esta pensada para las élites, con un alto poder adquisitivo donde ocurren

los focos decisivos de las redes económicas (especulativas) y comunicacionales a escala global (Transito), (Londres, París, Tokio, New York). Otras urbes mundiales continuaron su rol histórico como es el caso de algunas de las latinoamericanas, que siguen siendo ciudades articuladoras, funcionan como centros regionales y ciudades mundiales (México, Buenos Aires, Lima), otras siguen siendo puertos o ciudades Atlánticas que se hibridizaban entre sí y se transformaban en multiculturales. (Río de Janeiro, Porto, Caracas, Ámsterdam, Panamá, Lima). Las grandes ciudades se vuelven lugares donde las economías se conectan, son centros de servicios, donde las chimeneas se cambiaron y se esconde detrás de la publicidad transnacional, surgiendo un nuevo contaminante, el visual, las vías rápidas y edificios se saturan de publicidad, vehículos y transporte comercial, todo realizado a base de la extracción y uso del petróleo.

A estos rubros se le deben sumar, lo que se le llama deslocalización productiva” (Menotti y Sobhanii, 1999), es decir, el uso de dispositivos y procesos que se llevan a cabo en zonas geográficamente distantes para obtener un producto dado, lo que provoca necesidades de transporte e incita la producción de todo tipo de mercancías, lo que representa un mayor uso de energía y recursos, traducido en un mayor deterioro ambiental y en una alta emisión de gases del efecto invernadero.

Como mencionamos el espacio público se transformó, en lo que García Canclini llama: “mercantilización del ocio” (1999, p. 173), se privatizó para estar seguros y sobre vigilados, según el imaginario internacional⁴, pero a su vez, los habitantes pueden optar por un anonimato y mostrar un supuesto progreso, confort y mejores ingresos, según el imaginario provinciano,⁵ en las megalópolis o ciudades globales. La investigadora Sassen (1998) considera el proceso de la globalización de las ciudades en base a tres condiciones: “una triangulación del Estado nacional, economía global y localidades estratégicas” (p 15), incluyendo las regiones transfronterizas de acuerdo a Gracia Canclini, pero no como una cuarta condición, si no, implícita en la tercera.

Dentro del Rankin mundial según el índice de “The Global City” de la revista Foreign Policy entre las primeras 50 ciudades consideradas como globales y mundiales encontramos que el mayor productor de emisiones a la atmósfera, EE. UU., tiene nueve ciudades⁶ en los sitios de privilegio, China que ocupa el segundo lugar por emisiones posee tres ciudades⁷, el tercer país con mayores emisiones, Rusia posee una⁸, el cuarto, Japón posee dos⁹, mientras que el quinto Brasil posee dos¹⁰, por su parte la Unión

Europea, posee catorce ciudades¹¹, el resto de Asia, diez ciudades¹², y América Latina dos ciudades¹³. (Galindo, Ferrer y De Miguel, 2010.). Actualmente, estas ciudades mundiales y globales presentan un alto crecimiento en sus temperaturas como nos lo afirma Lomborg:

“Beijing tiene una temperatura de aproximadamente 10°C más en el día que la zona rural que la rodea y de 5.5° C en la noche. Hay aumentos incluso más dramáticos en Tokio. En agosto, las temperaturas se elevaron 12.5°C más que en las zonas rurales vecinas y llegaron a 40°C - un calor abrasador que afectó no sólo al centro de la ciudad sino que abarcó unos 8,000 kilómetros cuadrados. (...). Al examinar una ciudad con rápido crecimiento como Houston, Texas, podemos ver el efecto real de la isla de calor urbano. En los últimos doce años, Houston creció en un 20%, es decir, 300,000 habitantes. Durante ese tiempo, la temperatura nocturna aumentó alrededor de 0.8°C. En un período de cien años, eso significaría un enorme aumento de 7°C. (2007, Noviembre).

En 1988 se creó el Panel Intergubernamental sobre Cambio Climático (IPCC)¹⁴, éste está constituido por un grupo de científicos internacionales (reúne tres mil expertos de 150 países) que centran su objetivo en dar a conocer la información científica, técnica y económica sobre el calentamiento global, así como su impacto y posibles soluciones. El panel se ha convertido en la principal fuente de asesoramiento científico sobre el tema.

La conferencia de Río de Janeiro, entre el 3 al 14 de junio de 1992, sirve como punto de partida, donde en materia ambiental se impulsa la Agenda 21 y dos tratados internacionales: la Convención sobre el Cambio Climático y la Convención sobre la Diversidad Biológica. Precisamente el primer informe del IPCC publicado en 1990, se usó para lograr la negociación del Convenio sobre Cambio Climático en mayo de 1992. En la convención sobre Cambio Climático hecha en Nueva York, donde se acordó definir cambio climático como: “un cambio de clima atribuido directa o indirectamente a la actividad humana que altera la composición de la atmósfera mundial y que se suma a la variabilidad natural del clima observada durante períodos de tiempo comparables. (IPCC, 2001)”

Conforme a lo establecido en la Convención, se llevó a cabo la primera reunión de las partes, el 21 de marzo de 1995 en Berlín, con el objetivo de: estabilizar la concentración de gases de efecto invernadero en la atmósfera y prevenir los niveles de peligro en el sistema climático, esta vez, la

IPCC contribuyó en la conclusión de esta primera reunión diciendo: “el conjunto de las evidencias sugiere una influencia humana discernible sobre el clima global¹⁵”, a su vez, en el informe afirmaba que los compromisos contraídos en virtud del Convenio, inclusive si se consumaban, no resultarían suficientes para impedir la interrupción negativa con el clima. Con ese panorama, las partes del Convenio, resolvieron negociar un protocolo para fortalecer el tratado.

Este protocolo, convenido en Kyoto, Japón en diciembre de 1997, contiene diversas metas políticamente obligatorias para los países desarrollados y donde se ubican las la mayoría de las ciudades globales y mundiales, quienes deben reducir las emisiones combinadas de seis gases de efecto invernadero claves dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso(N₂O), los hidrofluorocarbonos (CFC), los perfluorocarbonos (PFCs) y los hexafluoruros de azufre (SF₆), se propone un 5.2 % de reducción como mínimo a lo largo del período del 2008 al 2012 (Ibíd.).

Las acciones tomadas por los países que mas emisiones de dióxido de carbono producen, han sido muy lentas, pero sin embargo, hay buenas actitudes de países como Rusia y China han ratificado el protocolo (noviembre de 2004). Hoy día, los países que lo amparan constituyen el 61,6 % de las emisiones. Sin embargo desgraciadamente para el primer trimestre del año 2013, “la concentración de partículas de dióxido de carbono cruzó la línea de las 400 ppm. Se calcula que si el 20% de las reservas mundiales de crudo, gas natural y carbón fueran consumidas, el descontrol del cambio climático es más que seguro.”(Tengatai, 2013, 22 de mayo)

Los Estados Unidos se han negado a ratificar el protocolo siendo uno de los mayores emisores de gases mundial, afirma que el tratado de Kyoto afecta su economía. Por su parte, varios sectores del país continúan ejerciendo presión para la ratificación del protocolo. En diciembre de 1994, en el marco de las negociaciones sobre el cambio climático en Buenos Aires, el negociador estadounidense Harlan Watson, un alto funcionario del Departamento de Estado, declaró: “... para ser ratificado por Washington, un futuro tratado internacional sobre el tema deberá “no causar daños esenciales a la economía estadounidense y ser verdaderamente mundial, es decir, involucrar a todos los países” (Granma, 2004, diciembre).

En junio del 2001, la administración Bush declara “muerto” el Protocolo de Kyoto. La reacción no se hizo esperar, por ejemplo el Parlamento Europeo condeno la negativa de Bush a su ratificación y se comprometió a desbloquear las negociaciones para que el Protocolo entrara en vigor en

el año 2002, en mayo del 2002, la Unión Europea (U.E.) ratifica el Protocolo y así hace posible que se cumpla la primera condición: que sean más de 55 países los que ratifiquen el tratado. En junio del mismo año Japón, China, Canadá y Nueva Zelanda se adhieren al Protocolo aumentando así la presión hacia los Estados Unidos.

Como vemos un interesante ejemplo es el de la Unión Europea, quien además se comprometió a reducir sus emisiones totales medias durante el periodo 2008-2012 en un 8% comparado con 1990. Pero, a cada país se le otorgó un margen distinto en función de diversas variables económicas y ambientales, así: Alemania debía reducir un 21%, Austria un 13%, Bélgica el 7,5%, Dinamarca el 21%, Italia 6,5%, Luxemburgo 28%, Países Bajos 6%, Reino Unido 12,5%, Finlandia 2,6%, Francia 1,9%, Por otra parte también estableció un permiso de aumento de emisiones para: España en un 15% más, a Grecia un aumento del 25%, a Irlanda aumentarlas a un 13%), Portugal un 27% y Suecia un 4%. Lo que pareciera crear un binomio a mayores emisiones mejoría económica en tiempos de crisis.

La actual administración de los Estados Unidos se ha atrevido inclusive a ubicar en entredicho la amenaza del calentamiento de la tierra e incluso se han basado en posiciones tan infames como la Jonathan Pershing¹⁶, quien dijo que dicho Protocolo debería ser descartado porque: “está desactualizado y no exige la reducción de emisiones por parte de los países en desarrollo.” (Devraj, 2009), Tal falacia se contrapone con la permanencia de países como China e India quienes empezaron a tratar de reducir sus emisiones siendo las más industrializadas de las naciones consideradas en vías de desarrollo(Ibid), ó por ejemplo el Ecuador donde a partir del 2006 se propuso:

...dejar bajo tierra 580 millones de barriles de crudo del Bloque ITT, localizado en el Parque Nacional Yasuní, hogar de pueblos en aislamiento voluntario y lugar de la mayor biodiversidad del planeta (...), Ecuador estaría haciendo un gran esfuerzo financiero que garantizaría su propio bienestar y el de la humanidad. El país ha pedido contribuciones internacionales equivalentes a la mitad del dinero que recibiría, aproximadamente, 3.600 millones de dólares, pagados en diez años. (Tengatai, 2013, 22 de mayo)

La Agencia de Protección del Medioambiente de Estados Unidos, (EPA) reconoce la existencia del calentamiento global como: consecuencia de los abusos del refino del petróleo, la generación de electricidad y la combustión de los vehículos. Datos de la Agencia registran que para el 2011, se pro-

dujeron 6.702 millones de Toneladas Métricas de CO₂" (EPA, 2013, abril) en los Estados Unidos de fuentes antropogénicas donde: "33% proviene de la electricidad, 28% del transporte, 20% de la industria, 11% residencial - comercial y el 8% de la agricultura (Ibíd.). El informe proporciona que a pesar de no estar en el Protocolo los EE.UU., las emisiones se redujeron en: "6,9% los gases comparado con el 2005". (Ibíd.).

Esto se refleja probablemente, porque muchas transnacionales estadounidenses han optado por la compra y venta de emisiones de efecto invernadero que prevé el Protocolo para facilitar su cumplimiento, los países en que su nivel de emisiones es superado tienen la oportunidad de comprar derechos de emisión a otros países menos contaminantes. Esto es posible realizarlo en torno al programa "Intercambio Climático de Chicago", en el que participan firmas como Ford, Baxter, Dupont, Motorola o IBM. El motivo de la acción es que este tipo de empresas se forman en los Estados Unidos, pero interactúan comercialmente con países donde el Protocolo entra en vigor.

Sin embargo, hay muchos sectores provenientes de la doctrina neoliberal que promueven proyectos relacionados con la protección a los recursos naturales no por sus íntimos valores ecológicos o ambientales, sino, porque coadyuvan al progreso económico, a la sostenibilidad del sistema mundo capitalista que se basa en el modelo de extracción, y quienes buscan el embargo por deuda (cambio de deuda por naturaleza) ó el rentable negocio de la bioprospección¹⁷, impulsado por la ola de la economía ecológica y ratificado en la última "Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible, Río +20". (Río+20, 2012). Incluso en este tema hay "Compañías biotecnológicas que suelen patentar cultivos genéticamente modificados para soportar la presión del cambio climático, sin importarles que perjudican a los agricultores" (Devraj, 2009).

Muchos se preguntan como es el caso del gigante asiático, China frente al protocolo, este contrario a los EE.UU. ratificó el protocolo en el 2002 y en el 2011 apoyó la extensión del mismo e incluso instó en ese momento a Japón de no retirarse y apoyar el segundo periodo del protocolo.¹⁸ Por lo tanto es el Hemisferio Norteamericano el gran retractor del protocolo ya que a EE.UU., y su empeño en no apoyar, ni ratificar el protocolo se le unió ahora Canadá, quien decidió abandonar el Protocolo el 11 de diciembre del 2011, en la cumbre de Durban, su justificación fue: que lo hacía para no pagar las multas por el incumplimiento en la reducción de emisiones. Canadá cuenta con Toronto en el lugar 14 y Montreal en el 31 dentro del Ranking de las ciudades globales y mundiales.

Rajendra Pachauri, presidente del panel de la ONU sobre el clima (Oslo, 2007), aseguró que es difícil predecir el impacto político del informe (IPCC), que también advirtió sobre más sequías, inundaciones y crecimiento de los mares en los próximos siglos, nadie quiere debatir sobre compromisos adquiridos en el Protocolo. Más sin embargo, la presión pública aumenta cada día y el tema del calentamiento global está apareciendo en la agenda de trabajo de los países de la Unión Europea.

Por su parte, el Secretario General de Naciones Unidas Ban Ki Moon ha manifestado que el calentamiento global representa una amenaza tan grande a la humanidad como las guerras, ha declarado que; "... en Doha, mantuvimos en marcha las negociaciones sobre el clima. Es una prioridad para mí, y el año que viene tengo la intención de invitar a los líderes del mundo, individual y colectivamente, a poner la voluntad política necesaria para adoptar, de aquí a 2015, un instrumento fuerte, completo y vinculante sobre el cambio climático". (El Nuevo diario, 2013). Sin duda alguna, las Guerras en que las que se enfrenta hoy Occidente contra Oriente son las guerras esta civilización Petrofósil, donde se justifican invasiones, violación de la soberanía, daños cola telares, torturas en Guantánamo y a muchos otros países por el control de los recursos energéticos, como el gas y el petróleo entre otros.

El protocolo de Kyoto, hasta ahora, es el resultado de una maniobra de imagen de los gobiernos. Cabe destacar también el papel obstruccionista de las multinacionales insertadas en la procuración de sus intereses, establecidas en grupos de presión como la Coalición Global del Clima (GCC) en EE.UU., y la Mesa Europea de Industriales (ERT) en Europa, se oponen a cualquier disminución imperativa de emisiones, y a los cuales hay que atribuirles los resultados negativos del protocolo. (Rodríguez Murillo, 1999). Los intereses empresariales involucrados en las negociaciones sobre el clima y sus expertos parecen no conocer la realidad y están, ideando sagaces proyectos para evitar tomar las decisiones acertadas. Entre los esquemas más arteros está el de la creación del "mercado del carbono", que versa sobre el uso de bosques y plantaciones forestales como sumideros de carbono¹⁹.

En la Convención de Río en 1992, los países desarrollados prometieron estabilizar las emisiones, pero las superaron en un 12%. En el Protocolo de Kyoto se prometió una reducción de 5.2% de las emisiones mundiales, pero seguramente se logrará solo 0.4% (Lomborg, 2007). Quienes lo prometieron fueron políticos que seguramente no seguirán en su cargo cuando

llegue el momento de mostrar los resultados. (Ibíd.) Si las negociaciones continúan estancadas, si la negativa de adquirir los compromisos de países como Estados Unidos persiste y las actuaciones continúan en curso paliativo, el Protocolo de Kyoto estará lejos de ser la herramienta internacional para afrontar el calentamiento global.

Históricamente, la base del desarrollo económico de América Latina y el Caribe, ha sido la explotación de los nutridos recursos naturales, además, la actual división internacional del trabajo, ha originado que los países Latinoamericanos (receptores de grandes inversiones de capital externo) acepten empresas con altos niveles de contaminación.

Concientes que los efectos del calentamiento global afectan claramente las bases de su desarrollo, los países de la región han comenzado, aunque de manera tardía (y no sabemos el grado de compromiso), a tomar medidas pertinentes dentro de sus agendas gubernamentales. Si bien es cierto, las prioridades de la región siguen siendo la pobreza, higiene, educación, vivienda y el acceso a servicios como el agua o energía, en Latinoamérica el tema de calentamiento global esta tomando fuerza en la agenda de desarrollo y en la participación internacional, esta tendencia es parte una respuesta a la Convención y el Protocolo de Kyoto, del que todos los países Latinoamericanos son parte y ya lo han ratificado.

Hay, factores como las diferencias geográficas y económicas, la dependencia al petróleo y sus derivados, la fragilidad de sus ecosistemas ante las amenazas del calentamiento global, son las causas que hacen que los países latinoamericanos tengan diferentes puntos de vista ante el cambio climático. Esto ha originado dos posturas ambivalentes: Por un lado, se observa un claro consenso sobre la necesidad de buscar apoyo técnico y económico para echar andar programas de mitigación y ajuste en forma coordinada. El Foro de Ministros de Medio Ambiente de la Región, es un claro ejemplo de la búsqueda de alternativas para organizar a Latinoamérica y beneficiarse de la cooperación regional, en la misma idea, los países centroamericanos, dada su condición vulnerable por su situación geográfica, han conformado el Consejo de Cambio Climático Centroamericano (CCCC), un programa regional ambicioso para salvaguardar el sistema climático, también cuentan con el Comité Regional en Recursos Hidráulicos y la Comisión Centroamericana de Ambiente y Desarrollo (CCAD). La región Caribe por su parte, ha elaborado “La Planificación del Caribe para Adaptación al Cambio Climático”, fijando su principal objetivo en apoyar a los países del Caribe en su preparación para afrontar los efectos contrarios del calentamiento global.

Los proyectos nacionales promovidos por los gobiernos Latinoamericanos, todos continúan encaminados como lo afirmará Dejan Mihailovic (2013), en el “constructo ideológico del desarrollo”, por lo cual han terminado por provocar la continua destrucción de nuestros ecosistemas (por ejemplo deforestación y degradación de los bosques, extracción de petróleo, gas, minerales, sustitución de uso de suelo, etc.), lo único nuevo e innovador ha sido introducir la palabra “sustentable” en el mismo arquetipo de proyectos que han demostrado ser perjudiciales.

Lo cierto es que la postura gubernamental ante los tangibles cambios ambientales, es manejada en un doble discurso: por un lado respaldan la protección al ambiente en mesas internacionales y por el otro, sus políticas y acciones parecen apuntalar a la continuidad de los modelos neoliberales de producción global. Sumado a lo anterior, el problema de América Latina continua manifestándose en la falta de infraestructura y capital para poder mejorar los mecanismos industriales (generadores de CO₂).

El Programa de la Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA), determino en el documento “Cambio Climático en América Latina y el Caribe 2006” que la región no esta preparada para afrontar el calentamiento global, la falta de información (científica, económica, jurídica e institucional) sobre como adaptarse al calentamiento global, genera una incertidumbre sobre la interacción entre el fenómeno y las carencias de mecanismos ante las presiones.

El nuevo panorama global y regional requiere identificar, diseñar, desarrollar nuevas políticas y estrategias para combatir el calentamiento global y adecuarse a él. Es necesario que se reconozca la complejidad y el mayor grado de tecnicismo que requieren las políticas públicas y se instrumentalicen las medidas para fortalecer esta área de conocimiento. Es inevitable aumentar los compromisos, ya que si bien, América Latina y el Caribe no figura como grandes emisores, porque: “aportaron solo el 8% de las emisiones globales...” (Galindo, Ferrer y De Miguel, 2010, p. 24), no obstante el PNUMA a generado datos en lo que se indican que las emisiones de CO₂ de la región se dispararon en un 72% de 1980 al 2004 y que continúan en aumento.

Los países que más emisiones generan son Brasil, México, Venezuela y Argentina, todos basan su economía en la exportación del petróleo y se resisten a apresurar la disminución de emisiones por quema de combustible fósil. Brasil y Argentina incluso tampoco parecen estar dispuestos a sacrificar la industria ganadera y agrícola (y detener su crecimiento económico

para estabilizar el fenómeno. Es de entenderse ya que los países centrales tampoco renuncian a su posibilidad de continuar con un crecimiento económico. Brasil incluso aparece como: “el quinto país del mundo con mayores emisiones de GEI, incluyendo aquellas provenientes del cambio de uso de suelo.” (Galindo, Ferrer y De Miguel, 2010, p. 26).

Los efectos climáticos se basan en dos aspectos fundamentales: cambios climáticos regionales y los asensos del nivel del mar. El calentamiento global cambiará los regímenes pluviales, la circulación atmosférica, causará cambios en la circulación oceánica, donde las corrientes marinas se detendrán causando cambios repentinos en las temperaturas de los continentes (Nebell, 1999), se da el calentamiento esporádico del Pacífico sur (El niño), el cual ya no responde a un periodo cíclico, por lo que no se podría prever sus efectos. Tanto las precipitaciones como los periodos de sequías que se generen sin prever sus efectos tendrán impactos en los ecosistemas, en los humanos y en sus sistemas de producción tales como la agricultura y pesca. (IPCC, 2001).

El sistema productivo global de los seres humanos a pesar de ser el que aporta los factores que más aceleran el cambio climático, sufre un efecto de retroalimentación negativo, ya que se ve afectado en todas sus cadenas productivas, a nivel global. En los niveles primarios de producción que han sido de los más afectados por el calentamiento global son las pesquerías, la agricultura y en el equilibrio de los ecosistemas, por ejemplo los veranos largos y caluroso en los Estados Unidos han puesto en riesgo las reservas de cereales, así como las inundaciones han acabado con reservas de cultivos y ha desarrollado el aumento de especies de plagas, plantas y organismos patógenos que han destruido el 50% de la producción agrícola del mundo, generando pérdidas de 242 mil millones de dólares anuales (Epstein, 2000). Para América Latina ser el poseedor del 23% de las tierras potencialmente arables del mundo y cuya actividad ocupa del 30% al 40% de la población económicamente activa en la región, una política pública en las prevenciones de los efectos por el calentamiento global, deben ser de carácter prioritario en las agendas gubernamentales.

En 9 de 12 proyecciones estudiadas por GCM²⁰, en la región, tomando como base un aumento de CO₂ sobre la producción de trigo, maíz, cebada, papas y uvas demostró una disminución de la producción, el aumento de la temperatura contribuirá al aumento de pestes y epidemias (PARLATINO, 1998), con esta diseminación de enfermedades se puede afectar el comercio, los viajes y la industria del turismo, así como dificultar las frágiles

relaciones con la región. (Epstein, 2000). El impacto por lo tanto será en la industria, en la generación de electricidad hidroeléctrica y el transporte, así como toda la actividad que dependa de los recursos naturales (PARLATINO, 1998).

Para América Latina podrá significar durante un tiempo, un beneficio el contexto de la mitigación del cambio climático, como los pagos de servicios ambientales que coadyuvan en la conservación de sus bosques y ecosistemas por ejemplo si a \$30 US por tonelada de CO₂ fijada, desde 1970 hasta el 2017 podría alcanzar un valor de \$261.7 mil millones lo que equivaldría al 40% de la deuda externa de América Latina y la región del Caribe (Suárez, 2000), así mismo la obtención de biomasa como energía, ya que la biomasa generada en estos países implica un tercio de la energía que se consume en ellos, su utilización de una manera adecuada, podría convertirse en una fuente energética para enfrentar la crisis energética pronosticada para el siglo 21, se podría ver el uso de biomasa como una estrategia global para reducir las emisiones de CO₂ hacia la atmósfera, y donde su obtención sea renovable. (Larson, 2000). A pesar de esto según la FAO, citada por Galindo et al en: “América Latina y el Caribe registró alrededor del 70% de la disminución global de bosques ocurrida entre 2005 y 2010”. (2010, p. 34.).

América Latina, posee la mayor riqueza de ecosistemas a nivel mundial, México, Costa Rica, Venezuela, Colombia, Ecuador, Bolivia, Perú y Brasil, por ejemplo cuentan con el mayor número de especies de fauna y flora silvestre del mundo. Las áreas boscosas van desde bosque húmedo, subhúmedo, tropical, austral y de pasturas, sabanas, semiáridas y desiertos. Además como ya lo mencionamos, en la región se encuentra el 23% de las tierras potencialmente cultivables y el 17% de las pasturas del mundo. (PARLATINO, 1998).

El cambio en las temperaturas globales, sin duda alguna, produce múltiples efectos en los ecosistemas naturales y en la producción primaria como agricultura y pesca, a manera de ejemplificarlo se estima que los tipos de vegetación más afectados en México serán los bosques templados, los bosques tropicales y los bosques mesófilos de montaña (Villers, 1998). Lo que traerá un desplazamiento de las especies a otros sitios, provocando una alteración y cambios de abundancia en las especies más susceptibles. (Peterson et al., 2001). Estos cambios comprobados científicamente que sucederán en el tiempo afectará los cuerpos de aguas subterráneos y las áreas de amortiguamiento de los acuíferos a nivel mundial lo que probablemente

genere sequías. La lluvia ácida generada por emisión de gases a la atmosfera y el calentamiento global impactan más sobre la biodiversidad en sitios que están en altas latitudes en comparación con los de más bajas latitudes.

Se dice que la literatura sería ya no se refiere más a los bosques como solución al calentamiento global, aunque se cita aún como una mediada de mitigación global (Texler & Gibson, 2000), la IPCC se basa en que los bosques y otros elementos relacionados con la ciencia biológicas deberían jugar un papel de mitigación de las emisiones de gases del efecto invernadero, lo que nos lleva a la conclusión que existe una gran incomprensión acerca de los usos de los bosques como estrategia potencial para la mitigación del cambio climático y no solo de gases.

Los ecosistemas saludables, que conservan la relación entre el depredador/presa, poseen controladores naturales sobre enfermedades infecciosas, y sus portadores por ejemplo lechuzas, coyotes, y serpientes, ayudan a regular las poblaciones de roedores causantes de la enfermedad de Lyme, hantavirus, arenavirus, leptostirosis y plagas humanas. Los peces de agua dulce, aves, anfibios, reptiles y murciélagos limitan la presencia de mosquitos vectores del dengue malaria, fiebre amarilla y encefalitis, relaciones que son alteradas por pesticidas y el calentamiento global. (Epstein, 2000). Los anfibios probablemente sean los que mas han sufrido los efectos a corto plazo del calentamiento global, ya que sus ciclos de vidas son muy complejos, y su respiración tegumentaria, hacen que sus hábitos estén asociados en su mayoría a cuerpos de agua (Santos, 2004).

Las sequías ocasionadas por la deforestación, el calentamiento global y la contaminación, ha provocado enfermedades como la quitridiosis, ocasionada por el hongo *Chytridium* sp, provocando la muerte y desaparición de poblaciones enteras de anuros, como es el caso del Sapo dorado en Costa Rica. Los anfibios incluso son utilizados como bioindicadores de contaminación y reguladores de plagas de insectos los cuales son portadores de muchas enfermedades del continente. (Barboza Lizano, Vargas Fonseca, Herrera, 2006). Ante un notable empobrecimiento biótico, se darán como mencionamos, sucesiones de especies, crecimiento en abundancias de especies plagas, lo que influirá en un aumento de la precariedad de condiciones de subsistencia de algunas regiones de los países en desarrollo.

Solamente en la época de 1980 a 1989, los océanos absorbieron el 30% de las emisiones de CO₂ (Epstein, 2000.), para el periodo del niño más prolongado de la historia (1990-95), los cambios meteorológicos y ecológicos que se acumularon en el ambiente marino produjo en los arrecifes

coralinos del Caribe un blanqueamiento debido a que la temperatura de la superficie, sobrepasó el umbral de 29 °C, lo que dañó tejidos de plantas y animales que forman la barrera coralina. Para 1997 las temperaturas alcanzaron los 34°C en el sur de Belice y además de blanquear los corales, esta vez también causaron un alto nivel de mortalidad de las estrellas de mar y otras formas marinas. (Ibíd.). Es así como se han generados las enfermedades del coral y hierbas del mar que dañan las poblaciones de peces a las que las aguas caribeñas sirven de criadero.

Una parte muy importante del consumo humano viene del mar: peces y crustáceos. Para 2009, la captura mundial fue de 88 millones de toneladas, de los cuales el 34% fueron capturados en el continente Americano. (FAO, 2011). Esta abundancia de productos del mar, depende de la existencia del krill, (crustáceo), que es un eslabón fundamental en la cadena alimenticia de los océanos, y cuyo crecimiento es afectado notablemente por las elevadas temperaturas oceánicas.

El zooplancton, peces y mamíferos en los sistemas marinos, ayudan a regular la proliferación de algas tóxicas y anóxicas. El calentamiento global sumado a la contaminación de las costas promueven la proliferación de la “marea roja tóxica”, un ejemplo del impacto causado a la biodiversidad por esta marea producida por el exceso de nutrientes y combinada con el aumento de la temperatura de la superficie del océano, fue la muerte de la población de manatíes en la florida en 1996 (Epstein, 2000).

América latina cuenta con alrededor del 35% de las reservas de agua del continente, e incluso posee el tercer acuífero con más capacidad de almacenaje en volumen del mundo, los otros dos que lo preceden están totalmente contaminados (Álvarez Dieppa, 2005). En los lagos y ríos el calentamiento aumentará la evaporación y disminuirá las reservas de agua a nivel global. (PARLATINO, 1998). En los humedales cualquier cambio tendrá impactos profundos²¹, así mismo también los océanos como reguladores de clima y los ciclos biogeoquímicos del planeta.

El deshielo del Ártico es un hecho comprobado, causado según todos los indicios por el calentamiento global. Los investigadores del IPCC, indican un aumento del nivel del mar de 5mm/año entre un rango de 2 a 9mm/año, (IPCC, 2012) y seguirá en aumento durante varios siglos más (IPCC, 2001), lo que para América central genera efectos sobre infraestructura, agricultura y recursos naturales costeros, lo que viene a enfascar a los países en políticas de relocalización de poblaciones.

Además la disminución de las condiciones de mar helado en el océano Ártico está cambiando los ecosistemas, sobre todo para los osos polares, según un informe de la National Oceanic Atmospheric Administration (NOAA) de EE. UU para julio del 2013 se alcanzaron las temperaturas más altas en el ártico nunca alcanzadas en el siglo XX. (NOAA, 2013). Para algunos esto es un acontecimiento positivo ya que permitirá el transporte marítimo hasta el ártico y así con una menor capa de hielo se facilita el acceso a la exploración y extracción de petróleo en el Ártico, que se cree contiene alrededor del 25% de las reservas de petróleo y gas restantes del mundo. Pero el informe también recuerda que alrededor de la mitad del pescado que se consume en Estados Unidos procede del mar de Bering, junto a la costa de Alaska. (El país, 2007).

Referente a los Glaciares Andinos se ve una reducción significativa en la “República Bolivariana de Venezuela, Colombia, Ecuador y Chile” (Galindo, Ferrer y De Miguel, 2010, p. 11.). Por su parte el Glaciar San Quintín de la Patagonia septentrional ha tenido una disminución, agrietamientos y fraccionamientos, otro ejemplo es el Nevado de Santa Isabel que tuvo “una disminución del 44%,” (Galindo, Ferrer y De Miguel, 2010, p. 13.) en los últimos 40 años.

Existen tres aspectos en el cambio climático que influyen en la salud: La tendencia del calentamiento global, el calentamiento desproporcionado durante la noche y el incremento de climas severos y extremos. (Epstein, 2000). Los cambios en la distribución del agua y el calor pueden utilizarse para ayudar a evaluar los cambios en el alcance de las enfermedades.

A escala mundial las enfermedades infecciosas ya esta emergiendo, re-surgiendo y redistribuyéndose. La contaminación ambiental (debida a partículas) es responsable de 1,4% de todas las muertes en el mundo. (Ballester, 2005), por ejemplo según el informe de la Organización Mundial de la Salud (OMS), al menos 30 de las nuevas enfermedades han que emergido en los últimos 30 años, como la difteria, la Tos ferina, el dengue y la quebranta huesos, (Epstein, 2000) que se consideraban desaparecidas, por ejemplo para el año 2007, en Perú reapareció la epidemia de fiebre más grande de América desde el año 1950 (Ibíd.). Aunado a esto, han proliferado las mareas rojas toxicas, las cuales producen enfermedades como el cólera a partir de bacterias presentes en el plancton.

Las enfermedades en las que participan las especies plagas o insectos como vectores, responden muy rápido a los cambios climáticos ya que el calentamiento con la humedad adecuada aumenta las poblaciones de insectos.

tos. Otra de las epidemias que resurgió ha sido la meningitis epidémica esta se asocia a las condiciones de sequía severa, e incluso en naciones desarrolladas como Estados Unidos están surgiendo enfermedades como hantavirus (HPS)²² y Lyme. La Encefalitis también ha surgido con el calentamiento global la cual es transmitida por un mosquito, donde los brotes epidémicos se asocian a la temperatura de 30° C y superiores.

Un aspecto a considerar en la salud es como algunos de los factores causantes del calentamiento global, causan enfermedades severas, tal es el caso de la contaminación atmosférica por lo cual los estudios más importante realizados por Pope²³ y sus colaboradores como parte del II Estudio para la Prevención del Cáncer, muestran datos que se recogen desde 1982, sobre factores de riesgo y contaminación atmosférica para unos 500.000 adultos de 151 áreas metropolitanas de los Estados Unidos. En la cohorte hecha hasta el año de 1998. Las partículas finas (PM 2,5) y los óxidos de azufre mostraron una asociación con la mortalidad de todas las causas de enfermedades del aparato circulatorio y por cáncer de pulmón (Ballester, 2005).

Estudios han demostrado que el carbono negro forma parte de la PM 2,5 y que es “un contaminante que puede adsorber una gran variedad de químicos durante el proceso de combustión, incluidos los hidrocarburos aromáticos poli cíclicos, que son carcinogénicos o mutagénicos” (Mejía Velazquez y Páramo Figueroa, 2011, p. 34). Cada aumento de 10 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ ⁽²⁴⁾ en los niveles atmosféricos de partículas finas se asoció aproximadamente con un aumento de un 4%, 6%, y 8% de probabilidad de correr el riesgo de morir por las causas mencionadas. (Ballester 2005).

La realidad del cambio climático es latente y nos ubica en una peligrosa situación; la posición hoy día de reducir las emisiones de gases responsables de efecto invernadero, en el mundo actual carece de respuestas prácticas inmediatas. Precisamente esa falta de soluciones nos plantea al Protocolo de Kyoto como una inmejorable solución, sin embargo, sus acuerdos nos sitúan en metas inalcanzables, a muy largo plazo, con soluciones ambientales pobres e imposible aplicación. Los países exigidos a reducir las emisiones, parece no importarles las resoluciones adoptadas, con el pretexto que afectan sus procesos productivos y su carrera por continuar el crecimiento económico. En este contexto nos obliga a preguntarnos si: ¿El Protocolo es suficiente para concienciar a los gobiernos e industria a emprender cambios sistemáticos en los procesos productivos hacia otros que sean alternativos? (como la eficiencia energética o la búsqueda de energías renovables).

Los efectos del calentamiento global sobre el clima, tanto en los periodos de sequía como los de inundaciones, tiene un impacto económico que demanda grandes inversiones para revertir sus secuelas y reconstruir los poblados destruidos, por ejemplo en Río de Janeiro, New Orleans, el Caribe, Europa, China u África, los efectos del clima extremo serán una realidad irreversible con la continuidad del modelo del sistema mundo capitalista o globalización. La inversión consciente y necesaria que estas catástrofes causen puede aprovecharse para la reubicación responsable y el surgimiento de nuevas localidades fuera de zonas de alto riesgo del desastre natural.

La biodiversidad constituye un recurso con un potencial económico muy grande, no solamente por su atractivo, sino porque sus bosques albergan medicinas aun desconocidas que en tiempos de la colonización su conocimiento fue destruido. La extinción de especies ocasionada por el calentamiento global, o por causas relacionadas con este fenómeno, como la destrucción de los bosques, es un proceso que va ya muy avanzado y probablemente nunca conoceremos todo lo que se está perdiendo.

En el área de la salud el calentamiento global y sus causantes han ocasionado una ruptura en el equilibrio del ecosistema, por lo que han proliferado los vectores de enfermedades, y también han aparecido otras desconocidas o poco comunes. Así mismo los efectos del aumento de gases como monóxido de carbono (CO), sobre enfermedades como el asma y el cáncer de pulmón han sido ampliamente documentados.

El aumento en los niveles de precipitación generará problemas de contaminación de aguas superficiales debido a la alta erosión, así mismo las sequías del suelo y de los sistemas lóticos y lénticos, la intensa evaporación por las altas temperaturas provoca altos costos en el uso del agua tanto para consumo residencial como para las industrias, por lo cual se convierte cada vez más en un recurso estratégico altamente cotizado y deseado por las economías hegemónicas, lo cual trae implicaciones para América Latina, en su libre ejercicio de soberanía sobre sus recursos, estrategia que esta plasmada en los acuerdos comerciales a que ha sido sometida una parte de la región.

El Protocolo de Kyoto parece ser una maniobra maquilladora de los gobiernos, por un lado avalando los compromisos, y por el otro, intensificando la búsqueda de acciones que impidan llevarlo a la práctica; la resistencia de los países industrializados a afrontar los desafíos del calentamiento global, aunado al papel de las trasnacionales de industrias de la

energía y la automovilística, obstaculizan las negociaciones del Protocolo y los sitúa como responsables de los resultados obtenidos.

Todo parece indicar que la falta de voluntad de cambiar el modelo de producción insostenible de las grandes industrias multinacionales a facilitado la introducción en el Protocolo de figuras como el comercio de emisiones y la consideración de los sumideros de carbono como reparadores de las emisiones que poco alivian el mal, ya que, aunque contribuyen en la conservación de zonas primarias protegiendo también la biodiversidad de la región, no considera el cambio estructural para la desaparición de las emisiones, es el trato divino “del que peca y reza empata” por lo tanto los países centrales y sus multinacionales pagan ha cambio que los dejen contaminar.

Por eso considero que el calentamiento global en el marco de la globalización neoliberal es la máxima expresión de un sistema mundo capitalista que se ha construido para la civilización Petrofósil, a saber, la civilización que baso todo su desarrollo y relaciones económicas sociales y hasta espirituales en los productos que se basan en la obtención de energía fósil.

La solución del problema requiere, un cambio radical en las formas de producción y en el actual sistema energético global que permitan satisfacer las necesidades básicas de todos los habitantes del mundo de una manera equilibrada, ligado a su vez, al fomento de una cultura de respeto al ambiente que incluye un consumo, de conciencia y limitado, que genere un menor impacto ambiental.

Desde América Latina, se demanda un cambio esencial de la idea de la economía y de la organización social actual; hay que informar a la ciudadanía sobre los reales y tangibles resultados del calentamiento global en la región y el mundo (incrementos del nivel del mar, mengua de los recursos hídricos, daños a cultivos, pérdida de especies vegetales y animales, problemas de salud, etc.) y fomentar un convencimiento de la necesidad de una nueva conciencia social que pueda impulsar acciones radicales. Esta conclusión nos sitúa en el renglón de que el calentamiento global debe verse como un problema de desarrollo para América Latina.

Hay que trabajar con herramientas como la educación en el fomento de una cultura sobre la gravedad del fenómeno y la urgente participación de todos en el problema, de esta manera resultará más fácil involucrar a la sociedad en soluciones desde su propia trinchera, que podrían ser la reducción del consumo de energías fósiles hasta su total desaparición para ingresar al uso de energías renovables, la transformación del sistema de trans-

porte público mundial, apostando al programa de la Viena Roja de los Austro marxistas para las grandes ciudades, como principal forma de reducción de las emisiones de CO₂.

El calentamiento global es uno de los principales problemas a los que se afronta la humanidad en este siglo, ya que su problemática impacta prácticamente todos los ámbitos del que hacer humano. Pero cabe cuestionarse si existe un eslabón anterior, la raíz del problema. Más allá de definir las actividades humanas que contribuyen a que se de este fenómeno, es importante insistir que la destrucción de los bosques, la alta emisión de gases de efecto invernadero, la destrucción de la capa de ozono, tienen un denominador común el llamado modo de producción que se basa en una civilización que se ha construido a base del uso del petróleo.

La participación en el problema debe comenzar desde los núcleos primarios de la sociedad, desde pequeños grupos sociales: conciencia es la palabra. Los pueblos tienen el papel más importante del que se cree, tienen la capacidad de presionar a los gobiernos y organizarse rescatando la urbanidad que proporciona las grandes ciudades globales y mundiales para exigir el cambio del modelo productivo y energético globalizante, además pueden contribuir a reducir sus emisiones desde lo cotidiano e individual. Creo que este aspecto es fundamental si los habitantes de las ciudades globales y mundiales así como sus administradores se reconocen como los principales causantes del problema, habrá cambios profundos.

Para América Latina constituye un reto y una oportunidad establecer agendas de cambios con modelos propios, que tengan como prioridad el resolver los problemas ambientales tanto regionales como globales, ya que es en esta región donde se da la mayor concentración de recursos estratégicos, que son fundamentales para la vida presente y futura en el sistema planetario. El Protocolo de Kyoto, debe de retomar el objetivo porque fue creado: asegurar el futuro de muchos seres humanos en un planeta en el que se pueda dar el buen vivir. El Protocolo no es un lugar de negociación de intereses egoístas y comercialización de créditos de carbono, sino, un lugar creado para solucionar un problema global. La política global tiene que ser un recurso renovable puesto que el futuro de la humanidad no es negociable...

NOTAS

- ¹ Magíster en Estudios Latinoamericanos con énfasis en Cultura y Desarrollo/ Biólogo Tropical y Miembro de Asociación de la Unidad por Nuestra América. COME-UW.
- ² Precisamente pensando en la función del sistema mundo de Wallerstein y los ciclos de Kondratiev.
- ³ Por ejemplo: Roma, Estocolmo, Río 92, Johannesburgo, Río +20, solo por mencionar algunas, movilizaron miles de personas que utilizaron medios de transporte que provocan gases que incrementan el calentamiento global, se movilizan millones de dólares que sostienen un modelo de consumo y uso de los medios productivos globalizados para sus discusiones sobre el problema ambiental.
- ⁴ El cual es un obstáculo por las cadenas mediáticas creadoras de matrices de opinión a nivel internacional.(García Canclini, 1999)
- ⁵ Migraciones masivas del campo a la ciudad que buscan mejorar sus ingresos, trabajo y confort, en urbes llenas de luces reordenadas para ocultarse y no ser vistos.(García Canclini, 1999)
- ⁶ Por posición en Rankin. 1. New York, 6. Los Angeles, 7.Chicago, 10. Washington D.C., 15.Boston, 17. San Francisco, 36. Miami, 38. Houston, 39.Atlanta. (Global Cities, 2012)
- ⁷ Por posición en Rankin. 5. Hong Kong, 14. Beijing, 21.Shanghai. (Ibíd.)
- ⁸ Por posición en Rankin.19. Moscú. (Ibíd.)
- ⁹ Por posición en Rankin. 4. Tokio, 47. Osaka. (Ibíd.)
- ¹⁰ Por posición en Rankin. 33. São Paulo, 53. Río de Janeiro. (Ibíd.)
- ¹¹ Por posición en Rankin. 2. Londres, 3. París, 9. Bruselas, 13. Viena, 18. Madrid, 20.Berlín, 23. Frankfurt, 24. Barcelona, 26. Ámsterdam, 27. Estocolmo, 28. Roma, 31. Munich, 41. Milán, 42. Copenhague, 44. Dublín. (Ibíd.)
- ¹² Por posición en Rankin.11. Singapur, 8. Seúl, 29. Dubai, 31. Estambul, 40. Taipei, 43. Bangkok, 45. Bombay, 46. Tel Aviv, 48. Nueva Delhi, 49. Kuala Lumpur. (Ibíd.)
- ¹³ Por posición en Rankin. 22. Buenos Aires, 34. México. (Ibíd.)
- ¹⁴ El IPCC es la Agencia especializada de la Organización de las Naciones Unidas creada conjuntamente con la Organización Meteorológica Mundial (OMM) para profundizar en el conocimiento sobre el fenómeno del calentamiento global. www.ipcc.ch
- ¹⁵ <http://www.un.org/spanish/news/facts/climate.htm>
- ¹⁶ Negociador estadounidense para asuntos climáticos
- ¹⁷ Las multinacionales y las metrópolis, que representan la lógica del capital, han montado dos líneas de acción. La primera consiste según Delgado Ramos citado por Barboza Lizano en. “la construcción de un sistema de bioprospección mundial constituido por las transnacionales, Estados, instituciones e investigadores (ONGs y Estados nacionales)” y la segunda es: “un sistema mundial de protección de la propiedad intelectual que penetre las oficinas de patentes nacionales y que permita hacer válida la propiedad privada” a lo que se le ha llamado Biopiratería. (2013)Rebelión: Ecología Social. <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=171107>
- ¹⁸ <http://www.youtube.com/watch?v=V52Os8uWocM>
- ¹⁹ Por sumidero se entiende cualquier proceso, actividad o mecanismo que absorbe un gas de efecto invernadero, un precursor de un gas de efecto invernadero en la atmósfera. Artículo 8. Convención Sobre el Cambio Climático.
- ²⁰ Modelos de Circulación General (GCM) <http://www.atmosfera.unam.mx/cambio/pgcambio.htm>
- ²¹ Se conoce por numerosas investigaciones que los humedales cumplen la función de ser los riñones del planeta, por lo que al afectarse se dará un colapso irreversible para la vida

del mismo. En este caso no podremos realizar ningún tipo de diálisis para mantener con vida a nuestra única nave espacial.

²² Siglas en inglés

²³ Miembro del Programa de investigaciones epidemiológicas de la escuela de salud pública, Universidad Harvard, Boston, Massachussets.

²⁴ Una micra (µg) equivale a la millonésima parte de 1 metro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ DIEPPA, D. (2007). *Intereses Geo-económicos y recursos naturales.*

Asociación para la Unidad de Nuestra América. [En]Antología. América latina en el Contexto de la globalización. Instituto de Estudios Latinoamericanos (IDELA). Universidad Nacional. Costa Rica.

BALLESTER , F. (2005). *Epidemias* Rev. Esp. Salud Pública vol.79 no.2 Mar/Apr.Madrid.

BARBOZA LIZANO Óscar. (2013, 14 de Julio). *La biología tropical como*

método de injerencia en la soberanía nacional de los recursos naturales. Rebelión:

Ecología Social. Recuperado de: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=171107> (consultado 23 de Julio del 2013).

BARBOZA LIZANO, Ó., VARGAS FONSECA E, HERRERA, F. (2006).

Anuros bioindicadores potenciales, de tres zonas con diferente grado de alteración en la finca C.R.A.R.C's en Guayacán de Siquirres, Costa Rica. Herpetología. Escuela de Ciencias Biológicas. Universidad Nacional. Costa Rica (documento inédito).

BAUMAN, Zygmunt. (1992). *Intimations of postmodernity.*[En] GARCÍA

CANCLINI, Nestor. (1999). *Capitales de la cultura y Cidades Globales.* La globalización Imaginada. Paídos. Ibérica. 227 p.

BROWN, L. R. (1992). *El inicio de una nueva era.* En: La situación en el mundo. DEI. Costa Rica.

DEVRAJ Ranjit (2009, 08 de Julio) *Cambio climático: campo fértil para la*

biopiratería. Recuperado de: http://www.biodiversidadla.org/Menu_Derecha/

Prensa/Cambio_climatico_campo_fertil_para_la_biopirateria (Consultado 21 de junio 2013)

EPSTEIN P. R. (2000). *Salud y cambio climático.* Cambio climático y desarrollo

PNUD/Yale Schooll of Forestry & Environmental Studies.

IPCC. (2012). FIELD, C.B., V. BARROS, T.F. STOCKER, D. QIN, D.J.

DOKKEN, K.L. EBI, M.D. MASTRANDREA, K.J. MACH, G.-K.

PLATTNER, S.K. ALLEN, M. TIGNOR, AND P.M. MIDGLEY (EDS.)

Available from Cambridge University Press, The Edinburgh Building, Shaftesbury Road, Cambridge CB2 8RU ENGLAND, 582 pp. Available from June 2012: Recuperdo de: http://www.ipcc.ch/pdf/special-reports/srex/SREX_Full_Report.pdf. (Consultado 23 de agosto del 2013).

GALINDO Luis. M., DE MIGUEL Carlos & FERRER Jimmy.(2010). Gráficos Vitales Del Cambio climático para America Latina y el Caribe. Edición especial para la CP16/CP-RP, México. PNUMA, CEPAL. Recuperado del sitio de Internet: http://www.pnuma.org/informacion/comunicados/2010/6Diciembre2010/LAC_Web_esp_2010-12-07.pdf

GALLEGOS GARCÍA A. (2004). *Clima oceánico: los mares Mexicanos ante el cambio climático.* [En] **MARTINEZ Julia, BERMAUTZ FERNÁNDEZ**

Adrián., OSNAYA Patricia. (2004). Cambio Climático: Una visión desde México. Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales. Instituto Nacional de Ecología. México. 551 p. Recuperado de: <http://www2.inecc.gob.mx/publicaciones/new.consultaPublicacion.php>

GARCÍA CANCLINI, Nestor. (1999). *Capitales de la Cultura y Ciudades Globales.* La globalización Imaginada. Paídos. Ibérica. 227 p.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. (1999). *Cultura y política en los imaginarios de la globalización.* La globalización Imaginada. Paídos. Ibérica. 227 p.

HAMBURG P.S. et.al. (1997) *Cambio climático y desarrollo.* Oficina regional para América Latina y el Caribe PNUD y Yale School Forestry & Environmental Studies, 2000. Programa de Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA) y Organización Meteorológica Mundial (WMO), San Pedro, San José Costa Rica. 1997.

KAIMOWITZ, D. (1992). *La valorización del futuro: un reto para el desarrollo sostenible de América Latina* Barcelona: Ediciones Apóstrofe y Fundación Hogar del Empleado.

LARSON, E. (2000). *Centro de estudio de energía y ambiente,* Universidad Princeton, Cambio climático y desarrollo PNUD/Yale School of Forestry & Environmental Studies.

LOMBORG, Bjørn. (2007, 20 de Marzo). *El inconfesable secreto del Calentamiento del Planeta.* Recuperado de: <http://www.eluniversal.com.mx/editoriales/37069.html> (Consultado 18 de Julio 2013).

LOMBORG, Bjørn. (2007, Noviembre). *Ciudades Horno.* Copenhage. Recuperado de: http://www.bibliotecapleyades.net/sociopolitica/sociopol_projectsyndicate01.htm (Consultado 22 de julio del 2013).

MAHALMAN, JD. (2000). *EnerGy Enviroment/ Cambio climático y desarrollo,* Oficina regional para América Latina y el Caribe PNUD y Yale School Forestry & Environmental Studies.

MEJIA VELAZQUEZ G. & PARAMO FIGUEROA V. (2011). *Guía metodología para la estimación de emisiones de PM 2,5.* Secretaría del Medio Ambiente y Recursos Naturales. Instituto Nacional de Ecología. Mexico. 103 p. Recuperado de <http://www2.inecc.gob.mx/publicaciones/new.consultaPublicacion.php> (Consultado 19 de agosto 2013).

MENOTTI, V. - SOBHANI, L. (1999). *Globalisation and Climate Change*. THE ECOLOGIST, 29. n° 3. Mayo-junio.

MIJHAJLOVIC, Dejan. (Agosto, 2013). *Cidades-Economia, Imigração e Sustentabilidade*. [En] **TORIBIO LEMOS M. & DANTAS. A.** VII Fórum de Debates Povos e culturas das Américas. Cidades em debate: Economia Meio Ambiente e Sustentabilidade Núcleo de Estudos das Américas. Universidade do Estado de Rio de Janeiro, Brasil.

MONROY, O. *Principios generales de biología de la conservación*. Recuperado de: <http://www.inec.gob.mx/uacjci/publicaciones/libros/395/monroy.html> (Consultado 12 junio 2013).

NEBELL, B. WRIGHT, R. (1999). *Ecología y Desarrollo Sostenible*. México. Prentice Hall Hispanoamericana.

PETERSON T. et al. (2001). *Effectos of global climate change on geographic distributions of Mexican*. Cracida. Ecológica Modeling México.

PIÑA CANO, M. (2001). *Límites de la agricultura sustentable en el contexto de la globalización*. [En] Globalización e Integración Continental. Universidad Nacional. Costa Rica.

RESTALLACK, S. (1997). *The W.T.O. Places Corporate Interest Above Humanity and the Environment*. THE ECOLOGIST, 27. n° 4. Julio – agosto.

RODRIGUEZ MURILLO J. (1998) *Cambio Climático: Sobre el protocolo de Kioto y que hacer después*. [En] Ciudades para un Futuro Sostenible: Boletín 5 especial: La Construcción de la Ciudad después de Kioto. Recuperado de: <http://habitat.aq.upm.es/boletin/n5/ajmur.html> (Consultado: 23 julio del 2013).

RODRÍGUEZ MURILLO, J.C. (2007) *Globalización y medio ambiente*. Recuperado de: <http://www.ecologistasenaccion.org> (Consultado 29 Julio 2013).

RUEDA MANGAÑA. V. (2004). *El cambio climático Global: comprender el Problema* [En] **MARTINEZ Julia, BERMAUTZ FERNÁNDEZ Adrián, OSNAYA Patricia.** (2004). Cambio Climático: Una visión desde México. Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales. Instituto Nacional de Ecología. México. 551 p. Recuperado de: <http://www2.inecc.gob.mx/publicaciones/new.consultaPublicacion.php> (Consultado 15 Agosto 2013).

SANTOS, G. (2004). *Enfermedades Infecciosas en poblaciones de anfibios*. Revista Biodiversitas # 56. San Pedro San José Costa Rica.

SUAREZ, C. (2000). *Revisión de la contribución de America Latina a la mitigación del cambio climático* Cambio climático y desarrollo PNUD/Yale Schooll of Forestry & Environmental Studies.

TREXLER. M. KOSLOFF.H. GIBBONS R. (2000). *Los bosques luego del Protocolo de Kyoto: Revisión de los principales aspectos y preguntas*. Texler y Asociados

,Inc. Cambio climático y desarrollo PNUD/Yale School of Forestry & Environmental Studies.

VILLERS, L. T. (1998). *El impacto del cambio climático en los bosques y áreas protegidas de México.* Inter ciencia, México.

DOCUMENTOS, INFORMES Y DIARIOS.

Baki-Moon presionará para acuerdo sobre el clima para el 2015. (2013, 22 enero). El Nuevo Diario. Recuperado de: <http://www.elnuevodiario.com.ni/internacionales/275186> (Consultado 23 de julio 2013).

Climates Highlites. (2013, July). Recuperados de: <http://www.noaa.gov>

Climático. (1998). *El Parlamento Latinoamericano frente al cambio climático.* Buenos Aires Argentina.

Convención sobre cambio climático (1992, 9 de mayo). Recuperado de <http://www.prodiversitas.bioetica.org/doc108.htm> (Consultado el 19 de agosto 2013).

Departamento de Información al Público de las Naciones Unidas. (s.f) *Cambio Climático Mundial* Recuperado de: <http://www.un.org/> (Consultado 10 de Julio 2013).

El deshielo del Ártico puede impulsar el transporte internacional y la industria del crudo. (2007,18 de marzo) <http://www.elpais.com/articulo/economia/deshielo/articulo/puede/impulsar/transporte/internacional/industria/crudo/elpepueco> (Consultado 12 de Julio 2013)

Estadísticas de Pesca y Acuicultura 2009. (2011). Organización de las Naciones unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO) <http://www.fao.org/fishery/statistics/global-production/es>

Evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático (IPCC) (2001). *Cambio Climático 2001: Informe de Síntesis.* Resumen para Responsables de Políticas.

Global cites Index. (2012). Global Business Policy Council. Recuperado de: http://www.atearney.com/gbpc/global-cities-index/full-report/-/asset_publisher/yA11OgZpc1DO/content/2012-global-cities-index/10192. (Consultado el 23 de agosto 2013).

Hacia una Civilización Post- Petrolera. (2013, 22 de mayo). Tangantai. Agencia Ecologista de información. Recuperado de: <http://www.agenciaecologista.info/petroleo/497-hacia-una-nueva-civilizacion-post-petrolera> . (Consultado el 25 de julio del 2013).

Informe de IPCC (2001) Síntesis Cambio climático 2001. Recuperado de: <http://www.nrdc.org/laondaverde/globalwarning/f101.asp#> (Consultado 20 de agosto 2013).

Informe de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo. (2012) *Declaración de Río sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo* (Río +20). Recuperado de <http://www.un.org>

Organización panamericana de la Salud <http://www.paho.org>

Primer Taller del Parlamento Latinoamericano (PARLATINO) sobre el cambio

United Nations Environment Programme. (2003) *El Cambio Climático en América Latina y el Caribe. estado actual y oportunidades*. XIV Reunión del Foro de Ministros de Medio Ambiente de América Latina y el Caribe. Panamá.

United States Environmental Protection Agency (2013). Inventory of U.S.A. National Green House Gas Emission Data. Recuperado de: <http://www.epa.gov/climatechange/ghgemissions/usinventoryreport.html> (Consultado el 23 de agosto del 2013).

Resenha

Dantas, Andre Luis T.

Godelier, Maurice - O Enigma do Dom. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2011.

Em *O Enigma do Dom* Maurice Godelier aponta as diferenças entre os grupos sociais e assinala que nos lugares para se viver é necessário pertencer a um grupo, um clã ou a uma comunidade aldeã ou tribal, enquanto, em nossa sociedade, pertencer a uma família não significa que o indivíduo possa ter uma condição de existência, por maior que seja a solidariedade, pois é preciso trabalhar para ganhar dinheiro e viver. E trabalhar significa trabalhar para os outros, para aqueles que possuem empresas ou condições para empregar trabalhadores.

Destaca também nessa obra, os aspectos de um mercado de emprego saturado onde as dificuldades estão presentes, e que alguns jovens estão condenados a esperar por muito tempo por uma oportunidade, enquanto outros estão fadados a nunca nele ingressarem e serão os “assistidos permanentes”, a não ser que encontrem outras formas de ganhar dinheiro sem trabalhar. Outros, sem chance, farão parte das zonas escuras da sociedade, zonas subterrâneas e podem ganhar dinheiro sem trabalhar e declarar ou trabalhar e ganhar dinheiro sem declarar.

O autor enfatiza a necessidade de dinheiro, pois sem ele não há existência social, nem existência material ou física e que os indivíduos perdem muito mais do que um emprego, quando não encontram um, pois se tornam excluídos. Aponta para o paradoxo das sociedades capitalistas, onde a economia é a principal fonte de exclusão, pois longo a prazo a economia os exclui e diminui as chances dessas pessoas serem incluídas novamente. Godelier assinala que a economia de um país capitalista não depende apenas dela, pois faz parte de um sistema, uma rede, um mundo de pressões e de constrangimentos. As empresas sentem o dever de serem as melhores nos mercados concorrenciais, tanto nacionais como internacionais.

Mais paradoxal ainda, assinala Godelier, é que essa economia, que cria excluídos em massa, confere à sociedade a tarefa de reincluí-los, não na

economia, mas na sociedade. Godelier afirma que a nossa sociedade possui um “tecido social esgarçado”, decompondo-se em várias sociedades cada vez mais compartimentadas, cabendo ao Estado recompor essa sociedade. Porém, o Estado não é suficiente para executar essa tarefa. A impotência do Estado traz novamente o dom. No entanto, explica Godelier, esse dom é forçado, pois o Estado decreta novos impostos, os quais chama de “solidariedade”, para poder cumprir o dom e obriga a maioria a partilhar com os mais necessitados, preenchendo, assim, a brecha produzida pela economia. Godelier enfatiza, que o Estado desobrigando-se da economia, desobriga-se também de outros aspectos da vida social. Porém, conclui o autor, o Estado não é uma abstração, pois governa e é o “que aqueles que o governam fazem dele”.

Neste contexto, aponta o autor, surgem nas ruas, no metrô e outros lugares públicos milhares de mendigos – os SDFs (indivíduos sem domicílio fixo), aqueles que generalizaram o apelo a dar, a partilhar. A demanda do dom torna-se organizada e, assim, surgem inúmeras organizações “caritativas”, que pedem ao doador, generoso e solidário, que partilhem, não o seu dinheiro, mas o que foi adquirido com o dinheiro que se destinava ao seu próprio consumo.

Esta é a explicação encontrada por Godelier para o retorno da caridade, que inspirou Mauss a escrever em 1922 o “*Essai sur le don*”. Como pedir é humilhante, prefere-se viver dissimulando que se ganha a vida vendendo jornais que nunca serão lidos, conclui Godelier. A caridade está de volta, não como virtude, mas por solidariedade, devido a existirem, cada vez mais excluídos, pois o Estado é incapaz de acabar ou diminuir as injustiças.

A seguir Godelier tece considerações sobre a situação européia, com a queda do muro de Berlim e o desaparecimento dos regimes socialistas e o fortalecimento do capitalismo liberal. O autor assinala que, diante do fracasso das sociedades dirigidas pelo Estado, o “velho mito do capitalismo liberal continua acreditando na existência de dum deus escondido, de uma mão invisível que dirige o mercado para melhores opções e para melhor repartição dos bens entre os membros da sociedade”. Nessa espera, é preciso viver e é preciso dar para viver.

Embora distante de Marcel Mauss e de sua obra, Godelier considera que compartilha com seu pensamento e por isso reanalisa o dom. Por isso torna-se necessário entender a pressão que é feita sobre o indivíduo para “dar”, sobre a “demanda” de dons.

Ele explica que essa demanda se modernizou, tornando-se mediática e burocrática, utilizando a mídia para sensibilizar a opinião e emocionar, pois expõe a todos o “espetáculo de todas as exclusões, a dos indivíduos e das nações devastadas pela miséria, pela pobreza e pela guerra”. Concluindo, não mais o sofrimento dos próximos e sim o da humanidade que solicita dádivas e generosidade. O dom tornou-se um ato que liga sujeitos abstratos, um doador que ama a humanidade e um donatário que se encarrega por algum tempo de uma campanha de donativos. Assim, o dom fica entre o mercado e o Estado. O mercado – mercado de trabalho ou de serviços – lugar das relações de interesse e cálculo e o Estado – espaço das relações interpessoais de obediência e respeito à lei. E o dom continuava a ser praticado entre pessoas próximas, testemunha das relações que os ligavam e que impunham obrigações recíprocas que as trocas de dons expressavam, de “dons” feitos sem contar, sem esperar retorno. Godelier enfatiza que o que marcava o dom entre os próximos não era a ausência de obrigações e sim a de cálculo.

A seguir, Godelier analisa Levi-Strauss e a crítica que esse autor faz a Mauss, que aponta erro de método em sua obra, ao não se ter limitado à análise, aplicando aos três momentos que formam um todo o mesmo método, erro de método que um estruturalista evitaria. Assim, coube a Levi-Strauss propor uma explicação do conjunto dos fatos sociais que fazia do social uma combinação de formas de troca, cuja origem profunda deveria ser buscada nas estruturas inconscientes do espírito, em sua capacidade de simbolizar.

Após estudar esses autores, Godelier torna-se um antropólogo e vai trabalhar na Melanésia, a mesma região que forneceu a Mauss os elementos para a sua análise, e na Nova Guiné, entre os *baruyas*.

Nessa região Godelier se depara com formas não ocidentais de dom, fazendo-o reavaliar as informações de Mauss e de Lévi-Strauss. Assim Godelier exprime suas idéias da seguinte maneira:

1º) se o dom pode ser encontrado em toda parte, ele não é apenas uma maneira de compartilhar o que se tem, mas também uma maneira de combater com o que se tem; era a idéia que ele atribuía a Mauss - de que a lógica dos dons e contradons culmina com o *potlach* (dom de caráter sagrado que constitui, para quem recebe, um desafio a dar um presente equivalente);

2º) a sociedade funda-se sobre a troca e só existe através da combinação de todos os tipos de trocas – de mulheres (parentesco), de bens

(economia), de representações e de palavras (cultura). Godelier afirma que também estava influenciado por Lévi-Strauss: a força do simbólico sobre o imaginário e sobre algo nomeado por um termo indeciso “o real”. Para Lévi-Strauss, o símbolo era mais real que a “realidade” que significava.

Assim, Godelier desenvolve seus estudos entre os baruyas e pôde observar a prática do dom e do contradom na troca de mulheres, mas nada de potlach. Ao contrário, nessa sociedade a lógica excluía que se pudesse adquirir poder através de dons e contradons de riquezas. Assim, Godelier observou que entre os baruyas confrontavam-se coisas que não podiam vender ou dar, e que deviam guardar. Essa experiência, o autor analisa em sua obra “La Production des Grans Hommes” (1996).

Posteriormente, influenciado por Annette Weiner (*Inalienable Possessions: The Paradox of Keeping-while-Giving*), Godelier observa que a autora descobrira fatos novos que esclareciam problemas deixados sem resposta por Mauss e Malinowski. Ela mostrava que se podia conservar um objeto e ao mesmo tempo dá-lo. Era parte de um enigma do dom que assim estava resolvida. Os interesses da autora uniam-se ao de Godelier. Dessa forma, o autor resolveu escrever sobre os enigmas do dom, pois percebeu que havia algo que ameaçava a prática do dom e penetrava no domínio do sagrado apenas para profaná-lo e destruí-lo: o dinheiro. E inicia sua obra com a análise sobre Mauss para avaliar o seu legado.

No I capítulo – *O Legado de Mauss*, Godelier explica que Mauss colocou a questão do dom da seguinte maneira :

“o que faz com que tantas sociedades, em tantas épocas e em contextos tão diferentes, os indivíduos se sintam obrigados não somente a dar ou, quando lhes é dado, a receber, mas também obrigados, quando receberam, a restituir o que lhes foi dado e restituir, seja a mesma coisa (ou o seu equivalente), seja algo de mais ou de melhor?”¹.

O autor confessa que o que mais o impressionou na obra de Mauss “*Essai sur le don*” foi a existência, entre as diversas trocas e prestações, de uma mesma força encarnando-se em três obrigações, distantes mas encaidadas, e que fazia com que as pessoas e as coisas em um movimento e a qualquer momento o trouxesse de volta e fazia coincidir o ponto de chegada de todos estes dons e contradons com o seu ponto de partida. Mauss argumentou que tanto as pessoas como as coisas possuíam esta força e que nada podia separá-las. Para ele, as coisas prolongavam as pessoas, e as pessoas se identificavam com as coisas que possuíam e que

trocavam. Para o autor, “ tudo vai e vem, como se houvesse troca permanente de uma matéria espiritual compreendendo coisas e homens entre clãs e os indivíduos , repartidos entre as categorias, os sexos e as gerações ”, e concluiu que o “vínculo através das coisas é um vínculo d’alma, pois a própria coisa tem uma alma, é da alma”, por isso que a coisa dada leva com ela as pessoas e se “ esforça” para retornar, cedo ou tarde para aquela que pela primeira vez , a tinha cedido. Foi justamente nesse aspecto que Levi-Strauss concentrou suas críticas e Godelier, também para maior compreensão, pergunta o que significa dar?

Mauss explica a hipótese sobre o que obriga a dar é precisamente o fato de que dar obriga, assim , dar é transferir voluntariamente algo que nos pertence a alguém de quem pensamos que não pode deixar de aceitar. O doador pode ser um indivíduo ou um grupo, assim como o donatário pode ser um indivíduo ou grupo que recebe o dom em nome do grupo que representa. O dom é um ato voluntário, individual ou coletivo, que pode ser ou não solicitado pelos que receberam, conclui o autor.

Dar institui uma relação dupla entre aquele que dá e aquele que recebe, isto é uma relação de solidariedade, pois quem dá partilha aquilo que possui, com aquele a quem dá, e uma relação de superioridade, pois quem recebe o dom e o aceita fica sendo devedor daquele que o deu. Através dessa dívida ele se torna dependente até o momento em que pode restituir o que lhe foi dado.

Nesse contexto, dar estabelece uma diferença e uma desigualdade de status entre aquele que dá e aquele que recebe. Deve-se assinalar que o dom tanto aproxima , porque constitui uma partilha quanto os afasta socialmente, pois um deles se transforma em devedor. Assim, o dom, em sua essência, é uma prática ambivalente que une ou pode unir paixões e forças contrárias, sendo ao mesmo tempo um ato de generosidade ou ato de violência, mas uma violência disfarçada de gesto desinteressado, exercido por meio de uma partilha.

Outro aspecto que o autor destaca é que o dom tanto pode se opor à violência direta, à subordinação física quanto o seu substituto. Também não é raro o caso em que aqueles que não pagam suas dívidas são obrigados a colocar os seus filhos como escravos, tornando-se , dessa maneira, na propriedade da “coisa” dos que concederam os dons. Assim, entre os dois elementos, isto é ,partilha e dívida, é a dívida que surte mais efeito na vida social, pois ela está organizada em torno de formas competitivas para se ter acesso à riqueza, poder, saberes e rituais.

Assim, explica Godelier, é fácil entender o dom, por sua dualidade e ambivalência, pois se realiza em sociedades cujas relações são pessoais, ou entre indivíduos ou grupos, relações de parentesco, de produção ou de poder. Resumindo, a prática do dom é exercida entre aqueles que possuem status social equivalente, porém dar a superiores não implica que eles sejam seres humanos. Os humanos oferecem dons a seres que eles consideram seus superiores como potências divinas, espíritos da natureza ou aos espíritos dos mortos. Essa é a “quarta obrigação” mencionada por Marcel Mauss.

Godelier chama a atenção para o aspecto do dom como ato “pessoal” e explica que o seu caráter continua o mesmo. Enfatiza que a caridade laicizou-se, quando a mídia tornou-se em parte um jogo televisionado. Nesse caso, a coleta de dons exprime algumas características do potlach. Todos querem dar mais que os outros e como no potlach, é importante que os nomes das pessoas e cidades apareçam como mais generosas. Deve-se assinalar que, mesmo nas sociedades onde as relações são menos pessoais, mesmo assim os dons conservam um caráter “pessoal”. Godelier explica esse aspecto através do exemplo da televisão, que comumente apresenta aqueles que vão se beneficiar dos dons como crianças com doenças genéticas, vítimas da Aids, entre outras que despertam o desejo de ajudar, de dar. Ao lado, aqueles que desejam dar, que não resistem ao apelo da generosidade. Assim, o dom não perdeu seu caráter pessoal e voluntário. Dessa forma, entendemos que o ato de dar é um ato voluntário e pessoal.

Godelier ressalta as características apresentadas por Marcel Mauss para explicar como algumas sociedades possuem uma economia e uma moral do dom:

- 1) As relações pessoais desempenham um papel importante, dominante;
- 2) Nessas relações é necessário que todos tenham interesse, para se reproduzir e para reproduzi-las, em se mostrar interessado e;
- 3) Nessas sociedades o que obriga a dar é o fato de que dar obriga.

No entanto, essas explicações não esclareciam porque se é obrigado a restituir. Assim, o dom continuava a ser um enigma. E para entender esse aspecto, Mauss pensou encontrá-la na crença de que as coisas dadas têm uma alma que as leva a voltar para a pessoa que, primeiramente, as possuiu e deu.

O ENIGMA DO DOM E SUA SOLUÇÃO PARA MAUSS

A dificuldade encontrada estava em como explicar a restituição. E Mauss pensou que a questão ficava resolvida pelo fato de que, nas coisas dadas

, uma força as leva a circular e voltar para seu proprietário. E assinala que o fato mais importante estava na obrigação de restituir o presente dado. Mauss procura apoio teórico para essa análise nos conceitos polinesianos de *hau* e *mana*, explicados pelo sábio maori Tamati Ranaipiri.

Hau significa o espírito das coisas e Tamati Ranaipiri vai oferecer a chave do problema” aquilo que no presente recebido, trocado, impõe obrigação é o fato de que a coisa recebida não é inerte. Mesmo abandonada pelo doador, ela ainda é algo dele. No fundo é o hau que quer voltar ao seu lugar de nascimento, ao santuário da floresta e do clã do proprietário. No direito maori o vínculo através das coisas é um vínculo da alma, pois a própria coisa tem alma. Assim, ela tende a voltar ao seu lar de origem ou a reproduzir para o clã e para o solo do qual saiu, um equivalente que a substitui.

Mauss tece várias considerações sobre os metais preciosos como o cobre que circulava nos potlach dos índios haidas e kwakiutls, mas alerta que isto só é verdade no quadro de uma visão mitológica do cosmos e da sociedade. E, assim, ele explica que o cobre fala, resmunga, pede para ser dado, destrói. Mauss acreditou em Ranaipiri e no espírito das coisas e, segundo Lévi-Strauss aí estava a sua falha teórica.

MAUSS MISTIFICADO PELOS INDÍGENAS : CRÍTICA DE LÉVI-STRAUSS

Segundo Lévi-Strauss não existe virtude que força os dons a circular. Para ele o único meio de escapar ao dilema é perceber, que é a troca constitui o fenômeno primitivo e não as operações discretas nas quais a vida social se decompõe. Para o autor é necessário pesquisar sobre o **hau**, pois ele “ não é a razão última da troca; é a forma consciente sobre a qual os homens de uma determinada sociedade, em que o problema tenha uma importância particular, apreenderam uma necessidade inconsciente, cuja razão está em outro lugar”³. Sendo assim, possui menos chances de se encontrar em elaborações conscientes do que nas estruturas mentais inconscientes que se pode atingir através das instituições e, melhor, ainda, na linguagem⁴.

Para Lévi-Strauss, Mauss fracassou porque como teórico das crenças e magia se tornou vítima das mesmas crenças que pretendia teorizar, pois passou a adotá-las em seu pensamento como explicações científicas. Mauss se deixou mistificar pelo indígena. Assim Lévi-Strauss achou que encontrara a falha de Mauss. Para ele o *hau* e o *mana* consistiam em “significantes em

si mesmos de sentido” e “suscetíveis de receber qualquer sentido”. Chamou-os de “significantes flutuantes” e “símbolo em estado puro”. A análise rigorosa de Strauss pretendeu dar uma visão grandiosa e simbólica da sociedade, explicando porque a vida social é fundamentalmente **troca**, composta por sistemas de símbolos e dirigidas por estruturas mentais inconscientes.

Segundo Lévi-Strauss, a vida social se transformava em um movimento de trocas perpétuas entre indivíduos e grupos e que a sociedade é mais bem compreendida se considerada como linguagem do que a partir de outro modelo. Entre suas teses aponta o parentesco como troca (troca de mulheres) e que dos dois componentes do parentesco, aliança e descendência, é a aliança que tem mais peso e oferece a chave para organizar os diversos sistemas de parentesco. Ele não retorna a Mauss e por isso não percebe que é a troca que constitui o fenômeno primitivo da vida social. Por esse mesmo motivo ele tende a privilegiar e substituir o simbólico pelo imaginário na explicação dos fatos sociais, esvaziando, assim, a teoria do sagrado elaborada por Durkheim e Mauss.

Godelier concorda em parte com Lévi-Strauss, especialmente em relação ao hau, que para ele não é a razão última da troca e adverte que Mauss poderia encaminhar a sociologia para uma “via perigosa”. A preocupação de Lévi-Strauss é separar a estrutura mental inconsciente que estaria atuando por trás das representações indígenas e as práticas do dom. No entanto, a grande preocupação de Lévi-Strauss é explicar como as pessoas pensam e porque pensam. Godelier assinala que a tarefa de Lévi-Strauss seria, nesse contexto, atingir a “quarta dimensão do espírito”, dando seqüência a Mauss, um plano no qual se confundiriam as noções de “categoria inconsciente” e de “categoria do pensamento coletivo”. Assim, sobre o hau e mana, Godelier se interroga se essas seriam para Lévi-Strauss apenas uma expressão no seio de um pensamento coletivo. No entanto, para o autor, as noções de mana e hau representam um valor indeterminado de significação, suscetível de receber qualquer sentido.

A SOLUÇÃO DO ENIGMA PARA LÉVI-STRAUSS: “SIGNIFICANTES FLUTUANTES”

O autor reduz os conceitos religiosos polinésios ao equivalente das palavras “truc e machin”, na língua francesa (designam qualquer objeto cujo nome não importa. Equivalente em português a troço ou treco).

Lévi-Strauss transforma as noções de mana em “significante flutuante, que é a servidão de qualquer pensamento acabado”. Para o autor, as explicações religiosas do mundo não são explicações falsas do mundo, mas falsas explicações religiosas. Elas não são conhecimentos falsos, são falsos conhecimentos. Essas representações que nada dizem de verdadeiro ou de falso sobre o mundo dizem muito sobre os homens que as pensam. Estão cheias de significações e estas não se reduzem à projeção na sociedade para serem aplicadas a outra ou vice-versa. Assim, o termo simbólico deve ser tomado em sentido duplo: o de meio de comunicação, de linguagem e em seu sentido original de signo tangível de um acordo. Resumindo, a sociedade é, em essência, troca, linguagem, pois se originam de um contrato. Assim, conclui o autor, o significante precede e determina o significado.

O BIG-BANG DA LINGUAGEM E A ORIGEM SIMBÓLICA DA SOCIEDADE

Godelier acredita que Lévi-Strauss atualmente não deve continuar concordando com sua análise crítica sobre Mauss, pois os conceitos de hau e mana dos polinésios, mesmo considerando que esses conceitos são “falsos conhecimentos”, possuem como conteúdo as práticas do dom, das obrigações duráveis, sagradas e das diferenças e de hierarquias. No entanto, explica Godelier, se a capacidade de elaborar símbolos constitui um produto direto do desenvolvimento do cérebro, suporte material do espírito, é importante, e aí não importa o que Lévi-Strauss diga, elaborar uma “teoria sociológica do simbólico”.

E Godelier conclui, perguntando quem seria o mais mistificado: Mauss,, que acredita nas crenças, ou Lévi-Strauss, que acredita no big-bang, isto é, na aparição da linguagem articulada que apareceu de repente em um de nossos ancestrais e na origem simbólica da sociedade humana. Da mesma forma que Lévi-Strauss, Lacan e outros pensadores da época também se preocupavam com uma mudança geral de perspectiva na análise dos fatos sociais, um deslocamento do real e do imaginário para o simbólico e a afirmação do princípio de que, entre o imaginário e o simbólico, é o simbólico que domina e deve ser, o ponto de partida de todas as análises.

O POSTULADO DE LÉVI-STRAUSS: A PRIMAZIA DO SIMBÓLICO SOBRE O IMAGINÁRIO

Após a publicação da obra de Lévi-Strauss, Lacan partiu das mesmas premissas para escrever que “aquilo a que chamamos simbólico domina o

imaginário”. Lacan afirma a autonomia do simbólico e observa que Freud nunca o havia feito. Para Lacan a “ordem simbólica é absolutamente irreduzível àquilo que comumente denominamos experiência humana... e não pode deduzí-la de nenhuma gênese histórica e psíquica”⁵.

Godelier ressalta que tanto Lacan quanto Strauss supervalorizam o simbólico em relação ao imaginário e têm a mesma tendência a reduzir o pensamento e a sociedade à linguagem e ao contrato. Assinala, também que esse deslocamento teórico produziu uma variedade de resultados inovadores que enriqueceram os resultados atingidos por Mauss e Freud, pois os mitos não existiam na obra de Mauss e a análise da relação com a linguagem de Freud.

Godelier discorda dessas premissas, pois acha que quando os símbolos são mais reais do que aquilo que simbolizam, mais reais que o imaginário e que o real que re-presentam, eles constituem “verdadeiros golpes de força teóricos que precipitam o pensamento e o aprisionam”⁶. E assinala que não deseja negar a existência dessas três funções (imaginário, simbólico e real), pois o imaginário não pode se transformar em social, fabricar “sociedade”, apenas idealmente. E lembra, ao retomar o hau e o mana, que é do imaginário que nascem as crenças e, com elas, a distinção entre o sagrado e o profano, ou em suma, o mundo religioso, do mágico, um mundo fundado na dupla crença de que existem seres e forças invisíveis que controlam a ordem da marcha do universo e de que o homem pode atuar sobre elas, através da prece, dos sacrifícios e ajustando sua conduta ao que imagina ser seu desejo.

O ESQUECIMENTO DA QUARTA OBRIGAÇÃO

A quarta obrigação é a obrigação de fazer dons aos deuses, assim como aos homens que representam os deuses. Mauss faz alusão a cerimônias em que os homens usam os nomes dos deuses, espíritos ou animais e trocam bens para incitar seus homônimos a serem generosos para com os homens. Essa prática aparecia em certos potlach, mas assinala que ultrapassa esta instituição. Mauss se refere às cerimônias praticadas pelos esquimós, quando os xamãs convidam os espíritos a participar das danças e das trocas de dons. Logo após anunciam que os espíritos gostaram de estar presentes entre os homens e que enviarão caça em abundância. Após as festas, os restos são devolvidos e voltam ao seu país de origem, para retornarem no próximo ano. Segundo Mauss, os sacrifícios exercem uma

coação sobre os deuses, ao fazer com que devolvam como no potlach, mais do que receberam, pois a destruição sacrificial tem como objetivo ser um donativo necessariamente retribuído.

Mauss afirma, também, que os espíritos dos mortos e os deuses são os verdadeiros proprietários das coisas e dos bens do mundo. Com eles era mais necessário trocar e mais perigoso não trocar. Sacrificar é oferecer destruindo o que se oferece, e é nesse aspecto que o sacrifício é uma espécie de potlach e que os dons aos deuses, aos espíritos da natureza e aos espíritos dos mortos elevam ao grau supremo a economia e o espírito do dom, pois são os deuses que dão e retribuem uma coisa grande em troca de uma pequena. Nesse aspecto, Mauss indica a articulação entre a prática do dom e a prática do sacrifício-contrato com os deuses e espíritos. Nesse contexto, enfatiza Godelier é que se pode compreender melhor porque os humanos que dão mais do que lhes foi dado e que dão tanto que jamais será possível restituir-lhes o que foi dado, julgam-se acima dos outros e parecem deuses ou pelo menos deles se aproximam. Talvez seja esta a razão porque a dívida dos homens para com os deuses, os espíritos da natureza e o espírito dos mortos tenha sido o ponto de partida, a estrutura imaginária que cristalizou as relações entre castas e classes. Nesse aspecto, Godelier explica que o imaginário só tem força quando é crença, norma de comportamento, fonte de moral. Talvez tenha sido essa força do imaginário que Lévi-Strauss ocultou ao afirmar a primazia do simbolismo sobre o imaginário.

UM MAUSS ESQUECIDO

Na obra de Mauss encontram-se notas sobre dons dos homens aos deuses e indicações de que nem todas as riquezas se trocam. Relata que nas Trobriands há dois tipos de objetos preciosos (braceletes e colares) de *vaygu'a* aqueles do Kula que Malinowski chama de “*vaygu'a* permanentes” que são oferecidos aos espíritos e de forma idêntica aos chefes. Isso torna seus espíritos bons. Eles levam a sombra das coisas preciosas ao país dos mortos⁷. Mauss distingue os duas categorias de objetos: aqueles que se devem e podem dar ou trocar, que são alienáveis e os que não se devem dar nem trocar pois são inalienáveis. Entre os kwakiutls há objetos que aparecem no potlach, mas não podem ser cedidos, pois constituem propriedades sacras e aos quais geralmente a família nunca se desfaz, a não ser com grande sacrifício. O conjunto dessas coisas constitui um dote mágico, de origem e natureza espiritual, explica Mauss.

Mauss percebeu a existência dessas diferenças de riquezas, a dos bens alienáveis e a dos bens não alienáveis, a primeira ligada ao campo dos dons e contradons e a segunda seguindo os caminhos da transmissão e do enraizamento no tempo, e exemplifica com dois tipos de cobres: os que são mais importantes e não saem das famílias e os que circulam intactos, de menor valor. Mauss entendeu bem essa questão, mas Lévi-Strauss teve dificuldades para compreendê-la.

DAS COISAS QUE SE PODEM DAR E DAQUELAS QUE SE DEVEM GUARDAR (ANNETTE WEINER E O PARADOXO DO DOM)

Godelier recorre a Annette Weiner para responder à questão fundamental da natureza do social e das representações. Annette encontrou em Mauss o que vários estudiosos procuravam:

- a) Há coisas que é preciso guardar e não dar, pois constituem elementos de identidade e continuidade através dos tempos, além de afirmarem a existência de diferenças de identidade entre indivíduos, entre grupos que compõem a sociedade. Dar e guardar desempenham papéis distintos mas complementares – cria a fórmula *keeping-while-giving*.
- b) A importância das mulheres/feminino no exercício do poder, nos mecanismos de legitimação e redistribuição do poder político-religioso entre os grupos que compõem a sociedade – reaparece em Annette Weiner o papel das mulheres na produção e no jogo do poder político do qual elas parecem excluídas ou ocupando um papel secundário. Além desse aspecto, Annette aponta o papel estratégico das relações irmão-irmã na constituição do social e na instituição do poder. Nesse contexto, ela nega a fórmula de parentesco de Lévi-Strauss, e lembra a questão do incesto entre irmão e irmã, para o acúmulo de poderes sagrados, praticado pelas grandes famílias nobres e reis de certas sociedades polinésias, o que testemunha suas origens sobrenaturais.

Godelier afirma que necessariamente a proibição do incesto não envolve a troca de mulheres entre os homens, mas que se encontram em três formas equivalentes como: os homens trocam suas irmãs entre eles, as mulheres trocam seus irmãos entre elas, os grupos trocam homens e mulheres entre eles. Lévi-Strauss, no entanto, só se deteve em uma dessas possibilidades, quando analisou a troca de mulheres entre homens como a

essência do parentesco, como um fato universal. Porém, a troca de mulheres não consiste em um fato universal ele próprio afirma mas uma forma de troca matrimonial mais freqüente. A teoria de Lévi-Strauss elimina as duas possibilidades lógicas de parceiros matrimoniais, quando declara que elas só existem na imaginação jamais na realidade. Esse aspecto restringe o parentesco a troca, a reciprocidade ao simbólico. Godelier não aceita essa teoria pois a sociedade nasce e se mantém pela união, pela interdependência dessas duas esferas e por sua diferença. Assim a fórmula do social não é keeping-while-giving, mas keeping-for-giving-and-giving-for-keeping, isto é, guardar para (poder) dar, dar para (poder) guardar.

DO DUPLO FUNDAMENTO DA SOCIEDADE

Nas sociedades humanas a troca pode ser o contrato de um lado, e o não contratual, a transmissão do outro. Segundo Aristóteles, se não houvesse troca não haveria vida social, mas rejeitava na Política a idéia de que a sociedade pudesse ter se originado de um contrato, pois, segundo ele, na Polis existe não um contrato, mas uma aliança e explica que entre os povos nos quais existem símbolos mútuos, todos seriam cidadãos de uma mesma cidade. Antes do símbolo nada havia, em seguida houve tudo, conclui.

Godelier afirma a importância do dom no funcionamento e na evolução das sociedades humanas e das relações que existem entre a esfera das coisas sagradas que não se trocam e a dos objetos preciosos que entram nas de dons e nas trocas comerciais e exemplifica com os materiais etnográficos sobre os baruyas, da Nova Guiné. Nessa sociedade as relações políticas giram em torno da posse e do uso de objetos sagrados que cada clã guarda e que não pode dar nem trocar. Godelier também aponta o paradoxo do potlatch, pois, para analisar uma sociedade organizada em torno do potlatch, é necessário uma análise sobre uma sociedade sem potlatch. Para isso, é preciso voltar a análise de Mauss, que determina as distancias significativas entre sociedades com dom sem potlatch e as com potlatch.

CRITICAR MAUSS, MAS COMPLEMENTANDO-O E TOMANDO TAMBÉM OUTROS CAMINHOS

A obra de Mauss consagra a análise do potlatch, isto é, a análise das formas agonísticas do dom. Assim, se o potlatch é uma forma evoluída, transformada dos dons-prestações totais, não pode ser analisado sem que

se tenha uma idéia do que Mauss entendia sobre prestação total. O autor faz distinção entre os “contratos” de prestação total e os parciais, distinguindo duas categorias de prestações totais, isto é se os dons e contradons trocados assumem uma forma antagonística ou não. Mauss considera que as categorias de dons/contradons não agonísticas como a mais antiga e cuja evolução acaba no potlatch. A esse conjunto ele chama de “sistemas de prestações totais”, tomando como modelo às praticadas nas sociedades divididas em metades complementares, como as tribos australianas ou índias da América do Norte., onde a forma mais pura dessas instituições é representada pelas alianças nas tribos, onde os ritos, casamentos, sucessões nos bens, laços de direito ou militares, tudo é complementar, supondo a colaboração das duas metades da tribo.

Para ele a prestação total pode ser traduzida pelo fato deles estarem sempre em estado de contrato perpétuo, cada um devendo tudo a todos os outros de seu clã e a todos dos clãs em frente. O contrato possui um caráter perpétuo e coletivo. Descreve as características essenciais das prestações , como:

- 1) Não são os indivíduos, mas as coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam;
- 2) Elas não trocam exclusivamente bens e riquezas, mas sobretudo cortesias, festins, ritos, serviços militares, mulheres , crianças, danças. O mercado e apenas um momento e a circulação de riquezas um dos termos do contrato;
- 3) as prestações e contraprestações eram acertadas de forma voluntária, através de dádivas , presentes, sob pena de guerra privada ou pública.

Assim, as prestações totais se distinguem pelo caráter da rivalidade e da competição que animam os indivíduos e os grupos que trocam os dons e contradons. O potlatch dos índios Vancouver, no Alasca, consiste , para Mauss, na forma mais completa das prestações totais agonísticas, pois o mais notável nessas sociedades é o princípio da rivalidade e do antagonismo que domina todas as práticas, chegando mesmo à destruição ostentatória das riquezas acumuladas para anular o rival e ao mesmo tempo associado , uma luta dos nobres para garantir entre eles uma hierarquia, na qual seu clã irá se beneficiar.

Mauss observa que essa forma de dom-contradom também é encontrada em outras regiões além da América e da Melanésia e por isso ele escolheu o termo **potlatch** (extraído de uma língua indígena) que passou

a fazer parte de uma categoria sociológica. Segundo Mauss “sugerimos o nome potlatch para este gênero de instituição que poderia, sem menor perigo e maior precisão, chamar de prestações totais do tipo agonísticos”⁸. E, em oposição, nas prestações totais não-agonísticas “os elementos da rivalidade, da destruição, das lutas parecem não existir.

Essas leituras conduziram Godelier a se tornar antropólogo e em 1967 começou seu primeiro trabalho com os baruyas, população dos altos vales das montanhas do interior da Nova Guiné. Nessa região, Godelier passou a observar a prática do casamento por troca direta de duas mulheres e dois homens e duas linhagens : o **ginamaré**.

A seguir Godelier tece considerações sobre esse tipo de troca e que, explica de após o casamento, durante toda a vida , os dois homens , duplamente aliados, dividirão parte dos produtos de suas caças, alimentos como o sal, manter solidariedade, generosidade e proteção em relação aos filhos do cunhado, isto é , de sua irmã. A dívida continua quando um homem dá uma irmã sem receber uma esposa em troca. Assim, a dívida será transmitida ao filho que terá o direito de tomar como esposa , sem compensação , uma das filhas desta mulher, sua tia paterna. É o casamento com a prima cruzada patrilateral. O contradom se realiza uma geração mais tarde. Esse tipo de casamento se chama **kouremandjinaveu** (expressão que significa o broto de uma bananeira).

Os baruyas adotam também casamentos com outras linhagens, as que comerciam. A troca direta não será com mulheres mas sobre riquezas . Esse tipo de casamento os baruyas só fazem com outros povos, jamais entre si. São tribos estrangeiras, mas “amigas para sempre”. Entre os baruyas não existe o potlatch.

Outro aspecto dessa sociedade . exemplificado pelo autor , refere-se ao fato sociológico de que o contradom de uma irmã não anula a dívida que cada um dos homens contraiu em relação ao outro ao receber dele uma esposa, pois a dívida não envolve apenas os homens e as mulheres , mas as duas linhagens, pois são grupos de parentesco organizados segundo o princípio patrilinear, descendem através dos homens , de um mesmo ancestral. A troca de mulheres, o dom de uma mulher seguido do contradom de outra, constitui um exemplo de prestação total não-agonística descrito por Mauss. Deve-se assinalar, que essas trocas recíprocas, dois homens e duas linhagens, colocam-nos em situação social equivalente, pois cada um em relação ao outro é credor é devedor. Cada um é superior ao outro como doador de mulheres e inferior como tomador de mulheres,

assim cada linhagem encontra-se em relação a outra, em duas relações desiguais e opostas. A acumulação dessas duas desigualdades invertidas restabelece, de fato, a igualdade de seu status no seio de sua sociedade.

Godelier conclui que nessa sociedade, todos os grupos de parentesco, para sobreviverem, são obrigados a contrair dívidas com os outros e ao mesmo tempo endividá-los. Em resumo, se o contradom não cancelou a dívida foi porque a coisa da não foi realmente separada, afastada daquele que a deu. A coisa dada foi alienada por aquele que a deu, por isso a coisa dada leva com ela algo do seu ser, de sua identidade, e aquele que deu continua a ter direitos sobre a coisa depois de tê-la dado. Esse é o exemplo do ginamaré com a troca das irmãs entre os baruyas.

A troca das irmãs e a aliança entre grupos evitam o incesto, diferente da troca de mercadorias e bens, que se tornam independentes e sem obrigações um com o outro. No caso da troca a crédito, após o pagamento, o indivíduo fica livre.

TÃO LOGO DADO, LOGO RESTITUÍDO

Godelier assinala que, para um observador ocidental, quando o dom é seguido de um contradom que devolve ao doador inicial a mesma coisa que ele tinha acabado de dar, essa ida e volta é difícil de se compreender, pois dá a impressão a coisa devolvida não foi trocada por nada. Aí encontra-se o “enigma”.

De fato, continua o autor, essa ida e volta imediata do mesmo objeto não deixou de criar uma dívida que o contradom não anulou, pois quando o objeto retornou ao seu proprietário inicial, ele não foi “devolvido”, mas “dado de volta”. Nesse percurso o objeto não se deslocou por nada, porém muitas coisas se passaram durante esse ir e vir, pois duas relações sociais idênticas, mas em sentido inverso, foram produzidas e encadeadas, vinculando dois indivíduos ou dois grupos em uma dupla relação de dependência.

Godelier insiste na análise de que na lógica dos dons e contradons não-agonísticos, neste tipo de dom, nada é realmente “devolvido”, coisas e pessoas assumem o lugar uma das outras e estas transferências produzem, entre os indivíduos, relações particulares e obrigações recíprocas. Não há nada na coisa que obrigue a devolvê-la a não ser a pressão exercida por aquele que a deu, não para devolvê-la, mas para que ele também a dê, que ele dê de volta. Ao dar e receber de volta, cada um dos parceiros acumula vantagens que essa dependência recíproca constrói.

Mauss explica que aceitar uma coisa é aceitar que aquele que a deu exerça direitos sobre quem recebeu, obrigando-o a restituir. É um bem comum cujo uso pode ser cedido, mas propriedade jamais.

Nesse aspecto, Godelier se separa de Mauss. Para Mauss a obrigação de restituir é espiritual, moral e religiosa e para Godelier é material ou ideal, mas sobretudo social. A religião impõe um caráter sagrado à interdição de aliená-las. Nesse aspecto, também Lévi-Strauss não aceita a análise de Mauss.

Mauss não tinha dificuldade em aproximar os sacra, objetos sagrados de um clã onde enxergava realidades inalienáveis. A seguir, Godelier resalta as características do **hau**, na narrativa do polinésio Tamati Ranaipiri, que inspirou Mauss, para compreender o potlatch. Nos dons-contradons de tipo não-agonístico encontram-se:

- a) A coisa ou pessoa dada não é alienada, pois dar é transferir uma pessoa ou uma coisa da qual apenas se cede o uso, mas não a propriedade.
- b) O dom cria uma dívida que o contradom não pode anular.
- c) A dívida obriga a dar de volta, mas dar de volta não é restituir, é dar por sua vez.
- d) Dons e contradons criam um endividamento e de dependência mútuos que oferecem vantagens para cada uma das partes.

Concluindo: dar é partilhar endividando ou, o dá no mesmo, endividar partilhando. Assim, nessas sociedades, o dom e o contradom constituem uma condição de produção e reprodução das relações sociais que são a base da sociedade e caracterizam os laços entre seus membros. Já o potlatch é feito de rivalidades e desigualdades. Depois de Mauss outros estudiosos reinterpretaram Ranaipiri e contestaram o autor, como Raymond Firth, Elsdon Best e Marshall Sahlins.

Firth negou em sua obra a interpretação excessivamente religiosa de Mauss; Best publicou o texto em língua maori, acrescentando seus comentários ao texto interpretações. Mas foi Marshall Sahlins quem fez críticas mais contundentes, afirmando que Mauss não compreendeu bem o texto de Ranaipiri ao interpretar o retorno do dom como “espírito das coisas”. Sahlins afastou as explicações espirituais de Mauss para o retorno das coisas dadas e ressaltou a noção de benefício e de direito do doador inicial sobre os benefícios suscitados pelo dom. No entanto ele não analisa mais detidamente o laço que permite ao doador reivindicar esses benefícios. Godelier aponta o engano de Sahlins e apresenta a seguinte fórmula: **A** é

proprietário de um objeto, que dá a **B**, que não se torna proprietário e repassa para **C**. **C** dá a **B** um objeto que recebeu de **A**, assim **B** apenas restitui para **A**, a quem ele devia, o objeto recebido de **C**, que vai tomar o lugar do objeto recebido por **A**.

Concluindo: **A** e **C** eram proprietários e **B** um intermediário. Entre **A** e **C** estabelece-se uma reciprocidade e **B**, como intermediário, apenas se beneficiou com o objeto colocado em circulação. Godelier explica que essa circulação é encontrada no Kula, entre as populações do nordeste da Nova Guiné e que consiste na lógica da circulação dos **vaygu'a**, os braceletes e colares de conchas que circulam no Kula.

Godelier explica que Mauss misturou, em sua análise, duas razões para explicar o retorno do objeto para seu doador original, considerando que coexistem em uma só coisa dois princípios espirituais: a) a presença do proprietário na coisa e b) é a presença do espírito próprio desta coisa, independente do proprietário. Assim, Mauss destaca as crenças e as razões “espirituais” ideológicas.

O POTLATCH, ESSE DOM QUE FASCINAVA MAUSS

O que fascinava Mauss eram os dons em que predominavam a rivalidade, a competição e o antagonismo, como o potlatch dos índios kwakiutls da América do Norte e a descrição de Malinowski sobre o Kula, no nordeste da Nova Guiné. Mauss conclui tratar-se de um fenômeno bastante difundido no tempo e no espaço. Para Mauss, o potlatch, por seu caráter de rivalidade exasperada, que chega mesmo à destruição ostentatória de riquezas, é uma forma evoluída e rara, de prestação total. E exemplifica com as competições entre os kwakiutl, com o desejo de validar a transmissão de um título ou de uma categoria ou de conquistar de novo. Insiste no fato da existência de uma relação direta entre a riqueza e o poder, pois a obrigação de dar é a essência do potlatch. Um “chefe de dar potlatches a si mesmo, seu filho, seu genro, sua filha seus mortos, assim ele conserva a autoridade sobre a tribo, precisa provar que é visitado, favorecido pelos espíritos e pela fortuna, gastando-a, distribuindo-a, humilhando os outros, colocando-os à sombra de seu nome”⁹.

Mauss afirma que a obrigação de retribuir é todo o potlatch, pois ele não consiste apenas na pura destruição, e quem não retribui ou não destrói valores equivalentes perde o prestígio para sempre. Assim, sendo o potlatch

uma estratégia para alcançar posições ou títulos, é o ato de dar e dar mais do que os outros que conta mais, caso contrário consiste num fracasso.

Godelier continua sua análise sobre a obra de Mauss e detém-se sobre os valores e a natureza das riquezas trocadas que alimentam o potlatch. Assinala que geralmente são objetos preciosos, conchas, cobs, danças e ritos. Os bens são dados publicamente durante as cerimônias festivas.

Mauss assinala o valor do cobre como objeto de crença importante no culto. Os objetos de cobre não saem da família e não podem ser quebrados para serem refundidos. Outros objetos também não podiam sair das famílias como as conchas de madrepérola, por exemplo. O conjunto desses objetos sagrados constitui uma espécie de “dote mágico” para cada família. Mauss descreve essas crenças e representações religiosas como um mundo encantado.

Godelier completa sua análise sobre Mauss e as tentativas do autor em compreender Boas em seus estudos sobre o potlatch. Explica que Mauss dedica-se a corrigir Boas, substituindo alguns termos empregados que o levaram não apenas a questionar os conceitos dos economistas e suas visões simplificadoras da história econômica, mas também a tomar consciência dos limites que ele próprio não conseguia transpor.

No final do século XIX os potlatches transformaram-se em acesso a novas posições. De acordo com Marie Mauzé essas alterações tomaram duas direções. Uma individualizada, com os novos-ricos, ajudados por suas famílias e por alguns devedores e por outro lado, uma radicalização da competição, envolvendo tribos inteiras num contexto em que a guerra era proibida.

Godelier explica que foi nesse contexto que o potlatch se exaltou, enlouqueceu e foi essa loucura que fascinou Georges Bataille no potlatch. Em 1884, o potlatch foi proibido por uma lei, como emenda ao Indian Act de 1876, pois os europeus, missionários e agentes do governo sentiram-se constrangidos com estas competições de dons, que consideravam excessivas.

Mauss destacou o caráter agonístico do potlatch, privilegiando o caráter histórico tardio e patológico dessa instituição embora não ignorasse, que, com a presença maciça dos bens europeu (com a dominação européia da região) Mauss mostrou-se sensível à continuidade do potlatch, pois mesmo depois de dois séculos de contato com os europeus, as transferências de riquezas entre índios não passavam pelo mercado, mas continuavam a dar-se “nas formas solenes do potlatch”.

Esses mesmos problemas foram encontrados no Kula, praticado nas sociedades do nordeste de Papua-Nova Guiné.

O KULA (UM EXEMPLO MELANÉSIO DE POTLATCH, SEGUNDO MAUSS)

Godelier analisa o exemplo etnográfico do Kula melanésio, teoria construída por Mauss. Segundo o autor, o Kula é uma espécie de grande potlatch, um sistema de comércio intertribal e intratribal que associa um grande número de sociedades das ilhas do nordeste da Nova Guiné. Desde 1925 Mauss já tinha conhecimento dos estudos de Malinowski na obra *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* e considera as teorias de Malinowski interessantes, mas exageradas, sobre as trocas primitivas. Para ele o Kula, no fundo não passava de um potlatch intertribal e muito comum na Melanésia. Mauss descreve o kula como “o comércio kula é de ordem nobre. Parece reservado aos chefes e é exercido de forma nobre, em aparência puramente desinteressada e modesta”.

Mauss estabelece uma comparação entre kula e potlatch: trocas praticadas pelos chefes, aparentemente desinteressadas, mas a serviço do renome dos doadores, trocas em que reina a rivalidade entre indivíduos sequiosos de receber como dom o mesmo objeto precioso, atos de doação, que como no potlatch ostentam formas solenes. Ressalta que o potlatch faz parte de um sistema de prestações e contraprestações, do qual ele talvez seja somente o ponto culminante, um momento, o mais solene. Destacou, também que o Kula é diretamente articulado à produção das relações de parentesco e ao acesso ao poder.

Posteriormente tece considerações sobre as várias formas do kula, pois a coisa dada no kula não é nem vendida nem comprada, nem penhorada, nem alugada. É ao mesmo tempo propriedade e posse, mas apenas para os dois parceiros “distantes” que podem nem chegar a se conhecerem. Apenas conhecem um do outro o nome. Mauss aproxima o potlatch, o kula e o taonga entre os maoris. Realidades sociológicas diferentes mas que se assemelham em vários aspectos. O objeto kula não é um taonga maori, no entanto o objeto kula permanece ligado ao seu proprietário de origem durante o tempo em que circula no kula. Também, Mauss, assinala o valor do kitoum – um objeto precioso, propriedade pessoal de um indivíduo e conforme as circunstâncias seguirá os rumos do kula, dom descoberto por Annette Weiner em Kiriwina e por Damon em Muyuw(

Woodlaark Island) . Nessa sociedade quando morre uma esposa, deve-se dar a seus aliados , para substituí-la, um kitoum.

Outro sistema de trocas cerimoniais, competitivas, que associa e opõe um conjunto de tribos é o moka, no monte Hagen. Essa tribo é formada por um conjunto de clãs que partilha o mesmo mito de origem. É uma comunidade que possui uma unidade social que age em comum na guerra e na organização das trocas do moka e das grandes distribuições cerimoniais de carne de porco.

Antes dos europeus chegarem, o moka consistia em dons de porcos vivos e grandes conchas que eram trocadas por porcos ou outros artigos de troca com as tribos que viviam ao sul, em direção à costa do golfo de Papua.

Havia vários tipos de moka desde os dons e contradons entre dois parceiros até prestações em grande escala opondo um clã a outro. Há, também formas intermediárias, como um Big Man (autoridade dominante) que convida grande número de parceiros e oferece-lhes , publicamente, alguns dons. Ou então vários homens de um mesmo clã convidam, ao mesmo tempo, parceiros para a moka, ou ainda todos os homens de um clã fazem moka com todos os homens de outro clã..

Os Big Men esforçam-se para aumentar sua produção, para acumular sozinhos uma grande parte de dons. Atraem várias esposas , órfãos ou refugiados acolhidos pelo clã. Toda essa mão-de-obra é colocada na produção de porcos e batata-doce. Os porcos e os homens , estão assim em grande concorrência pelos mesmos recursos, cuja produção exige grande dispêndio. Existe , assim , nessas sociedades a exploração de mulheres pelos homens e dos homens que dependem dos Big Men.

O moka se aproxima do potlatch quando o BiMan dá o máximo sem exigir retorno, para aumentar os dons e criar dívidas. Assim , os porcos passam de mão em mão. Pode-se assim também comparar o moka ao kula , embora não se possa identificar um porco da família com um kitoum, pois é uma propriedade que não está sujeita a nenhuma dívida, mas que vai criá-las em sua circulação(ver esquema p. 152).

DOS OBJETOS-SUBSTITUTOS DOS HOMENS E DOS DEUSES

Este capítulo trata das coisas que se guardam e não das que se devem dar. É que as coisas que se guardam são muitas vezes “sagradas”. Assim, o autor pretende analisar a característica sagrada que se confere a esses

objetos. Godelier ressalta os limites entre os objetos sagrados e os de valor produzido, que funcionam como “quase-moeda”. Os objetos, necessariamente, não precisam ser diferentes para veicularem num mesmo espaço. Ele pode tanto ser vendido, oferecido ou guardado como tesouro de família ou de um clã. Godelier chama a atenção para o fato das diferenças. Para ele não é o objeto que cria as diferenças e sim as diversas lógicas dos domínios da vida social que apresentam sentidos diferentes quando o objeto se desloca de um para outro e troca de função e de emprego.

O autor assinala um outro problema em relação aos dons antagonistas, do potlatch e das sociedades de potlatch. Seguindo a orientação de Mauss, o potlatch consiste numa forma transformada de prática de dons e contradons não-antagônicos. A seguir apresenta sua experiência entre os baruyas, nas quais, embora havendo a prática de dons e contradons, não havia potlatch, coexistindo objetos sagrados, objetos de valor e mesmo uma espécie de “objeto-moeda”, como o sal, por exemplo. Essa experiência entre os baruyas permitiu ao autor distinguir por contraste as condições sociais do surgimento do potlatch, base social de seu desenvolvimento. Assim, Godelier conclui que essa reconstrução permitia situar com maior precisão o lugar das sociedades de potlatch, entre as mais diversas formas sociais.

Dessa maneira, Godelier tenta distinguir as características que um objeto deveria apresentar para que as representações imaginárias da vida, da riqueza e do poder pudessem projetar-se, pois a força do objeto consiste em materializar o invisível, representar o irrepresentável. E conclui que é o objeto sagrado que preenche mais plenamente essa função. Assim, o autor coloca duas questões às ciências sociais: a) que tudo é troca no ser do homem e que é partindo da necessidade da troca que se compreende o funcionamento das sociedades; b) as trocas desempenham para as ciências sociais a função crítica das crenças espontâneas e das ilusões que as sociedades e os indivíduos fazem sobre eles mesmos.

OBJETOS SAGRADOS, OBJETOS PRECIOSOS E OBJETOS-MOEDA ENTRE OS BARUYAS DA NOVA GUINÉ

Godelier inicia seu estudo localizando os baruyas e informando sobre a sua estrutura social, enfatizando que entre eles não há poder central, nem Big Men que acumulem riquezas e mulheres e rivalizam a golpes de dons e contradons de tipo potlatch.

Na primeira posição entre os objetos sagrados estão os *kwaimatnié*, objetos de culto guardados secretamente pelos mestres dos rituais de iniciação e que os exibem somente nessas ocasiões. A seguir, Godelier tece considerações sobre os clãs descendentes de refugiados vindos de Menyamia e explica que as linhagens autóctones não os possuem, exceto os ndliés, o clã que com sua traição, ajudou os ancestrais dos baruyas, os baragayés.

Destaca, também que entre os objetos sagrados dos baruyas estão os dedos ressecados da mão direita, a que estende a corda do arco, de Baktchandé, herói legendário dos baruyas, que lutou contra os andjés e tomou suas terras. Esses dedos eram mostrados durante os rituais de iniciação, pois eles acreditavam que uma parte dos poderes sobrenaturais de seu herói se conservaria neles e daria força aos baruyas.

Os baruyas acreditam também que os objetos tinham espírito – *koulié* – que era ao mesmo tempo poder. A noção de Koulié corresponde ao mana e ao hau dos polinésios.

Nesse capítulo, Godelier descreve a origem das crenças entre baruyas, os objetos sagrados como dons do Sol, da Lua ou dos espíritos, ancestrais mítico. Tece considerações sobre o dom Kwaimtinié, feito pelo Sol, considerando como ato de fundação da tribo dos yoyués, ancestrais dos baruyas. Acrescenta que os objetos sagrados são símbolos e os clãs baruyas devem guardá-los e também partilhar com os outros os seus benefícios. Não devem alienar o objeto, mas alienar seus poderes benéficos, redistribuindo-os entre todos os membros da tribo. Assim, não é o objeto apropriado que é alienado, mas seus efeitos.

O autor analisa também o que se esconde no interior de um objeto sagrado. Narra o episódio de como tomou conhecimento do sagrado (dentro do objeto havia uma pedra negra, ossos longos e pontudos, alguns discos chatos e escuros). O baruya explicou para ele que o Kwaimatnié era tão poderoso, porque era fêmea, mas que os Kwaimatnié existem em casais. Depois dessa explicação, o homem partiu. E Godelier pergunta de fato o que teria visto no interior do Kwaimatnié era o espírito sagrado. E analisa o significado do Kwaimatnié. Conclui que, no segredo dos baruyas sobre o objeto sagrado e que revela o poder dos homens, é porque eles conseguiram se apropriar dos poderes das mulheres ao roubarem a flauta, com a qual elas encantavam a todos, quando tocavam e cantavam. Portanto, o poder dos homens só existe porque roubaram das mulheres a força espiritual contida na flauta.

No poder das flautas residia o segredo das mulheres. As flautas eram objetos culturais cuja voz era elemento importante nos rituais de iniciação, eram as vozes dos espíritos que vinham se misturar a eles nas florestas no momento da iniciação dos meninos.

Era proibido aos jovens iniciados, sob pena de morte, revelar às mulheres e às crianças não-iniciadas que não os instrumentos fabricados pelos homens constituíam os elementos usados para os rituais. Assim, ao roubarem as flautas das mulheres os homens podiam reengendrar os meninos fora do ventre das mulheres e também precisam mantê-las afastadas de seus poderes próprios.

Isso explica a presença dos discos escuros e chatos nos *kwaimatnié*. Esses discos são caroços que se parecem à íris de um olho e que os baruyas chamam de “*olho de bebê*”, usados nas magias para dar a vida ou devolvê-la e colocam-nos na boca quando falam em mulheres ou assuntos sexuais.

As flautas das mulheres eram guardadas embaixo das saias sujas de menstruação, em uma casa- a cabana menstrual.

As mulheres colocavam as flautas embaixo das saias e levavam-nas à boca, daí os sons maravilhosos. Quando os homens roubaram as flautas elas perderam o poder da voz encantada que os homens passaram a dominar pela música e pelo canto, pelo espírito das flautas, que passou para eles.

Logo após, os homens contaram aos iniciados esse mito, o nome secreto das flautas é revelado – “namboula-mala”, que significa girino, a vagina da mulher. Por isso, os jovens iniciados (meninos de 9 a 10 anos), separados de suas mães, recebem vestimentas novas, meio masculinas e meio femininas, que correspondem ao estado de transição e sobre as nádegas usam uma estreita tira de cortiça, que se chama “cauda de girino”, explica Godelier.

Os mitos também explicam que as mulheres fizeram o arco e as flexas e os ofereceram aos homens. Essa criatividade da mulher foi considerada fonte de desordem e de excessos. Por isso, os homens precisaram submeter as mulheres pela violência física, psíquica e social. Toda essa violência, explica Godelier, é consequência da violência primordial que seus ancestrais exerceram contra as mulheres, quando se apropriaram das flautas. Assim as flautas deixaram de tocar definitivamente para as mulheres e passaram a cantar só para os homens, mas para isso tornou-se necessário que um homem violasse um tabu das mulheres, penetrando na cabana menstrual, espaço proibido aos homens e remexesse nas saias das mulheres mancha-

das de sangue, tocando num objeto maculado por esse sangue e o levasse à boca. Devido à violação as relações entre os sexos foi regulada e os homens puderam re-engendrar os meninos fora do mundo feminino. Assim, nos rituais de iniciação, os jovens passaram a receber uma outra alimentação, a mais secreta: o sêmen dos rapazes mais velhos, de jovens não casados, sem contato com mulheres, substância puramente masculina, sem poluição feminina, que circula de geração em geração. Uma corrente composta de **dons e dívidas**. Dons dos mais velhos aos jovens, dívidas que não podem ser pagas, pois os que recebem ainda não possuem sêmen. Os doadores são superiores aos recebedores.

Essas diferenças são as mesmas que surgem nas relações de parentesco e o campo de relações entre os sexos. Por essas relações os homens ocupam dois lugares ao mesmo tempo, no espaço e no tempo. Os homens povoam o universo de seres concebido à sua imagem, assim as relações com o mundo que os cerca constituem um aspecto deles próprios.

A seguir Godelier explica sobre os objetos que eles podem trocar como sal, que também serve de moeda e contem uma força mágico-religiosa, um objeto sagrado, bem como os colares e conchas que podem ser trocados com o sal.

Concluindo, Godelier apresenta as condições para o aparecimento do potlatch. Entre os baruyas é preciso que a aliança no parentesco não seja regulada pela troca direta de mulheres e que a prática do bridwealth tenha sido substituído a troca de irmãs. Também é preciso que uma parte do poder político-religiosa se apresente sob a forma de títulos, categorias, nomes, emblemas colocados na competição. Assim, o potlatch tornou-se bastante vasto, atravessando o conjunto de relações de parentesco e se estendendo às relações político-religiosas.

Godelier enfatiza que, quando um objeto de comércio penetra nesse lugar e é utilizado para reativar essa relação, imaginária e simbólica, com a origem, ele se sacraliza e adquire um valor maior por ter entrado na parte religiosa do poder.

O SAGRADO

O autor inicia conceituando sagrado como certo tipo de relação com as origens em que, no lugar dos homens reais, instalam-se duplos imaginários deles mesmos. Assim, o sagrado é um certo tipo de relação dos homens com a origem das coisas tal que nessa relação os homens reais

desaparecem e em seu lugar aparecem os seus duplos, os homens imaginários.

O sagrado só pode aparecer quando alguma coisa do homem desaparece. Assim, o homem que desaparece é o homem co-autor, com natureza, de sua maneira de existir, de seu ser social. Godelier enfatiza que os seres humanos não vivem apenas em sociedade, mas produzem sociedades para viver. Dessa forma, ressurgem como homens imaginários mais poderosos que os reais, mas que não existem, e em homens reais incapazes de fazer aquilo que fizeram seus ancestrais. Alguma coisa acontece que faz com que os homens reais não sejam mais atores ou autores de si mesmos, mas como atuados. Esse desdobramento do homem é acompanhado de uma alteração de uma *ocultação* do real e de uma *inversão* das relações de causas e efeitos.¹⁰

No momento em que o homem real desaparece das origens, ao desdobrar-se, através do pensamento, em seres sobre-humanos mais poderosos que o homem e em homens imaginários menos capazes que os homens reais, tornam-se parte estranhas de si mesmos é porque um mecanismo que não deriva apenas do pensamento passou a funcionar.

Godelier explica que a fabricação desses seres imaginários, a produção das narrativas que relatam suas aventuras, a estruturação dos ritos que os celebram e fazem viver de novo entre os homens por um tempo – representação simbólica para nós, mas real para os baruyas – implicam num trabalho de pensamento consciente que ao mesmo tempo aciona as estruturas inconscientes do espírito.

Assim, os mitos consistem numa explicação da origem das coisas que legitima a ordem do universo e da sociedade e substituem os homens reais, que domesticaram plantas e animais, por homens imaginários que não o fizeram, mas receberam tais benefícios das mãos dos deuses ou dos heróis fundadores (o dom).

A análise de Godelier explica essa complexidade, pois para o autor tudo se passa como se a sociedade humana não pudesse existir sem fazer desaparecer da consciência a presença ativa do homem na origem de si. A sociedade precisa para subsistir recalcar no inconsciente coletivo e individual a ação do homem na origem dele mesmo e não pode se sentir ameaçada pelo fato de reconhecer que os homens são autores de si mesmos.

Se essa análise apresentar sentido, o problema do inconsciente poderia ser explicado de outra maneira. O espírito humano, pela articulação de suas

estruturas inconscientes, universais e a-históricas, estaria na origem deste desaparecimento do homem real e de sua substituição por seres imaginários que se comunicam com os espíritos das coisas. Desta forma a sociedade transcenderia os indivíduos e lhes ofereceria as condições materiais e culturais de sua existência. Tanto o recalque para além da consciência do papel ativo dos homens nas origens e o esquecimento de sua presença nas origens bastariam para produzir e reproduzir a sociedade, argumenta Godelier.

E, se existe, esse mecanismo, precisa ser ignorado pelos indivíduos que o vivem e *deve como objeto que recalca, ser ele também recalçado*. Nesse momento, é que o inconsciente – que extravasa muitas estruturas inconscientes do pensamento – intervém, é o momento em que os mecanismos físicos que recalcam e conservam para além da consciência as realidades que a consciência não quer conhecer, começam a intervir. Dessa forma, explica o autor, o inconsciente intervém, como meio, não como origem; como instrumento, não como fundamento.

E nesse aspecto Godelier critica Durkheim, pois não basta afirmar que a sociedade é a fonte do sagrado, é importante mostrar como o sagrado rouba à consciência coletiva e individual algo do conteúdo das relações sociais, essencial à sociedade, e fazendo isso, o sagrado se apresenta como social, tornando-se o opaco de si mesmo. E Godelier conclui que esse é o motivo que leva a sociedade a necessitar da opacidade para se produzir e reproduzir, por isso o social rouba de si mesmo, se opacifica, se sacraliza. “Os fantasmas da origem não estão decididamente na origem dos fantasmas”¹¹.

A partir dessas considerações teóricas, Godelier analisa as fontes de opacidade entre os baruyas, que precisam se reproduzir com um mínimo de conflito, do consentimento de todos e em primeiro lugar daqueles que sofrem as conseqüências negativas da exclusão, pois não é a sociedade que rouba aos homens algo dela mesma, são os homens reais que roubam entre eles algo de suas relações sociais.

Esses aspectos explicam os *kwaimatnié*, não como símbolos puros, significantes, vazios de sentido, mas símbolos plenos, significantes cheios de sentido, apresentando e dissimulando ao mesmo tempo, o conteúdo das relações sociais.

Após discorrer sobre os baruyas, Godelier chama a atenção para a função crítica das ciências sociais. Observa que o trabalho das ciências sociais consiste em recolocar o homem na origem dele mesmo e comparar e explicar as diversidades das formas de sociedades e culturas e as particularidades de sua história. Assim como os cientistas sociais não podem

se privar dos novos conhecimentos acumulados sobre o funcionamento do consciente e inconsciente, do psiquismo humano.

IV CAPÍTULO

Nesse capítulo, Godelier conclui suas análises sobre os objetos sagrados, afirmando que não poderia haver uma sociedade sem dois domínios: o das trocas, não se importa o que se troque e qual seja a forma dessa troca, do dom ao potlatch, do sacrifício à venda, à compra e ao mercado; e aqueles em que os indivíduos e os grupos conservam preciosamente para eles mesmos, e depois transmitem a seus descendentes ou àqueles que compartilham a mesma fé, coisas, relatos, nomes formas de pensamento. Pois o que se guarda sempre são “realidades” que arrastam os indivíduos e grupos para um outro tempo, que os remetem às suas origens, à origem.¹²

O dom tornou-se uma operação antes de mais nada subjetiva, pessoal e individual. Ele é a expressão e o instrumento de relações pessoais situadas além do mercado e do Estado.

No Ocidente, o dom recomeça a ultrapassar a esfera da vida privada e das relações pessoais, na medida em que se estende o poder do mercado sobre a produção e as trocas aumentam o papel do Estado na gestão das desigualdades.. A sociedade ocidental leva ao isolamento das famílias e promove a oposição entre elas. Uma sociedade que libera todas as forças, todas as potencialidades adormecidas no indivíduo, mas também leva cada indivíduo a dessolidarizar-se dos outros, servindo-se ao mesmo tempo deles. É uma sociedade que vive ao preço de um déficit permanente de solidariedade.

NOTAS

- ¹ Godelier, M.- O enigma do Dom, p. 21
- ² Marcel Mauss, Sociologie et Anthropologie, op. cit., p. 164 a 160
- ³ Idem, op. cit., p. 30 nota 12
- ⁴ Ibid
- ⁵ Idem, op. cit., nota 37, p. 43
- ⁶ Idem, p. 45
- ⁷ Idem, p.52:53
- ⁸ Idem, op. cit., p. 64
- ⁹ Idem, op. cit., p. 90 nota 103
- ¹⁰ Godelier, M. - op. cit., p. 259
- ¹¹ Idem, p. 261
- ¹² Idem, p. 303

Implicações econômicas e desafios das políticas sociais no Brasil

Alexis Toríbio Dantas*

RESUMO

Apesar da manutenção, em linhas gerais, das bases fundamentais da política econômica posterior à crise cambial de 1999, ao fim do primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva foram introduzidas importantes mudanças no rumo e no sentido da política econômica, estreitamente associadas aos objetivos de políticas sociais do novo governo, com destaque para a expansão em dos programas de transferência de renda (sobretudo o bolsa família), a recorrente elevação do salário mínimo real e a expansão dos programas de investimento público em infraestrutura (PAC). Como resultado, a economia brasileira passou a apresentar uma trajetória de maior crescimento e as condições socioeconômicas foram sensivelmente melhoradas com efeitos expressivos na distribuição de renda. A continuidade deste movimento, todavia, parece depender de uma retomada de competitividade da indústria.

1. INTRODUÇÃO

A base da política econômica brasileira sofreu poucas alterações desde a crise externa de janeiro de 1999, sustentada fundamentalmente em três pilares. Primeiro, e imediatamente decorrente da crise do Balanço de Pagamentos, a adoção de um regime de **câmbio flutuante**, resultante da incapacidade de prosseguimento das bases da âncora cambial que fundamentaram o Plano Real.

Segundo, como mecanismo de estabilização de preços substitutivo da âncora cambial, uma política monetária fundada no sistema de **metas inflacionárias**, “caracterizado pelo anúncio oficial de uma meta de crescimento para algum índice de preço escolhido a *priori* para um determinado período, e pelo reconhecimento de que o controle dos preços é o principal objetivo da política monetária. Assim, tais metas coordenariam a formação de expectativas inflacionárias dos agentes e a fixação de preços e salários” (Ferreira e Jayme Junior, 2005:2).

Terceiro, e estreitamente associada à política monetária, uma política fiscal austera definindo níveis de **superávit primário** que amortecessem o

potencial efeito explosivo da dívida pública em um contexto de elevadas taxas de juros, muito superiores à taxa de crescimento do PIB.

Nesse caso, o objetivo era compensar as despesas financeiras do governo com um saldo positivo nos gastos e receitas correntes, evitando um crescimento descontrolado do déficit público operacional. A política fiscal seguiria, portanto, uma função de **variável de ajuste**, dado o papel da taxa de juros como mecanismo de estabilização¹

Quanto à questão do crescimento econômico, a conjugação das metas inflacionárias com uma política fiscal austera garantiria, de acordo com o modelo adotado, a estabilidade econômica requerida, oferecendo aos agentes econômicos um cenário propício para as decisões de investir. A capacidade de elevar as taxas de crescimento resultaria, em última instância, do aumento de produtividade dos fatores de produção, desde que os mecanismos de mercado atuassem sem interferências, sobretudo no que diz respeito aos preços relativos estáveis e à conformação de um ambiente favorável ao aumento da concorrência na economia (em especial a concorrência externa)².

Todavia, desde o fim do primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, alterações de rumo passaram a traduzir mudanças no sentido da política econômica, baseadas em três aspectos:

- (a) expansão em ritmo acelerado das políticas sociais em curso, particularmente os programas de transferência de renda (com destaque para o bolsa família);
- (b) sistemática elevação do salário mínimo real, sobretudo a partir de 2003;
- (c) expansão dos programas de investimento público em infraestrutura, inclusive pelos seus efeitos sobre o nível de atividade econômica³.

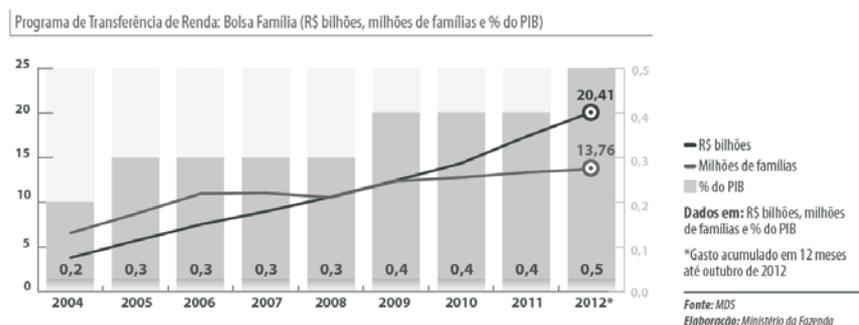
Nas próximas seções, serão avaliados os principais impactos dessas inflexões de rumo da política econômica e social no Brasil em sua evolução recente. A última seção se encarrega de examinar as principais lições e conclusões acerca do novo cenário, além de uma possível agenda futura de preocupações nesta direção.

2. EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E DO SALÁRIO MÍNIMO REAL NO BRASIL E SEUS EFEITOS.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BRASIL – 2004-2012

Programa Bolsa Família é importante no combate à pobreza

O Bolsa Família é reconhecido como um dos mais eficientes programas de redução da desigualdade de renda e social. Sua abrangência já supera o montante de 13,7 milhões de famílias.



Fonte: Ministério da Fazenda/Brasil.

No que se refere ao programa bolsa família, pode-se destacar que:

- Entre 2004 e 2012 o programa ampliou o número de beneficiário de de cerca de 7 milhões para aproximadamente 14 milhões (cerca de 50 milhões de brasileiros atendidos direta ou indiretamente) – Gráfico 1;
- O volume de transferências cresceu de cerca de R\$ 3 bilhões para aproximadamente R\$ 20 bilhões no mesmo período, sem elevar significativamente o impacto dos gastos como parcela do PIB, ainda em torno de 0,5% – Gráfico 1.

Quanto ao salário mínimo, entre janeiro de 1995 e dezembro de 2002 (período de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso), o crescimento do salário mínimo real foi de 42,1% – Gráfico 2. Já entre janeiro de 2003 e julho de 2010 (período de governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva), o crescimento do salário mínimo real foi de 71,5% – Gráfico 2 (este valor vigorou até o final do mandato em janeiro de 2011), sendo a tendência mantida nos primeiros anos do governo Dilma Rouseff.

GRÁFICO 2 – SALÁRIO MÍNIMO REAL – BRASIL – 1994-2013 – EVOLUÇÃO TRIMESTRAL.



Fonte: IPEADATA

No que se refere ao PAC, nota técnica do DIEESE⁴ destaca que,

“O PAC revela uma ação governamental planejada com vistas a retomada da capacidade orientadora do Estado na questão do crescimento econômico do país, através do incremento da taxa de investimento público e privado em áreas consideradas estratégicas. Dessa forma, o governo busca ter papel de destaque no processo de crescimento, através da indução e do direcionamento dos investimentos e da economia do país. Tais medidas podem significar uma mudança qualitativa no papel a ser desempenhado pelo Estado na sociedade brasileira, através do distanciamento em relação ao discurso liberal das “vantagens do livre mercado” na alocação dos investimentos.” (p. 3)

Nesse sentido, percebe-se uma clara mudança de postura do governo quanto à importância relativa da política fiscal. Como síntese dos objetivos do PAC, pode-se destacar os seguintes aspectos:

- (a) O principal ponto do programa é a expansão dos investimentos – a partir do aumento dos investimentos públicos, supõe-se que haverá uma forte aceleração também dos investimentos privados, estimulados pela atuação de empresas estatais, bancos oficiais (principalmente o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social);

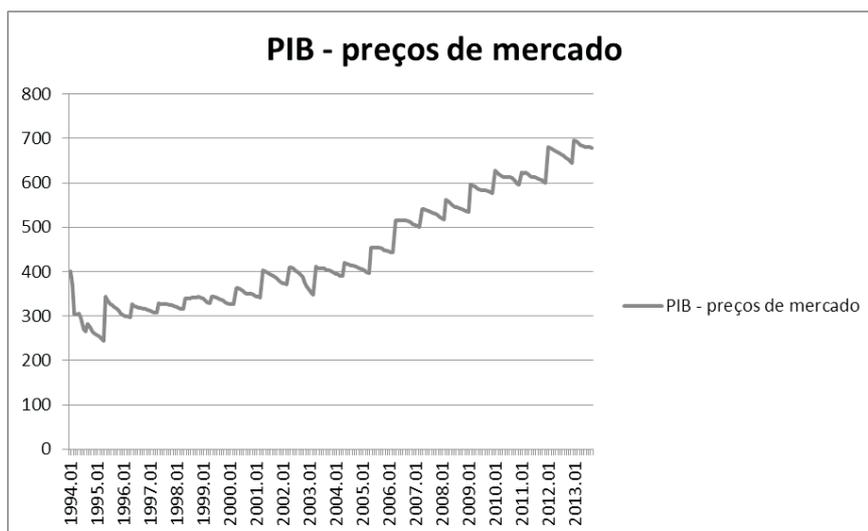
- (b) O principal alvo é a infraestrutura, com destaque para rodovias, hidrovias, ferrovias, portos, aeroportos, saneamento, recursos hídricos. Energia elétrica (em particular hidrelétrica) e petróleo de gás são também fundamentais. No caso desse último, há um importante programa de incentivo ao aumento do conteúdo local no fornecimento de bens e serviços para os novos investimentos, especialmente a partir do início das atividades do pré-sal;
- (c) A expectativa é de manutenção sustentável de uma taxa de crescimento de 5% a.a. em média nos próximos anos, mais que o dobro da média dos últimos 20 anos;
- (d) Além de uma possível redução da meta de superávit primário, a expectativa de menor dispêndio com pagamentos de juros da dívida interna e a atuação dos bancos oficiais compõem a principal fonte de recursos para a execução do programa.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS.

Os Gráficos 3 a 6 mostram claramente a melhora nas condições de crescimento e distribuição de renda no Brasil nos últimos anos, especialmente a partir de 2003-4⁵. Por um lado, o PIB registrou um importante aumento da taxa média de crescimento, contribuindo sobremaneira para a redução da taxa de desemprego – que despenca da casa dos dois dígitos para estabilizar-se em torno de 7% ao mês em média.

Por outro lado, a linha de miséria no Brasil caiu drasticamente, mais uma vez com forte inflexão a partir de 2003. Depois da queda imediatamente posterior ao Plano Real de 1994, manteve-se estável ao longo dos dois períodos de governo de Fernando Henrique Cardoso, voltando a diminuir aceleradamente nos dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva. Com o aumento do salário mínimo, a distribuição de renda passou a apresentar melhora evidente no período considerado.

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DO PIB NO BRASIL – 1994-2013 – PREÇOS DE MERCADO – EVOLUÇÃO TRIMESTRAL



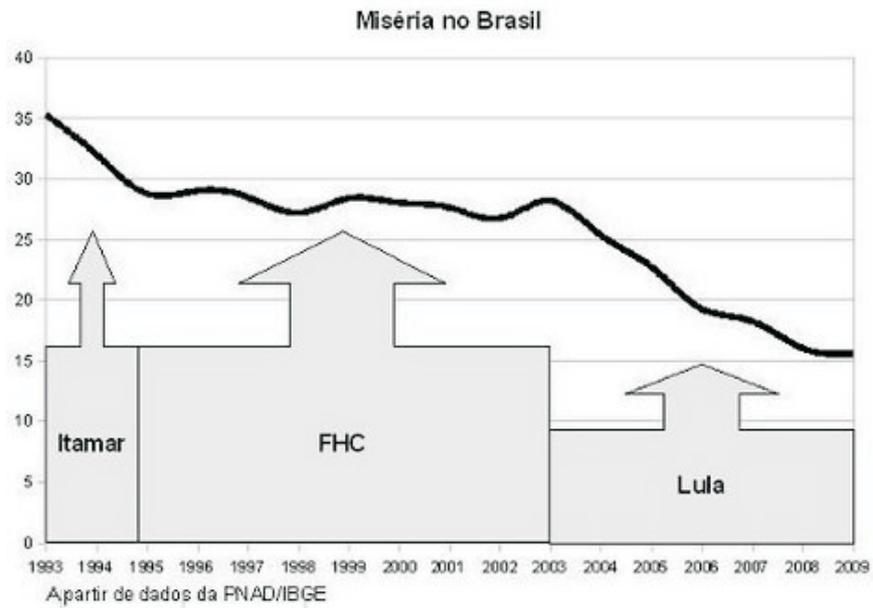
Fonte: IPEADATA

GRÁFICO 4 – TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL – 2002-2013



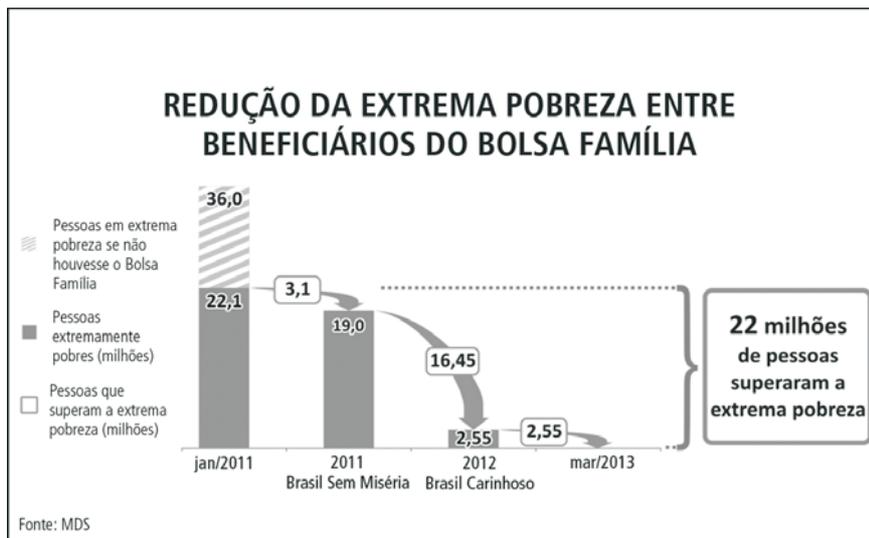
Fonte: IPEADATA

GRÁFICO 5 – REDUÇÃO DA LINHA DE MISÉRIA NO BRASIL – 1993-2009



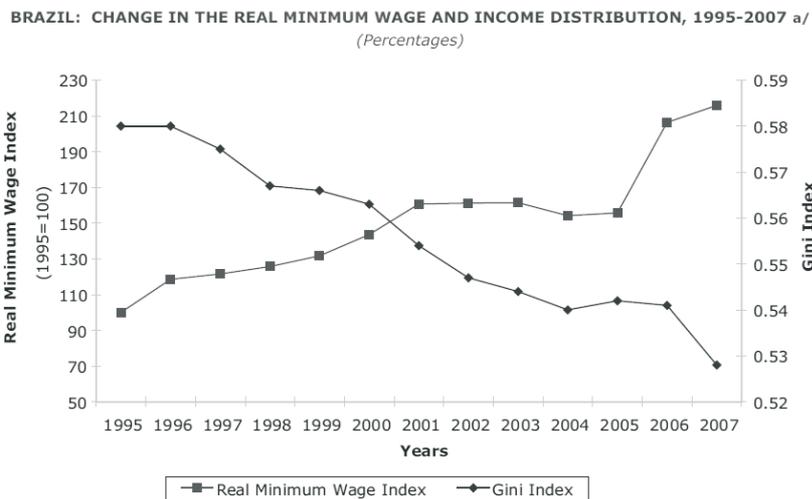
Fonte: <http://muitopelocontrario.wordpress.com/2010/07/21/evolucao-da-miseria-durante-o-real/>

GRÁFICO 6 – EXPECTATIVA DE REDUÇÃO DA POBREZA EXTREMA NO BRASIL: 2011/13



Fonte: MDS/Brasil

GRÁFICO 7 – SALÁRIO MÍNIMO REAL E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA – BRASIL – 1995-2007



Fonte: OIT (2008)

4. COMENTÁRIOS FINAIS.

- (a) A economia brasileira iniciou, efetivamente, uma trajetória de maior crescimento que o observado ao longo dos últimos 25 anos, em uma situação de estabilidade mantida e com uma situação externa relativamente confortável;
- (b) As condições socioeconômicas foram substancialmente melhoradas em razão das políticas sociais implementadas que permitiram, ao mesmo tempo, reduzir a linha de miséria absoluta e, após muito tempo, avançar na distribuição de renda;
- (c) Os programas básicos para essa guinada parecem transformar-se, cada vez mais claramente, em políticas de Estado, perdendo o caráter de políticas de governo que dominaram o cenário nas três décadas anteriores.
- (d) O momento atual, todavia, é de reflexão, pois o modelo apresenta sinais de esgotamento em função de dois principais aspectos. Primeiro, a manutenção de uma taxa de câmbio teimosamente valorizada, o que afeta significativamente a capacidade competitiva da indústria doméstica, não só pela maior penetração das importações, mas também pela maior dificuldade de inserção externa dos produtos brasileiros. A correção deste problema é também um dilema, pois pode influenciar negativamente na evolução do processo inflacionário. Segundo, o aumento recorrente do salário médio real, em ambiente de câmbio valorizado, determina uma relação câmbio/salário desfavorável para os produtores nacionais, mais uma vez interferindo negativamente na sua competitividade. Esses são, atualmente, os desafios mais importantes do modelo adotado.

5. NOTAS

- * Professor Associado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE/UERJ). Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ).
- ¹ A racionalidade desta tríade de diretrizes de política econômica baseava-se na suposição de que mecanismos de política macro não têm efeito sobre o nível de atividade, mas apenas sobre o nível de preços (inflação). A estabilidade de preço é, destarte, o objetivo único a ser seguido pela política macroeconômica.
- ² O problema do crescimento apresentado nessa visão é tratado, assim, como uma questão essencialmente microeconômica.
- ³ Vale dizer que esta é uma mudança de suma importância, pois é claramente resultante da ascensão, no governo, de uma corrente que pensa o crescimento econômico a partir de questões macroeconômicas, antagônica à ortodoxia dominante. Se não conseguiu mudar a

base da política monetária, essa corrente conseguiu, ao menos, uma importante flexibilização da política fiscal.

⁴ **DIEESE.** 2007, “Principais Aspectos do Programa de Aceleração do Crescimento”, *Nota Técnica 41*, Janeiro de 2007.

⁵ O Brasil está hoje no grupo de países considerados de IDH (índice de desenvolvimento humano) alto (setenta países no total)

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Belluzo, L.G.M. e Almeida, J.G. 2002. “Depois da queda”. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Dantas, A. T. 1998. “Neoliberalismo e globalização” - *Revista Archè*, # 20, out., p.183-194.

DIEESE. 2007, “Principais Aspectos do Programa de Aceleração do Crescimento”, *Nota Técnica 41*, Janeiro de 2007.

Ferreira, A. e Jayme Junior, F. 2005. “Metas de inflação e vulnerabilidade externa no Brasil”, *Anais da ANPEC*, 2005.

Kupfer, D. 2003. “Política industrial”. *Econômica*, v. 5, N. 2, Dez. 2003.

OIT. 2008 “Good policy practices on minimum wage and social security: the cases of Brazil and Chile”, <http://white.oit.org.pe/estad/laclispub/english/ndestacados/MWSS.pdf>.

Fonte: <http://muitopelocontrario.wordpress.com/2010/07/21/evolucao-da-miseria-durante-o-real/>

<https://www2.gestao.presidencia.serpro.gov.br/em-foco/pasta.2008-11-28.3964764734/folderimagem.2008-12-02.7506485675/evolucao-da-bolsa-familia/view>

ABSTRACT

Despite the maintenance of the basis of the economic policy of the post-1999 currency crisis, in the end of the first term of President Luis Inacio Lula da Silva important changes on the economic policy were introduced, closely linked to the objectives of social policies that the new government implemented, especially the expansion of income transfer (like the family allowance – “Bolsa Família”), the policy of constantly raising of the real minimum wage and the expansion of public investment programs in infrastructure (PAC). As a result, the Brazilian economy began to present a trajectory of higher growth and better socioeconomic conditions with significant effects on income distribution. The continuity of this movement, however, seems to depend on a recovery in industrial competitiveness.



Transition to Crisis-Free Development: A Myth or Reality?

Bondarenko V. M.*

ABSTRACT:

The article substantiates the thesis that the outlines of the future and present can be made visible and comprehensible by applying the author's findings – that is, a new methodology for cognition of regularities in the human community development. This methodology made it possible to define that there have been and are only two paradigms of the human system development in the entire multi-century course of the human community development. Cycles, crises, chaos and all negative phenomena are nothing else but natural products of the second, indirect paradigm of development. The new model of life organization at each local level is at the same time the former, first development paradigm, based on the direct interconnection between production and consumption of specific human beings, but raised onto the new high-tech level. Practical realization of this model is the only feasible precondition for the transition to sustainable and crisis-free development.

Key words: systemic crisis, sustainable development, new methodology of cognition.

INTRODUCTION

The global systemic crisis, hitting all facets of the human community's life, is becoming more and more profound and wider in scope. This fact has been recognized by all summits of G20 (including the latest in Mexico), summits of G8, as well as the latest economic forums in Davos and Saint-Petersburg. The panic in the world markets (including the market of raw materials) has been generated by publication of negative data on almost all major economies of the world – i.e., US, Europe, China and India.

China's economy, too, demonstrates slower growth rates. In April 2012, industrial production in China slowed down abruptly – its annual growth rate, 9.3%, was the lowest in the last three years. In the first four months of 2012 investments in fixed capital grew just by 20.2%, which is the worst result for China's economy in the last 10 years, while the growth of retail trade and export slowed down as well. Investors and economists once again started to talk on the threat of China's "hard landing" and to call for



resolute measures that would stimulate economic growth. But, as experts in China's economy suggest, in order to become "an engine of global economy", the Sub-Celestial first needs to make its people wealthy. However, in this case China would lose its main advantage – that is, cheap labor.

India, with its second largest population in the world, that has become the world's tenth largest economy by making the stake at development of the innovation sector, also has faced the crisis situation. Its GDP growth rates fell down sharply, while the Rupee exchange rate vis-à-vis the USD dropped to historical minimum. Meanwhile, according to some expert assessments, the crisis in India can catalyze new recession in the entire world. Corruption, inflation, expensive credit and paralysis of authorities result in the outflow of capital and termination of business projects. In particular, this applies to strategic sectors, where the state actively regulates the process, while in the less regulated spheres (for example, IT and pharmacology) the situation is more favorable. In this sense India differs strongly from China, where exactly the sectors with strong presence of the state and use of cheap labor drive the progress of national economy.

Many economists hold the view that all the current developments in the world serve an ample evidence of the already surged second wave of the crisis. However, the monetary means, being used (as they were before) to resolve the problem – such as printing of money and its investment in all sorts of assets (shares, raw resources, or real-estate property) are prevailing over investments in the fixed capital, and this latter circumstance would result in the further slow-down of growth. That is, the old models designed to counter the crisis by monetary injections into economy work no longer, and hence this mode, too, is not an anti-crisis remedy that would eliminate the prime cause of the crisis. Moreover, on the one hand, it is recognized that at the present time no serious discussion is underway on what must be done for elimination of the crisis. On the other hand, since the latest World Economic Forum in Davos we hear the ever more loudly voiced arguments that the crisis of 2008 and its current second wave signify the crisis of the contemporary economic model. In such circumstances, unless the root-cause of the economic crisis is identified, any system of institutes and mechanisms designed to remove tensions during realizations of anti-crisis measures would be inefficient, to say the least.

In his book "Globalization, Transformation, Crisis – What's Next?", RAS Corr. Member Prof. Rouslan Grinberg notes: "Economics and sociology arrived to one shared conclusion: organization and functioning

of the surrounding world is the ever less comprehensible, as it becomes the ever more illogical and hence uncertain” [1].

Therefore, the main precondition to proceed to crisis-free development is to receive and master knowledge on objective causes of the global crisis, to find access ways to the crisis-free development road and to understand the implications of each decision being taken. The time for development by the trial-and-error method has passed irreversibly.

NEW METHODOLOGY WAS CONSTRUCTED FOR COGNITION OF REGULARITIES IN THE HUMAN SYSTEM DEVELOPMENT

In the course of the recent thirty years we, too, have been conducting research aimed at identification of objective causes for the crisis condition in the human system development as well as at visualization of the future. To this effect, it was required to do research at the visionary level, and as a result the new methodology was constructed for cognition of regularities in the human system development.

The essence of the new methodological tool-kit and its scientific novelty are represented by the fact that it is based on the discovered objective target in the human community development. In order to arrive at this conclusion, it was required not only to define the goal of the human system development, but to identify the final objective that cannot be a sub-goal of a higher objective within the mundane human existence, but represents the objective reason of the human system development – and then to understand that each specific human being, each individual does not live in order to provide for GDP growth or to manufacture the biggest possible amount of weapons for self-annihilation. A human person must and can live in order to develop and realize maximally his/her spiritual and intellectual potential while at the same time raising the level of consciousness and physical perfection.

In other words, each specific human individual in his/her development must and can attain the Supreme Reason or to reach the image and liking of the Creator. Otherwise, development would follow a different, entirely opposite scenario – i.e., the blind-alley option: retrograde development for the purpose of starting everything anew, or a catastrophic finish, the apocalypse. Even now some technologies have been created that can very well work without human interference. For example, the IBM Corporation is working on the Smart City project providing for interaction of municipal intellectual systems without involvement of human mind.

The modern bio-computers can force human cells to communicate independently with one another so that this would pave the way to construction of their complex configurations. Hence, to overcome and eliminate crises and all problems facing the government, business and society at large would be only possible if all decisions in the end provide for continuous, evolutionary and irreversible movement towards attainment of development objective. Only in such a case it will be possible to find a way for sustainable development and practical realization of the “Millennium Development Goals” (by our logic – the sub-goals of the higher objective), announced by the UN as the guiding landmarks for all nations of the Earth.

Held in Rio-de-Janeiro, the UN Conference on Environment and Development of 1992 formulated the major ideas on sustainable development of the humankind. The sustainable development concept fundamentally differed from traditional views and economic practices in the sense that it contained an integral approach to development as an overall process. At that time the sustainable development was defined schematically as a “triune” interaction process of “nature – population – economy”. However, for this classical triad to be viable, its emphases must be modified in the context of our visionary approach as “goal – sustainable – development”. The sustainable and steadfast movement ahead – i.e., development must and can be only provided in relation to nothing else but the objectively set goal.

Therefore, whether we like it or not, the society should develop so that to create, for any human individual, the area of habitation, in which equal and free access to all diversified benefits of civilization would be available – not in order to reach a new level of ‘consumerism’ or supremacy of technologies over humans, but in order to attain the final objective – let humans become perfect. This is the human being’s mission on Earth, and it must be fulfilled!

The second component of the new methodological toolkit – integrity, systemic nature and cross-disciplinary approach – proceeds from the basis that the world is single, the laws of nature and society are in unity, while the world is an integral system and can be cognized only with unification of all scientific and spiritual knowledge into some unified, systemic, integral and cross-disciplinary (or, rather, trans-disciplinary) knowledge. Therefore all these elements had to be unified systemically through identification of the target function of development of the entire system and its any part

in any section (civilization-related, formational, national, confessional, territorial, natural-scientific, socio-economic, socio-cultural, political, organizational, etc.), and irrespectively of whatever development model (neo-Liberal, Keynesian, totalitarian, or a mixture thereof) would be prevailing. Only through such knowledge one would understand that the financial, economic, social, organizational, science-tech and, as a whole, systemic crisis in the world as well as all existing negative phenomena are links of the same chain. Therefore the decision, too, must be integral, systemic and unified for the entire world, but the interests of all people living on the planet must be taken into account.

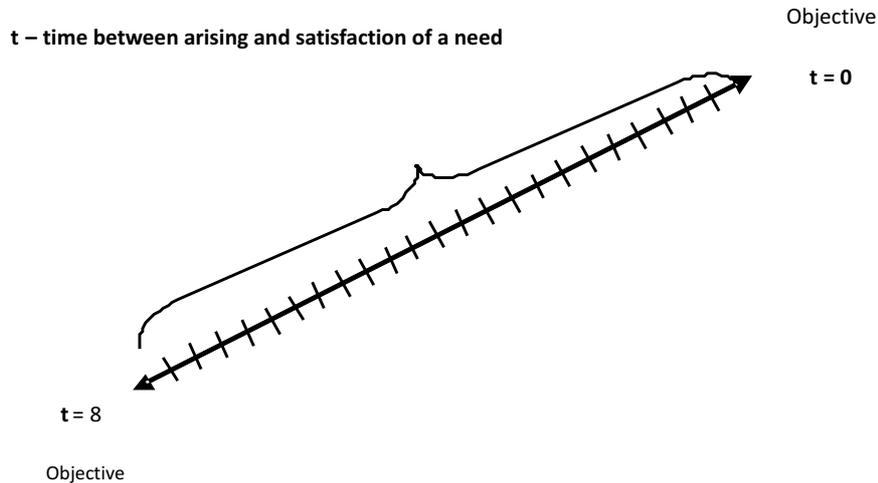
Third, we identified the only possible index to measure and juxtapose all processes and phenomena – that is, time. By applying the latter, we can measure and juxtapose in other indices something immeasurable or incomparable, and, what is the most important, to correlate all facets of human and societal life with the target ideal, and to find out as at what step of human progress they are located in relation to the objective.

Fourth and finally, the new methodological toolkit contains the single criteria of efficiency of the human system development – the time between the need to approach realization of the single objective of development and the reality, in which society (in whatever the section) and each specific individual are placed in relation to such objective. If the time between arising and satisfaction of a specific individual's need tends to reduce continuously and evolutionally, as well as gravitates to zero, then the human system develops in relation to the objective sustainably and efficiently. This conclusion provides us with the absolutely new understanding of the human system development. Application of this criteria helps to control time between arising and satisfaction of any need of any specific individual. To control time means to control development so that to ensure evolutionary and irreversible reduction and approach the criteria value, equal to zero. Only in this case the human system would start developing sustainably in relation to the objective in the interests of any specific human individual.

THE FUNDAMENTAL CONCLUSIONS ARE OBTAINED USING A NEW METHODOLOGY OF KNOWLEDGE

In the theoretical plane of the new methodology, the time between arising of a need and its satisfaction in terms of the goal attainment is the vector of time (or axis of time) from infinity to zero (see Fig. 1).

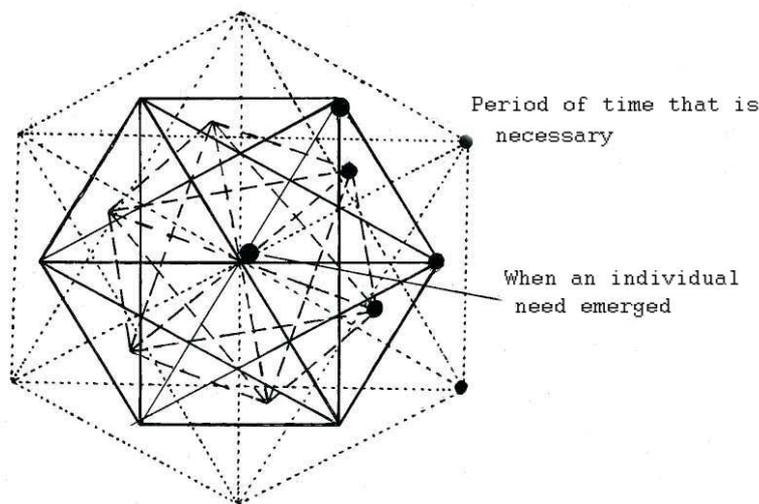
FIG. 1. VECTOR (AXIS) OF TIME



Development of the humankind and its different structures in whatever the section – through to a specific human individual – is distributed along this vector in different points, and at any given moment the time between arising and satisfaction of a need can reduce or grow, thus approaching or moving away from the goal. The time vector represents the linear vision of the problem which can be discussed, if the human community's life is considered in statics, as of the given moment of time. In reality, in dynamics, everything takes place much more complexly. Today the time between arising and satisfaction of needs is different for different communities, and its not coincide either as of the given moment or in dynamics. Moreover, the processes of change in the time can be positive or negative, cyclical and undulated, direct and reverse. If these processes are considered not in relation to communities but to a specific individual, then the numerical value of this diversity would be most probably determined by digital values in multiple degrees. So, every human individual lives in a kind of his/her own sphere, under the effect of his/her own centrifugal and centripetal forces, within some Brownian motion, in his/her own microcosm which does not coincide with the microcosm of others (see Fig. 2). This would produce a peculiar hyper-tetrahedron of the habitation area, and each specific human individual is situated in the center thereof. Vertexes of this hyper-tetrahedron would be equidistant from the center, when the whole humankind happens

to be in one and the same space of time, and when the time between arising and satisfaction of a need will be equal for all people. Such outcome can be only attained if equal access to the maximum variety of goods is available.

FIG. 2. MICROCOSM OF HUMAN INDIVIDUAL



So, if civilizations, nations, countries, small and large communities as well as separate individuals stay in different linear and spherical spaces of time, they would have different levels of consciousness and would never be able to conciliate their interests or understand one another. Exactly this circumstance is the cause generating the origination and aggravation of all troubles of the humankind. Hence, the crisis in development of global civilization, wars, terrorism, man-made and natural disasters are a result caused by the effect of profound laws common to nature and society. Moreover, as long as people stay in different linear and spherical spaces of time, it will appear that the planet hosts many local civilizations, which are different from one another and which were described in length by Spengler and Huntington.

Therefore to resolve all the problems incurred in society development and to modernize the latter on the basis of R&D and realization of advanced technologies of the 21st century would be possible provided

only that the road is found which in the end will provide for continuous, evolutionary, irreversible and simultaneous attainment of the objectively set development goal for each concrete human person with due regard of his / her individual interests.

This methodology and results of its applications are described in detail in the book “Forecasting the Future: A New Paradigm”[2], published by the “Economika” publishing house in 2008, as well as in numerous articles published in Russia and other countries.

As a result, the methodological toolkit made it possible:

- to surpass the limits of the entire human system and to see it as a unified whole of “past-present-future” in relation to the objectively set development goal;
- not to rely upon empirical and subjective data of the past and present;
- to comprehend the objective picture of the human system development depending on the positive (sustainable) or negative (unsustainable) orientation to realization of the unified, single objective.

This methodological toolkit let us see that in the whole course of many centuries-long development of human community, there have been only two paradigms of the human system development:

- the first one proving that there is a direct connection between production and consumption; and,
- the second one proving that production and consumption are interconnected indirectly.

The schematic outlay of human community development, presented by Fig. 3, demonstrates when and how each development paradigm formed, is forming and can form in future along or around the axis of time equal to zero, between the moments of arising and satisfaction of a need.

According to this outlay, the entire history of humankind can be divided into three phases.

Phase 1 is featured by prevalence of the first development paradigm expressed in direct connection between production and consumption.

Everything that was produced at that level of manual labor being mastered by humankind was consumed thereby. Hence the time between the arising and satisfaction of a specific individual’s need was minimal. That was the pre-industrial type of production – any manufacturer was producing goods for him self and, by order, for specific consumers at the household level (craftsmen).

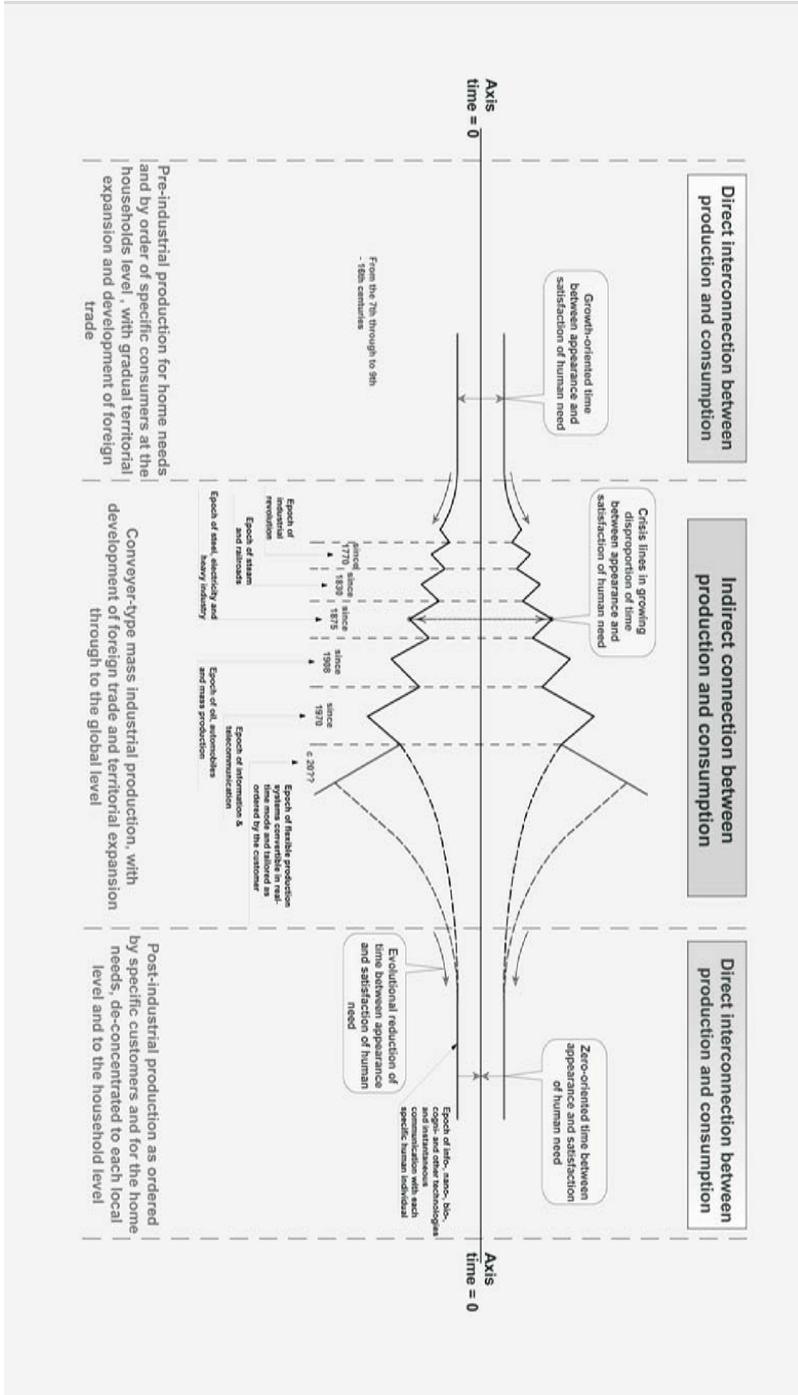


FIG. 3. SCHEMATIC OUTLAY OF HUMAN COMMUNITY DEVELOPMENT

Advent of primitive technologies, division of labor, market, class of brokers (merchants) and the universal equivalent to exchange with results of such labor – that is, money, as well as the gradual territorial expansion and development of foreign trade – all these resulted in transformation of direct interconnection between production and consumption into indirect one. Thus the second development paradigm was taking shape, and its development in time and space was accelerated by transition to the industrial type of development.

The industrial revolution, epochs of steam and railroads, steel, electricity and heavy industry, oil, automobile and mass commodity production entailed building the consumer-communication infrastructure including the network of roads, ports, shops (from small shops through to grand shopping centers and highly mechanized warehouses), radio-technical, electric and information networks, etc. Those were the major landmarks that evidenced formation of mass, conveyer-type industrial production (accompanied by development of domestic and foreign trade as well as territorial expansion through to the global level) and mass consumption. Production of such type is oriented to satisfy demand and needs of abstract end consumer through the elemental, archaic, mediated by longer time and space and market-based form of communication with any specific human individual.

In such circumstances uncertainty of production resulted in appearance, and then global growth of disproportion, and then entire de-synchronization between the time of production and the time for circulation of goods / money. The dynamic of movement of material and real factors of production, despite their multiply grown volume, happened to be torn far apart from their monetary form, both the real and (especially) the virtual. Monetary methods of coping with financial crisis made this gap in the movement of real products and money even wider and contribute to the further growth of disproportion between the time for production and time for circulation of commodities and money. As a chain reaction, the financial crisis is growing the ever more rapidly to the level of systemic crisis. Therefore it is clear why philosophers, economists and political scientists, proceeding from the works written on the basis of empirical information about on the already occurred events of the past, started to argue that complexity, nonlinearity and chaos as well as cycles and crisis are an inevitable condition for development. This would be the case – unless we understand that all the afore-listed phenomena are a natural product of the second paradigm of development.

Diogenes of Sinope, who lived as long ago as over 300 years B.C., was correct when he said that the person, who had invented a plough, made a very adverse favor for the mankind, since that invention enabled people to produce more products than the producers needed for their own survival. That is, the crisis of the currently existing life-organization model, with its due-to time and space interconnection between production and consumption, started long ago, since the moment of the given model's inception.

Appeared in the 1970s, information technologies providing for direct communication with consumers, and flexible production systems that can be adapted to specific orders in the real-time regime, did not change the given development paradigm, and did not consolidate the embryonic opportunity to establish direct connection between production and consumption and to conciliate their interests. Information technology became "an end in itself" for development and a means to create global markets.

So, the essence of the second development paradigm is seen in the indirect and desynchronized (both in space and time) interconnection of different commodity production technologies and consumption of such commodities by a specific human individual.

All crisis of this development paradigm occurred at the peak of growing time-related disproportion between the arising and satisfaction of a need. The current systemic crisis is the peak of the given development paradigm. Globalization of all relations in its current form, started to negate itself as soon as it appeared.

WHY SO?

Together with globalization of all processes and the freedom in movement of ideas, goods, money and information, the conveyer-type mass type of production survived and its length in space has grown to the global level. Time between arising and satisfaction of a specific individual's need has become even longer. It does not appear possible to conciliate interests of states, society, business and specific individuals. This long road of time and space, available for the afore-mentioned movement, offers perfect conditions for absolutely all negative phenomena. Poverty and inequality, primitive economy, underdeveloped production and trade, terrorism and corruption, natural abnormalities and disasters, growing prices and inflation, etc., – all these are links of one and the same chain, and a product of the indirect development model. In the given case, the factor of time plays an extremely negative role. In such circumstances the scattered and narrowly specialized

scientific knowledge undergoes crisis in the solvency of different theories and their explanatory abilities to make a subjective assessment of the occurring events.

However, in the age of cosmic speeds and application of digital, info-, cognitive, nano- and other technologies, we see onrush change of economic and other realities that are incompatible with such a type of production and consumption, and, in particular, with such a type of interconnection with a specific individual and with impossibility to conciliate specific individuals' interests.

NEW MODEL TO BE APPLIED FOR LIFE ORGANIZATION

At the same time, it is only now, owing to development of ICT and other high technologies of the 21st century that we again have an opportunity to proceed to the direct connection between production and consumption – that is, again to proceed to the first development paradigm.

An efficient means to eliminate disproportions and de-synchronization of all processes in time and space can be found provided only that production-consumption relations are properly synchronized, and interests are agreed with each specific human individual within the whole range of her/his spiritual and material needs, while goods and services that would satisfy the given needs would be produced under the given individual's order, without manufacturing anything redundant. Only such production, oriented to satisfaction of needs of a specific individual under his / her order, would serve the basis for preservation and replenishment of natural ecological life-support systems for the current and future generations.

Return to the first development paradigm would provide for resolution of the two interconnected strategic tasks, that is:

(1) to modify the contents of economic and social policy by the state so that it would be aimed at transition to reproduction trajectory of domestic development, provided only that the entire process of reproduction would be oriented to the ultimate result – evolutionary reduction of time between arising and satisfaction of needs (demand) of each specific individual. This can be attained provided only that commodities are produced under the order of any specific individual.

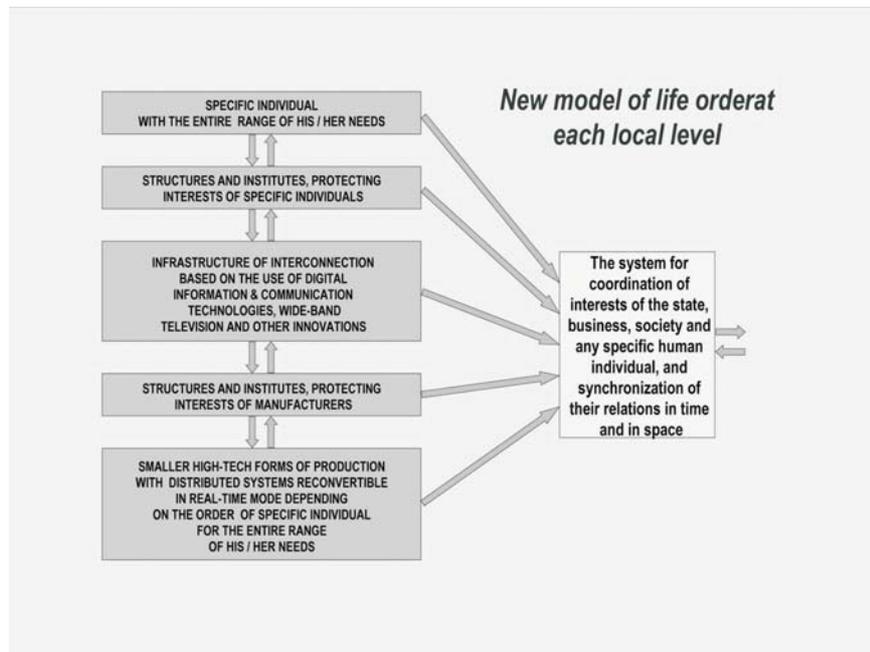
To this end, it appears necessary to draw and realize a program for re-industrialization of the entire production – that is, to put production on the track of advanced engineering and technologies connected with attainments

of science-tech progress. The end target is to have smaller high-tech forms of production with distributed systems that can be “re-tuned” in the real-time regime with due regard of a specific individual’s order covering the whole range of the customer’s needs;

(2) At each local level, to form a mechanism of real-time conciliation of all actors in such relationship – that is, the state, business and end consumers (specific individuals). As a result, only a minimum number of problems that cannot be coordinated at the local level would be presented for conciliation of interests at the regional or national level. Such conciliation must be realized through the shared cross-communication infrastructure, universal for all types of production and all consumers, and based on application of digital information and communication technologies, broad-band television and other innovations that are so widely and eloquently discussed at all domestic and international levels.

Fig. 4 presents the outlay of the new model to be applied for life organization at each local level and in fact representing the former, first development paradigm based on direct interconnection between production and consumption elevated to the new technological level as well as on development of information systems for direct communication of humans. Such technologies are already available to satisfy almost the whole range of human needs.

FIG.4. NEW MODEL OF LIFE ORGANIZATION AT EVERY LOCAL LEVEL



As early as by the end of the 20th century, when information technologies just appeared, E. Toffler wrote that quite soon everyone, operating his/her personal computer, would control the technological process to manufacture products for her/his personal consumption without producing anything redundant.[3] Today, for example, Toyota disclosed its plans to develop interactive communications between owners of its brand cars, dealers and head office of the given company. The social network that would unify millions of people throughout the world was to start functioning in 2012. The system would be based on technologies of corporate social networks, and access thereto will not be available for outsiders. “Social networks change the means of communication and format of interaction among people”, said Toyota President Akio Toyoda.

The new social network will be named “Toyota Friend”. The users will be able to “communicate” with their cars by sending messages like they do in Twitter and Facebook, while every car will have its own profile. On the other side, electric motor cars will be able to send SMS to the owners’ mobile phones in order to remind that, for example, time is coming to

charge the battery. Thus, drivers would be able to conduct a sort of conversation with their own cars.[4]

In her book “Technological Revolutions and Financial Capital”, Carlota Perez writes that technological revolutions occurring once per about half-century deliver its fruits with some time lag. It takes two or three decades of turbulent adaptation and assimilation before the new technologies, sectors and infrastructures would start facilitating the advent of the “golden age” (*belle époque*), or “era of prosperity” [5]. That is, owing to technologies of the 21st century that were originated some thirty years ago, production again returns to the local, through to the household level, to a specific human individual.

Consideration of each individual’s interests at every local level and conciliation of such interests in real-time regime are the only available driving force that would provide motivation for the higher productivity of labor and accelerated innovative development of socially oriented high-tech forms of production. In such conditions, every specific consumer can become a stakeholder and investor of the given business. Today, however, notwithstanding the crisis, reduction of deposit interest rates and growth of inflation, Russian depositors increase their bank deposits. Hence, the wider disproportion between the time of production and circulation of commodities and money. Channeling of those funds directly to the real sector would help in the more efficient resolution of the task to make our economy much less dependent on raw-resource supplies and to enrich it with the long-expected intellectual dimension. This will be attained owing to arising of new possibility to create conditions for any person to generate new knowledge in the interests of the entire society and at the same in his/her own interests. Only in such conditions it will be possible to build actually the new, “smart” economy, based on intellectual excellence and production of unique knowledge as well as oriented to continuous improvement of human life quality. Only in such conditions it will be possible “to replace the resource-based primitive economy by smart economy producing unique knowledge, unique things and technologies, as well as things and technologies being useful for people”. And, only such economy will be the most competitive in creating an absolutely quality of life for people.

OUR PROPOSALS

For accelerated formation of the new and at the same time former model of life organization, it appears rational:

- within the shortest period of time to accomplish modernization of Russia and any country of the world through transition to the model of life organization for the state, business, society and each specific human individual with due conciliation of their interests in the real time by systemic application of advanced technologies of the 21st century. As the major precondition for realization of this task, national leaders must have political will to form such level at the municipal, regional and federal level;
- within the shortest periods of time to draw the “Comprehensive Target Program for Formation of the New Life-Organization Model” and to realize the latter at each local level;
- for elaboration of such “Comprehensive Target Program”, it would be advisable to establish, within the Russian Academy of Sciences, Russian Academy of Natural Sciences and academic communities of concerned countries, an inter-academy and inter- institutional cross-disciplinary of academics and practical specialists;
- to provide for participation of all national science towns and innovation towns as well as the entire global intellectual community, unified by network cooperation within Internet in development of the afore-described model with due regard of tax preferences and legal acts. For realization of this program, it is most strongly required to “energy of youth” – that the best young minds of IT-specialists, software and hardware engineers, researchers, inventors, and others. Armed with new knowledge and understanding of the fact that this projects meets their own interests as well as interests of their relatives, friends and whole society, young talents would be able to formulate their demands to the state and business in precise terms and to build the basis for realization of the new sustainable development paradigm;
- to provide for transfer of the new life-organization model throughout the whole territory of Russia and, probably, the entire planet – may be, under the auspices of the United Nations.

As early as in the book “Forecasting the Future: A New Paradigm” the author noted: “The key to the philosophy for building the global society and all its institutions must be served by the following premise: All inhabitants of the Universe share the same origin; all people share the same human nature; all religions share the same divinity, while the entire global community and each human individual share one the same sole objective – to attain the Supreme Reason in their development”. The major task of the UN or any

other institute, established on its basis or within its framework, will be to include a structure that would accumulate all knowledge — from origination of the Humankind through to the current time. From this science-tech data pool, it would be possible to receive any knowledge so that in any corner of the planet technological chains could be built between arising and satisfaction of a specific human need, and thus to provide the growing synchronization of all processes in space and at the same for their reduction in time. The missing knowledge is an order for new R&D, new research, experiments and designs”[2].

Realization of the given project for the entire global world would be a breakthrough to the future, in which the “sustainable and crisis-free development” would at last become a logical and regular reality rather than a beautiful abstract slogan. Such a future can and must be formed right today, here and now, with due regard of each specific individual’s interests as well as interests of the entire global world. For the contemporary generation of people, harmonization and synchronization of human relations in time and space is the only available chance to create a new quality of life for our contemporaries as well as for future generations. The main point is not to lose time again and not to admit a destructive wave of the new crisis!

NOTES:

1. Grinberg R. S. Globalizatsiya, transformatsiua, crisis – chto dalshe? [Globalization, Transformation, Crisis – What’s Next?] Moscow, Magistre Publishers, 2011, p. 9.
2. Prognozirovaniye buduschego: novaya paradigma [Forecasting the Future: A New Paradigm] / Edited by G. G. Fetisov and V. M. Bondarenko. Moscow, “Economika” Publishers, 2008 – 283 p.
3. Toffler E. The Third Wave. — Moscow, АНÒ, 2010. — 784 p.
4. Toyota sozdaet svoyu socialnuyu set [Toyota Creates Its Social Network]. May 30, 2011 / “Nauka yi tehnologii”, <http://vladnews.ru/2011/05/30/44152.html>
5. Perez C. Technologicheskiye revolyutsii i finansovyi kapital [Technological Revolutions and Financial Capital]. Moscow, DELO Publishers, 2011, p. 17.

RESUMO:

O artigo fundamenta a tese de que os contornos do futuro e do presente podem ser tornados visíveis e compreensíveis, aplicando as conclusões do autor - isto é, uma nova metodologia para a cognição de regularidades no desenvolvimento da comunidade humana. Esta metodologia permitiu definir que têm havido e há apenas dois paradigmas do desenvolvimento do sistema humano, no decurso de vários séculos inteiros do desenvolvimento da comunidade humana. Ciclos, crises, caos e todos os fenômenos negativos são nada mais do que produtos naturais do segundo, paradigma indireto do desenvolvimento. O novo modelo de organização da vida em cada nível local é, ao mesmo tempo que o anterior, o primeiro paradigma de desenvolvimento, com base na interligação direta entre a produção e consumo de seres humanos específicos, mas criado para o novo nível de alta tecnologia. Realização prática desse modelo é a única condição possível para a transição para o desenvolvimento sustentável e sem crise.

Palavras Chave: crise sistêmica, desenvolvimento sustentável, nova metodologia de cognição.

Os Efeitos das Variáveis Macroeconômicas nas Exportações Brasileiras

Carlos Alberto Gonçalves da Silva - Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-RJ)
Léo da Rocha Ferreira - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

RESUMO

O principal objetivo deste artigo é avaliar em que medida as exportações agregadas brasileiras respondem a alterações da taxa de câmbio real e da renda mundial no período 1980/2012 (até o primeiro semestre). O modelo de correção de erro estimado mostra que os efeitos de curto prazo das variações de câmbio e renda mundial indicam mudanças nas exportações agregadas brasileiras. Os resultados mostram que as variáveis analisadas são co-integradas. Ainda assim, as elasticidades de longo prazo, câmbio real e renda mundial são menores que a unidade, ou seja, relativamente inelásticas. As variáveis câmbio e renda mundial apresentaram menores coeficientes de ajuste de curto prazo, ou seja, uma baixa velocidade de ajustamento em direção ao equilíbrio de longo prazo de cada variável.

Palavras chaves: exportações brasileiras, co-integração, auto-regressão vetorial, mecanismo de correção de erro

1. INTRODUÇÃO

Em decorrência da crise mundial, iniciada em outubro de 2007, nos Estados Unidos, houve uma redução significativa do crescimento econômico em muitos países, principalmente nos da União Européia e no Japão, desestimulando o comércio exterior e impactando de modo generalizado o balanço de pagamentos e o crescimento econômico de muitos países, inclusive o Brasil nos últimos anos

Na tabela 1, é apresentada a evolução das exportações brasileiras por fator agregado, no período 1980-2011. Desde logo, vale observar que o valor total das exportações brasileiras (a cada ano base dos quinquênios de 1980 a 2005) começa a mudar de patamar, em valor, no ano 2000, quando o País alterou sua política comercial. Nossas exportações crescem e ultrapassam o valor de US\$ 50 bilhões, iniciando uma tendência de forte crescimento. Em 2005, quando nossas exportações anuais totais já somavam

US\$ 118,3 bilhões, seguem uma tendência de expansão e atingem o valor de US\$ 256,0 bilhões em 2011, ou seja, uma variação de 116,4% em apenas seis anos. Esta forte expansão – em valores absolutos – da receita de divisas do País foi influenciada por dois setores: o agronegócio e o setor industrial, com a importante exceção dos valores exportados por todos os setores em 2009.

Na tabela 2, em números relativos, pode-se verificar quão importante foi o desempenho dos produtos básicos em nossa balança comercial, aumentando muito sua participação nas exportações brasileiras. Por outro lado, a participação dos bens manufaturados mostra uma tendência de acentuado declínio anual – em números relativos – de 2005 a 2011. Entre os produtos básicos e do agronegócio, os ganhos de competitividade possibilitaram a abertura de novas frentes de negócios nos mercados internacionais.

Neste estudo, o câmbio é considerado variável importante e essencial para explicar competitividade dos produtos e serviços dos países nos mercados internacionais. E as mudanças na política cambial podem influenciar a geração de rentabilidade do setor exportador. No caso brasileiro, a alteração do regime cambial fixo (controlado) para flutuante, em janeiro de 1999, foi possível observar-se claramente acentuada mudança no comportamento e na tendência das exportações (tabela 1).

Diante da crise financeira mundial do final de 2007, com o início da recessão nos Estados Unidos (EUA), hoje considerada como a segunda grande depressão mundial, poder-se-ia esperar que possíveis oscilações de demanda e preços nos países em crise afetassem o fluxo de comércio internacional e as expectativas racionais.

De fato, esta crise gerou um desaquecimento na demanda mundial, causando uma expectativa de redução no valor das exportações brasileiras em 2009, ocasionando uma queda no superávit da balança comercial. Sendo assim, esta queda poderá ser compensada parcial ou totalmente pelo possível aumento do volume exportado, com a depreciação cambial que pode tornar o produto nacional mais atraente no mercado externo. Contudo, cabe investigar se a depreciação cambial será suficiente para compensar a queda na renda mundial e - assim – possibilitar / favorecer o crescimento do atual nível de nossas exportações.

O principal objetivo do presente trabalho é identificar a influência da taxa de câmbio e da renda mundial sobre o valor das exportações brasileiras no período de 1980 a 2012 (até o primeiro semestre). Buscou-se também

verificar se choques provocados pelo câmbio e a renda mundial representaram oscilações nas exportações brasileiras ao longo do período.

Para identificar e avaliar a relevância das principais variáveis que afetam as exportações brasileiras, utilizou-se o teste de co-integração, bem como o modelo de correção de erro (MCE), tanto de curto como de longo prazo, no sentido de verificar como elas reagem a mudanças na relação de equilíbrio de longo prazo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Figueiredo & Silva (2004), apresentaram os resultados da estimativa da função de exportação brasileira de soja em grãos para o período de 1980 a 2001. O modelo proposto para estimar a função de exportação foi o de correção de erros, que se mostrou bem ajustado às variáveis especificadas, confirmando as relações esperadas para os parâmetros estimados. Assim, as elasticidades obtidas foram altas e significativas, indicando que as exportações reagem às variações no preço externo, preço interno e renda interna. A taxa de câmbio mostrou também elasticidade significativa e positiva. De fato, as desvalorizações no período de câmbio flutuante, incentivaram as exportações de soja em grãos.

Alves & Bacchi (2004) estimaram uma função de oferta de exportação brasileira de açúcar utilizando a metodologia de Auto-Regressão Vetorial (VAR). Os dados utilizados são do período de outubro de 1995 a dezembro de 2002. As propriedades de integração e co-integração das séries utilizadas no modelo foram consideradas na análise. Os resultados mostram que o aumento do preço de exportação e a desvalorização cambial causam significativo aumento das exportações brasileiras. Por outro lado, um aumento da renda interna e do preço doméstico tem reflexos negativos sobre o *quantum* exportado.

Resende & Godoy (2005) estimaram uma função de oferta das exportações brasileiras utilizando a metodologia de autoregressão vetorial (VAR), compreendendo o período entre janeiro de 1968 e dezembro de 2002. O estudo avalia os efeitos da renda mundial, do câmbio real e do produto interno bruto real brasileiro sobre as exportações brasileiras (*quantum* exportado). Os coeficientes obtidos a longo prazo foram significativos ao nível de 5%, exceto o coeficiente da variável câmbio. O coeficiente da renda mundial foi estimado em 0,78, ou seja, um aumento de 10% na renda mundial pode gerar um crescimento de 7,8% do *quantum* exportado.

O coeficiente referente a variável câmbio real apresentou-se baixo e com o sinal esperado. A análise de curto prazo mostrou que os desequilíbrios foram corrigidos de forma relativamente rápida $-0,49$. Este coeficiente indicava que os agentes compensavam em média 49% do desequilíbrio do período anterior.

O impacto da mudança do regime cambial, de janeiro de 1999, e as transformações decorrentes experimentadas pelo setor agrícola brasileiro foi avaliado por Ferreira, Silva & Araújo (2006). Especificamente, o estudo teve por objetivo analisar o desempenho da balança comercial brasileira em relação ao produto interno bruto ou produto agropecuário, à renda mundial e à taxa de câmbio real no período 1980-2006 (até o 1º trimestre). As principais conclusões mostraram que a política de bandas cambiais, no primeiro quinquênio do Plano Real, exerceu influência negativa nas exportações e favoreceu as importações. A partir da liberação cambial de 1999 as indicações de reversão deste cenário foram positivas, embora as estimativas não sejam estatisticamente significativas.

Silva (2009) em seu estudo avalia em que medida as exportações brasileiras respondem às alterações da taxa de câmbio real e do produto interno bruto canadense no período 1981/2008. A metodologia adotada foi a de auto-regressão vetorial (VAR) desenvolvida por Johansen e Juselius (1990). A utilização dessa metodologia possibilitou a obtenção de elasticidades dos impactos para n períodos à frente. Em termos gerais, o modelo de correção de erro estimado mostrou que os efeitos de curto prazo das variações das variáveis explicativas indicavam mudanças nas exportações brasileiras para o Canadá. Embora este estudo fosse algo exploratório, seus resultados mostraram que as variáveis eram co-integradas. As elasticidades de longo prazo, câmbio real e produto interno bruto canadense eram maiores que a unidade, ou seja, relativamente elásticas. A elasticidade câmbio estimada indicava que, mantida a variável produto interno bruto canadense constante, o aumento de 1% no câmbio, induzia uma elevação de 1,6096% nas exportações brasileiras. O comportamento do produto interno bruto canadense também se revelou importante na determinação das exportações dos produtos brasileiros: um aumento de 1% no PIB canadense proporcionaria uma elevação de 1,4338% nas exportações brasileiras. A análise de curto prazo revelou que os desequilíbrios são corrigidos lentamente. Isto significaria que câmbio e produto interno bruto canadense apresentariam menores coeficientes de ajuste de curto prazo, ou seja, uma baixa velocidade de ajustamento em direção ao equilíbrio de longo prazo de cada variável.

Monte e Brasil (2009) aplicaram o teste de co-integração e o método de correção de erros, no sentido de identificar os principais determinantes das exportações de café do Estado do Espírito Santo. Utilizaram como variáveis relevantes para as exportações de café: a taxa de câmbio real, o preço do café Canilon, o preço interno, a produção do café do Espírito Santo, a produção do café mundial e o estoque de café do Brasil. O período analisado foi janeiro de 1995 a junho de 2006. Todos os parâmetros estimados das variáveis explicativas mostraram-se significativos ao nível de 1%. A variável taxa de câmbio real foi a mais importante da determinação das exportações de café. A elasticidade câmbio estimada indicava que, mantidas constantes as demais variáveis, o aumento de 1% no câmbio, resultaria numa variação de 6,24% nas exportações de café. O coeficiente do termo de correção de erro de -0,7444, indica que os desequilíbrios de curto prazo nas exportações do café do Espírito Santo, foram corrigidos a uma velocidade de 74,44%, ou seja, ajustamento rápido em direção ao equilíbrio de longo prazo.

Santos, Figueiredo e Oliveira (2010) utilizaram o modelo de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), através do qual estimaram as elasticidades de exportação em função da renda mundial, taxa de câmbio, preço externo e preço interno. Os resultados mostraram que as exportações brasileiras foram significativamente influenciadas pela taxa de câmbio e pela renda mundial no período de 1995 a 2009

3. METODOLOGIA E FONTE DE DADOS

3.1 METODOLOGIA

A análise econométrica utilizada, para avaliar a existência e a intensidade do efeito da renda mundial e da taxa de câmbio sobre as exportações brasileiras foi feita com base no Modelo de Auto-Regressão Vetorial (VAR). O Modelo VAR pode ser expresso da seguinte maneira:

$$X_t = A_0 + A_1 X_{t-1} + \dots + A_p X_{t-p} + B_0 Z_t + B_1 Z_{t-1} + \dots + B_p Z_{t-p} + e_t \quad (1)$$

onde:

A_0 = Vetor de termos interceptados $n \times 1$;

A_1, \dots, A_p = $n \times n$ matrizes de coeficientes que relacionam valores defasados das variáveis endógenas aos valores correntes de tais variáveis;

B_0, \dots, B_p = $n \times m$ matrizes de coeficientes que relatam valores atuais

e defasados de variáveis exógenas para valores correntes de variáveis endógenas;

\mathbf{e}_t = Vetor $n \times 1$ de termos de erros

Cada uma das variáveis X e Z é explicada por seus valores defasados.

Para selecionar o melhor Modelo VAR, tem-se como base os Critérios de Informação de Schwarz (SIC) e de Akaike (AIC), os quais são importantes para determinar o número de defasagens a incluir no modelo VAR, já que leva em consideração a soma dos quadrados dos resíduos, o número de observações e o de estimadores do parâmetro. Assim, quanto menores os valores, melhor será o modelo.

Assim sendo, para testar a estacionariedade das séries, utiliza-se o teste ADF (Dickey – Fuller Aumentado) (1979 e 1981), no sentido de verificar a ordem de integração das variáveis de interesse, ou seja, é preciso verificar a existência ou não de raízes unitárias nas séries temporais. O teste de Dickey-Fuller Aumentado (ADF) utilizado em sua forma completa, com os componentes intercepto e tendência, é representado por:

$$\Delta Y_t = \alpha + \beta t + \gamma Y_{t-1} + \sum_{i=1}^{p-1} \delta_i \Delta Y_{t-1} + \varepsilon_t \quad (2)$$

Em que Δ é o operador de primeira diferença ($\Delta Y_t = Y_t - Y_{t-1}$); α , termo de intercepto; t , tendência; $\delta (= \rho - 1)$, coeficiente de teste da presença ou ausência de raiz unitária; ΔY_{t-1} , própria variável dependente, diferenciada e defasada, cujo objetivo é eliminar a possibilidade de presença de autocorrelação dos resíduos; e ε_t , estrutura de erros, que se pressupõe ter média zero, variância constante e ausência de autocorrelação. As hipóteses nula e alternativa a serem testadas são, respectivamente, $H_0: \gamma = 0$ e $H_1: \gamma < 0$. Se o valor da estatística ADF for maior que o valor crítico, rejeita-se a hipótese de que a série temporal seja não estacionária.

Com base no teste de ADF, pode-se identificar a ordem de integração de determinada série, ou seja, qual é a ordem de diferenciação que torna a série estacionária ($I(1)$ indica que a série é estacionária na primeira diferença).

A etapa seguinte será testar a existência de co-integração entre as variáveis analisadas no presente estudo. Portanto, para verificar a existência de co-integração entre um conjunto de variáveis econômicas utiliza-se o método

de Johansen & Juselius (1990). Este método se baseia na seguinte versão modificada de um modelo (VAR):

$$\Delta y_t = \Gamma_1 \Delta y_{t-1} + \dots + \Gamma_{p-1} \Delta y_{t-p+1} + \Pi y_{t-1} + \varphi d_t + \mu + \varepsilon_t \quad (3)$$

onde:

y_t = Vetor com k variáveis;

ε_t = Erro aleatório;

d_t = Vetor de variáveis binárias para captar a variação estacional.

Sendo r o posto da matriz Π , então Π tem r raízes características (*eigenvalues*) ou autovalores estatisticamente diferentes de zero. Existem três situações que podem ocorrer: (a) se $r = k$, então y_t é estacionário e a questão de co-integração não será pertinente; (b) se $r = 0$, então Δy_t é estacionário e não haverá relação de co-integração entre as variáveis; e, (c) se $0 < r < k$, haverá r relações de co-integração que fornecerão r vetores de co-integração, ou seja, existem matrizes α e β de dimensão $k \times r$, tais que $\alpha\beta'$ = e o vetor μ é estacionário. Sendo que φ representa a velocidade de ajustamento dos parâmetros da matriz no curto prazo, enquanto Π é uma matriz de coeficientes de co-integração de longo prazo, e Γ matrizes de coeficientes que definem a dinâmica de curto prazo.

Assim sendo, para testar a co-integração das séries temporais, são utilizados os testes das estatística do traço (λ_{trace}) e, o de máximo autovalor (λ_{max}).

O teste traço é dado por: $\lambda_{trace} = -T \sum_{i=r+1}^n \ln(1 - \lambda_i)$. As hipóteses são formuladas para verificar a existência do número de (r) vetores co-integrados, ou seja, $H_0: r_0 \leq r$ (nula) e $H_1: r_0 > r$ (alternativa).

O teste de máximo autovalor é dado por: $\lambda_{max} = -T \ln(1 - \lambda_{r+1})$. As hipóteses são formuladas para verificar o número exato de vetores de co-integração, ou seja, $H_0: r_0 = r$ (nula) e $H_1: r+1$ (alternativa).

Os λ_i são os valores estimados das raízes características obtidas da matriz Π estimada e T é o número de observações. Se os valores calculados de λ_{trace} e λ_{max} são superiores aos valores críticos, então se rejeita a hipótese nula de não co-integração.

Os procedimentos descritos até aqui são úteis para determinar a relação de equilíbrio de longo prazo entre as variáveis. Assim sendo, Engle e Granger (1987) demonstraram que, mesmo apresentando uma relação de equilíbrio de longo prazo entre as variáveis não estacionárias (em nível), é

possível que ocorra desequilíbrio no curto prazo, ou seja, a dinâmica de curto prazo é influenciada pela magnitude do desvio em relação ao equilíbrio de longo prazo. O mecanismo que conduz as variáveis para o equilíbrio é conhecido como Modelo de Correção de Erro (MCE), pois por meio do MCE, é possível determinar a velocidade com que os desequilíbrios no curto prazo são eliminados.

Para avaliar o impacto das mudanças da taxa de câmbio real efetiva e da renda mundial nas exportações brasileiras, foi utilizado o teste de causalidade de Granger (Granger, 1969). De acordo com esse conceito, se Y_t causar X_t , a previsão do valor presente de X_t será superior ao usar os valores passados de Y_t , em relação à possibilidade de não ser utilizada tal informação. A aplicação desse conceito de Granger foi feita por meio de um teste de significância de parâmetros, o qual exprime a influência das variáveis passadas sobre os valores atuais das variáveis testadas (Enders, 1995).

Foi utilizado o software EVIEWS 7.0 para a realização dos testes de raiz unitária, co-integração, estimativa do Modelo VAR e causalidade de Granger.

3.2 MODELO ECONÔMICO

Para os objetivos deste estudo, é adotada, inicialmente, a seguinte função das exportações brasileiras:

$$EX_t = Const. RM_t^\alpha \cdot CB_t^\beta \varepsilon_t \quad (4)$$

onde, EX é o valor trimestral das exportações brasileiras, em US\$-FOB; CB é a taxa de câmbio real efetiva trimestral (em número-índice, 2006=100); RM cuja variável "proxy" utilizada foi o valor das importações mundiais trimestral (em número-índice, 2006=100). Os termos α e β representam as respectivas elasticidades, e ε_t é o erro aleatório ou perturbação estocástica.

Os sinais esperados para os testes empíricos são:

$$\frac{\partial EX}{\partial RM} > 0 \quad \frac{\partial EX}{\partial CB} > 0$$

As variações da renda mundial e do câmbio afetam positivamente as exportações brasileiras. Para racionalizar a estimação, utilizou-se um modelo log-linear, para o qual é necessário extrair o logaritmo das variáveis com

um componente estocástico (ε_t). Assim, tem-se a seguinte função:

$$LEX = Const + \alpha LRM + \beta LCB + \varepsilon_t \quad (5)$$

em que LEX é o logaritmo do valor das exportações brasileiras; LRM é o logaritmo da renda mundial; e LCB é o logaritmo da taxa de câmbio.

3.3 FONTES DE DADOS

Visando captar os efeitos da renda mundial e da taxa de câmbio real sobre as exportações brasileiras, o modelo foi estimado com dados trimestrais que compreendem o período de janeiro de 1980 a junho de 2012, o que gera 130 observações.

Os dados utilizados neste trabalho relativos ao valor das exportações brasileiras em dólares americanos, foram extraídos da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC- Secex) e deflacionados pelo IPA- índice de preços por atacado dos EUA, divulgados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI-IFS), a preços constantes de dezembro de 2006. (<http://www.aliceweb.gov.br>)

O índice da taxa de câmbio real foi obtido do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, considerando como data base dezembro de 2006. (www.ipeadata.gov.br)

As importações mundiais são neste estudo, uma *Proxy* da renda mundial, onde seus valores foram deflacionados e transformados em índice com base em dezembro de 2006; e, obtidos do IPEADATA (www.ipeadata.gov.br).

De modo a reduzir a variância, foi utilizado, como usual, o logaritmo das variáveis, conforme será apresentado na Figura 1.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para iniciar os testes de co-integração entre as variáveis estudadas (exportações brasileiras, renda mundial e taxa de câmbio real) deve-se primeiramente testar a estacionariedade dos dados através do teste Dickey-Fuller Aumentado (ADF) com constante e com tendência.

Os resultados apresentados na Tabela 3 indicam que, para as séries em nível, não se pode rejeitar a presença de raiz unitária ao nível de significância de 5%. Portanto, todas as séries possuem raiz unitária e são não-estacionárias,

ou seja, não são integradas de ordem zero $I(0)$. Os testes realizados para as séries em primeira diferença indicaram que, ao nível de significância de 5%, pode-se rejeitar a presença de raiz unitária. Assim, todas as séries em diferença têm a mesma ordem de integração $I(1)$.

O próximo passo foi determinar o número de defasagens (p) do Modelo VAR com base nos critérios de informação de Akaike (AIC), Schwarz (SIC) e HQ (Hannan-Quinn). O Modelo VAR foi ajustado assumindo-se cinco defasagens para as variáveis em primeira diferença. Os resultados estão apresentados na Tabela 4.

Para determinar o número de vetores de co-integração, foram utilizados os testes do traço - comumente indicado por λ e o de máximo autovalor (*eigenvalue*) - indicado por λ_{max} . Os resultados desses testes são apresentados nas Tabelas 5 e 6; e, ambos sugerem a existência de três vetores de co-integração. Ressalta-se que o valor crítico adotado foi ao nível de 5% de significância.

Com base na função de longo prazo, os sinais de todos os parâmetros da equação são satisfatórios e coerentes os esperados pelo modelo teórico. Os resultados mostram que os coeficientes estimados são significativos a 5%; e assim rejeitar a hipótese nula de que os coeficientes são iguais a zero. (Tabela 7)

A elasticidade câmbio estimada indica que, mantida a variável renda mundial constante, o aumento de 1% no câmbio, induz uma elevação de quase 0,4% nas exportações brasileiras. Pode-se afirmar, neste caso, que o coeficiente do valor das exportações brasileiras em relação ao câmbio é inelástico no longo prazo.

Por seu turno, a elasticidade renda mundial é igual a 0,6077, o que sugere que mantida a variável câmbio constante, um aumento de 1% na renda mundial poderá aumentar o valor exportado pelo País em cerca de 0,6% no longo prazo.

Os valores dos coeficientes estimados, de curto prazo, mostram as velocidades de ajustamento das respectivas variáveis em direção ao equilíbrio de longo prazo. Mais especificamente, diante de um desequilíbrio transitório (de curto prazo), um elevado valor para α indica que a velocidade de ajuste é rápida em direção ao equilíbrio de longo prazo. Portanto, um valor pequeno de α mostra que a velocidade é baixa e, conseqüentemente, a passagem de uma situação de desequilíbrio de curto prazo para uma situação de equilíbrio de longo prazo tenderá a ser corrigida lentamente.

No curto prazo, o coeficiente da variável “exportações brasileiras (LEX)” registrou um valor igual 0,0584. Assim, os desequilíbrios transitórios para

essa variável são corrigidos a uma velocidade de 5,84%, ou seja, a variável taxa de câmbio mostrou ser um determinante de suma importância nas exportações brasileiras. Este resultado é condizente com os estudos desenvolvidos por Silva (2009), Figueiredo e Silva (2004), Monte e Brasil (2009) e Santos, Figueiredo e Oliveira (2010)

Na tabela 8, são apresentados os testes de causalidade de Granger para verificar o grau de relacionamento entre as variáveis em primeira diferença e o número de defasagens de cinco períodos. Partindo-se da hipótese nula de que não há causalidade entre as variáveis taxa de câmbio (CB), renda mundial (RM) e as exportações brasileiras (EX), os resultados apresentados mostram que as exportações brasileiras não afetam o comportamento da renda mundial e da taxa de câmbio, comprovados através dos resultados do p-valor, de que não rejeitam a hipótese nula a um nível de significância de 5%. Por outro lado, a renda mundial e a taxa de câmbio influenciam o comportamento das exportações brasileiras, ou seja, RM e CB - "causa no sentido granger". Assim sendo, rejeita-se a hipótese nula de que RM e CB não afetam EX ao nível de significância de 5%. O sentido de causalidade é unidirecional. Mostra que quanto a taxa de câmbio real se desvaloriza, as exportações brasileiras tornam-se mais competitivas, resultando em significativo aumento.

5. CONCLUSÕES

Os efeitos de curto e longo prazo das flutuações da renda mundial e da taxa de câmbio real efetiva sobre o valor das exportações brasileiras, durante o período 1980 a 2012 (até o primeiro semestre) são relevantes e coerentes com os fundamentos da teoria econômica e do comércio internacional.

O coeficiente de elasticidade do valor das exportações brasileiras em relação ao câmbio é inelástico no longo prazo, ou seja, 0,3946. O coeficiente de elasticidade das exportações em relação à renda mundial – igual a 0,6077 – é de maior magnitude e também inelástico. Esses valores indicam que, mantida constante a renda mundial, uma variação de 10% na taxa de câmbio poderá aumentar em cerca de 4% o valor das exportações brasileiras. Por seu turno, com o câmbio constante, um aumento de 10% na renda mundial poderá aumentar o valor exportado em cerca de 6% no longo prazo.

A análise de curto prazo revelou que o câmbio e a renda mundial apresentaram menores coeficientes de ajuste de curto prazo, ou seja, uma

baixa velocidade de ajustamento em direção ao equilíbrio de longo prazo de cada variável.

Nossa conclusão mais abrangente é que – no período analisado – as exportações brasileiras responderam bem a variações no câmbio e na renda mundial. Entretanto, deve-se enfatizar que a renda mundial é uma variável exógena em termos de políticas econômicas domésticas, ou seja, as autoridades econômicas brasileiras não podem influenciar diretamente o comportamento da renda mundial. Além do fato concreto de estarem muitos países do mundo passando por sérias dificuldades em termos de crescimento econômico e bem estar social. Resta-nos, pois, atuar na política cambial/comercial, bem como em outras políticas macroeconômicas, com o objetivo de aumentar a competitividade de nossas exportações. Entre elas, por exemplo, uma reforma da política fiscal e uma política de investimentos em infraestrutura e capital humano.

REFERÊNCIAS

- Alves, L. R. A. & Bacchi, M. R. P.(2004), “Oferta de exportação de açúcar do Brasil”. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, vol. 42, nº 1. Jan/Março , Brasília.
- Barros, G.S. C., Bacchi, M. R. P. & Burnquist, H. L, (2002). “Estimação de equações de oferta de exportação de produtos agropecuários para o Brasil (1992/2000). Brasília. IPEA, março (Texto para discussão nº 865).
- Dickey, D. A. & Fuller, W. A.(1981), “Likelihood ratio statistics for autoregressive time series with unit root”. *Econometrica*, 49(4): 1057-1072, Julho.
- Enders, W. (1995) *Applied econometric time series*. Nova Iorque: John Wiley.
- Engle, R. F. & Granger, C.W.J. (1987), “Co-integration and error-correction: representation, estimation, and testing”. *Econometrica*. 55(2): 251-276, março.
- Ferreira, L. R., Silva, C. A. G. & Araujo, P. F. C. (2006), “A mudança do regime cambial e o seu impacto na balança comercial brasileira”. *Revista de Economia e Agronegócio*. 4(2): 123-145, abril / junho.
- Figueiredo, A. M., Silva. T. A.(2004) “Exportação brasileira de soja em grãos: evolução e considerações sobre seus determinantes para o período de 1980–2001” . *Revista de Administração da UFPA*. Vol. 6, n.1, janeiro/junho.
- Granger, C. W. J. “Investigating causal relations by econometric models and cross spectral methods” *Econometrica*, v. 37, n. 3, p. 424-438, jul. 1969.

- INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA – IEA. **Banco de Dados.** Disponível em IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **IPEADATA.** Disponível em: www.ipeadata.gov.br. Acesso: 18 de janeiro de 2012.
- Johansen, S. & Juselius, K. (1990), “Maximum likelihood estimation and inference on co integration with applications to the demand for money”. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, v. 52, n. 2, p. 169-210.
- Monte, E. Z. & Brasil, G. H. (2009), “Condicionantes das exportações de café do Espírito Santo”. *Revista de Política Agrícola*, Ano XVIII – n.2 – Abril-Maio-Junho.
- Resende, M. F. C. & Godoy, N. R. D. (2005) “Liquidez internacional e exportações brasileiras”. Brasília. IPEA, fevereiro, (Texto para discussão nº 247).
- SECEX/MICT. Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. **Disponível através do sistema ALICE** (Análise das Informações de Comércio Exterior): <<http://www.aliceweb.gov.br>>. Acesso : 20 de janeiro de 2012.
- Santos, R. P., Figueiredo, A.M., Oliveira, M.A.S. *Depreciação Cambial e Expansão das Exportações Brasileiras*. 48 Congresso da SOBER, Campo Grande –MS, 2010.
- Silva, C. A. G. “As Exportações Brasileiras para o Canadá: Uma aplicação Empírica”. *In: X Congresso Internacional da ABECAN e III Congresso Latino Americano de Estudos Canadenses*. 2009. Salvador (BA). Anais. ABECAN. 2009.
- Sims, C. A. “Macroeconomics and reality”. *Econometrica*, v. 48, p. 1-48, Janeiro 1980.

TABELA 1 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO EM US\$ MILHÕES FOB, 1980-2011

Ano	Básicos	Semi-Manufaturados	Manufaturados	Outros	Total
1980	8.488	2.349	9.028	267	20.132
1985	8.538	2.758	14.063	280	25.639
1990	8.746	5.108	17.011	549	31.414
1995	10.969	9.146	25.565	826	46.506
2000	12.562	8.499	32.528	1.497	55.086
2005	34.721	15.961	65.144	2.482	118.308
2006	40.285	19.523	75.018	2.981	137.807
2007	51.596	21.800	83.943	3.310	160.649
2008	73.028	27.073	92.682	5.159	197.942
2009	61.957	20.499	67.349	3.190	152.995
2010	90.005	28.207	79.563	4.140	201.915
2011	122.457	36.026	92.929	4.628	256.040

Fonte: MDIC/SECEX

TABELA 2 – COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (%), 1980 - 2011

Ano	Básicos	Semi-manufaturados	Manufaturados	Outros	Total
1980	42,16	11,67	44,84	1,33	100,00
1985	34,11	19,92	54,85	2,14	100,00
1990	27,84	16,26	54,15	1,75	100,00
1995	23,59	19,67	54,97	1,77	100,00
2000	22,80	15,43	59,05	2,72	100,00
2005	29,35	13,49	55,06	2,10	100,00
2006	29,23	14,17	54,44	2,16	100,00
2007	32,12	13,57	52,25	2,06	100,00
2008	36,89	13,68	46,82	2,61	100,00
2009	40,50	13,40	44,00	2,10	100,00
2010	44,57	13,97	39,40	2,06	100,00
2011	47,83	14,07	36,29	1,81	100,00

Fonte: Dados básicos da Tabela 1.

TABELA 3 – TESTE DE RAIZ UNITÁRIA (ADF) : CONSTANTE E TENDÊNCIA

Variables	Defasagens	Teste ADF	Valor crítico (5%)	Séries
LEX (exportações brasileiras)	5	- 1.9169	- 3.4465	em nível
LRM (renda mundial)	2	- 1.7883	- 3.4456	em nível
LCB (taxa de câmbio)	1	- 1.7195	- 3.4453	em nível
D(LEX) (exportações brasileiras)	4	- 6.1511	- 3.4465	1ª diferença
D(LRM) (renda mundial)	1	- 8.7585	- 3.4456	1ª diferença
D(LCB) (taxa de câmbio)	0	- 8.4024	- 3.4453	1ª diferença

Nota: A letra D no início das variáveis refere-se à primeira diferença.

TABELA 4 – NÚMERO DE DEFASAGENS DO MODELO VAR

Defasagens	LogL	AIC	SC	HQ
0	63.89720	-0.9983	-0.9294	-0.9703
1	530.4828	-8.4992	-8.2239	-8.3877
2	549.2796	-8.6603	-8.1777	-8.4643
3	581.4813	-9.0407	-8.3512*	-8.7606
4	593.9694	-9.0979	-8.2015	-8.7338
5	617.5904	-9.3375*	-8.2344	-8.8894*
6	621.6532	-9.2566	-7.9465	-8.7245
7	623.3922	-9.1376	-7.6206	-8.5214
8	630.6002	-9.1082	-7.3844	-8.4080

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota:* Valores que indicam o número de defasagens necessárias por critério.

TABELA 5 – DETERMINAÇÃO DO NÚMERO DE VETORES DE CO-INTEGRAÇÃO. TESTE DE JOHANSEN-JESELIUS: TESTE DE TRAÇO

Hipótese nula H_0	Hipótese alternativa H_1	Estatística de teste <i>trace</i>	Valor crítico (5%)	Conclusão H_0
$R = 0$	$R \leq 0$	67.9673	29.7971	Rejeita
$R \leq 1$	$R \leq 1$	39.3912	15.4947	Rejeita
$R \leq 2$	$R \leq 2$	14.3369	3.8415	Rejeita

TABELA 6 – TESTE DO MÁXIMO AUTOVALOR

Hipótese Nula H_0	Hipótese alternativa H_1	Estatística de teste Máximo autovalor	Valor crítico (5%)	Conclusão H_0
$R = 0$	$R = 1$	28.5761	21.1316	Rejeita
$R = 1$	$R = 2$	25.0543	14.2646	Rejeita
$R = 2$	$R = 3$	14.3369	3.8415	Rejeita

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 7 – ESTIMATIVA DOS COEFICIENTES DE CURTO E LONGO PRAZO DA ANÁLISE DE CO-INTEGRAÇÃO

Variável	Coeficiente de curto prazo (α)			Coeficiente de longo prazo (β)		
EX (exportações brasileiras)	-0.0584	(0.0098)	[-5.9767]	1.0000	-	-
RM (renda mundial)	0.0312	(0.0051)	[6.1417]	0.6077	(0.2495)	[2.4355]
CB (taxa de câmbio)	0.0334	(0.0054)	[6.1372]	0.3946	(0.1061)	[3.7189]

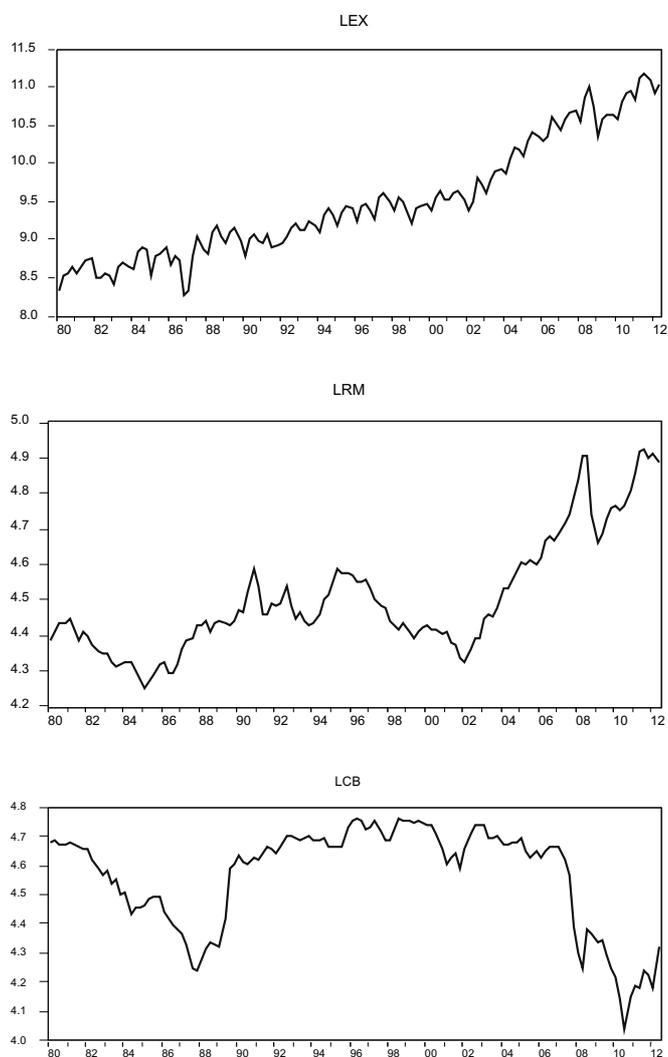
Fonte: Resultados do EViews 7.0.

Nota: (desvio padrão) e [estatística t].

TABELA 8 - TESTE DE CAUSALIDADE DE GRANGER

Relações de causalidade	Estatística F	Probabilidade	Decisão (Ho)
RM não Granger causa EX	4,8730	0,0005	Rejeita
EX não Granger causa RM	1,3538	0,2476	Aceita
CB não Granger causa EX	2,6231	0,0280	Rejeita
EX não Granger causa CB	0,6687	0,6480	Aceita

FIGURA 1 - SÉRIES DO LOGARITMO DO VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (LEX), RENDA MUNDIAL (LRM) E TAXA DE CÂMBIO (LCB) (PRAZO TRIMESTRAL)



ABSTRACT

The major objective of this article is to analyze how the Brazilian exports aggregate respond to changes in the real exchange rate and world income during the 1980/2012 (first half). The estimated error correction model used in the analysis shows that the short run effects of the exchange rate and world income variations results in changes in exports. The results show that the variables analyzed are co-integrated. However, the long run elasticities, the real exchange rate and the world income are lower than one, i.e., relatively inelastic. The exchange rate and world income variables presents lower short run adjusted coefficients, i.e., a slow adjustment in the direction of the long run equilibrium of each variable.

Key Words: exports Brazilian, co-integration, auto-regression vector, error correction mechanism

O Uso da Discriminação na Construção do Poder Militar na América Latina: O Caso Brasileiro de Excluídos da História (1937-1945)

Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues¹

RESUMO

Este artigo teve por objetivo analisar os casos relacionados à discriminação no Exército brasileiro durante o Estado Novo, a partir da análise de informações coletadas dos processos individuais dos candidatos a seleção para a Escola Militar. Nesse estudo constituem as instituições militares latino-americanas setores profissionais do aparelho do Estado que possuem valores e interesses próprios, forjados a partir da implantação de um ensino profissional, um dos componentes para formar o Poder Militar. O recorte temporal escolhido teve por objetivo comprovar a discriminação observada na documentação produzida pela Instituição no período.

PALAVRA-CHAVE: Exclusão, Poder Militar, Estado Novo.

A abordagem empreendida neste artigo busca revelar alguns aspectos do processo de modernização profissional do Exército brasileiro na primeira metade do século XX, como parte do processo de construção do Poder Militar em países da América Latina. O enfoque da pesquisa se situa na área da História das Instituições de Ensino Superior Militar na medida em que indaga sobre a influência da constante reorganização do modelo de ensino adotado nas Escolas de Formação de Oficiais. A reforma dos regulamentos e das normas internas que regem a Força Terrestre é uma medida que vai moldando os militares como atores políticos e visa, sobretudo, a consolidação da instituição e do regime republicano. Como indagava Alain Rouquié, no livro *O Estado Militar na América Latina: Constituem as forças armadas latino-americanas setores profissionais do aparelho do Estado que possuem valores e interesses próprios, além de formas de funcionamento particulares e que, por conseguinte, pertencem mais ao Estado do que à sociedade?* (ROUQUIÉ, 1984, p. XXV)

As mudanças no sistema de educação do Exército devem ser contextualizadas de acordo com os momentos históricos e políticos que o Estado brasileiro atravessava durante a primeira metade do século XX. Vale lembrar que, nesse período, há a questão do movimento comunista, que, de certa forma, interferiu na construção do Estado autoritário de Vargas ao longo dos anos de 1930.

Para fundamentar esta pesquisa, fez-se necessário adotar um procedimento empírico cujo levantamento documental privilegiou diversas fontes, a saber: processos individuais para o ingresso na Escola Militar, regulamentos que organizaram o funcionamento do ensino militar, documentos internos Institucionais, acervos pessoais, artigos de revistas militares, livros e artigos de memória da Instituição. A análise do *corpus* documental permitiu identificar que os modelos de ensino e as reivindicações de militares nas mudanças dos regulamentos estavam em consonância com cada momento histórico vivido.

Uma das relevâncias deste estudo consiste na contribuição historiográfica mais detalhada e inovadora ao apresentar questões discriminatórias fundamentadas na análise do acesso às Escolas de Formação de Oficiais, no contexto do Exército brasileiro durante o Estado Novo, contribuindo para compreensão da formação social do Brasil. Por si só, o tema relacionado ao racismo e ao anti-semitismo não é inédito. O ineditismo encontra-se na articulação do pensamento político de formação de uma elite militar em um Instituto de Ensino Superior da Instituição e nos tipos de discriminação que foram detectados ao se analisar o acesso dos candidatos, buscando compreender as relações com a sociedade brasileira, e entender melhor a cultura corporativa dentro da Instituição Militar.

Com relação à discussão bibliográfica, analisei, principalmente, a historiografia que aborda a questão da construção de uma elite política, como foi o caso das obras de José Murilo de Carvalho e Alfred Stepan, e a historiografia que trata da construção de uma elite profissional, nesse outro caso, com as obras de Jehovah Motta e Samuel P. Huntington. Para a análise do Estado Novo e a política discriminatória, discuti obras de autores como Maria Luiza Tucci Carneiro, pertencente a um grupo de intelectuais mais atualizados que abordam o tema de maneira a discutir a existência de uma política discriminatória durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e Azevedo Amaral, de um grupo de intelectuais, dos anos 1930 e 1940, que justificam a existência das políticas discriminatórias dentro de um Estado autoritário. Por fim, fiz uma discussão mais aprofundada da obra *O Estado Militar na América Latina*, de Alain Rouquié, que realiza uma análise comparativa sobre os militares e o poder nos países latinos da América.

Para a discussão sobre a formação do oficial do Exército brasileiro, no contexto da formação de uma elite profissional, me apoiei na obra de José Murilo de Carvalho, *Forças Armadas e Política, 1930-1945*, que analisou a

participação dessa instituição militar na política do período em que Getúlio Vargas esteve presente no cenário do poder nacional, como chefe do governo provisório, após a Revolução de 1930, até tornar-se presidente do regime autoritário, que só retornaria à rota de uma democracia liberal em 1945.

Conforme Carvalho, após a Revolução de 1930, o Exército emergiu como uma organização fragmentada que consolidará seu poder – no contexto de conflitos internos e externos à força – com um golpe, o de 1937, ou, mais precisamente com a derrota do integralismo, em 1938. Essa consolidação será conseguida em meio às mudanças na estrutura interna da organização militar, nas relações da organização entre o Estado e a sociedade, e na sociedade em geral.

Após essa discussão inicial, percebi que a maior parte da literatura sobre a ação dos militares na política procura discutir o processo intervencionista, buscando aprofundar este conhecimento através de estudos da história da Instituição dentro de um contexto mais amplo da história do Estado e do mundo, mas principalmente vai buscar esse entendimento na formação dos oficiais, como foi o caso de José Murilo de Carvalho (2005), de Jehovah Motta (1998), e de Celso Castro (1990), que realiza um estudo antropológico na Academia Militar das Agulhas Negras com o objetivo de captar a visão de mundo e a escala de valores características do espaço militar através do exame do processo de socialização de seus alunos (cadetes).

Percebo, em todas as discussões bibliográficas realizadas, a falta de uma análise mais profunda da documentação interna do Ministério da Guerra, do Estado Maior do Exército (principalmente as que não foram ainda utilizadas, por serem documentos secretos, confidenciais e sigilosos) e das Escolas de Formação de Oficiais do Exército como espaço de formação de uma elite profissional que utilizou padrões de discriminação para o ingresso nesse estabelecimento de ensino no período de 1937 a 1945, articulando principalmente burocracia e educação militar (requerimentos para ingresso na escola, registros internos, currículos, e outros) a uma política nacional, de forma que se possa construir melhor a história da formação de um grupo elitista institucional dentro de um Estado intervencionista, que utilizou tanto propostas político-ideológicas quanto propostas racistas e anti-semitas.

Logo, a originalidade deste trabalho está no fato de que a maioria dos autores que selecionei para apoio utiliza como fonte documental alguns processos de matrícula dos alunos para escolas militares (como foi o caso

de Stepan) ou as próprias atividades dos alunos nessas escolas (como foi o caso de Celso Castro) e deixa de analisar principalmente os processos daqueles que foram impedidos de entrar na escola, conforme constatei nos processos individuais de candidatos para ingresso na EMR no período de 1938 a 1942 e nos documentos trocados entre o Ministro da Guerra, o Estado Maior do Exército e os Comandantes da Escola Militar.

No período de 1930 a 1945, junto à seleção dos oficiais observei o esforço institucional na formação de uma elite militar no Exército Brasileiro, no contexto das tensões estabelecidas pela construção histórica das relações políticas, sociais e culturais na Escola Militar. Nesse momento, é possível detectar padrões de discriminação no momento em que era feita a seleção para o ingresso na Escola. Observei que, a partir de 1931, foram implantados, na Escola, instrumentos para dificultar ou mesmo impedir a entrada, num primeiro momento, de candidatos indiferentes ao novo modelo exigido para ser oficial do Exército Brasileiro, ou seja, candidatos que fossem indisciplinados e associados à política; e, num segundo momento, depois das mudanças executadas pelo Coronel José Pessoa, de grupos considerados subversivos ou inferiores racialmente para a formação de uma nova elite militar.

Entre 1937 e 1945, o Estado brasileiro tornou-se autoritário de fato, eliminando o sistema federalista e o regime liberal-democrático, consolidando o ideal de um Estado centralizador. Dentro do contexto de um Estado forte, o processo de acesso a Escola Militar, localizada em Realengo, terá como modelo a restrição ao ingresso de negros, judeus, filhos de mãe solteiras e mulçumanos, com o objetivo de se construir uma elite Institucional.

O Ministro de Estado da Guerra, em 1937, era o General Eurico Gaspar Dutra, um dos articuladores do Golpe de Estado de 1937. A organização do Exército, de 1938², teve como ponto principal a retirada do Estado-Maior do Exército da posição de mais alto órgão da defesa nacional, sendo que, naquele momento, a direção do Exército passaria a ser exercida pelo Presidente da República, chefe supremo da Instituição, representada pelo Ministro da Guerra, que passou a dispor de órgãos de comando e de inspeção, tanto administrativa como técnico-militar. Na prática, o Ministro da Guerra voltava a exercer as funções de direção e comando da Força, e o Estado Maior do Exército a ser apenas um órgão auxiliar de consulta.

Nas instruções para a matrícula na Escola Militar de 1937³, assinada pelo General Dutra, Ministro da Guerra, observei que o processo seletivo dos

candidatos ao oficialato do Exército Brasileiro sofrera alterações que facilitaram, nos anos seguintes, as condições para estabelecer discriminações contra certos indivíduos da sociedade e também a base para a formação de uma elite militar iniciada na gestão do Coronel José Pessoa na Escola Militar em 1931.

Pelo Artigo primeiro da instrução para inscrição no concurso de admissão, seria necessário satisfazer as seguintes condições: ser brasileiro nato, solteiro e ter idade compreendida entre 16 anos feitos e 22 anos incompletos, referidos esses limites ao dia primeiro de abril do ano de matrícula; ter antecedentes e predicados pessoais que o recomendassem à Escola e ao Corpo de Oficiais de que iria fazer parte; apresentar consentimento dos pais ou tutores se fosse menor, para os civis: apresentar atestado de que possuía as condições de honorabilidade indispensáveis à situação de futuro oficial; ter o curso secundário fundamental ou dos Colégios Militares; apresentar declaração dos pais ou tutores, responsabilizando-se pelas exigências regulamentares quanto aos objetos e roupas de uso pessoal; pagar a taxa de inscrição (30\$000) de que eram dispensadas somente as praças.

O primeiro item, ser brasileiro nato, queria dizer que não seria permitido em hipótese alguma na Escola de Formação de Oficiais o concurso de estrangeiros ou mesmo de naturalizados, como forma de evitar a entrada de indivíduos de outras nacionalidades considerados estranhos aos interesses do Exército e do novo Estado. Isto que, em parte, era reflexo do momento político vivido, do estabelecimento de políticas nacionalistas e da formação de Estados autoritários. Na questão relacionada a antecedentes, e predicados (honorabilidade) poderia se tratar de condições necessárias para formação de uma elite institucional, junto com o atestado de honorabilidade, que seria afixado por uma autoridade civil ou militar. Por fim, o valor da taxa paga poderia restringir em grande parte o número de candidatos, principalmente aqueles oriundos de grupos sociais mais baixos que não pudessem pagar o valor estipulado.

A inscrição dos candidatos ao concurso de admissão⁴ civis e praças seria feita mediante um requerimento ao comandante da EMR, devendo esse requerimento ser instruído com os seguintes documentos: recibo da taxa de inscrição paga na Tesouraria da Escola (dispensado às praças); certidão de idade; ficha individual (conforme modelo anexo à instrução); atestado de conduta no último estabelecimento de ensino; atestado de honorabilidade (para os civis), ou juízo do comandante ou Chefe (para as praças); atestado

de vacina; consentimento paterno ou do tutor (dispensado para os maiores); e, carteira de identidade.

Um item proposto pela instrução referia-se ao parecer positivo para a aceitação dos candidatos no processo seletivo. O Art. 4º desse documento previa que não seriam admitidos no concurso candidatos que, a juízo do Comandante da Escola, não satisfizessem as condições de bons antecedentes e predicados pessoais que o recomendassem para a Escola. Para tanto, o juízo desfavorável do comandante seria expresso pelo despacho no requerimento – *Arquive-se* – sendo que o despacho era rigorosamente reservado e não caberia recurso do candidato contra o parecer desfavorável. Os requerimentos arquivados ficariam em cofre da Escola Militar durante dois anos, devendo ser incinerados no fim desse prazo. Com relação a esses documentos é importante registrar que a ordem para destruição dos requerimentos não foi cumprida, o que estimulou pelo ineditismo o nosso trabalho de pesquisa, pois parte da documentação encontra-se sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército.

Ao que tudo indica a passagem do ano de 1937 para o ano de 1938, representa bem o momento de radicalização na seleção dos futuros oficiais do Exército Brasileiro. Contextualizado pela instalação de um governo autoritário (Estado Novo), o Ministro da Guerra, General Dutra mostra com os documentos produzidos e com suas decisões ministeriais a sua feição autoritária e discriminatória, principalmente contra judeus e negros, considerados por ele portadores de estigmas ideológicos e raciais. Essa postura discriminatória pode ser considerada por nós a real base para uma postura autoritária dentro da Instituição articulada a política de força existente em um grupo armado.

DE ELITE INSTITUCIONAL A ELITE SOCIAL: CONSTRUÇÃO DOS MODELOS DE DISCRIMINAÇÃO

Para construir esse pensamento político tomei por base à análise de alguns documentos oficiais, porém reservados, produzidos pelo General Dutra a frente do ministério.

O primeiro documento analisado foram as Instruções constantes na Nota Reservada Nº. 1.101⁵, de 28 de outubro de 1937, do Ministro da Guerra, que colocava o Exército empenhado na defesa das instituições nacionais e de sua própria existência, na campanha contra os princípios exóticos que tentariam solapar o organismo nacional, articulados aos processos de infiltração nos vários setores da administração pública.

O Ministro Dutra, de forma contundente, registra críticas contra a excessiva liberalidade das leis brasileiras e da tolerância dos nossos costumes que propiciavam os trabalhos de demolição do regime, concluindo, no primeiro trecho, a necessidade das altas autoridades militares realizarem o expurgo de elementos cuja permanência no meio do Exército não se harmonizasse com as legítimas finalidades da Instituição.

Nos trechos seguintes, o General Dutra afirma que não se poderia admitir que indivíduos portadores de estigmas ideológicos e raciais em conflitos com as Instituições políticas e sociais a que as Forças Armadas montam guardam, fossem por elas mesmas alimentados, preparados para ingressar em suas fileiras ou nelas mantidos, para o seu próprio desprestígio e como constante ameaça. Registra que oficiais, sargentos e praças, apanhados em atitudes subversivas, foram afastados do seio do Exército, e que em outros setores da atividade pública procurava-se praticar o necessário saneamento. E a essa profilaxia social não poderiam escapar os Institutos de Ensino Militar, para onde deveriam estar voltados os olhares vigilantes.

No contexto desse empenho foi criada, nas Instruções para matrícula na Escola Militar de 1937, a **Ficha Individual** em que seriam anotadas informações referentes aos pais dos candidatos. Essa ficha tornou-se poderoso meio de defesa de que dispunha o Comandante da Escola Militar na seleção dos candidatos.

Na parte final das instruções contidas na Nota Reservada, o Ministro da Guerra associa seu pensamento com o momento vivido pelo país articulado com a decretação de um novo estado de guerra⁶, a necessidade de se tomar providências radicais, enérgicas e imediatas. O General Dutra considerava de bom aviso, baseado nas razões expostas no documento, que fosse executada a seguinte disposição destinada a assegurar a ordem nos Institutos de ensino militar e observar, sem deslizes, as finalidades que lhe seriam impostas como órgãos mantidos pelo Exército e subordinados à orientação precípua da instrução neles ministrada:

- Na Escola Militar seria procedida uma rigorosa sindicância visando apurar com precisão quais os alunos que, nela matriculados, eram portadores de estigmas raciais e ideológicos concernentes ao **judáismo** e ao **comunismo**, condição que os incompatibilizaria com o cumprimento irrestrito das obrigações da carreira militar. Para tanto, seria nomeada pelo Comandante da Escola uma Comissão para fazer o exame dos casos que fossem presentes, e os alunos, por ela indicados, seriam convidados a trancar

matrícula. Os que se recusassem, seriam desligados como inconvenientes à ordem e à disciplina do Exército.

A disposição acima deveria ser imediatamente posta em execução e os resultados seriam, com presteza, comunicados ao Ministério da Guerra depois de apreciados pelo Estado Maior do Exército.

Outro documento analisado foi a Nota Ministerial Reservada n.º 956⁷, de 20 de setembro de 1937, relativa à seleção física e moral dos candidatos à matrícula na Escola Militar. O Ministro da Guerra, tomando por base o fato constatado em 1935, em que sessenta e dois tenentes que, por efeito da Lei de Promoções, ao se submeterem à inspeção de saúde exigida, trinta e oito eram portadores de diferentes moléstias, fato agravado ainda mais pela circunstância de que, naquele momento, ano de 1937, se achavam hospitalizados no Sanatório Militar de Itatiaia vários cadetes, fisicamente insuficientes. Declarava que, no sentido de corrigir tão grave anormalidade, fossem as provas de seleção médica e do exame físico, no próximo concurso de admissão, procedidas com mais rigor, para que, pela total observância das Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde e das Juntas Militares de Saúde, não se reproduzissem às irregularidades encontradas e se evitasse qualquer recurso de apelação, tão freqüente em anos anteriores.

Finaliza suas observações declarando que igualmente se procedesse a rigorosa seleção moral dos candidatos por comissão de três oficiais nomeados pelo Comandante da Escola Militar.

Como resultado dos primeiros momentos de radicalização no processo seletivo dos candidatos à Escola Militar vividos no ano de 1938, observei que a seleção para os anos seguintes não foi amenizada.

O Ofício Reservado N.º 222⁸, de 31 de outubro de 1938, do Inspetor Geral do Ensino Militar dirigido ao Comandante da Escola Militar, referente ao Aviso N.º 246 (Reservado) de 20 de outubro de 1938 e à Nota Reservada N.º 2.101 de 28 de outubro de 1937, do Ministro da Guerra, recomendava e reiterava os atos oficiais baixados com o propósito de vedar a entrada na Escola Militar dos candidatos de certas origens ou procedências.

Registra que segura observação revelava o empenho de elementos estrangeiros em se infiltrarem nos quadros do Exército através dos seus descendentes nascidos no Brasil, os quais recebiam influxo educativo do espírito paterno e ficavam fiéis ao fanatismo das suas ideologias ou das suas seitas de caráter social, político ou religioso. No seu entender, o Exército, naquele momento mais do que nunca, deveria ser essencialmente brasileiro,

pois se não fosse assim não se poderia garantir que a Nação não se fragmentasse e se dissociasse sob as influências de fora.

Coloca ainda que o trabalho estrangeiro era grande e persistente para amortecer nos espíritos o sentimento de amor ao berço natal. Nesse sentido, alega como medida preliminar evitar a todo custo a entrada, no seio do Exército de candidatos ao oficialato que, pela sua ascendência paterna, se tornassem indesejáveis ou suspeitos.

No documento analisado⁹, o General Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque, Inspetor Geral de Ensino do Exército, afirma que o Brasil realmente só possui um elemento de coesão nacional: o Exército. Este se espalha por todos os rincões dessa terra e é, em cada ponto do Brasil, uma escola de educação militar, cívica e moral. Para o General, as demais classes não têm nenhuma influência sobre o povo.

Assim, entende que os quadros do Exército não poderiam refletir, por mínima que fosse, qualquer tendência exótica. Como quebra total da distribuição dos poderes, registra que o conceito de justiça internacional desaparece, e o direito estaria, naquele momento, na força, como em outras potências mundiais.

Todo esse contexto revelaria como deveria ser cada vez mais rigoroso o recrutamento dos quadros do Exército. A qualquer preço, não se deveria consentir que neles se infiltrassem aqueles que pela voz ancestral do sangue viessem, mais tarde, ante a realidade cruel, mostrar que não houve o devido cuidado na seleção dos quadros e na prevenção a tempo, como foi o caso de um candidato que teve o seu processo individual aceito, apesar de ser filho de sírios, contrariando a regra imposta pelo sistema burocrático da Instituição militar.

O General Dutra autorizou a matrícula do candidato por conta das circunstâncias estabelecidas, uma vez que o candidato logrou boa classificação no processo seletivo. No entanto, o Ministro alertou o Comandante da Escola de que, no futuro, não se reproduzissem tais irregularidades prejudiciais à necessária e taxativa seleção de valores dos candidatos à Escola Militar, local de formação dos oficiais¹⁰.

Analisando a próxima documentação, acredito que os anos de 1940 e 1941 foram os mais críticos com relação à discriminação no processo seletivo dos candidatos à Escola Militar.

Um dos documentos analisados foi o Relatório Secreto das principais atividades do Ministério da Guerra, durante o ano de 1941, encaminhado ao Presidente da República. Na seção sobre o ensino militar e o recrutamento

dos chefes, Dutra registra que a finalidade de toda educação moderna é a formação da unidade espiritual da nação, do melhor dirigente nacional e a seleção dos chefes. Seria toda uma obra de autoridade e de respeito, fundada em critério severo e conduzido com justiça, carinho e energia.

Para Dutra, haveria, em matéria de educação, dois sistemas presentes que se contrariavam: o sistema autoritário e o sistema liberal. Com relação ao segundo, observa que já havia sido feita uma experiência no domínio público e que o resultado fora o mais desastroso possível. Criticava ainda o que chamava de ensino liberal, o qual pregava publicamente o desacato à disciplina e o descaso à autoridade, tornando a educação artificial, pois não atingia a alma do futuro cidadão.

Segundo o General Dutra, o modelo ideal era fundado nos princípios psicológicos e autoritários, calcado nas regras da disciplina social, cujo fim era formar valores reais e positivos que em todos os domínios fossem úteis e socialmente aproveitáveis. Tornar negligentes as normas da disciplina seria estragar completamente o caráter do adolescente; seria enfraquecer-lhe a vontade, entregá-lo ao acaso dos caprichos, deixá-lo vacilar entre o bem e o mal, torná-lo incapaz de jamais tomar uma forte resolução, de praticar sólidas virtudes e de fixar-se invariavelmente no bem.

O Ministro da Guerra coloca ainda que, na vida, as qualidades de caráter representam um papel preponderante. A iniciativa, o julgamento, a perseverança, a precisão, a energia, o domínio de si mesmo, o sentimento do dever são aptidões sem as quais todos os dons da inteligência não são senão inúteis. Para Dutra, essas qualidades de caráter desenvolvem-se pela educação no sistema autoritário e disciplinado, em que a personalidade infantil é cuidadosamente guiada para os fins sociais a que se destina. Era em última análise, a formação da unidade moral dos espíritos, isto é, a criação da comunidade conduta.

O general Dutra conclui seu pensamento, registrando que, por causa da diversidade de educação adotada no Brasil, o quadro de oficiais e graduados do Exército não possuía uma doutrina uniforme de conduta que tornasse seus elementos constitutivos solidários e coesos, imunes de certas idéias exóticas e de certos desvios que tanto pesar e abalo já tinham ocasionado à Instituição.

Por si sós, os trechos analisados acima do relatório do Ministro respondem pelo seu pensamento autoritário articulado a idéia da educação como fator de preparação dos jovens para a vida nacional, para exercer funções determinadas dentro da sociedade estabelecida. A moral e a

disciplina seriam as bases dessa educação, que formaria jovens sadios espiritualmente, isentos de avanços ideológicos contrários ao regime daquele momento.

Com base na análise da Nota Secreta¹¹, de 22 de janeiro de 1941, do Ministro da Guerra, General Dutra, ao Comandante da Escola Militar, observei que o Comandante do Exército saía da forma velada para ser direto nas suas instruções com relação à discriminação.

No documento, o Ministro começa registrando que o recrutamento de candidatos ao oficialato, fundamental para o Exército, deveria requerer o melhor dos cuidados e a mais severa vigilância das autoridades por ele responsáveis, dadas as graves e, por vezes, irremediáveis conseqüências para o patrimônio moral do Exército que, um descuido, incompreensão ou fraqueza poderia acarretar. Reforça ainda, que os alunos daquele momento seriam os oficiais do amanhã e os chefes do futuro, sobre cujos caracteres, repousariam a direção do Exército e a defesa do país. O General fecha sua contextualização, afirmando que aquela estrutura, formada por excelência pelos quadros de oficiais, teria que ser constituída, lenta e tenazmente, através de uma rigorosa e harmônica seleção de valores físicos, intelectuais e moralmente fortes, que fortaleceriam profissionalmente aqueles que, por impulsos de sentimentalismo ou preconceitos doutrinários, abrissem os portões das escolas do Exército aos que não a devessem transpor sem prejuízos graves para a solidez do mesmo.

O General Dutra declara na Nota que o recrutamento dos futuros oficiais deveria ser feito em meio homogêneo, fundamentalmente brasileiro, a fim de que diversidades de raças, de mentalidades, de pigmento, ou quaisquer outras características não peculiares à maioria de nossa gente, jamais pudessem transmutar o quadro de nossos oficiais num amontoado amorfo de indivíduos sem uma sólida identidade de princípios morais, sociais, domésticos e religiosos que os solidarizassem numa fraternal comunidade de idéias e sentimentos.

Posteriormente temos trechos da Nota que o General Dutra utiliza para justificar a discriminação com relação à cor e à nacionalidade estrangeira, em especial aos judeus.

Em relação à questão da cor, ele esclarece que a restrição em causa de modo algum pode desmerecer os patrícios que a tenham e cujas qualidades pessoais caberia reconhecer a abonar, porém objetiva de modo exclusivo evitar, para o futuro e quando se formassem oficiais, situações de constrangimento para eles próprios e seus comandados, em face das

convenções sociais que não poderiam contornar ou abolir, pois constituíam normas e praxes de uso corrente na sociedade e às quais teriam de se amoldar.

Quanto às restrições impostas aos semitas, não há necessidade de justificativas. Considera raça desradicada a terra, desafeita por credo e sentimentos à noção objetiva de pátria tal qual era concebida, não teriam seus membros as credenciais para o exercício da profissão militar, embora, individualmente, não merecessem quaisquer prejulgamentos depreciativos.

Em conseqüência do exposto, determinava o Ministro da Guerra que, na seleção preliminar dos concorrentes à matrícula na Escola Militar ou na Escola Preparatória de Cadetes, fossem rigorosamente observadas as seguintes condições fundamentais para qualquer candidato:

1. ser brasileiro nato e filho legítimo de brasileiros também natos;
2. pertencer à família organizada e de bom conceito;
3. ser física e mentalmente sadio;
4. não ser de cor;
5. não ser – nem seus pais – judeu, maometano ou ateu confesso.

Com relação ao último item, deveria ser observada rigorosa sindicância toda vez que houvesse dúvida da procedência do candidato, não sendo justificada qualquer negligência que favorecesse matrículas indevidas de candidatos que incidissem nas prescrições expressas.

Para não haver dúvida com relação ao processo seletivo, o General Dutra determinou através da Nota Secreta Nº. 325-52¹², de 16 de outubro de 1941, ao Comandante da Escola Militar do Realengo (EMR) que os casos especiais fossem resolvidos diretamente pelo próprio Ministro da Guerra, com o envio ao gabinete dele, da documentação pertinente ao candidato. Além de tentar evitar erros no processo seletivo dos candidatos ao oficialato, o Ministro da Guerra tomava essas decisões centralizadoras, revelando, pelo documento, um perfil que é pouco discutido pela historiografia que trata do General Dutra.

Em relação ao grande acúmulo de serviço ocasionado pela radicalização das Instruções para Matrícula na Escola Militar, podemos nos ater a outra análise. Essa situação poderia ter como conseqüência uma fragilidade no processo seletivo, deixando passar despercebida a entrada, na Escola Militar, de alguns casos indesejáveis, ou mesmo deixando entrar elementos que seriam considerados indesejáveis, mas que por algum motivo foram considerados aptos para continuar o processo seletivo, transgredindo as ordens impostas pelo Ministro da Guerra.

Com relação a esse processo de radicalização do processo seletivo dos candidatos a oficiais, posso dizer que ele seria amenizado somente em 1946, quando da instituição de uma nova Constituição brasileira, em 18 de setembro.

Ao analisar o Ofício Circular Reservado N.º. 359¹³, do Diretor de Ensino do Exército, General Francisco Borges Fortes de Oliveira, ao Comandante da Escola Militar de Resende, verifiquei que conforme registro no documento o preconceito da cor, que as disposições de referências e outros levantavam no recrutamento dos candidatos ao oficialato do Exército ativo, não encontravam mais sustentação naquele novo momento, mesmo sob forma velada, contrária à essência do regime democrático.

Registra ainda que, após entendimento pessoal com o Ministro da Guerra, ficara acertado que a pigmentação da pele em si e por si não tornaria inapto nenhum brasileiro a se candidatar a qualquer dos estabelecimentos militares de ensino. No entanto, nada impediria os Comandantes das Escolas Militares, e o Diretor de Ensino recomendava que o exame dos demais requisitos legais, no tocante aos candidatos, fosse feito com toda atenção e máxima severidade, pois a experiência tinha demonstrado maiores e mais freqüentes deslizes na vida profissional e privada dos homens de cor e seus derivados próximos.

PROCESSOS INDIVIDUAIS PARA SELEÇÃO DA ESCOLA MILITAR: COLETA E ANÁLISE DE DADOS ATRAVÉS DE PESQUISA EMPÍRICA

A análise dos modelos de discriminação observados nesta pesquisa pode ser confirmada através da pesquisa empírica feita nos processos individuais dos candidatos a seleção da Escola Militar, no período de 1938 a 1942. Nas fontes analisadas foram encontradas as respostas para identificar o racismo seletivo do Ministro da Guerra durante o Estado Novo. É importante frisar que, as restrições impostas aos candidatos a escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro correspondiam a política nacional estabelecida pelo Estado varguista com relação à entrada de imigrantes. Durante os primeiros momentos do governo Vargas, após a Revolução de 1930, leis¹⁴ foram decretadas com o objetivo de limitar a entrada de estrangeiros no Brasil, leis que iam de encontro à política de Estado estabelecida no final do século XIX e início do XX, que percebia na imigração fator essencial para o processo político de embranquecimento da população brasileira considerada excessivamente mestiça.

A média de processos individuais produzidos para o recorte temporal estabelecido (1938-1942) foi de 2.000 (dois mil) a 2.200 (dois mil e duzentos), anualmente, correspondendo ao número de candidatos inscritos. O número total de processos individuais analisados nesta pesquisa foi de 6.725 (seis mil setecentos e vinte e cinco), variando entre 700 (setecentos) e 2.200 (dois mil e duzentos), de acordo com a existência do corpus documental no Arquivo Histórico do Exército, pois muitos processos podem ter sido perdidos nas diversas mudanças de guarda da documentação, destruídos por pessoas ou pela ação do tempo. O número de vagas no curso de formação de oficiais para a época era cerca de 400 (quatrocentas).

Com relação às constâncias observadas após as análises dos processos individuais, verifiquei que:

1) Com relação à procedência dos candidatos, do universo de inscritos para o concurso em todos os anos observados, a grande maioria vinha do meio civil. No ano de 1938, não houve candidato oriundo das Escolas Preparatórias de Cadetes (EPC) e dos Colégios Militares. No ano de 1939, apresentou-se um número considerável de candidatos dos Colégios Militares e nenhum das EPC. No ano de 1940, diminuiu o número de candidatos oriundo dos Colégios Militares e aumentou o número de candidatos oriundos das EPC em relação ao ano anterior. Em 1940, nenhum candidato das EPC foi considerado inapto. Nos anos de 1941 e 1942, continuou em crescimento o número de candidatos oriundos das EPC e diminuindo o número de candidatos dos Colégios Militares. Tecnicamente observei que a Instituição caminhava para uma seleção mais endógena em relação a outras Escolas Militares, que deveriam preparar e homogeneizar os futuros candidatos para o curso de formação de oficiais.

2) Com relação à origem social dos pais dos candidatos, no período analisado (1938-1942), mais da metade tinha profissões ligadas às camadas sociais médias e altas, formadas principalmente, por profissionais liberais (médicos, oficiais militares, engenheiros, advogados), políticos e comerciantes. Cerca de trinta por cento dos pais dos candidatos eram de profissões características de camadas sociais mais baixas, tais como: domésticas, profissões técnicas, operários, camponeses etc. A análise demonstra que houve um crescente interesse da sociedade brasileira pela profissão de Oficial do Exército, que passava a atrair indivíduos de camadas sociais mais altas. O resultado dessa parte da pesquisa comprova a nossa análise com relação ao questionamento da posição da Instituição que a partir de 1930 passou a adotar uma política cujo interesse era formar uma elite militar.

3) Com relação à nacionalidade dos pais dos candidatos, no período analisado, predominaram os brasileiros em mais de setenta por cento dos inscritos, seguidos de portugueses e italianos. Nos dois últimos casos, podemos vincular análise desse grupo de estrangeiros ao processo de imigração para o Brasil. Com relação à origem islâmica atribuída a um determinado grupo, percebo pela análise que havia na sociedade brasileira um senso comum ao enquadrar sírios, libaneses e turcos como muçulmanos, erro do qual os militares avaliadores no processo seletivo à Escola Militar não escaparam.

4) Com relação à religião dos candidatos no período analisado, predominou os católicos, em mais de oitenta por cento dos inscritos, seguidos de protestantes e espíritas. O domínio do catolicismo no Brasil está ligado à própria história do país vinculado a colonização ibérica e as relações político-religiosas.

5) Com relação à situação familiar dos pais dos candidatos, no período analisado, predominou os casados, em mais de setenta por cento dos inscritos, seguidos dos casos de viúvas e de viúvos.

Ao final da pesquisa analítica sobre a seleção dos candidatos à Escola Militar percebo como os casos de inaptidão variaram do racismo, ao anti-semitismo, passando pela xenofobia e pela condição social do candidato, e, a cada ano tínhamos uma realidade diferente, de acordo com o momento político vivido pelo Estado brasileiro. Com certeza os negros e judeus foram os principais alvos da gestão autoritária do Ministro da Guerra, como verifiquei com os dados estatísticos discriminados abaixo através da projeção anual dos candidatos considerados inaptos:

Motivo de Inaptidão / Ano	1938	1939	1940	1941	1942
Cor da pele (negro)	0	52	32	46	53
Pai / mãe estrangeiro (judeu)	04	03	0	01	03
Pai / mãe estrangeiro (islâmico)	13	03	0	16	12
Pai / mãe estrangeiro (outros)	07	96	13	07	84
Excede a idade	01	06	13	06	08
Falta de documentação	06	06	43	0	141
Inapto em inspeção de saúde	0	07	15	02	17
Condição familiar (separados, mãe solteira)	02	15	0	0	36
Nenhum motivo aparente	0	07	0	0	59
Má conduta militar	0	05	02	01	04
TOTAL	33	200	116	79	417

Logo, concluo que, a passagem do ano de 1937 para o ano de 1938, representa bem o momento de radicalização na seleção dos futuros oficiais do Exército brasileiro. Enquadrado em um governo autoritário, o Ministro da Guerra, General Dutra, mostrou, através dos documentos produzidos e com suas decisões ministeriais, a feição autoritária e discriminatória da pasta da Guerra, principalmente contra judeus e negros, considerados por ele portadores de estigmas ideológicos e raciais. O Ministro da Guerra justificava a discriminação, pelo fato de o judeu ser considerado raça desradicada à terra, e o negro, por conta das convenções sociais estabelecidas que a Instituição não poderia abolir, pois constituíam normas e praxes do uso corrente na sociedade. Essa postura discriminatória pode ser considerada como a real base para uma postura autoritária dentro do Exército articulada à política de força existente em um grupo armado.

NOTAS

- ¹ Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Severino Sombra, Pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra e bolsista da FAPERJ.
- ² Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Coleção de Leis do Brasil. Decreto Lei Nº 413, de 6 de maio de 1938 (Lei de Organização do Exército).
- ³ AHEx. Boletim do Exército Nº 37, de 5 de julho de 1937.
- ⁴ Por essa instrução, eram reservadas 50% das vagas aos candidatos provenientes dos Colégios Militares e 50% das vagas eram disputadas entre os civis e praças.
- ⁵ AHEx. Acervo das Escolas Militares. Of. S/N-Res, de 5/11/1937, da IGEE ao CMT da Escola Militar.
- ⁶ De acordo com Art. 161, da Constituição Federal do Brasil de 1934, o estado de guerra implicaria a suspensão das garantias constitucionais que pudessem prejudicar direta ou indiretamente a Segurança Nacional. Em dezembro de 1935, uma emenda constitucional abriu a possibilidade de se equiparar a “comoção intestina grave”, com finalidades subversivas das Instituições políticas e sociais, ao estado de guerra. Foi com essas características que o estado de guerra foi decretado no Brasil nos anos de 1936 e 1937.
- ⁷ AHEx. Acervo da Escola Militar. Ofício Nº. 03057, de 12 de Novembro de 1937, do Comandante da Escola Militar ao Diretor do Ensino Fundamental.
- ⁸ AHEx. Acervo da Escola Militar. Ofício Nº. 222 – Reservado, de 31 de outubro de 1938, do Inspetor Geral do Ensino do Exército ao Comandante da Escola Militar.
- ⁹ AHEx. Acervo da Escola Militar. Ofício Nº. 222 – Reservado, de 31 de outubro de 1938, do Inspetor Geral do Ensino do Exército ao Comandante da Escola Militar.
- ¹⁰ AHEx. Acervo da Escola Militar. Nota Reservada, de 14 de março de 1941, do Ministro da Guerra ao Comandante da Escola Militar.
- ¹¹ AHEx. Acervo da Escola Militar. Nota Secreta, de 22/01/1941, do Ministro da Guerra ao Comandante da Escola Militar.
- ¹² AHEx. Acervo da Escola Militar. Nota Secreta Nº. 325-52, de 16/10/1941, do Ministro da Guerra ao Cmt da Escola Militar.
- ¹³ AHEx. Acervo da Escola Militar. Ofício Circular Reservado Nº. 359, de 27 de Novembro de 1946, do Diretor de Ensino do Exército ao Comandante da Escola Militar de Rezende.

- ¹⁴ AHEX. Coleção de Leis do Brasil. Constituição Federal do Brasil de 1934 (Com relação a imigração foi estabelecida cotas por nacionalidades para entrada de estrangeiros) e o Decreto-Lei N° 406, de 04/05/1938 (Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. Volume V. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2002.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasileiro, 1988.
- CARVALHO, J. M. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Coleção Descobrimos o Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- JOHNSON, J. J. Os militares latino-americanos como políticos. In: LIEUWEN, E. (org.). *Militarismo e Política na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964
- RODRIGUES, F. S. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

ABSTRACT

This article aims to analyze the cases related to discrimination in the Brazilian Army during the Estado Novo, from the analysis of information collected from the files of candidates for selection to the Military School. In this study constitute the Latin American military institutions professional sectors of the state apparatus that have values and interests, forged from the implementation of a professional school, one of the components to form the Military Power. The time frame chosen aimed to prove the discrimination observed in the documentation produced by the Institution in the period.

KEY-WORD: discrimination, Military Power, Estado Novo.

Problema de migración laboral en Rusia en el contexto de las tendencias demográficas negativas y cambios globales*

Vershinina Irina

Ph.D. (Economía)

Instituto de Latinoamérica de ACR de la Federación de Rusia,

Profesora de la Universidad Estatal de Moscú

RESUMEN

La migración en dos últimas décadas ha adquirido un carácter global y se ha convertido en uno de los problemas más agudos que afecta los intereses tanto los países de destino como los de éxodo. Rusia chocó con el problema de inmigración después de la desintegración de la URSS. Y si en los años 90 en su fundamento estaban las causas de un carácter político y étnico cuando a Rusia regresaba gente de las ex-repúblicas, en primer lugar los rusos, desde el comienzo del siglo 21 la inmigración viene estimulando por motivos de naturaleza económica. Con eso la inmigración está pasando en el ambiente de propios problemas demográficos muy agudos.

La autora pone de manifiesto la existencia en Rusia de dos opiniones respecto a la necesidad de atraer a los inmigrantes, las analiza, mencionando que la argumentación de sus adeptos está determinada por su modo de ver el futuro de Rusia en el mundo y de resolver problemas de su desarrollo.

En el artículo se estudian las particularidades del proceso migratorio en Rusia, se revelan las causas de su intensificación últimamente, se exponen los riesgos que corre el país por flujos crecientes y que ponen bajo amenaza la integridad territorial y seguridad nacional.

Palabras clave: la globalización, problemas globales, Rusia, la inmigración, economía informal, diásporas étnicas.

El tema de la migración en los últimos 20 años se convirtió en uno de los más discutidos tanto en los medios de comunicación, como en diferentes foros científicos y sociales y entre los políticos. Se debe a que la globalización del espacio mundial transformó muchos problemas locales y regionales en los problemas de escala global. Entre ellos está la migración cuyos flujos se intensificaron muchísimo a fines del siglo pasado haciendolo uno de los más agudos problemas, que afecta los intereses tanto de los países de acogida como los de origen.

Pero, reconociendo la objetividad de la globalización como el proceso observado por nosotros, y teniendo en cuenta su característica principal de *universalidad*, en el discurso sobre las manifestaciones “locales” y consecuencias de la globalización es necesario de basarse en el principio “de lo general a lo particular”, poniendo de manifiesto las premisas históricas del proceso de globalización y puntos de su bifurcación. Sólo en este caso podemos comprender las verdaderas causas de la misma migración y los motivos auténticos de los que abogan por quitar todas las barreras en su camino.

Desde la época de las revoluciones americana y francesa del siglo XVII los pueblos del Occidente estuvieron resolviendo dos problemas importantísimos que se convertían en los principios de la organización pública: a) soberanía nacional y independencia, libertad de la opresión exterior; b) control democrático del propio poder, su sometimiento a la voluntad de los votantes y normas constitucional jurídico. Estos principios formaban el pluralismo estructural del Occidente como la *Modernidad democrática* – ejemplo del pluralismo estructural para todo el mundo, el posible pero realizado en la práctica histórica difícil.

Sin embargo, es necesario reconocer que muchas realidades de la actualidad ponen en duda todos estos logros de la Modernidad. Hoy los pueblos no tienen ningunas garantías de la influencia externa no sancionada, y no hay control democrático de las fuerzas que ejercen esta influencia.

En este proceso la importancia de principio tiene el hecho de que los diferentes pueblos y estados llegaron hacia el nuevo sistema de mundo abierto en globalización preparados no igualmente durante el período anterior. Se distinguieron por su potencial económico, estratégico-militar e informativo. Justamente por eso el encuentro de los países más y menos desarrollados, o diciendo mejor, más o menos protegidos, en el espacio abierto mundial está marcado con colisiones y trastornos. No es casual que los adeptos más consecuentes del mundo global, que propugnan la idea de sociedad abierta sin fronteras con flujos libres del capital, bienes y mano de obra, sean hoy países más desarrollados y potentes.

La globalización ha consolidado en el sistema capitalista mundial la división del trabajo en la cual a los países desarrollados les toca la economía del conocimiento con su carácter creador del trabajo y las tecnologías de información, y a los países en desarrollo – la economía real destinada a satisfacer las necesidades de desarrollo y consumo del primer escalón.

Una de las consecuencias de la globalización es el endurecimiento fuerte de la competencia que en el fondo se está realizando “de exterminio” y en

la cual se ven no eficaces, desde el punto de vista del mercado global, no sólo algunos sectores económicos de ciertos países sino estos mismos países enteros.

La realización del proyecto global iba acompañando con la destrucción de grandes espacios, que eran un obstáculo en su camino: pequeños espacios no sólo son menos estables política- y económicamente, sino también son mejor manejables (ejemplos - URSS y Yugoslavia); atacaban los países que se encontraban en oposición al nuevo proyecto mundial que llevaba a cabo el Occidente, y ante todo los Estados Unidos.

El efecto catastrófico de este proceso vemos ahora: la mayor parte del mundo hoy está privada de oportunidades y posibilidades de desarrollarse normalmente, esto significa que la población de ésta se ve obligada a migrar buscando trabajo y mejores condiciones de vida.

Es importante mencionar también que las nuevas tecnologías de la información, estando el fundamento de la globalización, crean muy rígida- y claramente la división del trabajo en el creador y no creador¹, yo añadiría, en el prestigioso y no prestigioso. Al trabajo no prestigioso pertenece no sólo el trabajo relacionado con los esfuerzos físicos, trabajo que no exige alta calificación, sino también el que está ligado con la producción real. Los habitantes de los países desarrollados cada vez menos se dedican a este tipo de labor endosándolo a los migrantes. Los últimos tienen otra motivación laboral y están dispuestos a cualquier trabajo.

De acuerdo con la lógica de la globalización, que pretende crear el único espacio global, las fronteras nacionales de los estados, soberanía estatal son vestigios del pasado. ¿Qué importancia tienen los problemas demográficos de algún país? ¿No es más importante la sobrepoblación del planeta que la reducción de la cantidad de gente en un tal país? Si la respuesta a la última pregunta es sí, objetivamente necesaria resulta ser la inmigración internacional que sirve del instrumento de traslado de mano de obra en una u otra parte del mundo según sea necesario. Por lo tanto, los defensores de la sociedad abierta global hablan sobre la inevitabilidad de la inmigración, la cual, parece, no se puede limitar sino sólo es posible regular.

El ejemplo de esta desalternatividad se puede ver en las palabras siguientes tomadas de los documentos del Seminario Internacional “Migración: una mirada progresista” (2007): “...se debe enfocar las políticas públicas de migración bajo el aspecto de que el proceso tendrá un carácter permanente, y una flexibilidad y velocidad mayor que en el pasado, dependiendo de las circunstancias que lo generan”².

Mi atención aquí atraye de golpe esta farse “*dependiendo de las circunstancias que lo generan*”. ¿Quién lo genera? ¿Qué circunstancias? En las sociedades humanas nada pasa “de por sí”, en otro caso nos veríamos obligados a reconocer que la gente actúa inconcientemente ya que quien no genera sus propios sentidos y circunstancias, se ve obligado seguir los sentidos y circunstancias generadas por otros.

LA DEMOGRAFÍA COMO UN AGRUMENTO A FAVOR DE LA MIGRACIÓN

Por esta lógica de un actor global abogan unos científicos rusos, demógrafos y sociólogos, hablando de la disminución de la población en Rusia. Uno de los más famosos demógrafos del país, A. Vishnevsky dice sin redoes: “¿si hay países aislados en la época de globalización? – ¿Es qué no perciben ciudadanos ordinarios las necesidades reales y peligros reales de la era de globalización, no sea que se orientan en un caleidoscopio cambiante de las opciones mejor que un cierto “ideólogo”?³ Y más: “Hay algunos problemas globales que son más importantes que los nacionales. Vamos a tener mucha población o poca – ya no importará. Posiblemente tengamos que conformarnos con tales pérdidas para nosotros mismos”⁴. Este punto de vista priva a Rusia (y a otros países también) del derecho de ser independiente y soberano dándole sólo el derecho de ser el objeto de la gobernanza global.

En esta lógica de la reformación del mundo en el espacio global único hay que analizar los precesos demográficos incluyendo la migración.

Rusia se enfrentó a la migración externa después de la desaparición de la Unión Soviética. Y aquella como si tuviera dos vectores – externo e interno.

El externo es la consecuencia directa de la desintegración de la Unión Soviética después de la cual la mayor parte del espacio postsoviético se convirtió realmente en una “zona de desastre” donde no hay desarrollo y por lo tanto no hay puestos de trabajo. Con eso hay que tener en cuenta que fue destruido el sistema de producción integrado con una determinada división del trabajo en que la economía de cada república tenía su propia especialización. De por sí ellas se vieron inviables. El colapso del país otrora único lo siguieron la degradación y la destrucción de la base productiva creada allí en el período soviético.

La degradación, falta de trabajo y cualesquiera perspectivas de mejorar su situación empujan a la población más activa y laboriosa a huir a las zonas relativamente prósperas y acomodadas, orientándose no sólo hacia el nivel

de vida más alto, sino también hacia la afinidad cultural e histórica. Tal lugar para los estados del espacio postsoviético era y sigue siendo Rusia. Y si en los años 90 la migración tenía más el carácter étnico cuando de las ex repúblicas por razones políticas a Rusia llegaban los rusos, desde los años de 2000 aquella se revistió el carácter laboral y a Rusia empezaron a acudir los nativos de los estados ya independientes.

El segundo vector está determinado por causas internas de la misma Rusia – la situación demográfica desfavorable y las peculiaridades de su propio desarrollo económico.

Es la naturaleza de los procesos demográficos en nuestro país que se hizo el motivo para el debate acerca del tema de migración. Y está determinada por una tendencia muy negativa que guarda estrecha relación con disminución natural de la población que, a su vez, está pasando en el ambiente de reducción de los flujos migratorios internos y cambios desfavorables en su rumbo. Tal situación da a los partidarios de la inmigración argumentos para hablar de ella como el único remedio que pueda ayudar a salvar a Rusia de la desaparición. “Si no se puede lograr el incremento natural positivo de población o cambiar la disminución natural por el crecimiento, el único recurso que nos queda es el migratorio. La población puede ser repuesta por los inmigrantes”⁵. Se propone invitar hasta un millón de inmigrantes al año. Aunque estos mismos autores reconocen una gran cantidad de problemas sociales, culturales, me gustaría añadir también, nacionales y económicos, que ya han surgido en Rusia como resultado de los flujos migratorios acrecentados considerablemente.

Vishnevsky, ya mencionado arriba, sugiere que la migración sirve para ayudar a revolver los problemas de despoblación de nuestro país, es decir, reponer la población natal en disminución, como si se tratara no de su país, sino de un territorio abstracto, que debe ser habitado con alguna gente abstracta. Y no le importa que en este caso dentro de unas pocas décadas, vamos a vivir en un país completamente diferente que ya se llamará con mucha dificultad Rusia, lo que no aceptan, estoy segura, la mayoría de sus habitantes.

No me niego la existencia de los problemas demográficos en el país, pero antes de ofrecer su solución a través de la promoción de la inmigración, debemos tomarnos cuenta muy claramente su escala, causas, evaluar las posibilidades de su resolución.

El primer problema es la reducción de la población con la cual justifican la necesidad en los inmigrantes. Si en 1989 la población de Rusia fue 147,02

millones, en 2002 – 145,16 millones, entonces en 2010 fue 142,91 millones de personas, según los datos del último censo⁶. Se puede señalar el ritmo acelerado de las tasas de reducción poblacional: si en el período 1989-2002 (13 años) la población disminuyó en 1,96 millones de personas, en 2002-2010 (8 años) – ya en 2,25 millones. El punto crucial fue 1992, que se llama la “cruz rusa”: las curvas de la natalidad y mortalidad se cruzaron. Después el crecimiento natural de la población llegó a ser negativo.

La consecuencia de la reducción poblacional, dicen los demógrafos-economistas, es la disminución de la población en edad activa y el aumento de la carga demográfica. Esta es la segunda componente demográfica en la que hacen hincapié los defensores de la “migración de reemplazo”, afirmando que la economía rusa no sobrevivirá sin migrantes.

Pero según otro punto de vista, la población en edad laboral en Rusia, es más que nunca en su historia, y en total lo comprueban datos estadísticos (vease cuadro). La tendencia negativa se puede ver sólo en la dinámica de la carga demográfica. Ésta desciende pero principalmente debido a la reducción de la carga de niños, pero aumenta la carga de tercera edad. Esto sugiere que en el futuro disminuirá la fuerza laboral, y a cada persona que trabaja caerán más jubilados. Pero es poco probable hablar de que la situación actual es crítica.

CUADRO LA POBLACIÓN EN EDAD ACTIVA

Año de Censo	Porción de población en edad activa	Carga demográfica, por 1000 personas en edad activa		
		total	de niños	de viejos
1926	51,6	936	770	166
1939	53,1	885	724	161
1959	58,4	713	512	202
1970	56,2	781	508	272
1979	60,4	656	385	270
1989	57,0	755	430	325
2002	61,3	631	296	335
2010*	62,3	606	259	347

Datos de 2010 se dan para el 1 de enero, están calculados: Демографический ежегодник России 2010. М., 2010. (Anuario demográfico de Rusia).

Fuente: Демографические перспективы России. М., 2008, с. 72; Росстат. Демографический ежегодник России 2010. М., 2010. (Las perspectivas demográficas de Rusia; Anuario demográfico de Rusia).

Mientras tanto, ni siquiera se discute el problema de que posiblemente hay que calcular el número de los inmigrantes necesarios de otro modo sin extrapolar las necesidades corrientes en los recursos laborales para 20-30 años adelante, sino plantear el problema de los grandes descubrimientos tecnológicos que se contribuyan a la restauración de Rusia como un estado poderoso, económicamente fuerte en las condiciones de nuevo mundo postindustrial. Con este argumento desaparece la necesidad de gran cantidad de mano de obra y se quita el problema de inmigrantes. Pero en este modelo oligárquico y de economía primario-exportadora que lo sigue Rusia ya no hay lugar aproximadamente para la mitad de la población.

El problema principal no está en la cantidad de recursos laborales sino en su calidad y correspondencia a las necesidades de la economía de hoy y de la que queremos desarrollar. A Rusia le falta personal calificado ingenieril y técnico, pero la mitad de los inmigrantes, que llegan al país ahora, no tienen ningún tipo de educación especial: se graduaron sólo la escuela secundaria o ni siquiera tienen educación⁷.

El segundo problema consiste en la distribución territorial de la población y fuerza laboral extremadamente desigual. Este problema siempre estaba planteada ante Rusia pero con mucha agudeza se ha planteado últimamente.

En la época de la URSS en las condiciones de sociedad cerrada para la migración no regulada externa y orientación a sus propios recursos y fuentes de desarrollo, la migración interna era el factor principal de la redistribución espacial de los recursos laborales. Su dirección fue causada por la industrialización con la necesidad de colonizar las regiones orientales del país, en primer lugar, Siberia y el Lejano Oriente, ricas en recursos naturales, pero escasas en población. Se basaba en la estrategia económica correspondiente y política de fomentar la migración a éstas.

En la actualidad, en Rusia, la migración interna se ha reducido drásticamente, tiene un carácter espontáneo y orientación territorial sumamente desfavorable. Los especialistas confiesan que, en comparación con la Unión Soviética, la migración interna de Rusia disminuyó casi tres veces, y desde 1994 – una vez y media. El intercambio de la población entre las regiones casi se acabó, y la cantidad de habitantes, que migran de una región para otra, se reduce cada año. Según datos del Laboratorio de Migración de la Población (Academia de Ciencias de Rusia), si en los años 80 del siglo pasado 5 millones de personas anualmenete cambiaron su lugar de vivir, en los años 90 el número redujo hasta 3 millones, y ahora menos de 2 millones se van de su lugar de origen lo que corresponde al nivel de 1897. La única

diferencia es que los ciudadanos en aquel entonces representaron sólo el 15% de la población⁸.

Tiene lugar la migración desde las regiones orientales al oeste, a las regiones de Rusia Central. El más rápido pierden la población Siberia, el Lejano Oriente y los territorios del norte. Es especialmente peligroso porque la salida se está produciendo en el ambiente de disminución natural más rápida que en promedio en el país. Por ejemplo, en 16 años (1991-2007) la población del Lejano Oriente ha disminuido en un 18% siendo el índice promedio nacional el 3,3%⁹.

La característica distintiva de la migración interna es su carácter pronunciado centrípeto: la gente migra a las regiones centrales de Rusia, principalmente a Moscú agravando la desigualdad territorial y despoblando la periferia en favor del Centro. Por ejemplo, según encuestas realizadas en Vladivostok (la ciudad más grande del Lejano Oriente), 70% de los encuestados, que querrían quitar su ciudad, preferirían ir a Moscú¹⁰.

Si en la Unión Soviética se pensaba que “una economía en crecimiento debe ser abastecida del crecimiento de la población, y la política social está invocada a estimularlo”¹¹, al pasar en los años 90 al modelo capitalista con la transformación correspondiente de las relaciones sociales, hicieron hincapié excepcionalmente en los mecanismos de mercado. En el ámbito social el Estado declinó toda responsabilidad respecto a la sociedad. Al mismo tiempo, estaba desarrollandose un proceso de desintegración del complejo económico único y destrucción de la base productiva acompañado con la privatización de la propiedad nacional, desaparición de muchos centros industriales y agrícolas y eliminación de los empleos. Todo esto llevó a un deterioro fuerte de la situación social y económica de la mayoría de gente. La destrucción del espacio económico único ha llevado al aislamiento de las regiones y la formación de mercados de trabajo bastante cerrados. La ausencia del mercado de vivienda desarrollado, altas tarifas de transporte y falta de política estatal para incentivar la migración interna no favorecen la movilidad de la gente.

MIGRACIÓN LABORAL: CARACTERÍSTICAS Y CONSECUENCIAS

Los especialistas coinciden en que entre los datos oficiales y las dimensiones reales de la migración laboral en Rusia existe una gran diferencia. El número de los inmigrantes ilegales es varias veces mayor que el número registrado, aunque las estimaciones de los primeros son muy aproximativos y pueden variar mucho en función del origen de datos.

La cantidad de los inmigrantes laborales, que trabajan oficialmente, es cada vez más. En 2007 ellos fueron 1,7 millones. Pero como antes esta cifra representa sólo una pequeña parte del proceso real: el número de los inmigrantes ilegales en Rusia es de 3,7 a 10 millones, según las diferentes estimaciones periciales¹². La afluencia creciente de los inmigrantes se da a causa del sistema económico establecido, que hace más beneficioso el uso del trabajo ilegal, y la apertura de las fronteras rusas con los países de CEI, los ciudadanos de los cuales pueden llegar a nuestro país sin visas.

Los inmigrantes se distribuyen territorialmente con mucha desigualdad. El flujo migratorio principal está orientado al Distrito Federal Central que acoge unos 40% de todos los inmigrantes documentados. Dentro de éste el polo de atracción es Moscú que concentra casi la tercera parte de los migrantes laborales extranjeros¹³. Por lo tanto son totalmente inadecuadas esperanzas de los que abogan por la inmigración como remedio de reponer la población de las regiones poco habitadas y estando en perder gente.

La inmigración laboral ejerce mucha influencia en la economía y situación social del país. Muchos especialistas reconocen su influencia más negativa que positiva. Ella agrava la tensión en el mercado de trabajo formal, aumenta el desempleo en la economía legal, así como reduce la gobernabilidad y exagera la tirantez en la sociedad. La intensificación de los procesos de inmigración ilegal está relacionada directamente con la ampliación de los procesos sumergidos en la sociedad rusa. A su vez la inmigración ilegal resulta ser el suministro complementario permanente para la economía sumergida. Esto lo confirman las encuestas de los funcionarios públicos cuya mitad habla de que la esfera principal de empleo para los inmigrantes es el sector clandestino¹⁴.

La mano de obra ilegal contribuye a crear en el país un estrato específico social cuyos intereses muy a menudo disienten de los intereses de la población nativa y que es utilizada por las diversas fuerzas para hacer sus propios negocios. El labor de los inmigrantes lo usan funcionarios corruptos y algunos empresarios. Los primeros se apropian una parte de sus salarios que les corresponde por cumplir un trabajo determinado, los segundos aprovechan a los inmigrantes, sobre todo ilegales, para reducir los costes, transfiriendo, de este modo, una parte de su negocio en el sector informal. Ellos frecuentemente engañan a los trabajadores y no les pagan por el trabajo cumplido o pagan no toda la suma. De acuerdo con las encuestas oficiales (2006), sólo la mitad de los inmigrantes ilegales encuestados cree que va a recibir el dinero. Si estos inmigrantes no tienen sus propios medios de subsistencia, cayen en plena dependencia de su empleador¹⁵.

Las horas extras sin ningún pago adicional es la práctica habitual de empleo no registrado. Sólo al 20% de los inmigrantes se les paga por horas extras. Un 5% confesó que tenía que trabajar sin pago alguno lo que, según todas las normas, se puede clasificar como el trabajo forzoso. Otra característica típica del empleo informal es la dependencia fuerte del empresario con respecto a las condiciones no relacionadas directamente con el proceso de trabajo. Al 20% de los inmigrantes el empleador les da de comer, al 37% abastece de vivienda, al 12% - de servicios de salud. Tal práctica contribuye al aislamiento y dependencia total del inmigrante de su patrón¹⁶.

Y aquí cabe señalar que no es rasgo de la inmigración en Rusia. Es común para muchos países desarrollados. Según el profesor Sergey Ryazantsev, uno de los expertos principales en los problemas de demografía y migración, todo lo negativo que enfrentan los trabajadores ilegales en Rusia, lo tropezan los rusos que “currelan como un burro” en los países desarrollados de la Unión Europea o los Estados Unidos.

La inmigración ilegal agrava la situación criminal en la sociedad. En torno de los inmigrantes se estableció un gran negocio tanto legal como ilegal que, teniendo sus propios intereses egoístas, está interesado en su existencia y intranquiliza constantemente la opinión pública, convenciendolos a todos de que la situación con la fuerza laboral es fatal y que la economía rusa “se muere” sin inmigrantes.

Satisfaciendo las necesidades inmediatas del mercado, orientando ciertos sectores económicos (transporte, construcción, servicios públicos) a la mano de obra barata y de baja calificación, favorecen a consolidar la estructura económica atrasada para la cual es característica la baja productividad y el desarrollo extensivo. La oportunidad de utilizar el trabajo barato de los inmigrantes reduce los estímulos para aumentar aquella y pasar al desarrollo intensivo.

La atracción a los inmigrantes exclusivamente a los empleos mal pagados y de baja calificación corrompe a la gente y deforma su conciencia, lleva a aparecer en la sociedad el fenómeno de racismo social. La gente, en primer lugar, los jóvenes, empiezan a acostumbrarse a la idea de que hay esferas de trabajo no prestigioso, el trabajo en las cuales es el destino supuesto de los migrantes, no se dan cuenta (o prefieren no verlo) de que la sociedad está sumergiéndose en la época de servidumbre, y a veces, se puede decir, en la esclavitud.

Y se puede discutir con las teorías modernas occidentales y sus adeptos en otros países, incluido el nuestro, que están convencidos unívocamente de

que la migración es beneficiosa tanto para los países de acogida como para los países de origen, que ésta no tiene ninguna influencia negativa en el nivel de desempleo y salarios en los países receptores¹⁷.

En el Informe de la Organización Internacional para las Migraciones se dice que los científicos de los EE.UU., usando la metodología neoclásica que se basa en apreciar la relación entre “beneficios y pérdidas”, argumentan que los beneficios de liberalización del régimen migratorio será 25 veces mayor que los de liberalización de los mercados de mercancías y finanzas (se basan en el hecho de que la relación entre los salarios de trabajadores calificados en los países desarrollados y en desarrollo es de 10:1, y la relación entre los inventarios y activos financieros es de 2:1)¹⁸. Estos cálculos nos muestran muy claro quien recibirá los beneficios mayores económicos después de liberalizar la política migratoria.

Sin embargo, los expertos de la OIM señalan, que estos modelos teóricos y análisis ignoran totalmente los costes o las consecuencias negativas de la migración, entre las cuales son no sólo una carga adicional sobre la infraestructura social y económica de los países receptores sino también la diferencia entre las tradiciones culturales, étnicas y religiosas de los migrantes y las indígenas¹⁹.

El ejemplo de Rusia nos dice que es imposible, como lo hacen los expertos occidentales, principalmente los economistas, de examinar y evaluar la migración como una especie de fenómeno “objetivo” global valiéndose de la correlación entre los beneficios y pérdidas económicas en el espacio de mercado mundial. La migración, que lleva en sí el componente étnico, puede convertirse (y lo está haciendo) en un factor poderoso de debilitar y destruir el Estado-nación. Detrás de la discusión sobre los problemas migratorios, así como de los problemas demográficos en general, están los intereses globales. En nuestro país, por ejemplo, “... la situación demográfica ha sido el objeto del debate conceptual (de mundividencia) cuyo fundamento es la actitud hacia su pueblo, el problema de si se sigue existiendo Rusia como el sujeto independiente en la historia”²⁰.

La situación se ve agravada por estar desarrollándose los procesos migratorios en el ambiente de degradación espiritual, psicológica y física de la población nativa, y en primer lugar los rusos, que la primera vez en su historia representan el 80% de la población total y que son el pueblo constitutivo; en el ambiente de erosión de la identidad nacional y pérdida del norte axiológico, y a veces en la atmósfera de rusofobia demostrativa que difunden no sólo los medios de comunicación sino también se puede

escuchar de la boca de los representantes de la élite gobernante. En esta situación es difícil de esperar que la gente nativa tenga una actitud benévola hacia los migrantes. En éstos ella empieza a ver la fuerza que la desaloja de su propio país.

A pesar de que hay gente que quiere retratar a Rusia como un país de migrantes, no lo era nunca. Incluso los representantes de los pueblos otrora nómadas hace mucho tiempo habían dado un paso a la vida sedentaria. Lo que se refiere al pueblo ruso, la aspiración a migrar no era su cualidad característica a lo largo de su historia a partir de la distribución espacial de los eslavos.

Los migrantes de hoy, de la segunda oleada, a diferencia de los migrantes de los años 90 son gente de otra generación, que crecieron en un sistema completamente diferente, que conocen el ruso mal, así como las tradiciones y costumbres del país al que llega. A menudo, los inmigrantes empiezan a establecer sus propias normas e imponer sus reglas de convivencia, haciendo caso omiso de las normas y valores del país de acogida.

La mayoría de los inmigrantes laborales llegan por cierto tiempo, por lo que su actitud hacia Rusia tiene un carácter consumista. Para ellos es un lugar donde se puede ganar dinero lo que determina su actitud. La situación se agrava por verse obligados ellos vivir aisladamente, lo que lleva a la creación de los enclaves étnicos. Para Rusia tal situación nunca era característica, ella provoca rechazo de la población local, intensifica la tensión social.

La fuente especial de migración externa para Rusia es China. La migración china por sus consecuencias y amenazas estratégicas presenta el mayor peligro. Este problema se ha planteado con agudeza en los últimos años cuando algunas regiones de Siberia y del Lejano Oriente, estratégicamente vulnerables por su alejamiento y poca población, se hicieron un tipo de “polígono experimental” para realizar el plan de “expansión pacífica” por parte de China²¹. Con eso las dimensiones de la migración china, que se basa en el apoyo del Estado, están creciendo. Las razones están tanto en las particularidades del desarrollo económico de China como en los procesos que tienen lugar en la misma Rusia. Las reformas económicas chinas, por un lado, exacerbaban en gran medida el problema de emplear a la población excesiva, especialmente en las zonas rurales, y por otro aumentaron la demanda de materias primas.

El negocio chino lleva a consolidar la economía primario-exportadora en esta región. Con faltar el crecimiento industrial en ésta y cerrar las pocas plantas que se quedan, desaparecen los empleos para la población local. Y

ya que no todos están dispuestos de dedicarse a la agricultura o comercio, se intensifica el éxodo de la población en otras partes del país. Los recursos laborales faltantes se sustituyen por los chinos. A la emigración de trabajadores chinos le contribuye el programa de gobierno chino dirigido a estimular la exportación de la mano de obra.

La falta de la estrategia bien definida gubernamental del desarrollo socio-económico de Siberia y el Lejano Oriente, el aumento brusco de los costes de transporte son condiciones adicionales que llevan a su aislamiento del resto del país y acentúan la orientación primario-exportadora de su economía.

Los chinos están dispuestos en mayor grado a formar en los países de acogida diásporas cuyo rasgo es un carácter cerrado compacto de vivir. Afortunadamente, en Rusia todavía no haya tales formas clásicas del vivir chino como “china-town”.

Muchos estudiosos rusos se preocupan por aumentarse la componente clandestina del potencial económico de la diáspora china. Hasta la prensa de “Imperio Celeste” reconoce que muchas empresas de su país en Rusia están realizando las transacciones comerciales falsas, es decir eludiendo la ley. Sólo en Moscú, donde están registradas cerca de 1000 empresas privadas chinas, un 90-95% de sus mercancías no pasan el desaduanamiento²². Para las regiones depresivas y en estancamiento económico, especialmente para Siberia, la inmigración china ya hoy es un verdadero peligro.

Todo lo dicho está estrechamente vinculado con el problema de educación y formación de los profesionales que necesita el país. Imitando la experiencia de los países occidentales en los que el desarrollo de la economía de información (economía del conocimiento) da más importancia y eleva el papel de las profesiones relacionadas con las tecnologías de información y financieras, al haber destruido su potencial productivo, Rusia comenzó a cambiar su sistema de educación, convirtiéndolo en un servicio de mercado. Si antes la educación fue directamente ligada con las necesidades del desarrollo económico, pues ahora ésta, sobre todo, la superior se convirtió en “la educación para la educación”. El prestigio de la profesión está determinado no por su importancia para el país que se mantenga con la política estatal adecuada y formación de la opinión pública, sino más bien por la “moda” y el ejemplo de los países desarrollados que hoy son grupo de referencia para nosotros. Al mismo tiempo están desprestigiadas totalmente las profesiones realmente necesarias para la economía real (ingenieros, técnicos, etc.). Como resultado, con la falta supuesta de fuerza de trabajo tenemos un gran número de jóvenes que recibieron la educación pero saben poco,

tienen muchas ambiciones no adecuadas, y para los cuales no son de prestigio profesiones de maestros, ingenieros, y de cualquier especialidad técnica. Casi tres cuartas de los egresados no trabajan en su especialidad y por lo tanto la educación no tiene mucha importancia en su actividad profesional.

Si revelamos los argumentos verdaderos de los que defienden con rabia la necesidad de la inmigración, comparándolos con la situación demográfica, el carácter de desarrollo económico actual y con lo que está sucediendo en el mundo en general, yo veo en el problema migratorio los motivos más políticos que económicos. Por lo tanto, no podemos reducir el análisis del problema sólo a la demografía y los motivos económicos, significa luchar contra las consecuencias y no contra las mismas causas.

Como cualquier otro problema global, éste exige el enfoque global, más allá de constatar que las migraciones son consecuencia del desarrollo económico desigual. Es necesario analizar lo que estuvo pasando en el mundo en los últimos 20-25 años, como cambiaba el modelo de capitalismo, la sociedad y la actitud hacia la noción de “labor”. Y entonces se revela el interés egoísta de los que abogan por abrir todas las fronteras para los flujos migratorios, aparecerán nuevos enfoques de resolver este problema que se partirán de la búsqueda del camino alternativo de desarrollo, de la búsqueda de “otro mundo que es posible”, como dicen los latinoamericanos.

La migración debe estar subordinada a los intereses nacionales, lo que se presupone su estrecha relación con la estrategia de desarrollo económico. ¿Qué tipo de economía queremos tener, teniendo en cuenta su estructura sectorial y territorial, la cantidad de fuerza laboral que esta economía va a ocupar, y distribución espacial de aquella. Y sólo después, si resulta que se necesitan inmigrantes, se debe desarrollar la política migratoria al respecto. Los intereses de su propia población hay que tomarlos en consideración en primer lugar, porque de eso, al fin y al cabo, depende la supervivencia del Estado nacional. En este caso, debemos renunciar al concepto de “migración de reemplazo” que se basa a la simple sustitución cuantitativa de la población degresiva por los inmigrantes según el principio: en cuantas personas la población disminuyó, a tantos inmigrantes hay que invitar. La inmigración debe ser “compensadora” es decir basarse en las necesidades concretas de la economía en la fuerza laboral de cierta calificación. Es imposible llevar a cabo la política migratoria sin tener la estrategia socio-económica bien elaborada. Aquella debe basarse no sólo en razones económicas sino también debe tener en consideración cómo la migración refleja en la situación social,

como va a percibirla la población natal. Hay que tener en cuenta los factores psicológicos, étnicos, religiosos.

Es posible y necesario de influir en los procesos demográficos, porque la conservación del potencial demográfico y laboral junto con la conservación del potencial defensivo, el equilibrio geopolítico, la normalización de la distribución territorial (principalmente la población de las regiones fronterizas) debe ser clasificada como uno de los valores fundamentales para cualquier estado soberano²³.

Por último, el trato de los migrantes en Rusia depende no sólo de la situación económica sino también de la situación social y psicológica, de cómo la gente va a sentirse en su propio país. Sólo en este caso ella no va a percibir a los inmigrantes como competidores que tratan de expulsarla de su Patria.

NOTAS

* Este artículo está escrito a base de la ponencia presentada en el Congreso Internacional «Las cicatrices en la historia: fronteras, migraciones y desplazamientos» que tuvo lugar en Bogotá en septiembre de 2011.

¹ *Азиатское+анекдотическое+Диннэ. I.*, 2008, н. 727.

² Sepúlveda Escobar Santiago. Migraciones en América Latina. – Análisis y Propuestas. Mayo 2008, p. 2. – www.fesc.cl.

³ *Азиатское+анекдотическое+Диннэ. II.* *Азиатское+анекдотическое+Диннэ. II.* – *Одн. II.* *Азиатское+анекдотическое+Диннэ. II.*, н. 60.

⁴ www.itogi.ru

⁵ <http://readr.ru/anatoliy-vishnevskiy-rossiya-v-mirovom-demograficheskom-kontekste.html?page=1&submit=it>

⁶ *Азиатское+анекдотическое+Диннэ. II.*, н. 52; *Диннэ. II.* *Азиатское+анекдотическое+Диннэ. II.* *Азиатское+анекдотическое+Диннэ. II.*, 2011, н.6.

⁷ http://www.polit.ru/article/2008/01/21/demoscope315/#_ftnref1

⁸ *Италия* *ежашне*, 11.04. 2007 – <http://www.demoscope.ru/weekly/2007/0285/gazeta022.php>

⁹ *Ibidem.*

¹⁰ *Ibidem.*

¹¹ *Азиатское+анекдотическое+Диннэ. II.*, н. 49.

¹² <http://institutions.com/general/1060-trudovaya-migraciya-v-rossii.html>

¹³ *Джардана. N.*, *Ошты* *Б.* *Европейские* *и* *азиатские* *в* *Диннэ*: *азиатские*, *интернациональные* *и* *национальные* *и* *азиатские* *и* *азиатские*. *I.*, 2010, н. 55.

¹⁴ *Ibid.*, p. 611.

¹⁵ http://www.polit.ru/article/2008/01/21/demoscope315/#_ftnref6

¹⁶ *Ibidem.*

¹⁷ Haisken-DeNew J. P., Zimmerman K. F. Wage and mobility effects of trade and migration, CEPR Discussion Paper 1318, London 1995; Brücker Herbert. The Employment Impact of Immigration: a Survey of European Studies, 2002.

- ¹⁸ IOM. World Migration. Costs and Benefits of International Migration. Geneva, 2005, p. 164.
- ¹⁹ Ibidem.
- ²⁰ Ἀνατολική Ἀνατολική Ἰαπωνία Διημέριον, ἡ. 61.
- ²¹ Δύση. Ἡ., Ὁμότιμος Βί. Ὁμάς. ἡ., ἡ. 5.
- ²² Ὁμάς, ἡ. 70.
- ²³ Ἀνατολική Ἀνατολική Ἰαπωνία Διημέριον, ἡ. 33.

Lembranças de Jó nos Tempos da Aids

José Henrique Lobato Vianna, psicólogo, Doutor em Psicologia Social pela UERJ, Mestre em Memória Social pela UNIRIO, Especialista em Saúde Mental pelo IPUB/UFRJ e em Psiquiatria Social pela ENSP/FIOCRUZ.

RESUMO:

Lembranças do cuidar, orar, tratar, ouvir, pedir, suplicar se misturam formando, deformando e reformando pensamentos e porque não dizer, também sentimentos. A escuta para com os relatos de pessoas soropositivas naquilo que diz respeito aos conflitos baseados na crença e na fé religiosa foi fonte inspiradora e instigante na confecção deste texto. Tais experiências nos aproximaram da narrativa bíblica da história de Jó, homem temeroso e devotado a Deus que passa por dores insuportáveis ao longo da vida e mesmo assim não perde sua lógica de existir. Jó e o soropositivo, ambos caminhantes que fazem o próprio caminhar.

“Enquanto calei, meus ossos se consumiam, o dia todo rugindo”
(Salmo 32, 3)

Trazer ao pensamento questões pertinentes a aids¹, doença que a cada dia atinge muitas vidas, nos faz chegar perto de um dos textos mais instigantes da Bíblia: o livro de Jó². Ambos, Jó e o soropositivo, com suas peculiaridades, podem nos remeter a espaços da memória em que a própria vida nos faz confrontar: as reminiscências da dor, as lembranças do sofrimento. O livro-poema de Jó (possivelmente escrito por Moisés), devido ao tom patriarcal do relato, traz em seu bojo diálogos que impulsionam o leitor a passar por várias situações. Ora se vê um Jó enfraquecido com o que o consome, ora se vê um homem que luta bravamente contra um discurso que valida a dor, o sofrimento, a morte. Seriam esses, advindos de um castigo divino aos excessos do homem. Com essa variação dialógica³ no livro de Jó, pretendemos nos inserir num outro espaço de memória com uma história um pouco mais recente, mas não menos “contagante”: a da aids.

Pensar a metáfora⁴ da dor, do sofrimento em Jó e na pessoa portadora, sintomática ou não, da aids é aproximar relatos que a princípio poderiam parecer totalmente equivocados ou inapropriados, visto que ambos têm

espaços e personagens distintos. Problematizar tais acontecimentos nos parece uma tarefa um tanto quanto difícil, na medida em que outras noções discursivas podem ser apresentadas, como por exemplo, a teológica para com o livro bíblico ou a médica para os sintomas provenientes da aids. Ambos os discursos têm a sua propriedade, mas aqui não tomarão forma, visto que não é nossa intenção. Intencionamos ir pelo caminho aonde a polifonia de vozes⁵ se torna presente, aonde possamos apresentar alguns dos discursos que constroem a subjetividade⁶ de um soropositivo, tentando fazer um paralelo com uma construção literária que nos é apresentada na narrativa de Jó.

O livro de Jó, por estar estruturado em vários diálogos e várias vozes, nos faz pensar em quão próximo está do soroconvertido, no que condiz ao sofrimento humano. Vozes essas que se entrecruzam na construção da subjetividade humana: em Jó, no soropositivo, em todos nós. Na aids, percebemos que algumas dessas vozes avassalam e atemorizam seus interlocutores.

Gondar⁷ aponta que “pensar implica em esquecer, segregar, excluir”. Para ela, esquecimento faz parte da memória; esquecemos porque é impossível lembrarmos tudo. Seria um fardo guardarmos a todo o momento os acontecimentos diários em toda a sua proporção. Esquecer e lembrar, esses são os movimentos contínuos de nossa memória; a lembrança da aids pode nos tomar por inteiro e, a seguir, a excluirmos de nosso pensar. Lidar com a dor e o sofrimento numa cultura narcísica, onde se impera a necessidade de um “corpo sadio”, é viver, por vezes, na exclusão e na segregação, visto que a mesma não se vê capaz de assistir a quem foge o padrão preestabelecido. Mas trazer à cena essas “vozes”, que não se intimidam e teimam em reclamar pelo espaço nas lembranças, nas lembranças, é trilhar caminhos aonde esse esquecer e esse lembrar também se configuram. Vozes que ora surgem como ameaça, ora como dignificação, demarcando espaços ao nível da subjetividade.

Com a propagação da aids o que poderíamos pensar no que concerne ao lembrar e ao esquecer? O que ela pode trazer no plano da construção subjetiva? Quais fatos proporcionariam o lembrar ou o esquecer em sua confirmação? A dor, o sofrimento, a vida e a morte?

Uma memória marcada pelo martírio da dor e da discriminação perpassando subjetividades. A aids assumiria o lugar que outrora fora de outras doenças. O papel incontestado do “grande mal” se transporia para seu território. Susan Sontag diz que: “a ideia de doença como castigo é a mais

antiga explicação da causa das doenças” (Sontag, 1989: 54). Essa percepção constituía as construções subjetivas demarcando espaços. Em tempos idos a “peste”⁸ fora associada a lepra, a cólera, a tuberculose, ao câncer. Na modernidade, com o surgimento da aids, essa ideia é re-lembrada, seus significados são, não meramente, parecidos como os das outras doenças apontadas anteriormente. Onde sua vinculação está associada à estereótipos que expressam a necessidade de segregar, excluir, pôr afastados de nossos olhos. Precisamos esquecer, excluir, segregar aquilo que nos incomoda, que nos atemoriza, como por exemplo, a dor advinda de uma doença.

A aids se instala criando várias considerações acerca de seu surgimento e propagação, muitas vezes construindo pensamentos que repelem o soropositivo, devido ao temor do contágio. Ao nível do imaginário coletivo, segundo Parker, ela se estabelece sob o tripé “morte, sexo e medo de contágio”. Essa ideia passa a ser o pilar que sustenta o preconceito, incapacitando pessoas, imobilizando-as na própria noção de doença e as impedido de serem o que são, independente da sorologia.

A equação aids = morte se torna uma pecha, um erro de percurso na vida do cidadão. O soropositivo passa a ser visto como um ser defeituoso próximo ao fim. Com a contaminação seu veredicto está decretado: a morte. Temos acompanhado relatos de pessoas que demonstram, a cada dia, o quanto isso não é verdadeiro. Aids não é igual a morte; muitos trazem o lema do viver com aids como bandeira e, é disso que transformam opiniões acerca do vírus.

Herbert Daniel num dos ensaios que aborda a questão, diz:

“Doente, a gente fica. Morrer, toda a gente vai. No entanto, quando se tem aids, dizem más e poderosas línguas que a gente é ‘aidético’ e, para fins práticos, carrega um óbito provisório, até o definitivo passamento que logo virá. Eu, por mim, descobri que não sou ‘aidético’. Continuo sendo eu mesmo. Estou com aids. Uma doença como outras doenças, coberta de tabus e preconceitos. Quanto a morrer, não morri: sei que a aids pode matar, mas sei melhor que os preconceitos e a discriminação são muito mais mortíferos. Quando morrer, que a morte me seja leve, mas não vou me deixar matar pelos preconceitos. Estes matam em vida, de morte civil. A pior morte. Querem matar os doentes de aids, condenando-os à morte civil. Por isto, desobedientemente, procuro reafirmar que estou vivíssimo. Meu

problema, como o de milhares de outros doentes, não é reclamar mais fáceis condições de morte, mas reivindicar melhor qualidade de vida” (Daniel, 1994: 9).

Daniel em 1989 descobre ser portador do hiv⁹. Em quarenta segundos o médico lhe dá a notícia, passa a receita e cobra o valor da consulta; por quarenta segundos ele se viu desesperançado, morto. A maneira como o profissional lidou com a questão foi posta a prova por ele. Daniel o viu como uma pessoa desumana, incapaz de entender a perplexidade que o acometia, naquele momento, em se ver portador da aids. A doença que Daniel tenta por em análise é a da indiferença, a da falta de humanitarismo, de solidariedade. Sua maneira de não se deixar abater e de mudar a ideia preconceituosa em relação a aids foi falar da vida e construí-la a cada instante: “Com muito prazer combato nessa luta. No corpo. E naquilo que, além do corpo, garante seu prazer: a liberdade. Ou, como queiram, a vida antes da morte” (Daniel, 1994: 8).

Poderíamos pensar que essas considerações, a respeito da contaminação e seus efeitos, são formas de se controlar o desejo?

Os corpos¹⁰ amansados se amoldariam aos discursos norteadores dos afetos, sem queixas, reclamações ou qualquer coisa que o valha, visto que já não encontram razões para o questionamento. Pensemos, então, numa pessoa portadora do vírus, acrítica, sem conhecimentos de seu corpo, de seus desejos, a ela o tipo de discurso orientado pelo preconceito poderia ser algo catastrófico. À medida em que interioriza, as considerações externas se encurvam a elas, deixando-as sucumbirem. Discursos que se perfilam sob o ideário da exclusão, da segregação, do esquecimento. É na penumbra, longe da vista dosãos, que se deve ficar.

Em Jó, vemos o quanto lhe custa se curvar aos ditames sociais; para ele, é insuportável ficar a margem dos acontecimentos; por isso, seu arroubo de afetos o faz desconstruir as amarras da opressão. Sua história tenta trazer à memória o padecimento não caracterizado meramente pela queixa, mas sim pela reivindicação do respeito, da dignidade. Ele reclama por estar no espaço dos acontecimentos sociais, e não fora dele. Não aceita a exclusão; ao contrário, a refuta. Passemos, então, à sua história, às suas lembranças e ao que ela pode nos remeter ao universo dos portadores do vírus da aids.

Na leitura do texto bíblico¹¹ do livro de Jó, vemos como ele lida com o seu infortúnio. Após ser posto a prova por seu deus, Jó, segundo o texto, o homem mais rico do Oriente, vê-se diante de várias provações

para que afirme a sua fé. Perde propriedades, bens materiais e os filhos. Sua história é atravessada, num primeiro momento, pelo diálogo entre Satanás (que significa “o adversário”) e Iahweh¹². O primeiro, após seus vários passeios pela Terra, vem ser juntar a Iahweh. Jó é o norte de tal argumentação; sua vida é passada a limpo. Iahweh diz a Satanás: “Reparaste no meu servo Jó? Na terra não há outro igual: é um homem íntegro e reto, que teme a Deus e se afasta do mal” (Jó 1, 8). Por sua vez, retorquiu Satanás, apontando para as diversas proteções erigidas por Iahweh, sobre Jó. Devido a isso, ele não se voltava contra Iahweh, assim era o que Satanás argumentava. Este último pede a Iahweh para que ponha Jó a provas, pois somente a partir disso se poderia medir a grandeza de sua fé, de sua integridade d’alma e de seu amor para com Deus. Assim o é feito! Além das perdas que já havia passado, ele sente em sua própria carne as dores da doença. Diz o texto que Satanás, tendo o consentimento de Iahweh, “feriu Jó com chagas malignas desde a planta dos pés até o cume da cabeça” (Jó 2, 7), pois argumentava que, ferindo-o na carne, nos ossos, ele lançaria impropérios sobre a face divina. Jó é lançado na dor da carne, no sofrimento da alma. A lepra toma-lhe a vida.

Nessa parte da narrativa, podemos abrir uma questão: o que isso tem haver com a aids? Onde Jó se aproxima do soroconvertido?

Na fala de alguns portadores do hiv/aids¹³, podemos identificar a dúvida que pairava pelo fato de se verem soropositivos. Um discurso por vezes marcado pelo medo, pela incredulidade, pelo espanto, pela angústia. Uma lembrança do divino também surgia; afinal de contas, a construção subjetiva dessas pessoas fora marcada pelo ideário religioso e Deus tomava forma em seus pensamentos quando se confrontavam com a nova realidade: a descoberta da sorologia positiva. “Por que Deus fez isso comigo?”, era uma das expressões mais marcantes. Confrontavam-se com a ideia de punição. Como Jó, que fora posto a prova, o soropositivo também se apercebia punido por algo ou por alguém, e tentava, num primeiro momento, entender o porquê dessa contaminação. Que mal havia feito ele para se ver à prova?

No texto, vemos um Jó que não tinha entendimento sobre o que havia cometido para passar por tantas agruras, já que era reto e íntegro perante os preceitos divinos. “Se falo, não cessa minha dor; se me calo como ela desaparecerá? Mas agora ela me extenuou; feriste com horror tudo o que me cerca e ele me deprime” (Jó 16, 6-8). Mais adiante, continua seu apelo, dizendo: “Meu rosto está vermelho de tanto chorar e a sombra pesa

sobre minhas pálpebras, embora não haja violência em minhas mãos e seja sincera minha oração. Ó terra, não cubras meu sangue, não encontre meu clamor um lugar de descanso! Tenho, desde já, uma testemunha nos céus, e um defensor nas alturas; intérprete de meus pensamentos junto a Deus como se julga um pleito entre homens. Porque passarão os anos que me foram contados e empreenderei a viagem sem retorno” (Jó 16,16-22). Ele advoga para si, na esperança de ser ouvido, para que Iahweh abrande suas dores. Solicita que seu pedido não seja posto por terra, jogado fora. Para ele, Deus não pode ignorar sua súplica, sua queixa.

Lidando com pessoas soroconvertidas, pudemos perceber em determinados momentos falas próximas a isso, no sentido que elas traduziam pedidos de conforto, alento para aquilo que viviam. Pedido ao Ser que a eles um dia fora apresentado e que naquele instante, em que se viam no desespero pelas incertezas do próprio adoecer, era evocado, rememorado.

Ambos, Jó e o soropositivo, passam por provações. Jó, com a lepra, e o soropositivo com o hiv/aids; ambos lutando contra alguns “inimigos”. A metáfora¹⁴ no que concerne a doença e aqui, especificamente, a aids, é apresentada das mais variadas formas, como, por exemplo comparar os soropositivos como guerreiros que a cada dia têm que lutar contra um terrível inimigo: o vírus. Guerra máxima que tem matado muitos seres. Uma “bomba” que cai e destrói tantas ideias e ideais, assim poderíamos dizer quando da descoberta da contaminação para algumas pessoas. Podemos pensar, também, que a intolerância, o preconceito, a discriminação surgem como “armas” ameaçadoras da própria existência, no que concerne ao respeito à diferença, ao outro, visto que muitos sucumbem devido a isso, não suportam os olhares inquiridores e desabonadores. Jó também convive com tais olhares; sua estratégia é o ataque, não se deixa levar pelos discursos que seus amigos trazem.

Na narrativa bíblica Jó vem a receber certo conforto de seus amigos: Elifaz de Temã, Baldad de Suás, Sofar de Naamat e Eliú; estes são novas vozes que surgem, marcando a narrativa bíblica. Estes vêm, segundo o texto, após terem cumprido os rituais de lamentação. Começam lhe incentivando a ter paciência, pois Iahweh jamais feriria alguém sem ter um porquê, um sentido para tal fato. Para eles, tudo teria um significado. A dor, portanto, também teria o seu. Assim sendo, Jó era acometido de tal flagelo devido a alguma infração anterior. Algo deveria ter feito contra os preceitos divinos para ter que padecer de tantas dores. A teologia da época era marcada pelo olhar da recompensa. Deus dava mais a quem mais

merecia, seja riqueza, pobreza, saúde ou doença. A Teologia da Retribuição¹⁵ delegava a Iahweh o que cada filho Seu viveria. Se alguém era pobre ou rico, assim o era “por merecer”. Isso também se estendia para a saúde ou a doença. Aqueles que eram sãos, tinham a proteção do divino, pois eram “retos”, nada os afligia, Iahweh os abrigaria em seu “seio protetor”; aos doentes, o oposto: tornavam-se assim, pois “mereciam” e tinham que sofrer os martírios para se purificarem aos olhos divinais. Deus nunca poderia ser tido como injusto em tal crença. Uma cultura baseada na expiação da culpa, podemos dizer, estava ali presente.

No que tange ao significado da dor para o homem podemos pensar naquilo que Borges¹⁶ discorre sobre o livro de Jó. Ela aponta para uma necessidade da humanidade em dar um significado para seu próprio sofrimento. Segundo tal autora, tornamo-nos Jó todas as vezes que somos impelidos, por nosso “deus-satã” interno, a ousar ultrapassar as barreiras que nos constituem enquanto seres pertencentes a uma coletividade. Perdemos, provisoriamente, todo conteúdo que dá sentido e valor à nossa existência. O confronto é o centro de tudo, como um lar às avessas, sem mais tetos que nos abriguem dos infortúnios da vida. Seríamos, a partir disso, impelidos a buscar o conhecimento de nós mesmos e do outro, desejosos em dar significados para esse vazio da alma. Outros sentidos seriam dados ao discurso do sofrimento como, por exemplo, o discurso da recompensa.

Com tal argumentação – o da recompensa – chegamos ao pensamento acerca da questão do poder¹⁷, que pode circundar o discurso religioso. Por vezes, ele aparece de forma clara, onde se pode perceber seu intuito moralizante e cerceador das ações; por outras, é a sutileza que o marca, pois não se apresenta de forma tão esclarecedora; isso só se é visto nas entrelinhas, lá é que se vislumbra o seu ideário. O poder que o discurso religioso tem ao predizer o que é correto ou não faz com que muitos seres crentes a um deus se vejam expostos ao conflito. Por exemplo, ao apontar para a sexualidade e suas formas de expressão, o homem detentor do discurso religioso posiciona seu fiel às leis, reprimindo qualquer tipo de investida pelas lembranças do prazer carnal.

Foucault aponta para “uma verdadeira explosão discursiva” em torno do sexo, a partir do século XVIII. Para o autor, a implantação do sacramento da confissão, depois do Concílio de Trento, faz multiplicar o discurso acerca do sexo, incitando a falar cada vez mais dele. Com a Contra-Reforma acelera-se o ritmo da confissão anual, nos países sob orientação católica. Diz o autor:

“O sexo, segundo a nova pastoral, não deve mais ser mencionado sem prudência; mas seus aspectos, suas correlações, seus efeitos devem ser seguidos até às mais finas ramificações: uma sombra num devaneio, uma imagem expulsa com demasiada lentidão, uma cumplicidade mal afastada entre a mecânica do corpo e a complacência do espírito: tudo deve ser dito. Uma dupla evolução tende a fazer, da carne, a origem de todos os pecados e a deslocar o momento mais importante do ato em si para a inquietação do desejo, tão difícil de perceber e formular; pois que é um mal que atinge todo o homem e sob as mais secretas formas” (Foucault, 1988: 23)

A carne, como o lugar do pecado, está sujeito à repressão e ao controle. Assim sendo, as pessoas, crédulas do discurso religioso, deverão seguir à risca a todos os preceitos ditados pelas autoridades máximas do universo teológico, sob efeito de punição caso isso não se concretize.

Boff diz que o pecado é uma categoria que surge com a tradição judaico-cristã, onde se procura interpretar a dramaticidade da própria humanidade. Para ele,

“A condição humana, em qualquer nível que a experienciemos, se constitui num drama cheio de paradoxos. No sentido etimológico desta palavra, apresenta-se simultaneamente como *sim-bólica* e *diabólica*. Por um lado mostra tendências de amorização, de cooperação e sinergia (momento simbólico; em grego *simbólico* significa o que congrega), por outro revela dimensões de exclusão, de ódio e de destruição (momento diabólico significa o que desune e desagrega). Ambas as dimensões convivem simultaneamente no mesmo sujeito humano “ (Boff, 2000: 21)

Congregar e desagregar, lembrar e esquecer, pontos que norteiam comportamentos onde a dimensão de fé se torna objetiva e contundente. Faz parte da memória – o esquecimento – como comentamos no início do texto. A correlação entre essas noções pode nos direcionar para espaços onde a cultura religiosa tem seu domínio. Lembra-se ou se esquece do divino, podemos então dizer.

Como Boff apregoa, o ser humano vive em condições de paradoxo, ora se desligando, ora se religando. Em seu próprio drama, o homem passa por várias searas. Ao se confrontar com a própria fragilidade, ao se

ver doente, por exemplo, o homem pode suscitar marcas, lembranças de sua vida onde predominem os registros de cunho religioso. Esse, pode vir repleto de considerações, abarrotado de leis ou dogmas que determinam suas atitudes. O lembrar e o esquecer tomam posse desse território, ou seja, a ideia de pecado pode suscitar comportamentos, impondo sanções ao homem e estabelecendo a ideia de culpabilização, ou ser banido para espaços recônditos, longe das ameaças da memória, das lembranças de tradição religiosa.

Em Jó, vemos como ele enfrenta tal situação. Ele vai numa rota que, por vezes, colide com tal poder discursivo, visto que enfrenta a ideia teológica predominante, ou seja, o da Teologia da Retribuição, e tudo o que dela advinha. Jó não aceita tudo tão solenemente, tão pacificamente. Sua marca é a da quebra dos conceitos, ruptura com a teologia oficial. Por algum tempo, ele insiste em ver Iahweh como todos os outros homens religiosos de sua época o viam: um deus que discriminava os homens em retos e pecadores. Para ele, Deus determinava as coisas por meio da observância das leis morais. Com seu próprio martírio começa a contestar tal crença. Deus é por ele posto à prova. Inversão de atitudes? Como ele parte para tal embate?

Podemos pensar que, devido à própria experiência do sofrer, seu contato parece ser mais direto, sem receios de retaliações. Na busca de respostas pela contaminação da aids, Deus surge, também, sujeito a indagações nos discursos de pessoas portadoras do hiv/aids. A dor é o ponto que é início de tal confronto.

A dor humana é exposta de forma poética em Jó; podemos perceber que em muitos soropositivos isso também se dá. Seus discursos atravessam os campos da vida; mesmo sofrendo, vivem. Isso pode, de certa forma, habilitar-nos a pensar na possibilidade de apontar para a positivação da vida, mesmo sofrendo de males incuráveis.

Em Freud, vemos a ideia de sofrimento como uma sensação que só existe na medida em que o sentimos, e isso se dá de acordo com a regulação de nossos organismos. Para ele:

“O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertência; do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente,

de nossos relacionamentos com os outros homens “ (Freud, 1974: 95)

O sofrimento é a marca do humano, é o mal-estar ao qual Freud se refere. Registros que imprimem a dor, ocasionando por vezes a paralisia dos movimentos e inibição dos afetos. Para ele, vivenciamos isso em três direções: em nosso próprio corpo, com as variações de humores ou algo mais; no mundo externo, com as ações do tempo; e na relação com os outros homens e seus possíveis desdobramentos.

De acordo com Kübler-Ross¹⁸, urge falarmos de nossas dores. A gravidade de uma doença ou mesmo a morte, segundo ela, devem ser faladas, pois assim lidaremos melhor com algo que, para muitos, é um martírio: a finitude. Conforme tal autora, inconscientemente nos vemos como seres infinitos, não existindo um *findar*. A morte é algo que podemos pensar, vem “ocupando” um espaço afastado da memória. Pô-la em análise é algo impensável para muitos, como se ao não comentar ela passa a não existir. Fora da consciência, da lembrança ela inexistente. Por que isso é uma característica cada vez mais presente na contemporaneidade?

Podemos pensar que tais questões são oriundas devido à forma mecânica e desumana, que se lida com aqueles que estão acometidos por doenças graves, aqueles que se apresentam já desenganados. Onde cada vez mais as relações se estabelecem como utilitaristas, e não na base da troca. A morte, nesse pensamento, parece ser presumida. O morrer em paz, no seio da família, quase já não existe mais, pois as pessoas cada vez mais se distanciam desse acontecimento. A morte é algo a ser afastada para bem longe. Tubos, aparelhos e macas surgem como os cúmplices dos últimos instantes de vida de um ser. Os corpos são, poderíamos dizer, como também as máquinas, meras mercadorias nessa trama social. Perde-se a dignidade ao estar doente, ao estar expirando.

Lidar com o sofrimento, com o padecer, é algo que Jó faz com maestria; não foge, enfrenta. Sua simplicidade ao se confrontar com o desengano nos pode fazer ver o quão está propenso a “não entregar os pontos”. Ele não esmorece quando seus amigos vêm admoestá-lo. Ele luta bravamente contra tais certezas. A doença, portanto, foi por ele encarada frente a frente; ele não quis deixá-la de lado, quis fazer dela sua aliada, e não inimiga. O sentido, o significado que deu para tal fato é o que podemos chamar de positividade da doença; nesse sentido, quebrar a ideia de morte ligada à doença, transformando-a em ideia de vida, ou seja, dizer uma coisa por

outra, é função da metáfora. Alguns soropositivos, que vivem com uma doença que passou da fase aguda para a crônica devido ao grau de eficácia das terapêuticas medicamentosas, estão descobrindo que se pode viver a sorologia positiva, positivamente. Duplamente positivado, este ser pode transformar sua realidade em algo mais próximo da alegria de viver.

Há muito se destacam propagandas que falam do “Viver com aids”. A equação aids = doença = morte tem sido questionada, pois o que acompanhamos, pelo menos no Brasil, é que isso vem se transformando. A associação com a morte ainda é preponderante, mas aparecem novas vozes apresentando novos paradigmas: “Viver com aids. Antes de qualquer coisa, viver”. Com o uso dos chamados “coquetéis” e outras terapias, percebe-se que a aids não é igual à morte, que não são sinônimos. A morte, vista como parte inerente à vida, e não aprisionada a uma doença. Morre-se por que se vive; nada além disso. A morte como algo inexorável, não havendo escapatórias para tal fato, pois ainda não se descobriu a fonte para a infinitude corpórea.

Retomando a Jó, vemos que ele não fica só no campo da discussão com seus amigos. Ele transfere, ao longo da narrativa, sua queixa diretamente para seu deus. Jó volta sua voz para Iahweh. Ele chega, num momento de muita aflição, a ponto de amaldiçoar o dia de seu nascimento. A dor, tanto no corpo como na alma, era insuportável. O que vemos transbordar em seu discurso é a raiva. Raiva por se ver agonizante e impotente perante a dor. Expressava um sentimento que não era muito bem aceito socialmente, mas não se intimidou com isso. O próprio discurso religioso impedia que se falasse disso, pois a raiva era um sentimento que nada tinha de nobre. Mas ele, ao se enraivecer, vai demarcando seu espaço e reconstruindo sua subjetividade. A raiva posta à tona não o torna menor, um reles qualquer aos olhos de seu deus. Iahweh, por meio de uma tempestade, faz-se ouvir. Deus responde aos excessos da linguagem de Jó. Questionando a Jó sobre quem havia feito as maravilhas do mundo, Iahweh chega mais perto. Como um pai que ralha com um filho ao se ver desobedecido, Ele se apresenta à Jó. Pergunta-lhe onde ele estava quando Fizera os fundamentos da terra, os mares, os seres habitantes de tais águas ou as estrelas? Busca respostas como num contra-ataque as provocações de Jó.

De acordo com Dietrich¹⁹, Jó é instado a sair do mundo das certezas inabaláveis e penetrar nos mistérios de Deus; afinal a vida, como a morte, é um grande mistério, divino ou não, mas um mistério. A provocação que Iahweh lhe outorga o faz redefinir os parâmetros de sua vida. A Teologia

da Retribuição está cada vez mais distante de seu horizonte. Deus não é mais visto como repressor, que repreende a cada instante que se comete um sacrilégio. Parece que a ideia que começa a formatar é a de um Pai²⁰ disposto a perdoar a todo instante, independentemente dos “excessos” ou dos “pecados”.

Iahweh não se dispõe a falar apenas com Jó; Ele também expressa sua ideia acerca das atitudes dos amigos de Jó, para com o mesmo. Sua voz faz ser ouvida por Elifaz de Temã: “Estou indignado contra ti e teus dois companheiros, porque não falaste corretamente de mim, como o fez meu servo Jó” (Jó 42, 7). Tal fala leva a crer que Deus refuta uma tradição fechada em si mesma, onde Seu lugar era de mero vingador, controlador das ações e das paixões. Iahweh se apresenta como o Deus da justiça, da equanimidade e, por que não dizer, da saúde. A ideia de que a dor era um merecimento pode então ser questionada.

Podemos pensar aqui, também, que Iahweh questiona um posicionamento excludente e preconceituoso, que atravessava os dogmas da época, pois era o que se percebia nos diálogos dos amigos de Jó para com ele. Tal procedimento margeava o discurso, sinalizando para a segregação e para o isolamento.

Isso está bem presente, segundo Prévost²¹, no drama vivido pelos soropositivos, sujeitos a preconceitos, desconfiança, rejeição, condenação. Assim como Jó, as pessoas que convivem com o hiv e a aids, revivem no próprio corpo este estigma²²: o de ser “doente”. Alguns tentam excluir de suas vistas ou de seus discursos a aids e tudo o que ela traz de mistério.

Jó quase foi posto à revelia pelos seus amigos, não fosse sua inquietante ideia de revidar aos desígnios “pré-moldados” pelos ditames da moral que tais companheiros tentavam lhe impor. Para ele, ser portador de algo considerado como doença não era sinal ou condição para se amofinar na própria doença e fazer disso um escudo protetor para viver; ao contrário, a vida passa a ter um outro sentido.

Ao enfrentar todos os preconceitos, inclusive os seus, visto que também fora criado ouvindo tais orientações teológicas, Jó busca pela sua autonomia, pelo seu crescimento enquanto pessoa.

No fim do livro de Jó a transformação acontece. A ação vislumbra para uma recompensa. Jó, que havia perdido propriedades, animais e filhos, agora se vê adquirindo, de forma duplicada, propriedades, animais, e como anteriormente, tem para lhe alegrar a vida mais sete filhos e mais três filhas.

Poderíamos aqui ter a ideia de recompensa próxima a de reciprocidade.

Presenciamos a mudança que se opera em toda a narrativa no que concerne a própria transformação discursiva em relação a Iahweh. Este se compadece e olha para Sua própria atitude. Como se Ele, num momento reflexivo, se Auto-repreendesse pelo que fizera com o seu servo Jó. Pensamos na recompensa como uma forma de mostrar a vida em sua elevação ao ponto mais alto que pudesse chegar. Jó seria, então, agraciado por ela, em sua plena abundância e beleza.

Ao finalizarmos, trazemos a fala de um portador do vírus da aids, que fez de seu livro um relato de sua empreitada com tal desconhecido. Dreuilhe se remete a Jó para falar da importância do enfrentamento perante a aids. Diz ele: “Como Jó, devemos negar-nos amaldiçoar e concentrar nossas forças para sobreviver até o momento em que Deus e o Diabo se cansam de oprimir-nos, quando o vírus será expulso do Templo profanado” .²³

Ele aponta que não se deve silenciar, assim como o salmista, não adianta “calar, pois os ossos se consumirão o dia todo rugindo”, nosso corpo nos dirá, de alguma forma, que o silêncio nem sempre é regra. Então, a exposição da dor seria o próprio confronto com a impossibilidade, com a impotência. Encará-la, confrontá-la, rebatê-la, seria para ele, cremos que para Jó também, a saída.

Dreuilhe faz parecer em sua fala que vê o corpo, tanto o de Jó quanto do portador do hiv, como um “templo profanado”. Este “templo” deve ser cuidado, respeitado na sua mais pura integridade. Como se, ao comparar corpo com templo, apontasse para a possibilidade “miraculosa” da cura, algo tão almejado, mas ainda, um tanto quanto distante. Além disso, é como se falasse de um deus, tal qual o da Retribuição, que se cansa de oprimir e é tomado pelo clamor do suplicante e traz o conforto. “Um deus da paz, da saúde, da cura”.

NOTAS

¹ Acquired Immunological Deficiency Syndrome.

² O livro de Jó figura no Antigo Testamento como um dos “livros sapienciais”, ou livros da sabedoria.

³ BAKTHIN, M. – *Marxismo e Filosofia da Linguagem*; São Paulo: HUCITEC, 1999.

⁴ SONTAG, S. *A doença como metáfora*; Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

⁵ BAKTHIN, M. *Estética da criação verbal*; São Paulo: Martins Fontes, 1992.

⁶ Aqui entendida como define Guattari: “subjetividade de natureza industrial, maquínica, ou seja essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida” (Guattari & Rolnik, 1986: 25)

⁷ GONDAR, J. *Lembrar e esquecer: desejo de memória*. Memória e espaço. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

- ⁸ Sontag diz que a principal metáfora ao qual a aids é explicitada é a da peste. Segundo a autora a peste, que é um termo latino (*pestis*), que significa flagelo, calamidade, sempre é utilizada metaforicamente para designar o que pode ser de pior em termos de males coletivos. (Sontag, 1989: 53)
- ⁹ Human Immunodeficiency Virus.
- ¹⁰ BOLTANSKI, L. As classes sociais e o corpo. Rio de Janeiro: Graal, 1989, 3^a ed.
- ¹¹ SOCIEDADE BÍBLICA CATÓLICA INTERNACIONAL E PAULUS. – A Bíblia de Jerusalém; São Paulo: Paulus, 1995, 7^a imp.
- ¹² “Nome com o qual Deus se revelou a Moisés”. (Bíblia de Jerusalém: p. 23)
- ¹³ As falas apontadas são de pessoas soropositivas com acompanhamento psicoterápico, assistidas por nós. Por doze anos participamos de um projeto de voluntariado, intitulado Banco de Horas. Tal proposta se embasava no atendimento de portadores, companheiros ou familiares de soropositivos, de forma gratuita.
- ¹⁴ SONTAG, S. – Aids e suas metáforas; São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ¹⁵ PRÉVOST, J-P. – Dizer ou maldizer seu sofrimento ? As tramas do livro de Jó; São Paulo: Paulinas, 1997.
- ¹⁶ BORGES, S. N. – Jó: a angústia humana, demasiadamente humana. Cadernos do IPUB, n^o 3, 1996.
- ¹⁷ FOUCAULT, M. – Microfísica do Poder; Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.
- ¹⁸ KÜBLER-ROSS, E. – Sobre a morte e o morrer. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ¹⁹ DIETRICH, L.J. – O grito de Jó; São Paulo: Paulinas, 1996.
- ²⁰ NOUWEN, H. – A volta do filho pródigo. A história de um retorno para casa; São Paulo: Paulinas, 1997.
- ²¹ PRÉVOST, J-P. – Dizer ou maldizer seu sofrimento ? As tramas do livro de Jó; São Paulo: Paulinas, 1997.
- ²² GOFFMAN, E. - Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada; Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan S. A ., 1988.
- ²³ DREUILHE, A . E. – Corpo a corpo: aids, diário de uma guerra; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, pg. 107.

BIBLIOGRAFIA

- BAKTHIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- _____ Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BOFF, L. *O pecado na cultura secular da modernidade*. Vida Pastoral. São Paulo: Paulus, 2000, nov./dez.
- BOLTANSKI, L. As classes sociais e o corpo. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1989, 3^a ed.
- BORGES, S. N. *Jó: angústia humana, demasiadamente humana*. Cadernos do IPUB, n^o 3, 1996.
- DANIEL, H. Vida antes da morte. Rio de Janeiro: ABIA, 1994, 2^a ed.
- DIETRICH, L. J. O grito de Jó. São Paulo: Paulinas, 1996.

- DREUILHE, A . E. Corpo a corpo: aids, diário de uma guerra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988. 10ª ed.
- _____ Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.
- FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1974. Volume XXI.
- GOFFMAN, E. Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan S. A ., 1988.
- GONDAR, J. *Lembrar e esquecer: desejo de memória*. Memória e espaço. Mestrado Memória Social e Documento. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.
- GUATTARI, F. & ROLNIK, S. Micropolítica: Cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.
- NOUWEN, H. J. M. A volta do filho pródigo. A história de um retorno para casa. São Paulo: Paulinas, 1997.
- KÜBLER-ROSS, E. Sobre a morte e o morrer: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 8ª ed.
- PARKER, R. et al A aids no Brasil (1982-1992). Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ABIA: IMS, UERJ, 1994 (História social da AIDS; nº 2).
- PRÉVOST, J-P. Dizer ou maldizer seu sofrimento? As tramas do livro de Jó. São Paulo: Paulinas, 1997.
- SOCIEDADE BÍBLICA CATÓLICA INTERNACIONAL E PAULUS. A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 1995, 7ª imp.
- SONTAG, S. Aids e suas metáforas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____ A doença como metáfora. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

ABSTRACT:

Memories of care, pray, discuss, listen, ask, beg mingle forming, deforming and reforming thoughts and why not also say feelings. Listening to at reports of HIV-positive people in what concerns based in belief and religious faith conflict was inspiring and thought-provoking in making this source text. Such experiments approached the biblical narrative of the story of Job, fearful man and devoted to God who goes through unbearable pain throughout life and still not lose your logic there. Job and seropositive, both hikers who do the walk itself.

Relações Político-culturais entre Brasil e Europa: O Manto Tupinambá e a Questão da Repatriação

Luiz Carlos Borges¹

RESUMO:

A restituição de obras de arte, de objetos históricos e etnográficos pelos museus – questão bastante atual e que demanda reflexão - concerne, em última instância, mais às esferas da ética e da política que propriamente a aspectos jurídicos e técnicos. Isto porque a restituição ou repatriamento atinge os museus em seu centro nervoso, qual seja, o modo específico com o qual os museus se relacionam com objetos de memória. Um processo de restituição de obras envolve questões delicadas e complexas tanto de identidade ética e museal, quanto de preservação de patrimônio cultural. É necessário que os museus estejam preparados para enfrentar este tipo de situação que, na atualidade, tem apresentado certa frequência, sobretudo quando se trata de reconhecer a legitimidade das reivindicações de propriedade. Os museus, principalmente os etnográficos, ocupam, nesse quesito, um lugar primordial, pois são eles que mais diretamente se encontram em contato com a realidade de diferentes culturas. O objetivo deste trabalho é discutir, a partir de casos de pedido de restituição e/ou repatriação de bens patrimoniais, a controversa relação entre o Brasil e a Europa, com base nos pedidos de reintegração de posse de objetos culturais sob a guarda de museus europeus.

Palavras Chave: Coleção, Museu, Patrimônio Cultural, Política, Restituição

1 COLEÇÃO, ACERVO E DOMINAÇÃO

Os acervos de importantes museus, em especial museus europeus, foram em grande parte formados a partir de espólios (sejam aqueles referentes à dominação colonial, ou aqueles relativos à presa de guerra) e da compra de coleções (especialmente de artefatos etnográficos e de espécimes botânicos, zoológicos e minerais) derivadas de expedições científicas (oficiais e particulares) e da incursão de indivíduos. Kurt Nimuendaju, um dos maiores etnógrafos do Brasil, iniciou sua carreira como formador de coleções que eram vendidas a museus da Alemanha.

Grande parte desse espólio encontram-se abrigados em acervos de museus, os quais, por sua parte, são aparatos inseparável da estrutura dos estados e das sociedades que os instituem e os mantem. Desse modo, os museus são

também herdeiros e fiéis depositários de patrimônios amealhados por conquista, apropriação ou compra. Para efeito da argumentação e do caso que será abordado nesse trabalho, não está em questão a legalidade (ou moralidade) desses modos de aquisição, uma vez que, no que concerne à questão de que tratamos, foram excluídos meios de aquisição que, a qualquer momento ou diante de qualquer regime jurídico, possam ser considerados ilegais. A preocupação com restituição ou repatriação de bens patrimoniais encontram-se na ordem do dia e tem mobilizado museólogos, legisladores, governos, órgãos internacionais como a ONU e a UNESCO, bem como pesquisadores (cf. DECLARATION... 2010 ; PICKERING, 2007).

Entretanto, e esse é o ponto nodal do nosso argumento, se não se trata do estatuto jurídico do modo como tais patrimônios foram sendo acumulados – em especial coleções científicas, ou não, que resultaram de espólio ou de coleções extraídas de países colônias ou de países economicamente pouco desenvolvidos mas detentores de enorme riqueza biocultural – o cerne da repatriação reside basicamente na atual legitimidade frente a reivindicações de governos ou de líderes de países ou de povos que se sentem lesados em seu patrimônio. Este é, por exemplo, o caso de países africanos, asiáticos, latino-americanos e europeus (como a Grécia) que, há anos, vêm fazendo injunções diplomática junto aos governos da Inglaterra, França, da Alemanha e dos Estados Unidos que lhes sejam restituídos objetos de seus patrimônios arqueológico e artístico que, ao longo do tempo, lhes foram subtraídos e que se encontram atualmente em diversas instituições museais desses países. O mesmo pode ser dito de sociedades indígenas cujos descendentes e/ou representantes legais tomaram consciência de seu direito (seja este reconhecido ou não; seja este apropriado ou não) de solicitar que seus bens patrimoniais lhes sejam devolvidos.

O problema dos acervos de museus face a reclamações de restituição envolve, naturalmente, uma grande variedade de problemas e questionamentos. Alguns são técnicos: guarda, conservação e preservação desses bens. Outros são de natureza jurídica: alienação patrimonial, estatuto jurídico das reivindicações e de como proceder à restituição. Alguns outros dizem respeito diretamente ao reconhecimento dos legítimos proprietários desses bens patrimoniais. Essa última questão é particularmente relevante quando se trata de objetos pertencentes a grupos indígenas do passado. De todo modo, da forma como a entendemos, mais do que à esfera jurídica ou técnica, a questão da restituição suscita mais propriamente aspectos éticos e políticos.

Em geral, todas essas questões, independentemente de seu estatuto particular, remetem à relações políticas. Quer sejam referente ao momento da posse e guarda de tais objetos, quer seja em relação à requisição de restituição. Via de regra, o que constitui o cerne desse problema é a relação política dissimétrica que existe entre os países expropriadores e os expropriados. A situação complica-se ainda mais quando se trata de um enfrentamento em que, de um lado, têm-se um país e, de outro, uma nação indígena ou uma comunidade.

No Brasil, conhecem-se dois casos polêmicos envolvendo acervos etnográficos indígenas foram objeto de ações de restituição. O primeiro ocorreu em 1986, e concerne ao pedido feito pelos índios Krahô junto ao Museu Paulista para que este restituisse aos reclamantes um machado ceremonial feito de pedra. Após algum tempo, o processo, dando ganho de causa aos Krahô, foi encerrado em 1989 e o machado de pedra semilunar foi restituído a essa tribo. O segundo ocorreu durante a Mostra do *Redescobrimento: Brasil 500 Anos e mais* em São Paulo, série de eventos e exposição relativos às comemorações dos 500 anos de descobrimento do país. Nessa ocasião, alguns representantes indígenas reclamaram com veemência a devolução de um objeto histórico e etnográfico exposto na mostra: o manto ceremonial dos índios Tupinambá, cuja guarda, ou melhor dizendo, cuja propriedade pertencente ao Museu Histórico de Copenhague.

Os casos de restituição de peças dos museus a seus proprietários originais são raros e sempre acompanhados de polêmicas, principalmente quando os objetos são conservados em museus públicos. Juridicamente, toda a questão precisa ser comprovada, mas quando se trata de objetos etnográficos – especialmente quando se trata de objetos históricos -, a pergunta que teríamos fazer seria: mas quem seriam ou são atualmente os legítimos proprietários? Quanto aos objetos etnográficos mais raros e frágeis: seria possível a conservação adequada de peça tão preciosa e frágil e que atravessou os séculos em espaços fora dos museus que dispõem de toda uma infraestrutura adequada?

Problemas identitários e de preservação de patrimônio cultural, são a consequência de um processo de restituição de acervos museísticos. Até certo ponto, os museus, especialmente os museus etnográficos, são capazes de contornar essas questões; outras vezes, porém, elas se revelam incontornáveis do ponto de vista de uma cessão. Sendo a interface preferencial no estabelecimento de diálogo entre culturas (atraves de objetos tangíveis ou não e através do tempo), os museus devem estar preparados

para desempenhar um papel modelar no que tange ao reconhecimento da legitimidade, ou não, de ações de restituição, e na formulação de políticas para fazer face a essas ações.

Nossa abordagem privilegiará um caso concernente a objeto patrimonial, o manto tupinambá, o qual será tomado como representativo das relações dissimétricas entre o Brasil e países europeus. De outra parte, o manto tupinambá também aparece como representativo do sistema de expropriação ao qual foram (e, em certo modo, continuam sendo) submetidos os povos indígenas. Com base nesses dois eixos, procuraremos compreender o processo reivindicatório; a legitimidade das partes envolvidas quanto à posse desse objeto e, finalmente, o que resultou desse processo e suas consequências, particularmente quanto à criação de um precedente que é simultaneamente jurídico, político e ético.

2 OBJETOS DE MUSEU E PROBLEMA IDENTITÁRIO

São poucos conhecidos, e raros, os objetos culturais de índios brasileiros provenientes do início da colonização, no século XVI. É certo que, naquela época, as terras e as gentes que os europeus colonizaram revelaram organizações sociais e artefatos que despertaram sua curiosidade. Estes artefatos, enviados à Europa, apresentavam-se como raros, excepcionais, extraordinários, exóticos e até mesmo monstruosos (POMIAN, 1984) e, assim, passaram a integrar coleções Gabinetes de Curiosidades. É graças a esses sistemas de colecionamento, que proliferaram na Europa entre os séculos XVI e XVIII, que os europeus puderam ter contato com uma realidade que lhes era distante e bizarra. Os mantos Tupinambá, levados para a Europa entre os séculos XVI e XVII, são um exemplo desse processo.

É justamente a noção de objeto etnográfico que constitui o ponto de disjunção entre os museus (como guardiões e produtores de uma certa memória) e os grupos étnicos (produtores do artefatos e do valor cultural intrínseco). Não deixa de ser compreensível que uma exposição de objetos etnográficos suscite tensão entre grupos étnicos e museus, face à diferença entre a concepção étnica e a museográfica. Com efeito, para os índios esses artefatos estão investidos de valores que refletem seu universo mítico e sobrenatural, e em que cada objeto é o resultado de uma complexa rede de conhecimento, técnicas e modos de usar. É por esse motivo que uma apresentação de objetos culturais nunca é indiferente, pois está permanentemente envolvida em disputa de valores. De modo que apreciar

objetos indígenas é ter diante de si algo que remonta à imprevisibilidade, daí porque o olhar não deve contentar-se com a superfície dos artefatos, mas aprofundar-se nas estruturas que lhes dão sentido, pois é nesse espaço simbólico-cognitivo que tais objetos mostram-se mais provocantes e desafiadores (MOSTRA..., 2000).

Isso quer dizer que não devemos compreendê-los tão-somente enquanto encadeamento de formas, volumes e cores, mas como determinados por processos históricos e culturais, simbólicos e imaginários irreduzíveis aos padrões estéticos ocidentalizados. De modo geral, trata-se de um produto a ser compartilhado, uma vez que os elementos ético-estéticos estão baseados em uma lógica que interliga o indivíduo e a coletividade, o artista e o grupo. Cada artefato, reconhecido e partilhado por todos os membros da sociedade, é entendido como um «ser corporificado», ainda que não necessariamente humanos. Desse modo, a arte indígena apresenta uma relação constitutiva com a natureza, como fonte de inspiração e, também, funciona como meio de comunicação com o mundo sobrenatural, onde, de fato, se encontram as matrizes estético-míticas (musicais, literárias, decorativas, pictóricas etc.), bem como os entes denominados “mestres das artes”, aqueles que inspiram os artistas indígenas e que, de certa forma, são os verdadeiros sujeitos da autoria (VIDAL, 2001).

Esta é uma das razões pelas quais ocorre, certamente, uma relação tensa entre museus etnográficos – enquanto fiéis depositários do patrimônio cultural de diversos povos – e os povos de onde originalmente esses objetos foram recolhidos ou obtidos. Essa tensão, ou mesmo fricção, começa pelo fato mesmo desses objetos sofrerem um inevitável processo de descontextualização (ao apartarem-se do domínio territorial e simbólico que lhe garantia um determinado sentido) e de recontextualização (no cenário do museu, onde esses objetos, mudando de função, formam coleções, são classificados, acondicionados, expostos e, por consequência, passam a integrar/formar novas redes de sentidos). Para os grupos étnicos produtores desses objetos, ocorre, em relação aos objetos deslocados, um estranhamento causado pelo fato de perceberem tais objetos como conhecidos, mas, ao mesmo tempo, como estando desprovidos de identidade (cf. BORGES; CAMPOS, 2012).

Por outro lado, muitas vezes os objetos musealizados são o único recurso que alguns grupos tem para conhecerem uma parte importante de sua história cultural. Isso acontece frequentemente quando, por diversas razões, alguns grupos indígenas deixam de produzir determinado artefato e, portanto,

deixam de transmitir às gerações seguintes a arte e o significado desses objetos. Há casos ainda mais extremos, quando as coleções etnográficas são o único vestígio de populações desaparecidas². Este é o caso, por exemplo, do manto Tupinambá de que trataremos mais adiante.

Com relação às coleções etnográficas e seu papel de memória, concordamos com o que diz a antropóloga Regina Abreu: «... os patrimônios etnográficos não expressam as culturas como se fossem retratos ou cópias da realidade. Em vez disso, (...) expressam interpretações produzidas pelos pesquisadores sobre possíveis significados de aspectos encontrados em sistemas culturais complexos» (ABREU, 2008, p. 52). Se para os profissionais e teóricos de museus a asserção acima constitui uma obviedade, isso entretanto não fica claro, muitas vezes, para os visitantes e menos ainda para representantes de sociedades indígenas que, em visita a museus, observam objetos que, do ponto de vista étnico, encontram-se deslocado. Assim, imbuídos da idéia de passarem a ter o controle jurídico e simbólico sobre coleções etnográficas, alguns grupos indígenas brasileiros construíram museus em suas aldeias. Esse é o caso do Museu Máguta, dos índios Ticuna, do Acre, que também tem a função de referendar a identidade étnica desses índios junto à população não-indígena e a outros índios. Isto é, com esse museu os Ticunas anunciam a todos a sua indianidade. Um outro exemplo da participação direta e ativa das populações indígenas na organização de exposições de objetos etnográficos é-nos fornecido pelo Museu do Índio – um instituto do governo federal ligado à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão do Ministério da Justiça. As exposições ali montadas são elaboradas mediante a participação de membros da tribo objeto da exposição. E não raras vezes essas exposições são executadas pelos próprios índios, como aconteceu com a exposição sobre e dos Wayampi, índios que habitam o Amapá (cf. ABREU, 2007).

Vemos pois que pode ser observado entre diversos grupos indígenas uma atitude de intervenção frente à sociedade envolvente. No que tange à relação entre essas sociedades e os museus, percebemos que ela pode ser de natureza complementar, como é o caso do Museu do Índio. De todo modo, desde os anos 1980 que os povos indígenas vêm se conscientizando de sua importância e do seu papel na sociedade brasileira e, com isso, foram deixando de lado a passividade e um certo desconforto na assunção de sua indianidade.

3 O MANTO TUPINAMBÁ E A REPATRIAÇÃO

Os Tupinambá que historicamente confeccionaram o manto não podem mais falar por si mesmo. Índios da família linguística Tupi-Guarani, do Tronco Tupi, eles dominaram a costa brasileira do norte de São Paulo ao litoral paraense durante o período colonial. A língua e a cultura desses índios predominam na literatura de missionários e viajantes do século XVI aos meados do XVIII, quando foram considerados extintos. A presença memorial desses índios marca a cultura brasileira, seja no léxico (muitas palavras portuguesas, incluindo-se aí etnônimos, nomes de cidade, de plantas, animais e acidentes geográficos são de origem Tupinambá), seja no hábito alimentar (uso da mandioca, do inhame e de outros alimentos), seja ainda no uso da rede de dormir.

Distribuindo-se por um vasto território, esses índios se dividiam em aldeias que formavam «grupos tribais distintos, espacialmente segregados e solidariamente diferenciados» (FERNANDES, 1989, p. 17). Apesar desse modo territorial e sócio-político de distribuição e do fato de localmente serem chamados por diversos nomes (Tupi, Tamoio, Caeté, Tupiniquim, Tupinambá, Potiguar, Tobajara), eles, de fato, formavam uma unidade linguística e cultural. Além do mais, reinava entre as diversas nações tupinambá um permanente estado de competição e de guerra ritual, de que resultavam conquistas territoriais e, mais importante, prisioneiros que eram ritualisticamente executados e consumidos. Mas resultavam também associações eventuais entre diversas aldeias que, desse modo, constituíam conjuntos multicomunitários (FAUSTO, 1998) que, por serem eventuais e em função de um propósito comum, podiam ser imediatamente desfeitas em função de novos acordos «diplomáticos».

Apesar de não ser possível afirmar acuradamente o número de Tupinambá que perambulavam pelo litoral brasileiro, eles eram certamente numerosos, podendo ter chegado, no início do contato com os europeus, a ter um total de 1 milhão de índios. As aldeias tupinambá eram fortificadas e bastante populosas, se levarmos em conta que, pelos registros da época, podiam chegar a abrigar cerca de 3 mil indivíduos. Se pensarmos que esses índios haviam se deslocado do sul de Rondônia para o sudeste e, posteriormente, haviam avançado pela costa em direção ao norte, há cerca de 3 mil anos antes da chegada de Pedro Álvares Cabral, e que, nos séculos XVI e XVII eram a nação indígena hegemônica, a sua depopulação e o seu desaparecimento como grupo étnico em meados do XVIII foram relativamente rápidos.

Mesmo sendo considerados extintos, há ainda remanescentes ou descendentes Tupinambá no Brasil : os Tupiniquim da Bahia e do Espírito Santo e os atuais Caeté de Alagoas. Em geral esses remanescentes, em consequência do processo histórico de dispersão, deculturação e de miscigenação, tornaram-se falantes de Português. Obviamente, a perda do traço cultural língua, por mais importante que seja, não os descredencia enquanto índios, uma vez que a indianidade não se define por esse ou aquele traço cultural (tangível ou intangível) mas por um conjunto de elementos dentre os quais a memória de uma história comum (e a herança mítica é um fator determinante nesse processo de auto e alter identificação) e a auto-afirmação.

Ao retornar à Holanda, em 1644, Maurício de Nassau – governante de enclave da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais em território brasileiro e que durou de 1630 - quando se dá a conquista de Olinda e Recife - a 1661 – quando da assinatura do Tratado de Haia pelo qual a Holanda reconhece a soberania portuguesa sobre Pernambuco) levou consigo um manto de plumas – em geral de uso exclusivo de líderes religiosos Tupinambá – que recebera de presente. É muito possível que se tratasse de um manto recebido ou retirado dos índios Caeté que, naquela época, distribuíam-se pelo litoral de Pernambuco.



Figura 1: Manto de plumas Tupinambá. Museu Nacional da Dinamarca/Departamento de Etnografia, Copenhague.

Fonte: <http://www.sheilaortega.art.br/web/data/docs/cap4b.pdf>. Acesso em 21 jun. 2010.

De acordo com (ORTEGA, 2004), o manto, denominado «guara abacu» e «asoyane» pelos Tupinambá, era composto por uma complexa trama de envira e algodão, entremeada com penas vermelhas de guará (*Eudocinus ruber*) e azuis e amarelas de araruna (*Anadorhynchus hyacinthinus*). Há, na verdade, seis mantos tupinambá remanescentes, todos em acervos de museus europeus: na França (Museu do Homem), na Itália (Museo Nazionale di Antropologia e Etnologia e Museu Setaile Del'Ambrosio), na Bélgica (Musées Royal d'Art et d'Histoire), na Suíça (Museum Fur Volkerkunde), além do que está na Dinamarca, no Museu Nacional da Dinamarca, (cf. ORTEGA, 2004) e que é o objeto da nossa discussão

O caso do manto Tupinambá, apresenta maior grau de complexidade. Em primeiro lugar, trata-se não apenas de uma restituição, mas também de uma repatriação. Em segundo, concerne à própria natureza do objeto e de sua propriedade. Em terceiro, diz respeito aos atores envolvidos no processo, os quais podem ser divididos em principais, secundários e coadjuvantes.

Especificamente em relação ao manto que se encontra na Dinamarca, os atores principais são os representantes indígenas e o Museu Nacional da Dinamarca, os governos brasileiro e dinamarquês. Como atores secundários – mas não menos importantes nesse jogo de forças – temos as entidades da sociedade civil (associações indígenas, organizações não-governamentais, associações de profissionais ligados à matéria – antropólogos, advogados, museólogos entre outros), órgãos públicos e a imprensa. Os coadjuvantes são a população em geral.

Foram os Tupinambá de Olivença, grupo estabelecido no município de Ilheus-BA e que se auto-reconhece como descendentes e herdeiros dos antigos Tupinambá, que fizeram a demanda pela repatriação do manto de plumas. Dona Nivalda, representante desses Tupinambá, ao visitar a Exposição Mostra Brasil 500 anos, em São Paulo, reconheceu o manto exposto como o antigo manto sagrado de sua etnia (SOUZA, [2000...]). Assim, por ocasião das celebrações dos 500 anos de descobrimento do Brasil, os índios, em especial os atuais Tupinambá, fizeram uma caminhada «para exigir de volta suas terras e seu manto sagrado, símbolo da identidade étnica dos Tupinambá de Olivença» (SOUZA, [2000...], s.n.p., grifos nossos).

Para esses índios, sujeitos da ação reivindicatória, o manto era usado em rituais que, além de reafirmar sua identidade, provia-os de força tanto contra seus inimigos, como para garantir sua sobrevivência histórica e espiritual. A perda do manto teve, como consequência, o enfraquecimento e o posterior declínio desses índios. Para Souza ([2000...]), a razão principal

que motivou os Tupinambá de Olivença a reivindicar o repatriamento desse manto concerne justamente à necessidade de reaver a força que esse artefato ritualístico lhes fornecia.

Uma grande parte da controvérsia etnográfica e histórica, acerca dessa reivindicação pela restituição de um objeto de memória, refere-se justamente a esse ato de reconhecimento – no qual rememoração e imaginário desempenham um papel decisivo –, especialmente quando esse tipo de reconhecimento sustenta-se em um mito fundador (CHAUI, 2001), e confrontado ao fato de que este manto, em particular, é, com grande probabilidade histórica, originário dos Tupinambá de Pernambuco.

Há, ainda e prioritariamente, dois problemas técnicos que devem ser resolvidos. O primeiro concerne ao sujeito da ação e que deve ser o beneficiário da mesma. Conquanto já tivesse havido manifestações reivindicatórias pela repatriação do manto Tupinambá, foi durante as comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil que mais efetivamente (e com mais ressonância nos meios de comunicação) os representantes indígenas interpelaram os governantes e os dirigentes do Museu de Copenhagen para que repatriassem o manto, devolvendo-o a seus legítimos donos. E esta é a questão nodal do problema.

Conhecendo a organização social dos Tupinambá, sua dispersão territorial e seu senso de unidade social centrada na autonomia de cada aldeia. Sabendo-se ainda que esses índios enquanto grupo tribal foi considerado extinto no século XVIII. Sabendo-se também que o manto – objeto da disputa de repatriação e restituição – é um objeto do século XVI, e que, muito provavelmente, havia pertencido a um pajé caeté de Pernambuco, podemos considerar os atuais Tupiniquim e Caeté legítimos descendentes e, por conseguinte, herdeiros dos antigos Tupinambá e, portanto, do patrimônio cultural daqueles índios?

A resposta é parcialmente sim e parcialmente não. Sim porque, a despeito dessa autonomia das aldeias e da rivalidade bélica (e ritualística) entre elas, os Tupinambá constituíam linguística e culturalmente um só grupo. Parcialmente não pelos mesmos motivos étnicos e históricos. Esses grupos atuais que se proclamam remanescentes Tupinambá tampouco formam uma unidade tribal. Assim, quem seriam os legítimos herdeiros do patrimônio cultural Tupinambá: os Tupiniquim da Bahia e do Espírito Santo? Os Caeté de Alagoas? Uma entidade genérica e supra-étnica «índios brasileiros»?

Além do mais, deve ser considerado que se trata de um objeto do século XVI que integrava a coleção particular de Maurício de Nassau que

a levou consigo ao retornar à Europa. Não sabemos como esse manto chegou às mãos de Nassau (oferta de chefe tribal?; espólio de guerra?; troca ritual?; expropriação?). Sabemos, até outras evidência em contrário, que manto, como diversos outros objetos etnográficos (assim como espécimes vegetais, animais e minerais), pertencia legalmente a Maurício de Nassau. Sabemos também que ele doou o manto ao Museu como monumento/documento (ver Le Goff, 1994) para ser exibido e preservado. Razão pela qual, somos levados a deduzir, ele doou esse objeto – que além de seu valor simbólico e histórico, possui igualmente um inestimável valor estético – a um museu e não a um indivíduo ou outro tipo de instituição.

Dessa forma, além da questão acerca da legitimidade da posse, é preciso responder acerca de quem, dentre os possíveis herdeiros, ficará com a posse do manto e quem se responsabilizará pela sua guarda e preservação. Afinal, o Museu de Copenhagem vem desempenhando essa função há mais de 300 anos. Ou, ele deveria ser restituído ao governo brasileiro, pois, afinal, trata-se de um bem patrimonial de todo o povo brasileiro, um objeto de memória que nos rememora uma parte da história do Brasil; e o legado de um povo cuja importância etnográfica e histórica é inegável.

Resta, ainda, uma questão estritamente museística: caso esse objeto venha a ser repatriado, quem se encarregará de sua guarda e manutenção? Certamente não seriam nem os Tupiniquim, nem os Caeté porque lhes falta competência técnica nessa área do conhecimento. Mas seguramente há vários museus, no Brasil, capazes de se responsabilizar por esse raro objeto etnográfico: o Museu Nacional, o Museu de Arqueologia e Antropologia, o Museu Paraense Emílio Goeldi, só para citar alguns.

Entretanto, nenhum acordo foi até hoje realizado entre o governo brasileiro (e seus principais representados e interessados, os índios Tupinambá remanescentes) e o Museu de Copenhagem. O fato desse objeto ter sido doado por quem na época era o proprietário, aliado ao tempo em que o Museu detém a posse e a guarda do manto, bem como a extinção do grupo local de onde esse objeto se origina, certamente contribuem para dificultar ética e juridicamente qualquer ação reivindicatória de devolução ao Brasil desse bem patrimonial.

4 À GUIA DE CONCLUSÃO

A restituição de objetos museísticos é uma questão ética e política, que tem a ver com a legitimidade da posse. Os museus enfrentam um dilema ao mesmo tempo técnico, jurídico e ético face à recorrência de ações

impetradas por governos, organizações civis e particulares reivindicando a devolução de objetos que se encontram nos acervos dessas instituições. Independentemente da legalidade ou legitimidade dessas ações, ainda não é claro, e muito menos fácil, para os museus determinar uma política e um caminho justo a seguir, especialmente porque, em muitos casos, tais objetos encontram-se sob a guarda dessas instituições há longos períodos de tempo. Por outro lado, não é possível simplesmente ignorar que historicamente tais objetos são parte do patrimônio cultural dos povos dos quais, em algum momento e de alguma forma, esse objetos foram subtraídos.

Se, como vimos, o museu é movido por um afã devorador antropofágico de cuja força transformadora de sentidos e de produção simbólica – a partir do duplo e simultâneo movimento de expropriar os objetos de seus contextos “originais” e reterritorializá-los e ressignificá-los, seja como item de acervo, seja como item exposições - nenhum tipo patrimonial ou nenhuma forma de atividade humana consegue escapar (CHAGAS, 2005); característica devoradora [e canibalista] que Valéry (2005) também havia realçado, o que o levou a constatar que “tudo acaba na parede ou no mostruário... Penso irresistivelmente na banca de jogo que ganha em todos os lances” (VALÉRY, 2005, p. 34), podemos dizer que o museu é movido por uma antropofagia dos sentidos (ABREU, 2005). Outro aspecto dessa característica constitutivamente onívora dos museus expõe-se, como já observado por Tostes (2005), no apego ávido de salvaguarda da memória das reservas técnicas, e ao zelo com que tais objetos são cuidados e preservados, não deixando dúvida quanto ao valor de preciosidade (POMIAN, 1984) de que esses objetos são patrimonialmente investidos.

Por isso, mais do que uma questão técnica ou jurídica, processos de devolução estão envoltos em questões de ordem ética e política. Em todo caso, seja qual for a situação, o que deve prevalecer é o bom senso. Cabe às partes analisar, com relação ao objeto, qual a melhor solução para o impasse.

Podemos citar como exemplo de ação bem sucedida, o que se passou com o machado cerimonial do povo Krahô³, a qual se encontrava na posse do Museu Paulista. Em 1986, os índios Krahô moveram uma ação contra o Museu Paulista solicitando a devolução de um machado cerimonial feito de pedra. O processo, dando ganho de causa aos Krahô, foi encerrado em 1989 quando, por meio de um contrato de comodato, o Museu Paulista restituiu aos Krahô o seu objeto cerimonial. Outro caso, no Brasil, de

pedido de restituição ocorreu em 1997, por ocasião da exposição de uma coleção de arte indígena do século XVIII, conservada no Museu de Coimbra e na Academie de Ciências de Lisboa, e exposta uma única vez no Brasil, na cidade de Manaus. Os Tikuna haviam notado que as máscaras expostas eram iguais às que eles mesmos fazem e usam em seus rituais, mas que estavam identificadas como sendo artefatos dos Jurupixuna (índios já extintos e que haviam habitado o mesmo território ocupado pelos Tikuna). Diante dessa evidência, os Tikuna exigiram, junto ao curador da exposição, o antropólogo português José Antonio Braga Fernandes Dias, a devolução dos objetos expostos. A reivindicação dos Tikuna não foi atendida (cf. BORGES; BOTELHO, 2010).

Outra vez, os casos aqui relatados são emblemáticos. De um lado, um povo que, tendo cedido um bem patrimonial seu a um museu, decide reaver a posse desse objeto e o museu, ao fim da ação, faz a devolução do objeto cultural dos Krahô. De outro, ações de restituição que, dadas as complexidades dos casos, uma vez que envolve não apenas instituições museais, mas governos, o impasse permanece e os objetos reivindicados, ainda sob a guarda dos respectivos museus, continuam sendo, na condição de espólios, mantidos por essas instituições. No que tange particularmente ao manto tupinambá, mantido no Museu de Copenhagen, podemos concluir que a sua permanência em terras européias denota dois significados, ambos simbólicos e políticos. O primeiro concerne à intransigência com relação à manutenção do seu acervo – que, como observam Vera Tostes (2005), Mario Chagas (2005) e Paul Valéry (2005), apresentam uma vocação, como lugares de preservação da memória, a desenvolver um irrestrito apego aos bens que o formam, externando, desse modo, um poder devorador de semióforos. O segundo se refere ao fato que, ainda que de modo perverso, a permanência desses mantos em museus europeus contribui para atualizar, em nossas memórias, os Tupinambá, considerando-se que esses mantos representam metonimicamente esse grupo historicamente tão importante.

NOTAS

- ¹ Dr. em Linguística. Pesquisador Titular do Museu de Astronomia e Ciências Afins. Integra o grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos das Américas da Uerj.
- ² No Brasil, existem atualmente 460 mil índios, distribuídos em cerca de 225 grupos étnicos os quais falam cerca de 180 línguas, perfazendo um total de 0,25% do total da população brasileira. Além desses, registram-se cerca de 190 mil índios vivendo fora de terras indígenas. Há também notícias de grupos ainda não contactados e, além disso, a FUNAI estuda o pedido de reconhecimento da condição de indianidade de diversos grupos ou remanescentes espalhados pelo território brasileiro (cf. www.funai.gov.br).

- ³ Os índios Krahô pertencem à família linguística Jê, do Tronco Macro-Jê e, juntamente com outras etnias aparentadas, falam a língua Timbira. Atualmente, há cerca de 2000 indivíduos que se dividem em 16 aldeias localizadas na Terra Indígena Kraolândia, considerada a maior área contínua de cerrado, com cerca de 320.000 hectares. A terra dos Krahô situa-se nos municípios de Goiatim e Itacajá, entre os rios Manoel Alves Grande e Manoel Alves Pequeno, afluentes da margem direita do rio Tocantins, no Estado do Tocantins. Os contatos com a população envolvente começou a ser registrada ainda no século XIX e tem um histórico de conflitos e transferências territoriais, até terem finalmente os Krahô se fixado onde hoje se encontram, tendo sua terra sido homologada pelo governo federal em 1990.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Museus etnográficos e práticas de colecionamento: antropofagia dos sentidos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.31, 2005, p. 100-125.
- ABREU, Regina. Tal Antropologia, qual museu? In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario de Souza; SANTOS, Myriam Sepúlveda dos (orgs.). *Museu, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond-MinC/IPHAN/DEMU, 2007. p. 138-178.
- ABREU, Regina. Patrimônios etnográficos e museus: uma visão antropológica. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (orgs.). *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: Contracapa/Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2008. p. 33-57.
- CHAGAS, Mário. Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 31, 2005, p. 15-25.
- BORGES, Luiz C.; BOTELHO, Marília Braz. Museus e restituição patrimonial – entre a coleção e a ética. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANCIB, 11. Rio de Janeiro, 2010. *Anais...*p. 1-16.
- CAMPOS, Márcio D’Olne; BORGES, Luiz Carlos. Percursos Simbólicos de Objetos Culturais: coleta, exposição e a metáfora do balcão. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v.7, n.1, p.113-130, jan-abr, 2012.
- CHAUI, Marilena. *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- DECLARATION ON THE IMPORTANCE AND VALUE OF UNIVERSAL MUSEUMS. *Icom News*, Paris, v. 57, n.1, 2004. Disponível em: <<http://icom.museum/universal.html>>. Acesso em: 27 ago. 2010.
- FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, Manoela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 381-396.
- FERNADES, Florestan. *A organização social dos Tupinambá*. São Paulo : Hucitec/Brasília : Editora UnB, 1989.

MOSTRA DO REDESCOBRIMENTO: Brasil 500 e mais. Artes indígenas. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2000. (Catalogue de l'exposition 23 avril au 7 septembre 2000).

ORTEGA, Sheila Christina. Análise das obras de Lygia Pape. In: ORTEGA, Sheila. *Lygia Pape: indigenismo e engajamento*. Dissertação (Mestrado), 2004. Instituto de Artes/Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.sheilaortega.art.br/web/index.php?id=52>. Acesso em 21 ju. 2010. p. 106-161. (cap. 4).

PICKERING, Michael. Where to from here? Repatriation of indigenous human remains and "The Museum". In: KNELL, Simon J.; MacLeod, Suzanne; WATSON, Sheila (eds.) *Museum Revolutions*. How museums change and are changed. New York, 2007, p: 250-259.

POMIAN, Krysztof. Coleções. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Vol. 1. *Memória, História*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

SOUZA, Ricardo Pamfílio de. *Folgedos indígenas na Bahia*. [s.d.e., 2000...] Disponível em: <http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/04/revista%20da%20bahia/Folgedos/folge.htm>. Acesso em 21 jun. 2010.

TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. O problema das reservas técnicas: como enfrentar apego devorador? *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 31, 2005, p. 74-81.

VALÉRY, Paul. O problema dos museus. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 31, 2005, p. 32-35.

VIDAL, Lux. As artes indígenas e seus múltiplos mundos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 29, 2001, p. 10-41.

ABSTRACT:

The restitution of art works, historical and ethnographic objects by museums – a current question demanding reflection - raises more ethical and political aspects than legal or technical ones. That is so because restitution strikes the museums in their very core, that is, the specific way museums deal with memory objects. Any process of repatriation or restitution involves delicate and complex questions concerning to identity both ethnics and museological, as much as those related to the preservation of cultural heritage. Therefore, museums must be prepared to handle such situations, especially how to recognize the legitimacy of claims regarding ownership. Museums, especially the ethnographical ones, are particularly exposed to such cases as they have direct contacts with the reality of different cultures. The purpose of this paper is to discuss, based on cases concerning the claims of restitution and/or repatriation of heritage goods, the controversial relation between Brazil and Europe, taking into account requests regarding repossession of cultural objects which are kept in European museums.

Key Words: Collection, Cultural Heritage, Museum, Policy, Restitution



Economia e Cultura no Contexto da Globalização, dos Paradigmas Energético-Ambientais e do Estado-Nação: A Ruptura com o Pensamento Econômico Dominante

Fernando José Pereira da Costa
Universidade de Santiago de Compostela
Manoel Gonçalves Rodrigues
Universidade Estácio de Sá

RESUMO

A ter como pano de fundo a globalização, aqui vista como a atual etapa da economia sistema-mundo capitalista, de modo a ir de encontro aos argumentos em prol da secundarização, ultrapassagem e fim do Estado-nação, a ocorrência da transição de paradigmas energético-ambientais tende a configurar um novo modelo civilizacional que conduza à uma abordagem socioeconômica lastreada na interculturalidade. Isto fica claro ao se apontar para um universo energético-ambiental renovável e sustentável, cuja construção implica numa profunda alteração da relação «Economia/Cultura», rompendo-se com parâmetros técnico-econômicos e socioculturais herdados no âmbito de uma posição subordinada a nível da economia mundial.

Palavras-chave: Economia, Pensamento Económico, Paradigmas.

INTRODUÇÃO

No contexto da economia global e no âmbito do desenvolvimento do mundo capitalista, ocorre uma gradual mudança de paradigmas energético-ambientais. Na concepção deste trabalho, o paradigma não é apenas energético ou somente ambiental, antes atribuindo-se-lhe um carácter sistémico-dinâmico-interativo, pelo qual a vertente energética e a componente ambiental surgem como faces complementares de um mesmo modelo. De fato, se a Primeira Revolução Industrial (PRI) consolidou o Paradigma dos Combustíveis Fósseis (PCF), os choques petrolíferos da década de 1970 o puseram em xeque, abrindo caminho para uma nova configuração em termos de paradigma energético-ambiental, que teria como base técnico-energético-organizacional as energias renováveis, criando-se espaço para um novo paradigma, ou seja, o Paradigma das Fontes Energias Renováveis (PFRE).



Contudo, as condições para o estabelecimento efetivo deste novo paradigma ainda não se encontram devidamente amadurecidas. Logo, o que se tem hoje é uma fase de transição entre o paradigma outrora hegemônico e aquele que o irá substituir. O que se busca mostrar neste trabalho é até que ponto a simples ação dos mercados no mundo globalizado é capaz de promover a implementação das medidas necessárias à emergência definitiva do novo paradigma energético-ambiental.

Com relação ao modelo energético-ambiental que se avizinha, ou seja, o PFRE, o mesmo poderá implicar num novo relacionamento «Economia/Cultura», uma vez que contemplará a base energética (e energoprodutiva) autóctone/renovável dos países periféricos/semiperiféricos, mormente os úmido-tropicais. O recurso à biomassa e aos combustíveis oriundos da mesma (em particular o etanol e os biocombustíveis) poderá vir a representar uma mudança no eixo «Centro/Periferia», com uma inversão na hierarquia hegemônica/energotecnológica. O PFRE e a fase transitória em termos de câmbio paradigmático (do PCF ao PFRE) implicarão no fato de se privilegiar um novo padrão em termos econômico-culturais, baseado nos energéticos renováveis e, em especial, na biomassa. Com isso, redefine-se o binômio «Economia/Cultura» no sentido de se passar a dispor de um modelo energoprodutivo/energotecnológico mais de acordo com o universo de recursos naturais e com os aspectos culturais relacionados com a Periferia/Semiperiferia.

Assim sendo, a política econômica deverá passar a interagir sistematicamente com a política energética e com a política ambiental, através da gestão estratégica da matriz energética e da construção de uma matriz energética sustentável, bem como com outras esferas da Política Pública, isto é: tecnológica, industrial, agrícola, etc., numa perspectiva efetivamente sistêmica.

PARADIGMAS ENERGÉTICO-AMBIENTAIS NO CONTEXTO DAS REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS

A noção de paradigma energético mostra-se insuficiente face à real dimensão do problema e deve ser aprofundada pelo conceito de paradigma energético-ambiental, partindo-se do princípio de que existe uma relação sistêmico-interativa entre energia e meio ambiente. Logo, faz muito mais sentido falar-se em paradigma energético-ambiental do que somente em paradigma energético.

Esta interação configura a definição de um modelo de sociedade assentado sobre uma determinada base energo-tecnológico-produtiva e

estruturada em função de um determinado modelo econômico. Portanto, cada paradigma vai implicar na hegemonia de uma modalidade de energéticos, nas suas interações e implicações sobre o meio ambiente e num relacionamento biunívoco-interativo com aquilo que se poderia denominar de configuração social *lato sensu* (econômica, social, tecnológica e institucional), que o molda e, simultaneamente, por ele é moldada, de modo a perenizar uma determinada base sócio-energético-produtiva e a definir padrões sócio-técnico-organizacionais.

A transição de paradigmas a nível energético-ambiental implica numa postura estratégica, de caráter gestor-organizacional, e de planejamento, que se traduza por uma intervenção sobre a base produtiva e a construção de uma matriz energética sustentável. Para isto, torna-se necessário implementar a gestão estratégica da matriz energética, buscando sua diversificação e fazendo crescer, de forma significativa, a participação das fontes energéticas renováveis (os energéticos diretores do novo paradigma), de modo gradual e evolutivo e atendendo às necessidades e à realidade de cada contexto (principalmente do contexto nacional), levando em consideração a base energética, o universo de recursos naturais, a estrutura produtiva, o manancial tecnológico e as necessidades de crescimento/desenvolvimento.

Por outro lado, a construção de uma matriz energética sustentável tem como pano de fundo as questões climáticas (redução das emissões de carbono) e, partindo-se do princípio que as alterações do clima, nesta ou naquela magnitude, têm, de fato, uma significativa componente antropogênica, a implementação de uma matriz energética significativamente mais limpa reforça (e é dialéticamente reforçada) pela configuração, de forma efetiva, de um novo estilo/modelo de desenvolvimento. A construção desse novo modelo de desenvolvimento passa, necessariamente, pela gestão estratégica da matriz energética, pela construção de uma matriz energética sustentável e pela interação sistemática entre as distintas esferas da política pública (econômica, industrial, agrícola, tecnológica, energética, ambiental, etc.).

A Revolução Industrial inglesa dos séculos XVIII/XIX constitui-se na Primeira Revolução Industrial (PRI). A Segunda Revolução Industrial (SRI), que se iniciou entre Consoante o registrado por Cazadero (1995, p. 224), há que se atentar para a base tecnológica da TRI, na qual os conhecimentos disponíveis são mais amplos e a interação destes com as variáveis sociais reveste-se de um grau elevado de incerteza. Na verdade, o que se verifica é que toda revolução industrial é, simultaneamente, uma revolução tecnológica,

registrando-se a incorporação de progresso técnico a nível da base produtiva. A TRI, por seu lado, é a mais tecnológica das revoluções industriais e, talvez por isso, fosse mais correto denominá-la de Terceira Revolução Industrial e Tecnológica (TRIT).

Na sequência da TRI/TRIT, é Singer (1998, pp. 174 e 175) que registra a existência de um claro descompasso entre a aceleração do progresso tecnológico e a desaceleração do crescimento econômico, uma vez que este último irá depender muito mais da evolução da demanda efetiva do que do avanço da tecnologia. Na verdade, o que ocorre é que as atividades econômicas, em diferentes momentos, valem-se de tecnologias oriundas de vários estágios geracionais, enquanto somente uma determinada fração da produção surge como resultado da utilização de tecnologias mais recentes, resultantes do processo de inovação. O que ocorre é que a coexistência de diferentes estágios tecnológicos implica em diferentes produtividades e custos de produção e isto pode ser explicado por diversos fatores.

O conceito de TRI/TRIT parte do princípio que não houve apenas uma Revolução Industrial, mas sim três Revoluções Industriais, ocorridas em momentos históricos distintos e em diferentes etapas do desenvolvimento do capitalismo industrial, correspondendo a mudanças profundas a nível da base produtivo-industrial e da estrutura organizativo-empresarial-administrativa.

Cada revolução industrial produz um reordenamento dos processos competitivos, fruto da inovação e do avanço tecnológico, que conduzem a mudanças na função de produção. Na PRI, há a destacar a máquina a vapor, principalmente a partir do momento em que os engenhos mecânicos passam a valer-se do ferro para o seu fabrico (máquinas-ferramentas) e, a nível dos bens de consumo, os têxteis. Na verdade, de acordo com a perspectiva de Cazadero (1995, pp. 9 e 10), no que se refere à análise da industrialização das sociedades, a mesma não deve ser tomada como um processo linear, antes devendo contemplar períodos de continuidade e fases de ruptura, aí inserindo-se o conceito de Revolução Industrial.

A nível da interação entre economia, energia e meio ambiente, cabe registar que um dos pilares dessa relação sistêmico-dinâmica é constituído pela necessidade de se promover a montagem da matriz energética sustentável, fruto da gestão estratégica da matriz energética com implicações a nível ambiental (crescimento do percentual de participação das fontes renováveis de energia), energético (valorização das fontes energéticas autóctones e redução da dependência energética externa) e econômico

(redução das fontes energéticas exógenas, com impactos positivos em termos das contas externas). A matriz energética sustentável poderá vir a significar, no contexto da ótica sistêmico-interativa aqui contemplada, uma base de lastreamento em busca de um novo modelo/estilo de desenvolvimento.

É neste ponto que se atenta para o fato de serem os países centrais, em termos históricos, os maiores emissores/poluidores, enquanto os países periféricos/semiperiféricos necessitam de crescer e de promover o desenvolvimento sustentado de suas economias. Este aspecto reveste-se de crucial importância, não apenas no que diz respeito ao passivo histórico-energético, mas também quanto ao fato de que os países periféricos/semiperiféricos terem o direito de crescer, de se desenvolver e de melhorar sua inserção no contexto da economia mundial.

Um aspecto extremamente importante na busca por uma matriz energética diversificada e sustentável, instrumento de cunho estratégico de um novo *mix* energético na fase de transição paradigmática e que se mostra coerente com o universo de recursos e o *savoir-faire* tecnológico-energético-produtivo dos países em desenvolvimento e emergentes, principalmente no caso dos países do Trópico Úmido e particularmente na situação do Brasil, diz respeito ao aproveitamento energético da biomassa. Deve-se ressaltar o uso da biomassa na cogeração, o qual se maximiza através da geração de calor e potência. Na verdade, tais condicionamentos/restrições acabam por se constituir em pontos fortes e oportunidades para a difusão da biomassa a nível da matriz energético-produtiva brasileira (e de outros países do Trópico Úmido).

A relação entre a economia (através da política econômica) e a busca por uma matriz energética sustentável compreende-se pelo fato de que uma maior diversificação da referida matriz, principalmente por energéticos autóctones que tomam como fonte a biomassa, traduzir-se-á em economia de divisas, criação de postos de trabalho, desenvolvimento regional, criação de empresas e geração de renda. Contudo, essa relação só faz sentido se existente, considerada e analisada de forma sistêmico-integral, ou seja, no âmbito de uma abordagem dinâmico-interativa de todas as áreas da Política Pública.

Assim sendo, só num contexto sistêmico no âmbito da *Public Policy* é que ganha relevo a relação «economia/matriz energética», uma vez que a diversificação e sustentabilidade da mesma terá implicações não somente de índole econômico-financeira como também de caráter industrial, tecnológico, energético, ambiental, etc. Isto fica notório no caso da biomassa para os

países do Trópico Úmido, notadamente no caso do Brasil. O uso energético da biomassa conduzirá, sem dúvida, a uma maior diversificação da matriz energética, com notórios impactos sobre o nível de auto-suficiência dos países que adotarem tal opção. Com isso, consegue-se obter uma matriz energética com elevado nível de sustentabilidade (uma matriz energética significativamente mais limpa) e amplia-se a possibilidade de se promover uma gestão mais flexível e estratégica da mesma. Além disso, a entrada em cena das fontes renováveis de energia (com destaque para a biomassa) terá implicações profundas a nível da estrutura produtiva, da base industrial e do escopo tecnológico.

A produção de álcool energético, por exemplo, num país como o Brasil, conduziu à aceleração dos esforços de pesquisa tecnológica a nível agrícola (novas espécies de cana-de-açúcar, novas técnicas de adubagem/fertilização do solo, novos procedimentos de cultivo, a viabilidade energética da mandioca, etc.) e a nível industrial (processos mais eficientes, aproveitamento calorífico/energético do bagaço, utilização dos dejetos/refugos, etc.).

A biomassa, e também outras fontes de energia renováveis tais como o aproveitamento da energia do sol e dos ventos, surge como elemento delineador estratégico para que os países em desenvolvimento e emergentes passem não somente a trilhar caminhos mais sustentáveis em termos da sua matriz energética, reforçando sua posição quanto à possível configuração de um Acordo Climático Global, como também atribuindo-lhe menores graus de dependência energética e possibilitando também a consecução da ruptura com a condição periférica e a superação do estágio semiperiférico-emergente via o alcance de um efetivo *upgrade* industrial e tecnológico, de modo a alavancar um real processo de desenvolvimento.

O uso energético da biomassa apresenta diversos aspectos condicionantes. Em primeiro lugar, há que referir a questão da concorrência entre energia e alimentos. Esta poderá existir em países a dispor de reduzidas áreas agriculturáveis e de uma fronteira agrícola limitada, o que não impede o desenvolvimento da agro-energia desde que feito o adequado zoneamento/planejamento agrícola, no qual se contemple a delimitação das diferentes modalidades de cultura e utilização do solo, por exemplo produção de alimentos, culturas de exportação, pecuária e agro-energia.

ESTADO-NAÇÃO

Em razão do que é apontado por Held et al. (2002, p. 18), o Estado moderno é, de fato, o Estado-nação. Este, por sua vez, constitui-se em um

aparato político que se mostra distinto tanto do governante como do governado, exercendo a jurisdição suprema sobre uma área territorial delimitada. O exercício desta, por seu lado, repousa na exigência de um monopólio do poder coercitivo. Este aspecto faz com que o Estado-nação passe a desfrutar de uma legitimidade, a qual, por sua vez, surge como resultado de um nível mínimo de apoio/lealdade de seus cidadãos. Desse modo, o Estado-nação respalda-se não apenas no exercício do poder coercitivo (e na capacidade de o exercer), mas também na legitimação junto aos seus nacionais. Assim sendo, o Estado-Nação moderno e suas implicações inovadoras (territorialidade, controle monopolizador dos meios de coerção/violência, estrutura de poder impessoal e exigência particular de legitimidade) marcam a fixação gradual das fronteiras e dão o mote para a constituição da sociedade internacional de Estados (Estados-nação). A questão é saber se existe alguma razão quanto ao discurso da *débâcle* do Estado-nação em razão da globalização. Para além das pressões de ordem econômica/financeira e do seu relativo enfraquecimento face à “nova” ordem econômica mundial, fruto muito mais da desregulação neoliberal do que propriamente de um sistema mundial já existente (*approach* wallersteiniano), estaria o Estado-nação condenado à extinção?

Para Held et al. (2002, pp. 544 - 549), a globalização contemporânea não implica, necessariamente, na erosão do poder do Estado ou no desaparecimento do Estado-Nação, mas antes na sua transformação e reconversão. Na verdade, o argumento histórico-globalista (que vê a globalização como um processo anterior à emergência do capitalismo) assinala que assim como as primeiras formas históricas de globalização associaram-se a formas particulares de formação e transformação dos Estados, na época contemporânea os processos de globalização encontraram-se também associados com uma transformação dos poderes do moderno Estado-nação. De fato, concebe-se o moderno Estado-nação em razão de elementos-chave afetos a ele, a saber: funções, papel, autoridade, autonomia e soberania, com as pautas do atual processo de globalização a implicar numa significativa renegociação dos elementos relacionados à soberania/autonomia do Estado-nação. Isto implicaria em inovações institucionais, no surgimento/recrudescimento da concorrência comercial a nível global e no desenvolvimento de redes globais de produção, conduzindo ao estabelecimento/fortalecimento do primado da competitividade e da conseqüente necessidade de se fazer guiar a economia e a base produtivo-tecnológica nacional em função da vantagem comparativa/competitiva no contexto de uma ordem econômica global.

Isto, por conseguinte, consoante o alerta de Held et al. (2002, pp. 549 e 550), conduzirá a uma preocupação muito mais intensa com relação à reorganização do Estado (e não raras vezes à redefinição do seu papel), à reestruturação das instituições burocráticas domésticas e ao estabelecimento de um novo padrão de eficiência económica nacional/ corporativa, assim como o surgimento de uma nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Em razão destes aspectos, torna-se necessário arquitetar/implementar novas modalidades de coordenação política e de organização burocrática nacionais para administrar a internacionalização dos processos de tomada de decisões. Tudo isto a contemplar a possibilidade de ocorrência de fraturas sócio-políticas e sócio-económicas, bem como de rupturas a nível da redefinição das divisões sociais/políticas de poder (as correntes protecionistas versus as correntes liberais em termos de comércio internacional) e ainda em termos do surgimento de novas formas de desigualdade ou outras que pareçam há muito superadas.

Estes aspectos impactariam principalmente as economias pertencentes ao «Núcleo Orgânico Central» do capitalismo. Há, de fato, de acordo com o que é assinalado por Held et al. (2002, pp. 550 e 551), uma reconfiguração a nível do Estado-nação e, no interior deste, em termos do papel e redimensionamento do Estado face à economia, à sociedade e ao mercado. O argumento que aqui se apresenta, portanto, é de que a globalização económica não está a enfraquecer o poder do Estado e, logo, pondo em xeque o próprio Estado-nação. Contudo, na visão deste trabalho, preocupa-se em salientar se a globalização não estaria a comprometer a soberania/ autonomia dos Estados nacionais, que são, por sua vez, as manifestações máximas/inequívocas daquilo que se convencionou denominar de Estado-Nação. A questão que aqui se coloca é se a globalização não estaria a subverter a própria soberania do Estado-nação, isto é, se os impactos a nível regional/mundial ou regional/global estariam a definir, a nível supranacional, uma nova ordem com base num sistema múltiplo de poder, na qual o Estado-nação assegurasse a sua soberania ou se, pelo contrário, haveria riscos reais à soberania ou mesmo à sobrevivência do Estado-nação.

De fato, como bem observa Rodrik (2010, p. 276), o antagonismo entre os mercados globais e o Estado-nação induz à necessidade premente das economias nacionais em manter um mínimo de controle sobre a sua base produtiva, industrial e tecnológica, bem como sobre o seu arcabouço político-institucional em termos de iniciativas de carácter regulatório e no

contexto das políticas públicas. A presença dessas contradições, bem como o seu extremo acirrar, mostra que o Estado-nação encontra numerosas áreas de justificação/legitimação para a sua existência e ação, devendo-se fortalecer, justamente, no momento em que se acentua o nomeado processo de globalização, notadamente no campo da regulação, coordenação e mesmo intervenção.

Na realidade, o que ocorre é que o designado processo de globalização, aqui visto como algo despojado de ineditismo e como mais uma etapa do desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema histórico, ou seja, a economia sistema-mundo capitalista, no contexto do *approach* wallersteiniano, se por um lado exerce pressões sobre o Estado-nação e seu respectivo poder de intervenção, por outro, exige uma presença cada vez maior do mesmo a nível governativo-regulatório, nacional-desenvolvimentista e estatal-planificatório. Na verdade, o Estado-nação, malgrado o peso enorme dos impactos adversos oriundos do designado processo de globalização, não se parece esboroar, quanto mais não seja enquanto idéia/conceito. A ocorrência do chamado processo de globalização a nível da economia mundial torna o Estado-nação e todo o seu manancial de ferramentas técnicas, institucionais, políticas e econômicas, tais como as várias modalidades de políticas públicas, a saber: industrial, tecnológica e tarifária; a estratégia de desenvolvimento e o planejamento estratégico governamental cada vez mais necessários (com certeza mais do que antes) de modo a buscar a inserção ativa de um dado país no contexto da economia mundial capitalista, desta feita em plena etapa da nomeada globalização.

Portanto, ao contrário do que apregoam os ideais globalistas/liberais, o Estado-nação é ainda necessário (na realidade, extremamente necessário), notadamente no que diz respeito a promover a inserção ativa das economias, mormente as das regiões em desenvolvimento, no contexto da economia mundial (o capitalismo na etapa da nomeada globalização), a alavancar processos de desenvolvimento baseados no trinômio «Indústria – Inovação - Tecnologia», principalmente no que se refere aos países em desenvolvimento, com destaque para os denominados emergentes e a neutralizar os impactos adversos da globalização e dos mercados globais desregulados sobre essas economias.

GLOBALIZAÇÃO E ECONOMIA

O conceito de globalização, muitas vezes incerto ou impreciso, outras vezes definitivo e revestido de um forte teor de inevitabilidade, vem sendo

utilizado para caracterizar o conjunto de transformações ocorridas, a nível da economia mundial, desde o início da década de setenta do século XX. Com visões extremamente otimistas (como a concepção da Tríade, de Kenichi Ohmae) confrontando-se com perspectivas fortemente críticas (ou mesmo cétricas), como a que é partilhada por Hirst & Thompson (1998, pp. 14 e 15), que contestam o fato da economia ser realmente global, pois os fluxos de comércio, de investimentos e financeiros se concentrariam nos limites da Tríade (Estados Unidos - Japão – Europa), a globalização, seu conceito e configuração não se constituem em uma unanimidade.

Por outro lado, Gray (1999, pp. 81 – 84) afirma que o processo de globalização (difusão do capitalismo de mercado) poderia ser obstado por aspectos nacionais (culturais) de modo que o capitalismo emergente da Rússia, a economia chinesa e as corporações japonesas se constituem em entidades de caráter nacional (cultural) específico, não sendo, portanto, passíveis de se diluírem em algum processo de globalização que tome como bitola os padrões do capitalismo norte-americano. Por outro lado, é Wallerstein (1998, p. 18) quem frisa que o capitalismo é essencialmente um sistema social histórico e que se configura na economia-mundo capitalista, isto é, a economia capitalista teve sempre uma dimensão mundial ou pelo menos além-fronteiras.

O fato é que em razão das controvérsias e multiplicidades de visões e abordagens quanto ao conceito de globalização, bem como do real significado que tal vocábulo encerra, vale-se, aqui, do ponto de vista de Adda (2004, pp. 102 e 103), segundo o qual as empresas multinacionais, promotoras dos investimentos, operam em pólos regionais (ainda que relativamente mais vastos), como parece ser o caso do conjunto «Japão – NPIA – ASEAN¹» para a maior parte dos investimentos das empresas japonesas, que, aliás, dominam os fluxos de investimentos diretos estrangeiros nessa área.

Portanto, a nível da estruturação do espaço econômico internacional, embora não desprezando as aspirações a buscar blocos regionais mais amplos, cabe o registro de que a instância nacional continua a ocupar um lugar essencial na economia mundial contemporânea, não só em razão dos laços forjados pela cultura e pela história, como também pela ação do Estado nacional. Este, é certo, encontra-se, muitas vezes, limitado pela liberação e desregulamentação (que surgem, por sua vez, como subprodutos da globalização). Assim, o Estado passa a atuar no sentido de promover a valorização dos recursos humanos e do ambiente logístico das empresas,

propiciando a ambiência favorável ao investimento e à geração de empregos. Logo, não se pode pensar a globalização como um estado, mas antes como um processo, que pode se deter a nível da Tríade, mas também pode transcendê-la abarcando outras áreas da economia mundial.

Para Rodrik (2010, pp. 277 - 279), a economia mundial está longe de ser um mercado global sem fronteiras em que as mercadorias, serviços e ativos fluam através das fronteiras nacionais sem qualquer tipo de restrição. Na verdade, até que ponto os Estados-nação foram realmente despojados de todos os poderes e capacidades? De fato, há que constatar que se está muito longe de um mundo em que os mercados de bens, serviços e fatores de produção estejam perfeitamente integrados, basta citar que existe uma elevada correlação entre as taxas de investimento nacional e a taxa nacional de poupança, para além de uma grande dependência das primeiras face à esta última. Por outro lado, registra-se uma forte ausência a nível das transações de bens de capital, isto.

Entretanto, as eventuais soluções apontadas por Roubini (2011, s/p.) parecem distantes do realizável. São elas, a saber: 1 - repor o crescimento e a competitividade através de um euro mais fraco e de políticas de estímulo nos países centrais; 2 - diminuir a inflação para os países periféricos; 3 - financiar os países mais pequenos infinitamente. A alternativa à não implementação dessas medidas seria acabar com o euro. Em outros termos, caso não se consiga desvalorizar o euro, nem crescer, nem diminuir a inflação, a única solução seria abandonar o euro e regressar às moedas nacionais.

ROMPER COM A POSTURA MIMÉTICO-PERIFÉRICA E O PENSAMENTO ECONÓMICO DOMINANTE

A globalização, aqui considerada como a atual etapa da economia sistema-mundo capitalista, ocorre e se acelera no momento da emergência e hegemonia da ordem económico-financeira neoliberal, a ter como superestrutura jurídico-política, mormente a nível dos países pertencentes ao «Núcleo Orgânico Central» do capitalismo, o modelo liberal-democrático (cada vez mais liberal e crescentemente menos democrático). Assim sendo, apesar de se considerar a globalização como mais uma etapa na trajetória e no desenvolvimento da economia sistema-mundo capitalista, pode-se considerar que existe, desde os anos setenta do século XX, com a ascensão das ideias da Escola de Chicago enquanto dogma de orientação política/

econômica dos EUA (com Ronald Reagan) e do Reino Unido (com Margaret Thatcher), a nível dos países orgânico-centrais, mas também nos países da Periferia/Semiperiferia, com destaque para a América Latina, onde o corte cirúrgico sem anestesia foi feito em países como Chile e Argentina e de modo menos dramático, mas nem por isso menos profundo, no Brasil (a adoção *tout court* do Consenso de Wahington).

Aquilo que se poderia denominar de globalização neoliberal, implicando na supremacia de visões liberais, neoliberais e ultraneoliberais, tem no enfraquecimento (quicá no fim) do Estado-nação o seu *ex libris* teórico-ideológico. De fato, a globalização neoliberal tem implicado em fortes constrangimentos à ação e ao desempenho do Estado-nação, cujo elemento de operacionalização e viabilização é o Estado nacional. Isto, por seu lado, configura uma composição perversa a nível do binômio «Economia/Cultura», com o predomínio do econômico sobre o político (aquilo que algumas forças políticas periférico-européias tidas como críticas no âmbito da liberal-democracia denominariam de economicismo) e a hegemonia do econômico sobre o cultural/nacional. Tal implicaria no condicionamento do Estado-nação e de seus instrumentos de intervenção (políticas públicas, coordenação e planejamento), bem como na sua total descaracterização em termos culturais e nacionais, o que reforçaria as opções afetas ao PCF e relegaria a segundo plano todas as iniciativas condizentes com o PFRE.

Logo, torna-se necessário recuperar o Estado-nação, enquanto ator principal do drama desenrolado no palco da economia mundial capitalista, em que se cruzam a globalização, o paradigma neoliberal e a despoltização (a pseudoneutralização) da ciência econômica. Assim sendo, torna-se necessário reconduzir o Estado-nação à sua verdadeira posição, o que, na verdade, se constitui em condição *sine qua non* para que se promova a transição paradigmática (rumo ao PFRE), de modo a se configurar um novo modelo civilizacional que implique na hegemonia da sustentabilidade e interculturalidade e na promoção de uma renovada interação a nível do binômio «Economia/Cultura». Desse modo, o Estado-nação e as suas principais prerrogativas em termos de políticas públicas, regulação, coordenação, intervenção e planejamento estratégico, surgem como elemento central a nível da implementação de um novo modelo energético-ambiental, de cariz predominantemente econômico-cultural, sustentável, predominantemente endógeno e calçado na segurança energética e ambiental.

Portanto, recuperar a posição do Estado-nação e o poder de intervenção e regulação do Estado nacional e do governo implica, num primeiro

momento, em romper com o pensamento econômico dominante, que ao apontar para o critério sem limites do livre jogo das forças de mercado, ou seja, para o domínio total e inquestionável das forças da oferta e da demanda, estabelece o primado do econômico sobre o social/cultural, descartando, desse modo, a definição e configuração de um modelo energético-ambiental calcado na sustentabilidade, assim como o emergir de um novo relacionamento «Economia/Cultura», conexão esta que tem forte correlação com a política educacional adotada pelo Estado-nação.

Por outro lado, a adoção e construção de um novo modelo energético-ambiental, baseado na parcimônia em termos de exploração e utilização dos recursos naturais e energéticos, numa matriz energética renovável e sustentável e em níveis relativamente mais baixos de energia-intensividade, implica, para além de um Estado-nação forte, com níveis elevados de regulação, coordenação, intervenção e planejamento, na ruptura com a postura mimético-periférica face aos modelos econômicos e energético-ambientais importados das economias orgânico-centrais e que definem o primado do econômico sobre o político, o social e o cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo a romper com os axiomas e as limitações neoliberais, assim como com a concepção fatalista do fim do Estado-nação, os países em desenvolvimento deverão seguir, a partir da implementação de políticas públicas, da intervenção e regulação governamental e da elaboração e implementação do planejamento estratégico, em direção a um universo energético-ambiental renovável e sustentável.

Nesse sentido, conduz-se a uma acentuada alteração em termos do binômio «Economia/Cultura», rompendo-se com posicionamentos mimético-periféricos face a modelos econômicos, energéticos e meio ambientais lastreados em pontos de referência técnico-econômicos e técnico-produtivos, que respaldam o primado do econômico (do ponto de vista neoliberal) sobre o cultural.

A nova interação «Economia/Cultura» privilegia a cultura, numa perspectiva ampla e nacional, de modo a buscar em atividades econômico-produtivas tradicionalmente implantadas nos países em desenvolvimento um dos pilares do novo modelo energético-ambiental, como por exemplo a biomassa no caso dos países do Trópico Úmido.

NOTAS

¹ Associação de Nações do Sudeste Asiático.

REFERÊNCIAS

ADDA, Jacques. *As Origens da Globalização da Economia*. Barueri: Manole, 2004.

CAZADERO, Manuel. *Las revoluciones industriales*. México: FCE, 1995.

GRAY, John. *Falso Amanhecer: Os Equívocos do Capitalismo Global*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FUCS, José. *Nouriel Roubini – O homem que previu o caos* [Em Linha]. Disponível em «<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI13935-15227,00-NOURIEL+ROUBINI+O+HOMEM+QUE+PREVIU+O+CAOS.html>» [Consultado em 26/11/2011]. *Revista Época*, edição nº 542, 2009.

HELD, David et al. *Transformaciones Globales: Política, economía y cultura*. México: Oxford University Press México, 2002.

HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. *Globalização em Questão*. Petrópolis: Vozes, 1998.

RODRIK, Dani. *Uma Economia, Muitas Soluções: Globalização, Instituições e Crescimento Económico*. Lisboa: Verbo/Babel, 2010.

ROUBINI, Nouriel. *Zona euro caminha para o fim* [Em Linha]. Disponível em «<http://www.dinheirovivo.pt/Economia/Artigo/CIECO021918.html>» [Consultado em 26/11/2011]. 11/11/2011]. *Dinheiro Vivo*. 2011.

SINGER, Paul. *Uma Utopia Militante: Repensando o Socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Capitalismo Histórico seguido de A Civilização Capitalista*. Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas, 1999.

ABSTRACT

The process of globalization, seen here as the current stage of the capitalist world-economy system into the direction of arguments in favor of secundarization, overtaking and end of the Nation State, the occurrence of the transition into a paradigm energetic-environmental tends to set a new model of civilization that leads to a socioeconomic approach backed in interculturality. This becomes clear when you point to a universe-energy renewable and environmentally sustainable, the construction of which implies a profound change in the relationship “Economy/Culture”, breaking with the techno-economic and socio-cultural legacy within a subordinate position within the world economy.

Keywords: Economy, Economic Thought, Paradigms.



Caminhar Brasileiro na Geração de Eletricidade na América Latina¹

Elaine Cristina Silva Santos

Professora. Doutoranda no CES/Universidade de Coimbra, Portugal

Marcelo Micke Doti

Professor doutor do Centro Estadual Paula Souza na Fatec/Mococa

Paulo Alves de Lima Filho

Professor doutor do Centro Estadual Paula Souza na Fatec/Mococa

Sinclair Mallet Guy Guerra

Professor/pesquisador do PGEN/CECS/UFABC, Santo André (SP)

RESUMO

Este artigo procura tratar do atual papel desempenhado pelo país junto a seus congêneres sul americanos visando à implantação e expansão de centrais hidrelétricas. Neste artigo procura-se criar condições para discutir a verdadeira face de tais empreendimentos: cooperação entre país ou expansão imperialista, dentro das modernas interpretações de ambas as expressões.

PALAVRAS-CHAVE: Energia elétrica. Cooperação econômica. Imperialismo.

CLASSIFICAÇÃO JEL: Q40

INTRODUÇÃO

Todo e qualquer estudo sobre o papel da energia no cotidiano começa sempre afirmando sua importância para a vida moderna, o que já se tornou repetitivo e até mesmo desgastante. Tal desgaste ocorre pela total falta de visão de totalidade² de sua participação e seus detalhes. No caso específico da energia elétrica que compreende cinco fases fundamentais ao se decompor em geração, transmissão, distribuição, comercialização e uso final (daqui em diante GTDCU) a necessidade de uma visão total é mais que importante tanto são os fatores imbricados e decorrentes.

Nas palavras de SLESSER (1978) “... a energia não pode ser tratada apenas como mais um input...”. No caso brasileiro, o planejamento energético do país dá clara e definitivamente prioridade à energia elétrica com a argumentação de que o país dispõe de abundantes reservas hidrológicas. A oferta interna de eletricidade alcançou em 2011 531,8 TWh, com 81,9% de origem hidráulica incluindo a parcela importada. É conveniente destacar-se que

estimativas oficiais indicam que o potencial ainda remanescente é de 76% do total, estimado pela ANEEL em 2000 em 260 GW, sendo, naquele momento avaliado em 40% a participação da bacia amazônica nesse total. Destaca-se essa participação para que nos seja permitida a importância do processo imperialista que o país vem desenvolvendo sobre países da América do Sul, com incursão até mesmo na América Central.

Afirmada essa participação percentual do potencial hídrico da bacia amazônica e aplicando-se a expressão imperialismo tem-se, inicialmente, a definição do macro objetivo deste artigo.

CONCEITUALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Entre os inúmeros teóricos que se debruçaram sobre a conceituação definidora de imperialismo e que tenha um sentido de permanência, de atualidade destaca-se Kautsky que, mesmo tendo escrito entre 1914-1916, ainda vige até hoje. Sua conceituação tem a força de uma tautologia por se tornar redundante, como se pode verificar diretamente em suas palavras:

“(Pode-se encontrar) ... no termo imperialismo todos os fenômenos do capitalismo moderno: cartéis, impostos protecionistas, poder financeiro e política colonial. Entendido desse modo o imperialismo é naturalmente uma necessidade vital para o capitalismo, Mas, essa interpretação não é senão uma frágil tautologia, que não nos diz outra coisa a não ser que o capitalismo não pode existir sem capitalismo.” (K. Kautsky, 1914-1916).

Parte-se para desenvolver o conceituado por Kautsky dada sua permanência, como se verá ao se discorrer sobre a ação brasileira na América Latina no tocante a implantação de sistemas de geração de energia elétrica. Em tal sistema ficam claros e patentes os pontos destacados por esse autor mesmo no período de 1914-1916.

Sem alongarmo-nos muito é necessário e mesmo vital ampliar ainda mais o conceito de imperialismo para demonstrar não apenas seu rigor como também sua validade dentro do quadro estabelecido para as UHEs (Usinas Hidrelétricas) brasileiras. Neste caso ainda há relações imbricadas com o conceito de geopolítica a ser posteriormente destacado.

Não se quer correr risco de pedantismo, mas é certamente importante ou ao menos útil sublinhar o significado de império e seu derivado em imperialismo. O conceito é amplo no sentido de abranger formações socioeconômicas e culturais as mais diferentes, em vários momentos da história tanto no ocidente como mundial, bem como por vários espaços

geográficos. Logo, o estabelecimento do conceito é um *tour de force* quando colocado sem o rigor do *concreto pensado* como nos diria Marx na *Introdução de 1857*. Por meio desse risco deve-se lembrar que *imperium* é palavra que nos advém de Roma. Por *imperium* entende-se “uma vasta soma de poderes reservados, entre os magistrados ordinários, via de regra, aos cônsules e pretores”.³ Logo, conceito atribuído ao poder exercido pelos cidadãos em determinados postos que com a queda da República Romana⁴ torna-se cada vez mais o poder centralizado nas mãos de um único chefe de estado e sua elite coordenando a grande marca do que seria o Império Romano: seu enorme espaço de abrangência e de controle sob uma das máquinas de guerra mais impressionantes montadas na história, ou seja, o exército romano.

Fazendo tábula rasa de vários momentos históricos e outras significações para o conceito de *imperium* (daqui para frente designado em sua forma portuguesa por *império* e sua ação substantiva sobre espaços geográficos e centralizados sob um controle central como *imperialismo*), pode-se dizer que as formas iniciais do capital como pré-capitalismo já inicia ações imperialistas sobre os espaços americanos e alguns da Ásia e África já demonstrando a crueldade e violência do mesmo. Posteriormente de meados do século XIX até o pós-guerra (1945) teremos o desmanche dos impérios europeus surgidos com o processo industrial e seu corolário: a expansão necessária do capital, expansão sem a qual o mesmo não se reproduz, não concentra e centraliza, não acumula e, inevitavelmente, dissolve-se. É o *imperialismo clássico* analisado por Hobson, Lênin, Kautsky, Bukharin, Rosa de Luxemburgo, Hilferding, entre outros. Imperialismo marcado pelo poder militar sobre vastas regiões (quase toda) África e Ásia por parte de nações como França, Inglaterra, Bélgica, Portugal, Espanha, Alemanha, Itália, ratificadas na Conferência de Berlim de 1884-1885 e garantindo amplíssimos espaços para que as classes hegemônicas do capital dos países metrópoles contassem com os auspícios de suas elites representantes nos respectivos Estados garantindo a acumulação de capital. Insistimos que essa acumulação foi garantida via mando militar nacional sobre os territórios ocupados.

A partir do fim da II Grande Guerra esses impérios vão se diluindo e colocando um ponto final no *imperialismo clássico* como chamamos. No entanto, se queremos rigor no conceito como assinalado e requerido anteriormente devemos enfatizar: qual a dinâmica dessa ação imperial, imperialista? Se há algum elemento promotor do mesmo, que o arraste adiante a pergunta central: qual é esse elemento, essa determinação? A

resposta é curta e simples ainda que acompanhada de trocadilho: a “imperiosa” necessidade do capital em se acumular. Entenda-se: o capital não se move sozinho. Não há acumulação do capital em abstrato. Nenhuma lei inercial existe aqui. Portanto a acumulação só se pode dar via *decisão* das classes hegemônicas e suas elites encasteladas no Estado. Sobretudo quando o assunto é o grande capital monopolista com destaque todo especial para a problemática energética e sua centralidade estratégica⁵ para o mundo da produção que se quer infinita do capital.

Possível, então, falarmos em imperialismo estando presente o elemento de sua dinâmica, a acumulação de capital. Possível ainda por envolver poderes de Estado para que os mesmos ocorram. Muda a sua forma para *capital em rede* coordenado essencialmente pela forma financeira. Muda também a dinâmica da ação em não ter à frente exércitos e os acólitos de uma burocracia estrangeira controlando e centralizando decisões em espaços exteriores ao Estado imperial. Entretanto temos ainda todos os elementos centrais presentes: o capital e sua acumulação, a ação de classes hegemônicas junto ao Estado, este exercendo seu papel sobre interesses em outros territórios, estes, por sua vez, tendo suas elites respondendo aos interesses externos e não de um projeto nacional e outros elementos mais possíveis ainda de serem mais bem detalhados e de maneira toda singular. Para o texto aqui posto e seu objeto: na questão das UHEs todos estes elementos estão presentes.

A FORÇA DA ENERGIA ELÉTRICA

Destaque-se, primeiramente, o papel da energia elétrica como fator de reprodução e acumulação do sistema econômico vigente. Sua complexidade e interdependência de insumos constitutivos dão força a tais fatores. O processo de globalização⁶ com seu fundamental corolário – privatização – pelo qual passa todo o mundo e, no presente caso, a América Latina é mais que confirmador de ações decorrente para firmá-lo.

Em 1991 REICH afirmava que

“Com uma regularidade anestesiante, ouve-se falar do PNB, da balança comercial, da taxa de crescimento econômico, da taxa de poupança, da taxa de desemprego (sempre da nação, sic) da produtividade, do valor do patrimônio nacional, da capacidade das grandes firmas nacionais lucrarem”

Esta citação pode ser antecedida de teorização a respeito de internacionalização como as desenvolvidas por POULANTZAS muitos

anos antes. Em seu trabalho de 1975 sobre o tema analisa as modificações contemporâneas imperialistas e seus efeitos entre metrópoles e estados nacionais. Como reforço dessa afirmação deve-se lembrar de que esse autor já vislumbrava profundas alterações, em escala mundial (ou se quiserem, global), na economia capitalista, assim como nas necessárias forma e funções do Estado. POULANTZAS passa a se valer da expressão *fases* para caracterizar os diferentes e diversos momentos em que essa ação se dá e se passa. Entre tais fases, uma delas irá se tornar altamente adaptável ao caso brasileiro, a transferência da dominância do econômico para o político, ou seja, para o papel desempenhado pelo Estado. Esta situação se consolida quando o governo brasileiro passa a tomar a si as rédeas, via “*diplomacia de resultados*”, traçando caminho, normas e formas de atuação na expansão dos investimentos externos do país.

A força econômica da energia elétrica passa, principalmente a partir do governo que se instala em 2003, a exercer forte papel imperialista, como se verá. Para termos noção dessa força MIELNICK e NEVES (1988) destacam a convergência de três processos de atividades produtivas:

- i) Estudos preliminares e projetos;
- ii) Construção civil da barragem e
- iii) Fabricação dos equipamentos elétricos.

A geração de energia elétrica, no Brasil, entre 2002 e 2011, segundo o BEN oscilou de uma participação de 13,4%, em 2008, a menor nesse período, até 14,5% em 2004 e 2005. E o consumo, entre 2002 e 2011, esteve superior a 2,25% aa. A estabilização econômica imposta à sociedade após larga fase de alta inflação decorrente dos embates entre capital e trabalho social visando-a teve como uma de suas componentes a expansão de atividades produtivas e reprodutivas o alargamento das fronteiras de investimentos.

O quadro a seguir mostra a participação da energia hidráulica, fonte majoritária da eletricidade gerada e consumida no país, na matriz brasileira de energia. Pode-se ver ser ele o terceiro, mas o importante é se tivéssemos espaço e tempo para avaliar seus efeitos a montante e a jusante de sua geração, na economia do país.

FONTE	
Petróleo	37,9
Biomassa	28,2
Eletricidade	15,2
Carvão	8,7
Gás Natural	4,7
Nuclear	1,4
Outros	3,9
TOTAL	100,0

Fonte: BEN, 2012.

O planejamento energético nacional, elaborado pela EPE é primordialmente voltado para a geração hidrelétrica, enquanto as demais fontes são contempladas de forma marginal. E, como afirmado anteriormente, a potencial reserva brasileira, da ordem de 198 GW. Esta fortemente planejada para ser obtida no Norte do país, a região amazônica.

Ocorre que essa reserva não se encontra somente em território brasileiro. Aí entram os interesses de expansão, reprodução e acumulação do sistema econômico vigente. Como os locais possíveis de serem explorados em bacias hidrográficas do país e juntando-se as demais condições propiciadoras as novas fronteiras de produção se alargam, passando para lá dos limites geográficos.

O ASPECTO GEOPOLÍTICO

É mais que importante ressaltar que todos os projetos de implantação de sistemas de geração em construção e aqueles ainda carentes de detalhamentos, obtenção de financiamento e dos trâmites legais e diplomáticos exigidos e necessários tem a justificativa de sua consolidação no esgotamento em solo pátrio e na hipótese de serem apresentados como contribuição brasileira para a integração das nações latino-americanas.

O Brasil tem hoje em construção, financiadas com recursos subvencionados pelo BNDES, obras em sete países da América do Sul e Central. Isso sem mencionar, por ser anterior a presente vaga, Itaipu, binacional entre Paraguai e Argentina, a segunda maior UHE do mundo com capacidade de gerar 12 GW.

A Eletrobrás, empresa holding da indústria brasileira de energia elétrica, intenta acrescentar 18 GW de geração ao sistema até 2020 por meio de

UHE além-fronteiras. A demanda interna de energia elétrica projetada para esse mesmo período é de 70 GW, com 25% vindo do exterior.

Entre esses países encontra-se o Peru cuja UHE de Iñambary foi orçada em 2010 em US\$15 bilhões financiados pelo BNDES e com a Eletrobrás gerenciando tanto o projeto e construção, quanto posteriormente a geração obtida, estimada em 7 GW. Na Bolívia o principal projeto é Cachoeira Esperança extremo *interland* do país fronteira com o Brasil. Para um potencial estimado em 8 GW, na Guiana está sendo estudada a implantação de uma UHE com 1, 5 GW. Neste caso, é necessário se destacar que é visada a importação de toda a geração para o Estado de Roraima (RR) objetivando substituir a atual geração altamente danosa ao meio-ambiente por ser movida a óleo Diesel. No rio Uruguai estão sendo implantados 2 GW fronteiriços entre Argentina e Brasil. Ainda, estudam-se projetos no Suriname e Guiana Francesa. No Peru, outro dos países nos quais o Brasil implanta ou visa a implantar UHE, a situação esteve muito delicada, demandando intenso trabalho diplomático do governo brasileiro para atenuar os comentários internos de ação imperialista, transformando este em *compartilhamento energético*. Para abrandar tais críticas foi necessário transformar cláusulas do projeto inicial prevendo que quase toda a energia gerada por Iñambari será adquirida pelo Brasil.

Em todos os projetos mencionados levou-se em conta, segundo as condições locais, o preço final de geração que poderá propiciar tarifas finais mais acessíveis para os consumidores finais. No Peru, por exemplo, segundo a imprensa, com um potencial considerável, mas inexplorado, o custo seria de US\$52 e na Bolívia de US\$58. Nas mesmas condições, afirma-se que no Brasil atingiria US\$77.

Necessário acrescentar neste ponto que o conceito de geopolítica está sendo usado em todo o seu espectro fundamental. Normalmente usado como referência a qualquer assunto com referência a relações internacionais e, portanto, tomado de certa vulgarização, a geopolítica guarda articulação, sem dúvida com diplomacia e relações internacionais, porém tendo como base o território, o espaço geográfico em questão. Neste aspecto fundamenta-se nosso texto uma vez que os projetos de UHEs abrangem territórios externos ao brasileiro e estando o espaço geográfico imbricado substancialmente nesses projetos. Com isso podemos ainda adiantar uma conclusão relacionando o conceito de imperialismo com o de geopolítica ora posto: é o fato de que as UHEs constituem um verdadeiro projeto *geopolítico imperialista*.

Para melhor visualização, serão apresentados a seguir alguns dos exemplos de construção de UHE no continente.

O PODER FINANCEIRO: O IMPERIALISMO TOMA FORMAS NOVAS⁷

Mesmo sendo encarada como pleonasma, a expressão “globalização mundial” é de importante menção por se tratar de um movimento de capitais substancialmente internacionalizados cuja única característica é a de serem voláteis e apátridas. A partir do momento em que o processo de privatização impõe-se no país a indústria de energia elétrica passa a ser encarada como mais uma forma de mercadoria sua forma de reprodução deve atender aos desígnios de seus controladores, e não mais do Estado como até então. Ainda que demande longa explanação, deve ficar clara a predominância do chamado capital financeiro. E tal forma de reprodução e acumulação dar-se-á com base nele, como predominante sendo outra característica do *novo mundo* da globalização e das formas novas, tentaculares, formando redes do imperialismo em “novo estilo”.

O ESTADO BRASILEIRO NO *NOVO MUNDO*

O governo que emerge em 2003 toma a si a tarefa de inserir o país nesse novo mundo, o da globalização, dentro daquilo que lhe é possível. Um dos caminhos é, aproveitando-se de conjuntura altamente favorável, utilizar a pujança que a indústria brasileira de construção civil vinha gradativamente tendo em anos anteriores, inclusive com obras no exterior. Internamente tais empresas vinham, nesses anos recentes, adquirindo renome, principalmente, com as obras de construção de grandes usinas hidrelétrica. Fatores, também importantes para a expansão de tais empresas, foram a disponibilidade de capitais estatais financiadores de tais atividades e a necessidade interna de ampliar a geração, mesmo que em outros países, de energia elétrica.

Ainda que carente de muitos estudos e comprovação quantitativa que lhe dê qualidade pode-se afirmar o lento, mas perceptível, declínio da pujança industrial americana. Sem afirmarmos ser a razão final, um dado é relevante: a taxa de lucro das empresas não financeiras nos USA alcançou o ponto máximo, em 1965, de 10%, enquanto que em 1980 eram de 7%, ou seja, um terço menor. (REICH, 1991).

É totalmente impossível deixar-se de lado a questão de criação e expansão das antigas ideias de integração latino-americana. Vários programas foram

tentados ao longo da história econômica brasileira. A análise de seus antecedentes e consequentes fogem aos objetivos deste artigo, mas deve ser destacado que deram certo em pontos específicos e temporais, não tendo apresentado resultados mais significativos. A grande exceção, ainda que trôpega, passa a ser o MERCOSUL. Nesse, destaca-se a questão energética cuja maior e mais importante contribuição foi de propiciar a entrada e expansão da indústria do gás natural no país, majoritariamente em mão do grande capital internacional.

Os dados e argumentos apresentados aqui não podem ser minimizados e sim entendidos como essenciais na expansão do “*capitalismo brasileiro*” que o levou ao imperialismo sobre outros países latino-americanos.

NOTAS

- ¹ Artigo originalmente apresentado como síntese do projeto de pesquisa sobre o mesmo tema coordenado pelo Prof. Dr. Sinclair Mallet-Guy Guerra.
- ² Neste caso usa-se o conceito de *totalidade* no sentido da globalidade da compreensão do que se chamou de GTDCU. Adiante empregaremos a mesma como *categoria marxiana do conhecimento*. Em outros termos, totalidade como a compreensão de todos os momentos e determinações devidamente ponderados a compor um modo de produção, suas formações socioeconômicas e culturais bem como a integração de uma análise particular – como a que se faz neste texto – com outros momentos da sociedade. O exemplo mais claro estará em nossa análise de imperialismo.
- ³ Ver detalhes sobre o poder exercido ou compreendido pelos magistrados *cum imperium* em Mário Curtis Giordani: *História de Roma*. Editora Vozes, Petrópolis, 2008, 17ª ed., pp. 89-90. Também a definição dada no *Dicionário Houaiss* para império em sua etimologia: “lat. *imperium*, *ii* ‘autoridade, ordem, comando’”.
- ⁴ Por mera curiosidade considera-se o período da República Romana o período que vai da queda da monarquia em 509 a.C. até o estabelecimento do Império em 27 a.C. Confirmando o exposto no texto o surgimento do Império se dá quando o senado passa a ter o seu poder desafiado por alguns generais do exército. Fácil historicamente quando vemos para mais de 2000 anos passados, mas era a inevitabilidade da expansão territorial romana que chefes militares ganhassem poder e transformassem o poder específico de *imperium* de alguns magistrados em poder militar de um imperador coordenando vastas legiões por enormes espaços: de Portugal ao Oriente Médio e Reno, da Grã-Bretanha e Danúbio até o norte da África. Essas ideias darão corpo ao nosso conceito de imperialismo como será visto.
- ⁵ Usamos o termo *estratégico* aqui não para designar um aspecto geopolítico, mas econômico, ainda que nos ditames da categoria da totalidade um leve ao outro por meio de múltiplas determinações e mediações. Assim neste caso a referência é a energia como mercadoria essencial, sem a qual toda a produção inexistente não sendo, portanto, uma mercadoria entre as demais.
- ⁶ Gostaríamos de enfatizar um dado ainda que por demais usado. A expressão *processo de globalização* é pleonástica senão, ao menos, redundante. Palavras terminadas em *-ção* indicam um processo em seu bojo. É assim com democratização, modernização, etc. Diferente não seria com globalização a nos indicar que algo se torna global. A pergunta seria: o que se torna global? A resposta é basicamente simples: o poder em escala ainda mais planetária do grande capital monopolista com o auxílio ou instigado por elites e seus Estados

Nacionais representantes de suas classes hegemônicas em reproduzir, concentrar e acumular ainda mais capital seja em qual espaço for. Por esse motivo globalização assume a forma de uma nova expansão capitalista hegemônica, sobretudo pelo capital financeiro. No entanto, a expressão *processo de globalização* já ganhou fórum de “clássica” e por isso a usamos. Ainda somos favoráveis à expressão *mundialização* por denotar a construção de processo pela sociedade e não *globalização* a esconder por trás do frio globo algo inevitável, firme e rígido como lei natural.

⁷ Notar neste ponto a conexão entre o capital financeiro e o anteriormente referido sobre o mesmo ao abordarmos as questões sobre o conceito de imperialismo.

BIBLIOGRAFIA

- BELTRAN, Jorge Isaias Llagostera. *Categorias Relevantes para a Definição de Metodologias em Planejamento Energético: Totalidade e Historicidade*. II Congresso Brasileiro de Planejamento Energético, Unicamp, 12-14 de dezembro de 1994.
- BERNAL, John D. *Ciencia e Industria em el Siglo XIX*. Edições Martinez Roca, Barcelona, 1973, 1ª ed.
- BENAKOUCHE, Rabah. *O que é Capital Internacional*. São Paulo, Brasiliense, 1982, col. “Primeiros Passos”.
- BNDES, RJ. 2013
- BRANCO, Samuel Murgel. *Energia e Meio Ambiente I*. Editora Moderna, 1990, 14ª ed., Col. Polêmica.
- BUKHARIN, Nikolai. *A Economia Mundial e o Imperialismo - Esboço Econômico*. Abril Cultural, São Paulo, 1984, col. “Os Economistas”.
- CARCANHOLO, Reinaldo et alli, *Século XXI: Crise de uma Civilização – Fim da História ou Começo de uma Nova História?* CEPEC, Goiânia, 2010, 1ª ed.
- CHESNAIS, François e SERFATI, Claude. “Ecologia’ e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas”. *Crítica Marxista*, nº 16, março de 2003, pp. 39-75.
- DOTI, Marcelo Mücke. *As Dimensões Humanas da Categoria Trabalho em Marx*. Monografia de Graduação, Unesp, FCL/Araraquara, 1989.
- _____. *Sociedade, Natureza e Energia – Condições Estruturais e Superestruturais de Produção no Capitalismo Tardio*. Editora Edgard Blucher, São Paulo, 2008.
- DOTI, Marcelo Mücke e GUERRA, Sinclair Mallet-Guy. “Capitalismo e Irracionalismo: esboços de desenvolvimento de uma ideologia do capital”. *Novos Rumos*, Ano 20, nº 44, 2005, pp. 30-40.
- _____. “Bicombustíveis, uma polêmica do desenvolvimento socioeconômico”. In: *Ciência & Cultura*. Vol.60, nº 3, São Paulo, setembro de 2008, pp. 37-43.

- _____ “Bicombustíveis e Desenvolvimento Econômico”. In: HAGE, José Alexandre (org.) *A Energia, a Política Internacional e o Brasil*. Instituto Memória, Curitiba, 2008, pp. 347-368.
- DUCASSÉ, Pierre. *História das Técnicas*. Publicações Europa-América, Lisboa, 1962, 2ª ed.
- Rio de Janeiro, 2008.
- EPE. Empresa de Planejamento Energético (MME), RJ. 2010
- GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987, 25ª ed.
- KAUTSKY, Karl. In Meldolesi, L. *Kautsky – L'imperialismo*, ed. Laterza, Roma, 1980.
- LÊNIN, V. I. *El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo*. Editorial Progreso, Moscou, 1981.
- MAGDOFF, Harry. *A Era do Imperialismo – A Economia da Política Externa dos Estados Unidos*. Hucitec, São Paulo, 1978.
- MANNERS, Gerald. *Geografia da Energia*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976.
- MANTOUX, Paul. *La Revolución Industrial em el Siglo XVIII*. Aguilar, Madri, 1962.
- MARTIN, Jean-Marie. *A Economia Mundial da Energia*. Editora Unesp, São Paulo, 1992.
- MIENILCK, Octávio and M. Neves. Análise sobre a evolução da indústria brasileira de energia elétrica na Câmara de Deputados, Brasília/DF, 2013.
- POULANTZAS, Nicos. *État, pouvoir et socialisme*, ed. La Decouverte, Paris, 1978.
- PUISEUX, Louis. *Crise de Energia e Modo de Produção – A Energia e a Desordem Post-Industrial*. Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1975.
- REICH, Robert. *Supercapitalism: The transformation of business, democracy and everyday life*. Ed. Doubleday, Boston, 2007.
- SHAH, Sonia. *A História do Petróleo – Entenda como e por que o Petróleo Dominou o Mundo*. L&PM Editores, Porto Alegre, 2007.
- SLESSER, M. *Energy in the Economy*, ed. The MacMillan Press LTD. London, 1978.

ABSTRACT

This article seeks to treat the current role played by country with their South American counterparts aiming at the establishment and expansion of hydropower plants. This article seeks to create conditions to discuss the true face of such enterprises: cooperation between country or imperialist expansion, within the modern interpretations of both expressions.

KEYWORDS: Hydroelectricity. Economic cooperation. Imperialism.

JEL CLASSIFICATION: Q40

A Narrativa da História da Educação Integral Brasileira: O Primeiro Período e seu Momento e a Escola Municipal Dom Aquino Correia no Rio de Janeiro¹

Sul Brasil Pinto Rodrigues²
LER/UERJ –NEEPHI/PROPAP/UNIRIO

RESUMO

A temática do Estado e as políticas educacionais públicas na educação básica, ou como as políticas públicas de educação integral, como política cultural de formação do “povo brasileiro”, entram na história da educação nacional. Particularmente a da educação integral em tempo integral, com a função de se formar nacionalmente diálogo de significação nacional, e em densidade moral e ética, em sua inserção no “povo brasileiro” através da linguagem, da conversação, do nos circuitos e fronteiras da história da educação integral no Brasil.

Palavras-chave: políticas públicas de educação integral; Anísio Teixeira; Política cultural; Rio de Janeiro.

PRÓLOGO:

Com este título, aqui é buscado contribuir para a temática do Estado e as políticas educacionais públicas na educação básica, ou como as políticas públicas de educação integral, como política cultural de formação do “povo brasileiro”, entram na história da educação nacional. Particularmente a da educação integral em tempo integral, com a função de se formar nacionalmente no “povo brasileiro” através da linguagem, da conversação, do diálogo de significação nacional, e em densidade moral e ética, em sua inserção nos circuitos e fronteiras da história da educação integral no Brasil. Nesta introdução fica esclarecido que a concepção de história que fundamenta este trabalho é o da história de política cultural como uma redescritção, por exemplo, que não necessariamente procede da adoção de diferentes abordagens “científicas”, de gestão, e de ciência econômica da história. Como teria sido o caso de C. Wright Mills (1982, p.150), em sua *Imaginação Sociológica*, quando falou há bastante tempo da variedade humana e apontou o Estado-nação como unidade social e produto da sua mudança da situação de “povos subdesenvolvidos”.

O esforço para a implantação da política pública de educação integral de tempo integral no Brasil tem tido experiências de política cultural no sentido

da formação do “povo brasileiro” e de sua redescritção da “ninguendade” (RIBEIRO, A. M., 2012). Entretanto, a educação integral de tempo integral como política pública cultural republicana pode ser compreendida na literatura acadêmica brasileira como desde “um mito e desconversa” da real escolarização, ou como também para atender direitos e ensinar para a cidadania escolar, urbana. Ou ainda como educação socialista científica, democrática, como a do “socialismo moreno”. Ou, também, para a reprodução do modo de produção capitalista ou para o mercado de mão de obra, nacional e global. De outro modo para possibilitar a humanização, ou ainda a ação do populismo politicista, assistencialista e salvacionista. E também, ou para “formar nacionalmente o povo brasileiro”, ou até a de possibilitar a autonomia e a autocriação privada e individual. Neste trabalho adotaremos essas duas últimas concepções de função da educação integral de tempo integral: formar nacionalmente o povo brasileiro, imbricada à possibilidade da autonomia e autocriação privada e individual. No sentido de abandonar o subdesenvolvimento e fazer o enriquecimento nacional.

O povo brasileiro, em relação à educação integral e de tempo integral, entra no cenário da história brasileira, na cidade do Rio de Janeiro, na transição dos anos 1910/1920. E, prossegue sem sucessão até 1935, quando há o primeiro período de retardamento educacional, como sua negação, após o início dessa reconstrução educacional brasileira, como propõe Anísio Teixeira (1997, p.39s).

Nesse delimitado período histórico de aproximadamente 20 anos, para a escolarização elementar em geral, além da fundação da Associação Brasileira de Educação - ABE, em 1924, no Rio de Janeiro, os anos 20 contribuíram com reformas educacionais estaduais tais como a de Carneiro Leão de 1922 a 1926 no Rio de Janeiro, e posteriormente em Pernambuco. Paralelamente às reformas de Anísio Teixeira na Bahia de 1926 em diante, e 1931 no Rio de Janeiro, a reforma educacional de Fernando de Azevedo em São Paulo e a de 1926 no Rio de Janeiro. As de Francisco Campos e Mário Casasanta a partir de 1926 em Minas Gerais e a de Lourenço Filho de 1922 a 1924 no Ceará. Essas reformas educacionais, ainda sem sentido nacional, refletiam a necessidade das transformações de aceleração evolutiva, principalmente na indústria nascente, na urbanização e na formação do mercado interno forçado pelo isolamento do setor externo brasileiro com a primeira guerra mundial.

A contingência do dever da educação integral, particularmente no Rio de Janeiro, quanto a ação de Anísio Teixeira, no cargo correspondente ao atual

Secretário de educação do então Distrito Federal, após a Revolução de 1930, se concretiza a partir do momento em que Anísio Teixeira era o então Secretário Estadual de Educação na Bahia (1926-1930). Após realizar mestrado no Teachers College, da Columbia University em 1928, em seu relatório comenta a definição de educação integral em Dewey, considerando a relação entre educação e democracia, ou o governo do povo, escreveu (TEIXEIRA A. 2006, p.51 e 54):

“A concepção de Dewey em educação é essencialmente uma concepção integradora. Dewey salienta e esclarece o equívoco em que se baseiam todos os dualismos que caracterizam as teorias educacionais aristocráticas – tais como trabalho e lazer, prática e atividade intelectual, individualismo e associação, cultura e profissão etc.” (p.51).

“Eficiência social e cultura pessoal, provendo a uma livre e larga vida associada entre os homens devem constituir dois objetivos harmônicos que se integrem numa legítima concepção de educação democrática. Não há condenação de cultura, com predominância de “utilitarismo” ou “praticidade”, mas uma educação tão integral e tão humana quanto possível, e que se não baseie e alimente nenhuma sorte de isolamento ou divisão social, floresça de hipertrofia espiritual de cultura ou de limitado treino profissional” (p.54).

Nesse sentido, em 1931, Anísio Teixeira assumiu a Diretoria Geral de instrução Pública do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e, em 1934, publicou o livro *Educação progressiva: uma introdução à filosofia da educação*, cujo título foi modificado pelo autor, em 1967, para *Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola*. Nesse livro Anísio Teixeira fundamenta sua redução conceitual à realidade brasileira partindo da concepção de educação integral de Dewey, delineando assim suas diretrizes da educação integral para o Brasil.

Essa concepção de educação integral apareceu também no manifesto “*A Reconstrução Educacional no Brasil – ao povo e ao governo*” (ABE, 1932) mais conhecido como *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, na versão impressa paulista. No manifesto da “*A Reconstrução...*”, na página 45, por exemplo, quando fala sobre o Estado em face da Educação, é afirmado que a educação, é uma função essencialmente pública, e do direito de cada

indivíduo à sua educação integral, que decorre logicamente para o Estado que a reconhece e a proclama. A concepção de Educação Integral é reafirmada ao longo das setenta e cinco páginas restantes do “*A Reconstrução...*”

Essa concepção de educação integral também se institucionalizou através da Constituinte de 1934, que expressa em seu artigo 5º - Compete privativamente à União – traçar as diretrizes da educação nacional. E, em seu artigo 10º, acerca da competência concorrentemente à União e aos Estados, difundir a instrução pública em todos os seus graus. Na seção “Da Educação e Cultura” pelo artigo 150º é estabelecida a competência da União para fazer o Plano Nacional de Educação. Em seu Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras *a* e *e*, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos;

A periodização de aproximadamente 1920 e até o ano de 1935 é feita por depender da formação do mercado interno e de seus corolários: a urbanização e a alteração de consumo da força política popular, em seu início emergente, do “povo brasileiro”, como sujeito indireto e como reflexão da crise da aventura política republicana. E, ademais do seu isolamento do comércio externo brasileiro, principalmente nas importações, revelado na crise de 1929. A Revolução de 1930 se inicia com o objetivo político de instalar uma intervenção econômica na produção do Estado nacional em reformulação de seu modelo liberal da primeira república. E da reconstrução da Educação substituindo-a pela da instrução suplementar e preparatória. Este é o contexto dessa periodização e que, também, vai propiciar o início, e o fim temporário nela, da educação integral como fator de mudança, em 1937, da educação pública e da formação nacional democrática do povo brasileiro, retomada somente em 1946. E, também, posteriormente.

Além da conceituação, da abordagem e da periodização da educação integral de tempo integral pública, em seu primeiro momento histórico no Brasil, outro ponto a ser destacado é o que trata do protagonismo do início da implantação da educação pública integral na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Cunha (1997), sob metodologia científica de ciências sociais e econômicas, distingue que à época do *Manifesto da Reconstrução Educacional* (ABE, 1932) duas principais correntes de protagonistas da educação em justaposição: os do Autoritarismo *versus* os Liberais. Entre estes Anísio Teixeira é classificado

como liberal igualitarista. O que hoje, na classificação de Rorty (2007), no pragmatismo americano, é a de liberal irônico e solidário. Portanto, na redescritção à realidade brasileira de hoje esse liberal é diferente dos neoliberais à medida do surgimento dos novos protagonistas da educação contemporânea assim classificados. E, os neoliberais não necessariamente, e por interesse representam, ou lideram o posicionamento político dos atuais liberais irônicos.

A partir de 1931 Anísio Teixeira, como liberal igualitarista, ou mais precisamente liberal irônico, agia para a ação de implantação da educação integral no espaço do então Distrito Federal, como secretário de educação do prefeito Pedro Ernesto, este nomeado pelo chefe do governo revolucionário provisório. A ação de Anísio Teixeira era a de uma política cultural da educação democrática, de experimentalismo e de formação para a tecnologia e a industrialização, que desse modo corresponderia à formação do “povo brasileiro”. Ambos Pedro Ernesto e Anísio Teixeira, como também o governo provisório, almejavam a autonomia do Distrito Federal. Isso foi institucionalizado pela Constituição de 1934 e Pedro Ernesto foi vitorioso eleitoralmente, como prefeito do Distrito Federal, concorrendo pelo Partido Autonomista. Partido que Anísio Teixeira queria que fosse identificado e denominado como “Revolucionário” (NUNES, C., 2000 p. 468).

Antes de 1931, enquanto secretário estadual de educação do Estado da Bahia, Anísio Teixeira publicou dois livros: *Anotações de viagem aos Estados Unidos em 1927* (1927) e *Aspectos americanos de educação* (1928). Neste último livro de edição de 2006 da Editora UFRJ, Anísio Teixeira, ao tratar da relação entre democracia e educação (2006, p.51) descreve a definição da concepção de educação integral de Dewey e sugere (p.54) uma educação tão integral e tão humana quanto possível como objetivo dessa arte de educar.

Após 1931 e até 1937 limite final de nossa periodização, do primeiro momento histórico da educação integral no Brasil, além da revolução educacional implantada no Rio de Janeiro, se bem que incompleta e, também como continuação das mudanças iniciadas anteriormente, principalmente a reforma do secretário anterior Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira publica, em 1934, o livro *Em marcha para a democracia – à margem dos Estados Unidos*, (edição UFRJ 2007). E, ao concluir seu livro trata da “sociedade democrática e sua direção”, quando acompanha Dewey adotando o conceito científico de sociedade democrática antes que o vocábulo de “povo brasileiro”, um conceito de história de política cultural expressado na linguagem e

conversação, aquele um vocabulário científico final e originado do iluminismo do século XVIII. É quando Anísio Teixeira compreende a direção consciente da sociedade pela educação integral, considerada como a própria mola interior de cada indivíduo, cuja semelhança de funcionamento fizesse com que toda a sociedade se movesse harmoniosamente para a frente. Um revés não percebido por Anísio Teixeira. Porém, mais adiante, em sua obra Anísio Teixeira adotará a concepção de “povo brasileiro”, na nação como destino, diferentemente da de sociedade, e por redefinições do sentido adotada pelos primeiros ensaístas e literatos brasileiros tais como, Visconde do Uruguai, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Viana, Tobias Barreto, Silvio Romero, José de Alencar, Azevedo Amaral, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson W. Sodré e Wanderley Guilherme dos Santos, entre outros.

Anísio Teixeira estava determinado por um pragmatismo baseado na educação integral fundada na experimentação científica. Nessa orientação de política cultural para a democracia e principalmente para uma educação direcionada à industrialização, que para ele seria o meio de desenvolvimento nacional autônomo e sustentável para o enriquecimento nacional, assim como acontecia nos Estados Unidos.

1. PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DE ESCOLA INTEGRAL DE ANÍSIO TEIXEIRA: ESCOLA MUNICIPAL DOM AQUINO CORREIA, CIDADE DO RIO DE JANEIRO E SEUS EFEITOS:

Nesta seção será enfocada a relação por antecedentes e conseqüentes de experiências concretas da escolarização pública integral, de tempo integral, com o exemplo de Anísio Teixeira na cidade do Rio de Janeiro. E, para o problema atual da falta de qualidade na educação básica, questão esta que autoridades educacionais dos três níveis de governo, federal, estadual e municipal vêm tentando apresentar soluções progressivas. Inclusive com a resolução pouco definida de educação integral para o ensino fundamental da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, art. 34, § 2º) de 1996. Esta exígua menção de escolarização “integral” na LDB parece estar compreendida mais no sentido de estender o horário das crianças nas dependências das escolas, do que uma proposta de prática pedagógica e curricular na subjetividade da escolarização efetiva e necessária para as necessidades e o interesse do desenvolvimento social do “povo brasileiro”. Aqui há o interesse também no posicionamento favorável no sentido de que a educação integral é uma real possibilidade na melhoria da educação pública. Mas é uma possibilidade dependente de superação, em primeiro

lugar, das resistências conjunturais (econômicas, políticas, ideológicas, etc.) a esse tipo de escolarização e educação pública. E, em segundo lugar, dependente de uma concepção necessária e de interesse, na diversidade do imaginário de educação integral que vai além, por exemplo, da extensão do horário de permanência da criança no espaço escolar, como está já estabelecido pelo Decreto 7083/2010 que dispõe sobre o Programa Mais Educação como proposta de prática pedagógica integral e curricular democrática. Sem a superação dessas dependências efeitos díspares surgem ao contrário do esperado. Esta concepção possível, entretanto, no consenso do campo educacional, já foi aplicada no Brasil por Anísio Teixeira em suas ações de gestão e liderança da educação pública em diferentes tempos históricos e diferentes áreas do país como Rio de Janeiro (1931-35), Salvador da Bahia (de 1948 em diante) e Brasília (1957 em diante). Além disto, no caso da cidade e no Estado do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro (*apud* MIGNOT, 2001), mencionou a política de escolarização dos dois programas, PEEs, e dos Centros Integrados de Educação pública, CIEPs, (1983-1986 e 1991-1994) como sendo de extração e continuidade da política de escolarização integral de Anísio Teixeira, apesar da séria crítica acadêmica de negação e/ou de afirmação. (BOMENY, 2009; COELHO, L. & CAVALIERE, A.M. 2002; TEVES, N., 2002).

A despeito de toda esta prática progressiva de Anísio Teixeira, a educação integral sofreu muitas resistências e então nos perguntamos, pode a experiência protagonizada por Anísio Teixeira contribuir para atual crise da qualidade da educação brasileira, se existe a tradição esquecida de integrar linguagens e educação, por não lermos Anísio Teixeira? (MENDONÇA, A.W. e BRANDÃO, Z.1997).

Para a contribuição da relação problemática entre escolarização de qualidade e educação integral, este trabalho, como um estudo 'anisiano', e não só de caráter histórico, mas particularmente pedagógico, busca descrever o esforço de Anísio Teixeira para implantar a primeira escola de educação integral de tempo integral (Escola Parque) na cidade do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo de sua derrota às pressões reativas de oposição ao seu programa de modernização educacional na antiga capital do país.

Há aproximadamente setenta anos (1º/12/1935) Anísio Teixeira, então diretor geral do Departamento de Educação do Distrito Federal estava sendo pressionado, de modo reativo, pelo deputado Constituinte de 1934, Alceu Amoroso Lima, numa fase de obscurantismo educacional e em meio a sua rumorosa conversão ao catolicismo (LAMEGO, 1997; LIMA, A.A.

1935; LOPES, 2002; XAVIER, 2005;)³ e, em busca dos caminhos da fé (MARTINS, 2006). Conjuntamente, Anísio Teixeira é combatido pela ação do grupo católico do Centro Dom Vital, demandando sua destituição de Diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal ao novo Ministério de Educação e Saúde, logo após a ‘Intentona de 1935’.

Para não comprometer a administração do prefeito recém-eleito Pedro Ernesto, da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal do Brasil, Anísio Teixeira, sob protesto, solicita sua demissão como diretor do Departamento de Educação (TEIXEIRA, 1997, p.35). Neste mesmo momento outros fatos relacionados a Anísio Teixeira estavam acontecendo e geraram efeitos: dentre eles a quase conclusão da construção da primeira ‘Escola Parque’, de educação integral de tempo integral, como veremos na seção seguinte. Era o projeto em execução sonhado por Anísio Teixeira para a reforma educacional da cidade do Rio de Janeiro, com a construção da primeira escola integral (escolas classes + Escola Parque), e de qualidade, entre muitas que planejou e estimulou a implantar em outras áreas do Brasil, como realmente aconteceu em Salvador com o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (ver EBOLI, T. 2000). O segundo fato foi o do lançamento de três livros de Anísio Teixeira: *Aspectos americanos de educação* (1928); *Pequena Introdução à Filosofia da Educação*, (1934), e *Educação para a Democracia* (1936). Estes três livros revelam o relato minucioso do que se estava fazendo na reforma democrática e integral da política educacional na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. De modo ampliado, mais ou menos sessenta anos depois desses acontecimentos, há o lançamento de novas edições desses três livros, respectivamente o primeiro e o terceiro pela editora da UFRJ, em 2006 e 1997, e o segundo em 2000, pela editora D&PM da cidade do Rio de Janeiro.

A reação católica antes, e posteriormente, como fator ideológico de explicação sobre a presente crise educacional brasileira, a da falta de qualidade na escolarização fundamental, teve efeito ampliado de agregação a partir da identificação tipológica de Luiz Antonio Cunha de ‘liberal igualitarista’ sobreposta à Anísio Teixeira e sua prática. E se constituiu em resistência ideológica pela caracterização de tipo de protagonista, entre outras tendências dos protagonistas do campo de forças da educação, na época do lançamento do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), onde, segundo CUNHA (1997, p.11) “se aliavam raros educadores socialistas, distinguidos entre “utópicos” e “científicos””. A caracterização de ‘liberal igualitarista’ aí colada por Cunha em Anísio não nos parece ser adequada se proferida no sentido

desta última dualidade em oposição, que com as alianças resultou efetivamente em utopia, na medida da exclusão da prática de Anísio Teixeira para o futuro do campo educacional brasileiro. Na apresentação de Luiz Antonio Cunha, da edição de 1997 do livro de Anísio, “*Educação para a Democracia*”, intitulada ‘Educação para a Democracia: uma lição de política prática’, CUNHA(1997) também não parece ter contribuído para a prática vindoura, nas posteriores reconstruções educacionais da educação integral, no sentido de não agregar forças, que pensamos serem necessárias na retomada e aplicação da escola integral, com bom proveito da lição de Anísio, em suas diretrizes educacionais proferidas: em primeiro lugar, pelas diretrizes em seu livro, “*Pequena introdução à filosofia da educação – a escola progressiva e a transformação da escola*” (1ª edição: 1934). E, em segundo lugar, em sua prática política administrativa, como diretor geral do Departamento de Educação do Distrito Federal, quando iniciou a construção e implantação da primeira, de suas concebidas, ‘Escola-Parque’ na cidade do Rio de Janeiro, e que teve como desfecho, desnaturado, a atual Escola Municipal Dom Aquino Correia. Esta foi inaugurada, totalmente desfigurada e incompleta, em 1936, homenageando um bispo católico, após a demissão de Anísio Teixeira em 1935. Essa escola era para ter a *escolarização integral em tempo integral* com as constitutivas três diretrizes conjuntas, segundo Anísio (TEIXEIRA, 2000, p. 30) de educação experimental, de educação voltada para a democracia e de educação orientada para o industrialismo, ou de inovação tecnológica, na função de formar nacionalmente o povo brasileiro. O “povo brasileiro”, para Anísio, foi compreendido como o sujeito da revolução social e evolutiva – “democrático-nacional” que se desencadeava, e que foi depois reformulada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, e reafirmada sob a liderança dos intelectuais e cientistas, após a ‘Revolução de 1964’, no manifesto do lançamento da Revista *Civilização Brasileira* (1965).

A edificação escolar da primeira Escola Parque, na conjuntura de 1935, que passou a ser a Escola Municipal Dom Aquino Correia, era para ser a fornecedora de horário intercalado, de contra turno, de educação integral às escolas classes do bairro de Copacabana como a E. M. Cócio Barcelos, e a E. M. Infante D. Henrique, além de uma terceira escola então em projeto de construção no Leme, todas nesse mesmo bairro Copacabana da cidade do Rio de Janeiro. Desse modo Anísio, como Diretor Geral do Departamento de Educação do então Distrito Federal, cargo que atualmente corresponde ao de Secretário Municipal de educação da cidade do Rio de

Janeiro, apesar das dificuldades no interior do campo educacional e das tensões de interface com o campo político implantou 28 novas escolas, que foram inauguradas pouco antes, ou imediatamente após sua demissão.

Cunha (1997), e outros pesquisadores, identificam Anísio Teixeira como *'liberal igualitarista'*, antes pela análise aprofundada que faz do *Manifesto de 32*, do que pelo próprio texto lido superficialmente do relatório que o antecede, de *Educação para a democracia*, situando Anísio mais em seu lado de ator político, do que propriamente de educador. É o que nos parece quando ele assim justifica: (CUNHA, L.A. 1997, p.9)

“...De todo o modo, o relatório de 1934 quanto o livro de 1935 contêm textos elaborados para finalidades específicas da administração, o que justifica plenamente o título do primeiro – *Educação Pública, sua Organização e Administração* – e o subtítulo do segundo – *Introdução à administração educacional*. A carga política e evocativa do título do livro – *Educação para a Democracia* – , termo que não aparece nem mesmo nos títulos dos capítulos e dos anexos, deve-se ao propósito do mesmo. Um manifesto contra as medidas repressivas – antidemocráticas, em suma – tomadas pelo governo federal em 1935, no ascenso do processo de radicalização política, ensaio bem-sucedido do golpe de estado que viria a ser dado pelos mesmos protagonistas, dois anos depois”.

Como vemos na citação de Cunha, a carga política e evocativa do título do livro de Anísio Teixeira é para Cunha uma ação aplicada instrumentalmente, e que não estaria no conteúdo do livro, como ele mesmo diz, “não aparece nem mesmo nos títulos dos capítulos e dos anexos”. E, Cunha conclui que a ação de Anísio com aquele título sem conteúdo, que só aparece no próprio título, tem a função de ser um manifesto contra as medidas repressivas – antidemocráticas do governo federal.

Realmente, o que nos parece, é que o livro tornou-se uma ação de oposição, como efeito de acusação injusta para Anísio por razões político-partidárias. Mas do ponto de vista da política educacional foi eficiente para a força católica, naquele momento, no campo educacional, de sentido conservador, iniciar o estancamento e a retardamento da reforma e reconstrução educacional brasileira na cidade do Rio de Janeiro, iniciada antes, mas posta em prática no interior das ações revolucionárias de 1930. Porém Cunha não foi imparcial em sua resenha conclusiva do livro, a de não revelar o conteúdo expressamente democrático da proposta pedagógica

e de escolarização pública, o que se pode observar na primeira página, da primeira parte, intitulada “O problema brasileiro de educação”. Ali, Anísio não só fundamenta sua diretriz educacional democrática, como também a correspondente diretriz da prática experimental, e da educação integral de tempo integral: (TEIXEIRA, 1997, p.39):

...”Desde que se iniciou a civilização democrática e industrial dos nossos tempos, os índices de alfabetização foram-se tornando extraordinariamente significativos do estado de progresso de um povo, porquanto a generalização da leitura e da escrita se tornou indispensável à generalização de modos especiais de vida e de trabalho”.

Se na primeira página, de um livro de outras 263 páginas, há a menção acima do valor da civilização democrática para Anísio Teixeira (1997), essa primeira menção vem acompanhada de outras 24 citações (páginas 54, 55, 56, 57, 86, 88, 89, 90, 93, 94, 111, 125, 214, 215, 229, 230, 233, 234, 235, 238, 252, 253, 254, e 256) do conceito democracia e suas relações com a educação integral ao longo dessas páginas e de outras partes que compõem o livro. Há aí então a evidência de uma injustiça na *Apresentação* resenhada de Luiz Antônio Cunha, (TEIXEIRA, A. 1997, p.7) de uma equivocada causação que certamente produz efeitos diversos da verdadeira causação, ou seja, a verdade de necessidade e de interesse de democratização da educação pública brasileira. Este é o sentido negador apontado por muitos cientistas críticos desde a tentativa de implantação da primeira Escola Parque, idealizada por Anísio Teixeira. Estaria Cunha desse modo, em 1997, reforçando a resistência à educação integral, e de qualidade, sempre proposta por Anísio Teixeira?

2. A CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA PRIMEIRA ESCOLA INTEGRAL DE ANÍSIO TEIXEIRA

Nesta seção, para pensar a construção e implantação da primeira Escola Parque de Anísio no Rio de Janeiro, que até então não tinha sido inaugurada, farei uso de documento da transcrição da reportagem do *Diário da Noite*, jornal diário da cidade do Rio de Janeiro, que presumivelmente foi publicada na edição de 7 ou 8 de fevereiro de 1935. A reportagem estava em recorte do jornal, com a identificação de *Diário da Noite*, mas sem a data, conservado na mala, com outros pertences pessoais deixados pelo arquiteto/engenheiro Enéas Trigueiro da Silva, projetista da escola, após seu falecimento, ao seu filho Mário Silva, que nos concedeu entrevista de pesquisa

(RODRIGUES, S.B.P. 2003) e emprestou o recorte para cópia, em outubro de 1996, no Condomínio Itanhangá Hills na Barra da Tijuca.

Enéas Trigueiro da Silva era arquiteto engenheiro do Serviço de Prédios e Aparelhamentos Escolares da Prefeitura do Distrito Federal e autor, junto com outros arquitetos e engenheiros da Prefeitura do Distrito Federal, do projeto das escolas anisianas (28 escolas), incluindo este projeto da atual Escola Municipal Dom Aquino Correia, como a primeira escola-parque a ser implantada na cidade do Rio de Janeiro.

A reportagem de página inteira, à página 2, do recorte do Diário da Noite, está ilustrada com duas fotografias, sendo a primeira uma vista geral da Praça Arcoverde, em Copacabana, onde estava sendo construído o playground. E a outra foto era a do auditório da projetada Escola Parque pronto, o atual Teatro Gláucio Gil. A seguir apresentarei a integralidade do texto da reportagem, como sendo escrito pelo repórter a partir das informações técnicas do Enéas Trigueiro da Silva, no que diz respeito à construção do prédio, mas com insuficiente informação de sua articulação no funcionamento pedagógico, dessa que seria a primeira escola-parque de educação integral da modernização educacional do Brasil.

Entre as fotos da reportagem aparece inicialmente uma grande manchete “VAMOS TER O PRIMEIRO PLAY-GROUND”, seguido de chamadas: “Percorrendo o magnífico parque escolar da Praça Arcoverde – jogos, vida ao ar livre, música, *studio* e piscinas para os alunos das nossas escolas municipais”. E daí se inicia o texto do jornal:

“ Saúde e instrução constituem os dois temas primordiais do programa administrativo do Sr. Pedro Ernesto, na Prefeitura do Distrito Federal, e valha a verdade reconhecer que se não tem afastado um passo de seus propósitos, não apenas revelando louvável pertinácia e firme continuidade de ação.

Tem-lhe auxiliado bastante um profundo senso prático da série de problemas vinculados àqueles dois ambientes indispensáveis ao desenvolvimento da vida carioca. Daí permitir-se o delineamento de um plano útil, em cujo critério, para alcançar obra duradoura no terreno sanitário-educacional, o alicerce deveria ser, antes do mais construir hospitais e edificar escolas. Uma e outra coisa se fazem intensamente, e a continuidade, a estabilidade da realização está solidamente assegurada com os prédios. De futuro, mudarão os homens da administração, as influências políticas poderão

substituir as orientações pedagógicas e sanitárias tomarem novos esquemas; mas as obras, os edifícios permanecerão de pé, não serão alterados. Continuar-se-á mandando os enfermos para os hospitais e as crianças cariocas para as escolas.

CAMPOS DIVERSIVOS PARA OS ESCOLARES

E esse trabalho prossegue intensamente, como tivemos oportunidade de observar em rápida visita que fizemos ao bairro de Copacabana, observando a marcha dos trabalhos, que seguem adiantadíssimos, do primeiro “Playground”, construído pela Prefeitura, e cuja inauguração se espera fazer dentro em dois meses.

Mais esta realização da gestão do atual prefeito representa verdadeiro presente à população carioca, pois trata-se de um parque escolar tão aperfeiçoado como os existentes nas mais adiantadas cidades do mundo.

O “Playground” de Copacabana acha-se localizado na Praça Arcoverde, estando a construção confiada ao engenheiro Enéas Trigueiro da Silva, profissional que vem pessoalmente orientando aqueles serviços.

No decorrer de nossa visita, apreciamos o amplo salão do *Auditorium* (atual Teatro Gláucio Gil), que ora recebe a última demão, devendo ser uma das primeiras dependências a ficarem concluídas.

EQUIPAMENTO ESPORTIVO DO CAMPO

O Playground destinando-se a servir de campo de recreio e exercícios físicos para a população escolar dispõe em sua larga área de completo equipamento próprio tanto aos entretenimentos do espírito como do corpo de seus pequenos freqüentadores como sejam: um stadium para concentrações e pista de corrida; 14 pequenos campos de woley-ball; série completa de aparelhos ginásticos, deslizadores, gingleglim, sanaboxs, balanços, gangorras, giro-gigante, etc. campos para jardim da infância com wadinpool e caixas de areia e uma piscina luminosa. Todos esses recantos serão arborizados e pavimentados conforme os seus fins, o que apresentará em conjunto no parque um cenário encantador.

EDIFÍCIO PRINCIPAL

Dentro do ambiente do Playground erguer-se-á o prédio principal, em cimento armado, o qual compreende três pavimentos, o primeiro subterrâneo, que será o maior existente na capital, achando-se aí instalados 65 chuveiros e outros tantos lavatórios.

No primeiro ainda ficam as dependências seguintes: sala de administração; Auditorium e palco; Ginásium; banheiros; vestiários refeitório e anexos instalações sanitárias para ambos os sexos; clínica e serviço médico com fichamento para controle de educação física; salão de música e studio.

No segundo pavimento além do hall, ficarão as seguintes dependências: sala para *clubs* escolares, sala de projeção, balcões platéia, cobertura com gramado, varanda, jardim de infância, biblioteca e terrasse-jardim.

O RIO TERÁ CINCO PLAYGROUNDS IGUAIS

Falamos ao engenheiro Enéas Silva sobre as construções a seu cargo, declarando-nos S.S.- A criação dos Parques Escolares foi a solução encontrada para as dificuldades tanto de ordem técnica como econômica de dotar os prédios escolares recém construídos de campos de recreio e de educação física de acordo com a capacidade de cada um. A valorização extraordinária dos terrenos em alguns bairros embaraçava esse empreendimento, do modo como encarecia. Foi essa dificuldade removida com os Playgrounds, instalados fora dos limites de ação de cada prédio escolar, localizados no entanto, com acesso e capacidade para servir aos alunos das várias escolas primárias compreendidas no perímetro em que se acha. Esses parques escolares, construídos em locais de área superior de 10.000 metros quadrados, com administração e direção própria, destinam-se exclusivamente a fins especializados de educação física, recreio e jogos, educação social e artística e jardim da infância.

Foi escolhido um tipo uniforme de construção econômica e conveniente aos objetivos pedagógicos a cujo custo corresponde 560 contos.

O Playground de Copacabana destina-se a atender as crianças desse bairro e do Leme. É o primeiro desse tipo, numa série de cinco já com o local escolhido em São Cristóvão, Centro da Cidade, Tijuca e Vila Isabel.

A sua capacidade está rigorosamente calculada para 2.400 crianças em dois turnos. A frequência far-se-á pois, assim: os alunos do turno matutino nas escolas de Copacabana e Leme frequentarão o Playground à tarde; e os alunos do turno da tarde, nessas mesmas escolas frequentá-los-ão pela manhã. Quando estiverem construídos os quatro restantes, adotar-se-á também neles idêntico regime". **(término da reportagem).**

3. A DENOMINAÇÃO DA ESCOLA DOM AQUINO CORREIA E O SENTIDO DA HOMENAGEM

Quem foi Dom Aquino Correia, o homenageado e símbolo da educação, na denominação de inauguração da primeira escola integral, alterada deformada e inconclusa do perseguido Anísio Teixeira, (ver RODRIGUES, SBP. 2003) já exonerado, em 1936 na cidade do Rio de Janeiro?

A biografia do homenageado, a seguir apresentada, é um resumo publicado pela Academia Brasileira de Letras (ABL, 2005) informando que Dom (Francisco) Aquino Correia, sacerdote, prelado, arcebispo de Cuiabá, poeta e orador sacro, nasceu em Cuiabá, MT, em 1885, e faleceu em São Paulo, em 1956. Em 1927 assumiu, por eleição, a Cadeira nº 34 da Academia Brasileira de Letras.

Em 1902 ingressou no Noviciado dos Padres Salesianos de D. Bosco em Cuiabá, ordenando-se sacerdote em 1903. Em 1908, em Roma, doutorou-se em Teologia, e em 1909, foi ordenado presbítero. De volta ao Brasil, foi nomeado diretor do Liceu Salesiano de Cuiabá, e em 1915, foi investido Bispo Auxiliar do Arcebispo da Diocese de Cuiabá, aos 29 anos, sendo, então, o mais moço entre todos os bispos do mundo.

Em 1921, com o falecimento do Arcebispo Dom Carlos Luís de Amour, foi elevado ao Arcebispado de Cuiabá. Em 1917, indicado pelo governo de Venceslau Brás como elemento conciliador, fora eleito governador do seu Estado para o período de 1918-1922. Ali se manteve à altura de sua consciência democrática, (apud ABL, 2005) de sua capacidade construtiva e de seu profundo sentimento patriótico. Amparou a cultura regional, tomando a iniciativa de fundar a Academia Mato-grossense de Letras onde, depois, como titular, seria aclamado por unanimidade Presidente

de Honra. Criou também o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, do qual foi eleito Presidente Perpétuo. Autor de inúmeras Cartas pastorais, de discursos, trabalhos históricos e poesias, D. Aquino Correia publicou *Odes*, o seu primeiro livro de versos, em 1917, seguido de *Terra natal*, onde reuniu poemas de exaltação a Mato Grosso e ao Brasil, cheios de suave lirismo e fascínio pelo seu torrão.

“Há, na poesia de D. Aquino”, disse o embaixador e acadêmico José Carlos de Macedo Soares, “um forte lirismo que combina bem com o seu poder descritivo, não só quando ele narra um episódio, como também quando invoca uma paisagem ou simplesmente uma viva emoção” (SOARES, 2005). Mais tarde levou a público alguns trabalhos em prosa. O escritor eskorreito está em todas essas páginas, tantas delas revelando o interesse de D. Aquino pelas coisas nacionais. Como orador sacro era admirado, senão também na tribuna das conferências, como o confirmou, em várias entidades culturais. Destacam-se a conferência magnífica sobre o “Centenário do Bispado de Cuiabá”, proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde foi recebido em 1926; a “Mensagem aos homens de letras”, proferida na Academia Brasileira de Letras.

Como complemento para a ampliação do conhecimento do homenageado símbolo da primeira experiência (e inconclusa) de educação integral e experimental de Anísio Teixeira, no Rio de Janeiro, a Escola Municipal Dom Aquino Correia, em Copacabana, a seguir reproduzimos, de modo resumido, a *Mensagem aos homens de letras* de Dom Aquino Correia na Academia Brasileira de Letras em 1945. A leitura do texto do próprio homenageado poderá possibilitar a ampliação da compreensão desse intelectual orgânico da aristocracia, e também protagonista do campo educacional brasileiro, em seu processo de reorientação e bloqueio da modernização educacional democrática e popular brasileira iniciada por Anísio Teixeira, pela retórica e evocação do passado e da permanência.

MENSAGEM AOS HOMENS DE LETRAS (CORREIA D.A., 1945)

Senhores Acadêmicos,

Ao falar desta tribuna da Academia Brasileira tenho a impressão de que, fechado embora neste breve recinto, ouve-me toda a intelectualidade da nossa Pátria. Nem cuideis se deva tanto o milagre ao poder misterioso e mágico do rádio, (...) Bem de imaginar é, pois, a responsabilidade que em tal circunstância há de

sentir um arcebispo, único do Clero em vossa douta companhia, e para quem toda e qualquer tribuna, mesmo sem a eminência, a distinção e a aristocracia desta que ora ocupo, deve de ser sempre sagrada. (...)

E aqui me ocorrem os amenos conceitos com que, ao discurso de posse do segundo arcebispo nesta Academia, referiu-se Humberto de Campos, que os atirou jovialmente à batina acadêmica, (...)

Aí, entre outras coisas mais sérias, dizia ele que o arcebispo “não tergiversara sequer, no discurso de posse que proferira na Academia, em condenar, perante um público de pecadores elegantes, a beleza literária inspirada pelo pecado”. (...)

Como quer que seja, o certo é que surgem, por vezes, situações melindrosas, em que eu mesmo já me senti solicitado a depor. (...) E a razão é que, em ocasiões que tais, avulta desde logo a nota clássica de intolerância, a estigmatizar-lhes, como um ferrete, a estranha atitude. Vejamos, pois, se um “filho legítimo” da Igreja logra, de alguma forma, elucidar este ponto.

(...) Tanto assim que podemos distingui-la, não em duas, mas em três espécies, que, para maior clareza ou efeito gráfico e mnemônico, designarei por três pês: intolerância de pessoas, de palavras e de pensamentos. Nada mais anticristão do que a intolerância de pessoas. Basta abrir os evangelhos: Jesus levou nesse terreno a tolerância a tal auge que escandalizou os fariseus, (...) Não é, portanto, essa, a intolerância, de que se possa acusar o catolicismo, porque ninguém menos católico, nem mais intolerável, do que um católico intolerante para com as pessoas. (...)

Em segundo lugar, vem a intolerância de palavras, compreendendo-se nesta expressão toda a intolerância no modo de expor ou defender a doutrina. (...) Esta firmeza na verdade nos leva naturalmente a considerar a terceira classe de intolerância, que é a do pensamento. E esta, sim, meus Senhores, devo confessar-vos que o catolicismo, não somente a professa, mas dela faz timbre nas armas heráldicas do seu apostolado, outra coisa não sendo ela, senão a intolerância do erro. (...) Muitos, todavia, nem com essa intolerância se conformam, e a razão se

me antolha óbvia: é que não admitem a verdade integral dos dogmas do cristianismo. Diante destes, a situação dos católicos continua a ser aquela mesma de Jesus em presença de Pilatos: ante a convicção com que o Cristo falava da verdade, que viera revelar ao mundo, pergunta-lhe o procurador da Judéia, com um sorriso de humorismo, que bem se lhe adivinha nos lábios: “E que vem a ser a verdade?” Quid est veritas? (...) Não se pense, entretanto, que tudo no cristianismo sejam dogmas: ao lado destes, existem aí também não poucas teses incertas e duvidosas. (...)

Nem será por demais frisar melhor aqui esta liberdade de pensamento, para que se não cuide que, em se tratando de dogmas, desapareça ela, de todo em todo, o que seria falso. Basta, para isso, distinguir na fé o seu ato e o seu objeto. O ato de fé é sempre livre, essencialmente livre, tão livre que sem liberdade não pode existir a fé: ou se crê livremente, ou não se crê. (...)

O de que vos quero falar, é tema que muito mais de perto nos interessa, assunto vivo e fresco da atualidade, movimento eminentemente literário, (...) o moderno humanismo, assim chamado pelas suas afinidades com a escola dos humanistas que, no século XV, fizeram a Renascença. Como todos sabem, outra coisa não foi a Renascença, senão um retorno à cultura clássica, onde o espírito daquele século, fatigado, talvez, pelas altíssimas lucubrações filosóficas da idade média, fora buscar, nas inspirações maviosas das musas gregas e latinas, o repouso e o prazer duma beleza menos abstrata nas letras e nas artes. E como entre os latinos esses estudos literários se chamavam humanos, humaniores literae, daí foi que derivou o nome de humanistas aos próceres do Renascimento. Os velhos humanistas, contudo, não acentuaram bem o caráter humano da cultura literária, a que justamente se dera a denominação belíssima de “humanidades”, (...) O humanismo contemporâneo, de fato, quer se caracterizar pela finalidade suprema, a que visa, da perfeição humana, e conquanto nem todos convenham no mesmo conceito dessa perfeição, não deixa ela de ser o ideal mais digno de inspirar toda e qualquer escola literária ou artística.

E posto que floresça já sobre a matéria uma farta literatura, bastenos lembrar dois livros que parecem resumir toda a tendência humanística do atual momento.

O primeiro é *L'humanisme et l'humain*, de Charmot, em que tão bem se lançam os princípios da nova escola, mostrando ao mesmo passo as suas afinidades com o humanismo de antanho; o segundo é o *Humanisme intégral*, de Maritain, em que se diria que o autor tirou as últimas conseqüências do moderno humanismo, na sua fecundidade integral a bem da humanidade. (...) eu entendo e prezo, e estaria quase a chamar-lhe, por isso, “meu humanismo”. Três elementos apraz nele distinguir, que designarei com os nomes de princípio, meios e fim. Princípio essencial de todo e qualquer humanismo, quer-me parecer que seja o culto da beleza. De nada se preocupavam tanto os humanistas, como da forma e elegância do estilo. O que os encantava nos prosadores e poetas clássicos da antiguidade greco-latina, não eram tanto as idéias, quanto a arte de exprimi-las com beleza. O verdadeiro humanista sempre foi, nem pode deixar de ser, antes de tudo, um esteta da palavra. (...)

E aqui se nos oferece, como de per si mesma, a famosa questão do ensino das letras gregas e latinas, tão intimamente ligadas à história do humanismo. Pergunta-se: dever-se-á, ainda hoje, seguindo a orientação do venusino, prescrever aos humanistas o meneio das literaturas da Grécia e do Lácio? Ou por outra, serão esses estudos essenciais ao humanismo? (...) Propagandista ardoroso, e culto, desta reabilitação das humanidades, acaba de surgir nos meios pedagógicos do País a figura moça de um jesuíta, o Padre Arlindo Vieira, que nisso, aliás, bem representa as tradições gloriosas da Companhia de Jesus, em cujos colégios o programa de ensino, a célebre *ratio studiorum*, sempre reservou lugar de honra aos clássicos de Roma e da Hélade.

Propugnando especialmente o restabelecimento do latim e do grego entre as matérias do curso secundário, publicou já o douto sacerdote três valiosos volumes, num total complexivo de 963 páginas, de cada um dos quais, tenho hoje a satisfação de entregar à Academia um exemplar, pelo próprio autor a ela dedicado em homenagem.

O que mais conforta, porém, é sentir o eco simpático que vai despertando essa campanha em nossas altas camadas literárias, tendo-se já pronunciado francamente a favor da mesma vários

dentre os mais ilustrados acadêmicos desta casa, os Srs. Amoroso Lima, Celso Vieira e, como era de esperar, o Barão de Ramiz Galvão, (...) quero ter a honra de juntar, inexpressiva embora, a minha voz, pugnando em nossas escolas secundárias por um ensino eficiente do latim e do grego, que tenho em conta de utilíssimos, senão indispensáveis, à formação humanística do homem de letras. E isto por motivos que reduzirei a três, conforme passo a expor.

Primeiro, estou convencido, como é, aliás, opinião geral dos entendidos, constituírem os estudos clássicos uma espécie de ginástica intelectual, que prepara o espírito jovem para toda a sua atividade futura, do mesmo modo que a ginástica física, praticada na adolescência, produz, durante a vida inteira, os seus benéficos efeitos. Formar assim a inteligência para que possa melhor funcionar, é bem mais importante que embutir-lhe desde logo muitos conhecimentos, ou, como dizia Montaigne, mais vale uma cabeça bem feita, que bem cheia.

É o que já fazia notar a certos pais utilitaristas o Professor Arnold: “A questão, ponderava ele, não é saber o que vosso filho vai fazer do latim, mas o que o latim vai fazer de vosso filho.” Segundo, só ignorância ou má fé pode negar que o trato íntimo com os grandes luminares das duas línguas clássicas, seja, por si só, uma escola de beleza literária, insubstituível pelas versões, porquanto, além de que traduttore traditore, traduções são sempre traduções, e não passam de cópias, que, por melhores que sejam, nunca suprem originais dum Fídias, dum Michelangelo, dum Rafael ou dum Rembrandt. Terceiro, finalmente, e é a razão principal, last, not least, ninguém ousa contestar a utilidade máxima, ou, digamolo mesmo, a necessidade do latim e do grego, para o conhecimento perfeito da língua portuguesa. Ponto é este, sobre que se poderia aduzir legião de testemunhas: mas valha por todas uma, cuja autoridade e cuja expressão hiperbólica bem mostram a importância da verdade que afirmo. Foi o Visconde de Castilho quem disse (...).

Para os neo-humanistas, (...) fez ainda Martius o dístico desse monumento da nossa lingüística, que é o seu Glossaria linguarum Brasiliensium. Eis o que da língua pensava o magno hiponense:

“unidade e semelhança da língua, diz ele, é o mais forte vínculo da religião e da sociedade humana.” *Linguae unitas et similitudo firmissimum est vinculum societatis humanae et religionis.*

Este pensamento nos eleva às mais excelsas regiões desse idealismo, a que aspira a nova literatura humanística, e que é, como já dissemos, concorrer com todos os atrativos da arte literária, para que atinjam os homens, quanto possível, a sua perfeição e felicidade. Ora, Senhores, o homem não é homem pela sua animalidade, nem pelos seus instintos, mas sim pelo espírito, pela racionalidade, pela moral, pela honra, pelo sacrifício no desempenho dos deveres sociais, cívicos e religiosos.

O novo humanismo, portanto, longe de insistir em frivolidades, mais ou menos elegantes, e sensualidades, mais ou menos pornográficas, procura, por todos os meios, acender nos corações o fogo divino do entusiasmo pelo ideal, ideal este, que há de ser para cada homem, acima de tudo, o próprio aperfeiçoamento espiritual, o caráter, que o torne sempre mais homem, isto é, feito à imagem e semelhança de Deus. E o caráter, como sabeis, é a melhor defesa das pátrias, a maior barreira que opor se possa à anarquia e à barbárie. **(fim da mensagem)**

Em contraste, e por outro lado, o bispo Dom Aquino Correia de Cuiabá, MT, atual denominação da escola que seria a primeira Escola Parque de Anísio Teixeira, e membro da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, Dom Aquino entendia a linguagem como meio de afirmar a pátria, valorizando o latim com sua função de garantia estética e aristocrática na derivação à língua portuguesa falada no Brasil. E, por isso exigindo ensino escolar público do latim, e da religião como humanidade, no sentido de um olhar para o passado e para a naturalização e a estética romântica, para a nacionalização antes, de base católica romana da civilização colonial, na tradição portuguesa da descoberta do Brasil e da Primeira Missa. Estes que são símbolos, como os do Cruzeiro do Sul, da catequese dos índios e do monumento do Cristo Redentor, o monumento recém inaugurado no final de 1931 no Rio de Janeiro. Signos desse sentido civilizador compreendido por Dom Aquino, ocorrido durante a colonização e o Império brasileiro, e a serem retomados e reafirmados na crise da República, particularmente após a questão religiosa que afastou a Igreja do Estado no Império. Espaço cultural que era necessário para seu apostolado a ser retomado.

Esta é uma possível justificação para o grupo de católicos liderados pelo Cardeal Leme e pelo jovem e brilhante deputado eleito na constituinte de 1934, Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), além de apoio indireto do Chefe de Polícia do Governo Federal, Felinto Muller, antigo militar do movimento dos Tenentes, natural de Mato Grosso, de homenagear o Bispo Dom Aquino Correia para patrono da escola, programada pedagogicamente por Anísio Teixeira, no prédio e naquela altura em construção adiantada. Mas rapidamente readaptado como escola convencional e tradicional, onde seria a primeira Escola Parque de educação integral, pública, de horário Integral na cidade do Rio de Janeiro, após a demissão de Anísio Teixeira e a cassação e aprisionamento do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto.

Quem, assume a Prefeitura do Distrito Federal – a cidade do Rio de Janeiro – foi o Padre Olímpio de Mello, presidente da Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, apoiado pela Cardeal Dom Leme, com a liderança do poder político católico, ali permanecendo como prefeito até 11 de novembro de 1937.

Estas foram decisões que apontavam para o fim do efêmero período democrático da Constituinte de 1934 e a convergência causal para o Golpe de 1937, incluindo, também como força política e social ameaçadora do poder central os partidários católicos integralistas de Plínio Salgado.

Mas não era ainda a linguagem, a de Dom Aquino como nacional, popular e democrática que apesar de suas manifestações regionalistas, realistas e modernistas não foi de compreensão de Anísio Teixeira para a adoção integradora como fizeram posteriormente, em outra conjuntura, Darcy Ribeiro e Paulo Freire no sentido apontado por Rorty quando ele afirma a importância de Dewey, justificando que este não tinha possibilidade de participar de uma “virada da linguagem”, que surgiu algum tempo depois (Ghiraldelli J. 1999, p.33). Também em Anísio Teixeira a participação da virada da linguagem não aconteceu e também dada, talvez, a própria especificidades das contingências das mudanças que ocorriam no Brasil nos anos 30 e as que também prosseguiram. Confirma isso quando é possível ver Anísio (Teixeira, A. 1932, p. 517) delegando a responsabilidades da formação programática do ensino da língua portuguesa no ensino elementar (hoje fundamental) no que era hoje a Secretaria Municipal de Educação, em relação à educação integral então em formação, à Professora Maria dos Reis Campos. Podemos fazer uma reflexão sobre como Anísio Teixeira então não compreendia a linguagem no aprendizado pela argumentação, na

programação em formação das Escolas Classes, do então ensino fundamental visando a educação integral e experimental em preparação, que se realizaria integrando essas escolas classes, em contraturno, na futura Escola Parque, no resultado, hoje, da E. M. Dom Aquino Correia, na Praça Cardeal Arco-Verde. Nesse sentido Anísio Teixeira escreveu: (TEIXEIRA, A. 1936, 188 e nota* p. 190)

“Até aqui estivemos estudando os resultados da escola elementar do Rio de Janeiro (DF) e a montagem do aparelho para facilitar o melhoramento desses resultados. Apenas de passagem aludimos aos problemas de programa e métodos, essenciais ao progresso do ensino*.

Os métodos de ensino elementar, embora indicados e ilustrados nos programa, são de muito mais difícil aperfeiçoamento.

Desde 1928, graças ao designo renovador da reforma de então, vem soprando, no sistema escolar que tive a honra de dirigir, boas auras de curiosidade por métodos mais modernos no ensino primário. Já no trabalho de classe, onde um bom número de professores se esforça em promover um ambiente de liberdade, iniciativa e inquérito (contemporaneamente pesquisa, investigação, N/A.) entre os alunos, já em numerosas instituições extraclasse, por intermédio das quais a escola amplia seus objetivos sociais e suas oportunidades educativas, os sinais são os mais promissores de que a escola pública, pelo seu professor, procura responder aos reclamos do progresso educacional de nosso tempo, progresso que há de ser o melhor apanágio da civilização em curso”.

E, Anísio Teixeira prossegue em sua justificação que nos revela a não compreensão, naquele momento, da relevância da linguagem como forma de conhecimento com argumentação, com a preferência do experimentalismo científico, pela nota acima do asterisco* à página 190, (1936). Contemporaneamente o pragmatismo de Richard Rorty aponta adoção da linguagem como instrumento decisivo na educação e no aprendizado pela conversação.

O que nos parece ainda não ter sido compreendido, então, por Anísio Teixeira que parecia fissurado pelo pragmatismo de Dewey, quando abriu a mão diretiva do programa de linguagem como ele mesmo narra na sua

busca de qualidade pela educação integral e experimental e suas demais diretrizes: (TEIXEIRA, A. 1936, 190):

“Quanto aos programas, bem melhor do que este curto capítulo dizem, a respeito de nossa orientação, as primeiras publicações organizadas pelo Departamento de Educação.

Eles são, aliás, ou devem ser, mais do que outro qualquer aspecto do ensino, uma obra autônoma dos professores. Por isso, a marcha, o desenvolvimento, o conteúdo do ensino lhes estão entregues, de um modo amplo e que não desejamos limitar. Nas publicações do Departamento (*Boletim de Educação Pública*, Série A – *Monografias e Estudos Originais*, Série B – *Planos e Inquéritos*, Série C – *Programas e Guias de Ensino*, Série D – *Vulgarização*, Série F- *Informação e Divulgação*) queremos tão-somente fornecer as informações, os planos, as sugestões e as ilustrações mais recomendáveis para auxiliá-los em seu trabalho. Busquei salientar muito esse aspecto no prefácio que escrevi para o Programa de Linguagem”.

Conquanto esses programas não chegaram à adoção no currículo dessa escolas Parque inconclusa, então, mas o foram nas escolas classes espalhadas pelos diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro. Aqui é lembrado que o projeto de educação integral de Anísio Teixeira no início dos anos 30 se efetivaria na Escola Parque acrescida de mais duas ou três outras escolas “classe” em outros prédios, distantes em torno de um quilômetro de cada escola classe, mas operando a escolarização no contraturno, para de dois a quatro mil alunos, que se deslocariam para as vivências ou tarefas escolares diferenciadas *nessas* escolas.

A hipótese aqui, nesta narrativa de história da política de cultura, de que Anísio Teixeira não vislumbrava a importância da contemporânea “virada da linguagem”, que foi produzida somente anos mais tarde, pode ser confirmada por suas afirmações, salientadas no prefácio que ele escreveu para o Programa de Linguagem (TEIXEIRA, A. 1932, p 517) do Serviço de Programas Escolares, onde afirmou que:

“melhor que qualquer apreciação, diz desse trabalho a seguinte

Apresentação

Esta é a primeira monografia da série de *Programas escolares*, cuja a publicação a Diretoria Geral de Instrução Pública inicia por

intermédio do seu departamento especializado, o Serviço de Programas Escolares.

Dedica-se à linguagem e a sua confecção obedeceu, tanto quanto nos foi permitido, dentro das condições especiais do sistema escolar do Rio de Janeiro, aos princípios gerais modernos que regem a matéria.

Não nos parece lícito reincidir, ao menos de boa-fé, na afirmação de que se pode prescindir *in totum* de qualquer plano antecipado, de qualquer programa preestabelecido para a realização integral da Escola Nova.

A prática da Escola Nova, numa impressionante convergência de opinião, vem confirmando a necessidade de estabelecer, no caso, uma distinção importante.

Com efeito, o programa escolar encerra as atividades diárias em que se empenham os alunos, indica os objetivos fundamentais ou específicos desse curso de atividades e os resultados a serem obtidos através delas.

Torna-se evidente, portanto, que se aquela primeira parte, - a que representa “as situações da vida diária e os interesses de que nascem as necessidades particulares imediatas dos alunos” - deve ser moldada, dia-a-dia, as demais, porém, não somente *podem ser*, mas, sobretudo, *devem ser* planejadas com antecedência, porque definem o próprio sentido em que se vai desenvolver a ação.

Desse modo, o programa organizado com antecipação deve incluir, necessariamente: 1) Os objetivos do ensino. 2) Uma série de experiências ou atividades que pela demonstração prática, sejam capazes de conduzir à conquista daqueles objetivos. 3) - Todo o conteúdo de *matéria de ensino* necessário à realização daquelas experiências. 4) - Indicação dos resultados que se devem obter. O presente trabalho é, na medida de que entre nós foi possível realizar, um ensaio dessa orientação. Já não se enquadra no tipo habitual do programa escolar brasileiro com as suas intermináveis listas de “pontos”. Deu um passo à frente. E sobre o ensino de linguagem na escola primária, o que se elaborou foi uma verdadeira monografia onde estão estudadas a teoria desse ensino, os seus

objetivos, os assuntos que podem constituir as experiências cotidianas do aluno, numerosas ilustrações de “unidades” do processo do ensino, os resultados a conseguir e os meios de os verificar.

Sua elaboração foi confiada à Professora Maria dos Reis Campos, autoridade reconhecida nos meios do professorado do Rio de Janeiro e que está imprimindo ao trabalho de programas escolares, com a cooperação de suas dignas auxiliares, o feitio de pesquisa e investigação que o caracteriza nos centros mais avançados de cultura. Os atuais programas são, assim planos desenvolvidos e amplos para serem experimentados nas escolas, devendo constituir objeto de contínua revisão, afim de ali atuarem como uma força viva de renovação e progresso e não como rígidas imposições intangíveis à liberdade de iniciativa e de modificação.

Na grande tarefa de renovação escolar em que se acha empenhado todo o magistério carioca, o programa que agora se publica assinala um lugar intermediário, onde os mais avançados bem como os mais apegados ao tradicionalismo pedagógico, encontrarão uns e outros, um corpo de doutrina e de matéria que lhes facilitará o exame da posição em que se encontram e, conseqüentemente, lhes oferecerá sugestões para progredir, alterar e harmonizar os próprios processos, e orientar, de modo geral, toda a sua atividade pedagógica no campo de ensino da linguagem.

A próxima monografia a publicar-se tratará do ensino de matemática na escola elementar.

Essas monografias sobre programas deverão ser reeditadas de dois em dois anos, com as modificações, alterações e revisões que se tornem necessárias, para o que a Diretoria Geral confia na colaboração de todo o professorado municipal, certa como está de que o programa escolar é uma obra de cooperação entre os técnicos especializados no estudo da criança e da sociedade e os professores que o aplicam e executam. – Anísio Teixeira, Diretor Geral.”

Como é possível observar nessa apresentação de Anísio Teixeira sobre seu programa de linguagem para a escolarização integral em 1932, apesar desse cuidado, ele deu menos importância à linguagem do que ela possui

hoje. É como afirmam Suzana Castro, Aldir A. Carvalho Filho e aqui especificamente Marcos Carvalho Lopes quando, este último fala de Richard Rorty (Araújo, I.L. e Castro, Suzana (orgs.), 2008, p. 197s) e diz que Rorty:

No longo prefácio que fez para a sua coletânea de artigos, Rorty colocou em questão o alcance mesmo da virada linguística, mostrando que os filósofos analíticos – tanto ligados a linguagens formais quanto a linguagens ordinárias – não possuíam qualquer critério de eficácia suficientemente claro que justificasse o acordo racional quanto às suas análises de significados. Com isso, colocou em xeque tanto a pretensão da filosofia da aproximar-se da ciência, quanto à distinção mesma entre essas duas perspectivas: não existiria nenhum meta-vocabulário capaz de ser utilizado como método para refletir a Verdade.

Em sua obra *A filosofia como espelho da natureza*, de 1979, Rorty radicalizou seu questionamento acerca dos pressupostos da filosofia moderna e de sua tentativa de espelhar a natureza, de alcançar o Real tal como ele é. Aproximado de Dewey, Heidegger e Wittgenstein, o filósofo passou a apontar para um horizonte pós-filosófico: para ele, a filosofia deveria deixar para trás seu ranço teológico-metafísico, sua tentativa de gerar um *vocabulário final*, e aproximar-se de uma perspectiva pragmática, *anticartesiana e falibilista*.”

Em diferente abordagem Clarice Nunes (2000) quando finaliza suas considerações sobre Anísio Teixeira em *A Poesia da Ação*, ao procurar a iluminação para a complexidade da batalha pela democratização da cultura, pelo esforço de Anísio Teixeira e de sua obra, o processo de construção desse seu trabalho teria sugerido a ela que a noção de universo simbólico talvez pudesse ser substituída, com vantagem, pela noção de pluriverso tal qual enunciada por Wanderley Guilherme dos Santos (SANTOS, W.G. 1990) quando reflete sobre o percurso que vai da intimidade do sujeito à construção da ordem social, por meio da interação de planos e lógicas distintas.

4. EPÍLOGO:

Nesta narrativa histórica de política cultural enfocamos aspectos das possíveis explicações do problema atual da falta de qualidade na educação básica, pela “integralidade”, questão que autoridades educacionais dos três níveis de governo, federal, estadual e municipal vêm tentando resolver pela apresentação de múltiplas sugestões a partir dos anos 1930, com uma educação integral de múltiplas concepções e de outras tantas oposições. Ultimamente observa-se a da LDB/96 e de novas propostas de políticas

públicas como a da Portaria Interministerial 17/2007. E, pelo Decreto 7083/2010 que dispõe sobre o Programa Mais Educação como propostas de prática pedagógica integral e curricular democrática, na subjetividade da escolarização efetiva, e necessária, para as necessidades do desenvolvimento social da formação do “povo brasileiro”, como queriam Anísio Teixeira (1957), Darcy Ribeiro (1997) e Paulo Freire (2011). Partindo de nossa hipótese de que a educação integral, ou a da conversação, é uma real possibilidade da melhoria da qualidade da educação pública e de ação democratizadora. E, de que há a promessa que ela seja uma possibilidade a ser praticada mesmo sob dependência: em primeiro lugar, das resistências conjunturais a esse tipo de escolarização e educação pública, como aconteceu com Anísio Teixeira em sua primeira experiência de Escola Parque na cidade do Rio de Janeiro e posteriormente com Darcy Ribeiro e Paulo Freire. E, em segundo lugar, dependente de uma concepção necessária, de interesse e apoios, entre a diversidade de imaginários de educação integral que está além, por exemplo, da extensão do horário de permanência da criança nas dependências escolares. Essa concepção teve início com sua aplicação no Brasil, e no Rio de Janeiro em particular, por Anísio Teixeira, pela implantação de “escolas classes”, - *Platoons* (de 1.000 alunos), que deveriam se complementar nas Escolas Parques, com a educação ativa, experimental e com a criança no centro e sujeito do conhecimento e aprendizado. A primeira tentativa de Anísio Teixeira de Escola Parque integral foi frustrada, no que é em 2013 a Escola Municipal Dom Aquino Correia, em Copacabana, na Praça Cardeal Arcoverde.

A reação restauradora católica conservadora, conjunta de Alceu de Amoroso Lima, ou Tristão de Ataíde, com o grupo de intelectuais do Centro Dom Vital, e, segundo Darcy Ribeiro (1995, p.11) com Santiago Dantas, foi decisiva nessa frustração, na medida em que atacou o que pela primeira vez teríamos como escolas públicas experimentais de educação integral com a função de formar nacionalmente o “povo brasileiro”. Esta era a diretriz que Anísio Teixeira retomou posteriormente na pesquisa do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE - (ver HENRIQUES, V. 1997), de conteúdo orientado para a industrialização e escolarização democrática.

A reação conjuntural de resistência foi hegemonizada pela ideologia da escolarização católica, em fase de renovação, na afirmação da escola como capital social da educação bancária, cultural e simbólico no mercado da educação privada brasileiro. A busca de proteção do mercado escolar das

escolas confessionais católicas, e também de outros credos, no Rio de Janeiro compreendia essa educação integral como um fator cultural de mudança das práticas pedagógicas aristocráticas do império e da primeira república. E, que não teriam sido levadas adiante pelos republicanos de primeira hora e com isso, perderiam espaço na competição pelo mercado do campo escolar. Posteriormente, após 1934, reafirmando a República, segundo Anísio Teixeira, era o “povo” (TEIXEIRA, A. 1997, p.39) encarregando o estado para levar adiante os ideais republicanos de educação, e pela primeira vez é constatado a adoção do vocábulo de imputação de ‘estatismo’, ou a metáfora do Leviatã, no debate sociológico das idéias por Alceu Amoroso Lima. A *rationale* estatista foi a explicação que posteriormente foi adotada na constituição do ‘paradigma estatista’ pelos neoliberais na resistência contemporânea à aceleração evolutiva e civilizadora, democrático-nacionalista do Estado de amparar a economia, que prossegue entre trancos e barrancos.

A luta competitiva no campo educacional por políticas públicas nas conjunturas de formação do “povo brasileiro” revela que forças à direita, e à esquerda do campo político republicano, contribuem de um modo ou de outro para os rumos que assim são definidos, nas diferentes conjunturas da intensificação da crise de qualidade que vem se acentuando nos últimos 70 anos da reconstrução educacional brasileira.

O texto da personalidade homenageada, com a denominação da que seria a primeira escola Parque no Brasil, de Dom Aquino Correia, pronunciado na ABL, e resumido acima, bem como sua biografia, também da ABL, exemplificam a forma pedagógica católica então pretendida. Ela tem na linguagem morta, a partir do latim e da língua portuguesa clássica, a fundamentação tradicional colonial aristocrática, do ornato ilustrado, e de romantismo de ‘mirada ao passado’, visando então formar uma ‘nação católica’ “eucarística” com o humanismo ontoteológico. Estas fundamentações e seus antagonismos permanecem na luta de política cultural do campo educacional contemporâneo.

Quanto às evidências da implantação no Rio de Janeiro, da primeira ‘Escola Parque’ de educação integral, e sua proposta de formação do “povo Brasileiro, e, da personalidade social do aluno pela educação integral, de Anísio Teixeira, são ainda fracas. Esta redescrição histórica precisa de melhores e mais adequadas fontes de imaginação e documentação. O artigo jornalístico que a informa é uma fonte primária incompleta, mas que abre possibilidades de ampliar o conhecimento sobre o projeto da prática da escola integral de Anísio Teixeira e de suas oponentes resistências.

NOTAS

- ¹ Trabalho apresentado na Comunicação Coordenada: Educação Integral e Escola em tempo Integral: experiências políticas na cidade do Rio de Janeiro. 7º Congresso da SBHE – Cuiabá, MT 2013.
- ² Professor Associado PROPAP-UNIRIO/NEEPHI, Doutor em Educação - UFRJ.
- ³ Alceu enviou carta à Capanema, Ministro da Educação, em 16/6/35 denunciando Anísio Teixeira como “energúmeno” e de praticar biologismo e de estadismo pedagógico, entendendo-os como fator de ruptura do quadro familiar, de laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação de meninos e meninas, no sentido de manter a indissolubilidade do casamento e prover assistência religiosa às escolas públicas e de exigir pluralidade sindical (LAMEGO, 1997; LOPES, 2002; XAVIER, L.2005).

REFERÊNCIAS

- ABE - Associação Brasileira de Educação, (1932) A Reconstrução Educacional no Brasil – Ao povo e ao governo. Rio de Janeiro: Edição da ABE.
- ARAÚJO, I.L. e CASTRO, Susana (2008) Richard Rorty: filósofo da cultura. Curitiba: Editora Champagnat, 2008.
- COELHO, L. M. & CAVALIERE, A. M. (2002) Educação Brasileira e(m) tempo integral. Petrópolis: Editora Vozes.
- CORREIA, D. A. (1945.) “Mensagem aos homens de letras”. In Discursos, vol. II, 2ª.edição. Rio de Janeiro: Editora Academia Brasileira de Letras.
- CUNHA, L. A.(1997) “Educação para a democracia: uma lição de política prática” in Teixeira, A. (1997) Educação para a democracia. Rio de Janeiro Ed. UFRJ.
- C. WRYGHT MILLS A imaginação sociológica. Rio de Janeiro Zahar Editores, 1982.
- DIÁRIO DA NOITE (S/D) jornal diário da cidade do Rio de Janeiro.
- EBOLI, T. (2000) Uma experiência de Educação Integral. Rio de Janeiro: Ed. Gryphus.
- FREIRE, P. (2011) Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- GHIRALDELLI JUNIOR, P. (1999) Richard Rorty – A filosofia do novo mundo em busca de mundos novos. Petrópolis. Editora Vozes.
- HENRIQUES, VERA (1997) A reconstrução de uma parceria: educadores e cientistas sociais. In MENDONÇA, A. W. & BRANDÃO, Z. (1997) Uma tradição esquecida - por que não lemos Anísio Teixeira? Rio de Janeiro: Edição Ravel.
- LAMEGO, V. (1996) A farpa da lira. Rio de Janeiro: ed. Record.
- LIMA, A. A. (1935) Carta a Gustavo Capanema, Rio de Janeiro, 16 jun. 1935. FGV/CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema. GC/LIMA, A.PI.-16. www.Prossiga.br/anisioteixeira/correspondencia - Google.

- LOPES, J. Leite (2002) “A universidade do Brasil: evolução e ação social”. In Revista ADUSP, 25 p.75 Abril.
- LOPES, M. C. (2008) “Richard Rorty e a tarefa de traduzir nosso tempo em linguagem”. In ARAUJO I.L. e Castro Susana (orgs.) Richard Rorty: filósofo da cultura. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2008
- MARTINS, W. (2006) “Caminhos da fé” in Suplemento Ideias, Jornal do Brasil edição de oito de abril de 2006.
- MIGNOT, Ana Chrystina V. (2001) Escolas na vitrine: Centros Integrados de Educação Pública (1983-1987). Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 42. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200005&lng=en&nrm=iso>. Access on: 12 Sep 2006. doi: 10.1590/S0103-40142001000200005.
- NUNES, Clarice (2000) Anísio Teixeira: a poesia da ação. Bragança Paulista, SP: EDUSF.
- REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, (1965) - “Princípios e Propósitos” – “Condições e perspectivas da política brasileira”. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, nº 1, Ano I, p. 3-21.
- RIBEIRO, A, Miglievich, (2012) “Ninguendade” e luta pelo reconhecimento na experiência dos CIEPs: uma análise do pensamento educacional de Darcy Ribeiro. Anais III Congresso Internacional NUCLEAS UERJ.
- RIBEIRO, D. Prólogo. In “O novo livro dos CIEPs”. Carta 15, 1995-2.
- RODRIGUES, S.B.P. (2003) Espaço escolar e cidadania excluída. Rio de Janeiro: Editora Revan – FAPERJ.
- RORTY, R. (2007) Contingência, ironia e solidariedade. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- SANTOS, W. G. (1999) Discurso sobre o objeto- uma poética do social. São Paulo: Companhia das Letras.
- TEIXEIRA, A.(2007) Em marcha para a democracia: à margem dos Estados Unidos. Apresentação de Ana Maria Bandeira de Melo Magaldi e José Gonçalves Gondra. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- TEIXEIRA, A.(2006) Aspectos americanos de educação & Anotações de viagem aos Estados Unidos em 1927. Apresentação José Gonçalves Gondra e Ana Chrystina Venancio Mignot. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- TEIXEIRA, A.(2000) Pequena introdução à filosofia da educação. Rio de Janeiro: editora D&PM, 2ª. Edição.
- TEIXEIRA, A. (1997) Educação para a democracia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 2ª edição. 1ª edição 1936.

TEIXEIRA, A. (1932) Programa de Linguagem – Serviço de Programas Escolares. Publicação da Diretoria Geral de Instrução Pública (Série C –Programas – N° 1. Rio de Janeiro Boletim de Educação Pública, Ano II, Julho/Dezembro, DGI de 1932.

TEVES, N. (2002) “No chão e nas estrelas”. Entrevista: In Revista Educação n° 259. São Paulo: Editora Fragmento.

XAVIER, L. N. (2005) Entrevista, crep@pcrj.rj.gov.br.

RESUMEN:

El tema de las políticas de Estado y la educación pública en la educación básica, el orden público o la educación como integral, la formación y la política cultural de los “brasileños”, entrar en la historia de la educación nacional. Particularmente completo de enseñanza a tiempo completo, con la tarea de formar a nivel nacional en “pueblo brasileño” a través del lenguaje, la conversación, el diálogo de importancia nacional, y la densidad moral y ética en su inserción en los circuitos y los límites de la historia de la educación integral en Brasil.

ABSTRACT:

The theme of the State and public education policies in basic education, public policy or as comprehensive education, training and cultural politics of the “Brazilian people,” enter history of national education. Particularly full of full-time education, with the task of forming nationally in “Brazilian people” through language, conversation, dialogue of national significance, and moral and ethical density in its insertion in circuits and boundaries of history of comprehensive education in Brazil.

Normas Editorias

O autor do trabalho deve indicar seu nome completo, título acadêmico e vinculação institucional, bem como endereço completo para correspondência.

Os trabalhos devem ser enviados em disquete, CD, Pendrive, acompanhado de cópia impressa em papel.

O resumo e o abstract devem ter no máximo 10 linhas e vir acompanhados de 3 palavras=chaves/keywords.

Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.

Os destaques feitas no corpo do texto deverão ser feitos com aspas simples.

As palavras e expressões escritas em língua diferente daquela escolhida pelo autor deverão aparecer em itálico, bem como os títulos de livros, revistas, jornais, instituições, etc.

As citações até três (3) linhas deverão ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas. As citações que ultrapassarem três (3) linhas deverão ser transcritas com recuo no texto, sem aspas.

Os destaques feitos pelo autor nas citações deverão ser indicados em negrito.

Os artigos devem ser acompanhados de resumos (em português e inglês), com, aproximadamente, dez linhas e de cinco (5) palavras-chave (em português e inglês).

Os originais podem ser remetidos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.

As resenhas críticas devem ter extensão máxima de 10 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas ao final da resenha.

Todas as notas devem ser colocadas ao final do texto antes da bibliografia.

A bibliografia deve ter a seguinte apresentação:

Nome e SOBRENOME. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do Artigo entre aspas. Título do Periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, ano, p. ou pp.

Admitem-se as referências *Id. ibidem* e *Op. cit.*, segundo as normas em utilização.

Todos os trabalhos serão submetidos a dois pareceristas. Os autores serão notificados da aceitação ou não dos respectivos trabalhos. O material remetido não será devolvido pela revista. Os trabalhos não aceitos estarão à disposição dos autores pelo prazo de seis meses, a contar da emissão do parecer.

Todos os artigos encaminhados fora destas normas serão enviados ao autor para as adaptações necessárias.

São automaticamente cedidos à revista os direitos autorais sobre os originais e traduções por ela publicados. Os dados e conceitos abordados nos artigos e resenhas são da exclusiva responsabilidade do autor.

Cada autor receberá gratuitamente cinco exemplares do número da revista que contenha seu artigo.